

ORGANIZADORES

FABIANO QUADROS RÜCKERT

DIVINO MARCOS DE SENA

MARCO AURÉLIO MACHADO DE OLIVEIRA

CORUMBÁ E LADÁRIO:

CAPÍTULOS DE
HISTÓRIA REGIONAL


editora
UFMS



ORGANIZADORES

FABIANO QUADROS RÜCKERT

DIVINO MARCOS DE SENA

MARCO AURÉLIO MACHADO DE OLIVEIRA

CORUMBÁ E LADÁRIO:

CAPÍTULOS DE
HISTÓRIA REGIONAL





**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Obra aprovada pelo

CONSELHO EDITORIAL DA UFMS

RESOLUÇÃO Nº 71-COED/AGECOM/UFMS, DE 22 DE OUTUBRO DE 2021

Conselho Editorial

Rose Mara Pinheiro (presidente)

Ana Rita Coimbra Mota-Castro

Além-Mar Bernardes Gonçalves

Alessandra Regina Borgo

Antonio Conceição Paranhos Filho

Antonio Hilario Aguilera Urquiza

Cristiano Costa Argemon Vieira

Delasnieve Miranda Daspert de Souza

Elisângela de Souza Loureiro

Elizabeth Aparecida Marques

Geraldo Alves Damasceno Junior

Marcelo Fernandes Pereira

Maria Lígia Rodrigues Macedo

Rosana Cristina Zanelatto Santos

Vladimir Oliveira da Silveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Diretoria de Bibliotecas – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Corumbá e Ladário [recurso eletrônico] : capítulos de história regional / organizadores: Fabiano Quadros Rückert, Divino Marcos de Sena, Marco Aurélio Machado de Oliveira. – Campo Grande, MS : Ed. UFMS, 2021.

Dados de acesso: <https://repositorio.ufms.br>
Inclui bibliografias.
ISBN 978-65-89995-78-4

1. Corumbá (MS) – História. 2. Ladário (MS) – História. 3. Mato Grosso do Sul – Fronteiras – Bolívia. 4. Brasil – Fronteiras – Bolívia. 5. Maçonaria – História – Corumbá. 6. Maçonaria – História – Ladário. 7. Escravidão – Corumbá – Séc. XIX. 8. Corumbá – Câmara municipal. 9. Corumbá (MS) – Abastecimento de água. 10. Maçonaria – História – Corumbá. 11. Estrangeiros – Influência – Corumbá. I. Rückert, Fabiano Quadros. II. Sena, Divino Marcos de. III. Oliveira, Marco Aurélio Machado de.

CDD (23) 981.71

Bibliotecária responsável: Tânia Regina de Brito – CRB 1/2.395

ORGANIZADORES

Fabiano Quadros Rückert

Divino Marcos de Sena

Marco Aurélio Machado de Oliveira

**CORUMBÁ
E LADÁRIO:
CAPÍTULOS DE
HISTÓRIA REGIONAL**

CAMPO GRANDE - MS

2021



© dos autores:

Fabiano Quadros Rückert
Divino Marcos de Sena
Marco Aurélio Machado de Oliveira
Rafael de Jesus Pereira
Elaine Cancian
Daiane Lima dos Santos
Paulo Ricardo dos Santos Gomes
Joanna Amorim de Melo Souza Loio

1ª edição: 2021

Projeto Gráfico, Editoração Eletrônica
TIS Publicidade e Propaganda

Revisão

A revisão linguística e ortográfica
é de responsabilidade dos autores

A grafia desta obra foi atualizada conforme o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, de 1990, que entrou em vigor no Brasil em 1º de janeiro de 2009.

Direitos exclusivos
para esta edição



Secretaria da Editora UFMS - SEDIT/AGECOM/UFMS

Av. Costa e Silva, s/nº - Bairro Universitário,
Campo Grande - MS, 79070-900
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Fone: (67) 3345-7203 e-mail: sedit.agecom@ufms.br

Editora associada à



ISBN: 978-65-89995-78-4
Versão digital: novembro de 2021

SUMÁRIO

PREFÁCIO	07
-----------------------	----

Marco Aurélio Machado de Oliveira

APRESENTAÇÃO	10
---------------------------	----

Fabiano Quadros Rückert

Divino Marcos de Sena

Marco Aurélio Machado de Oliveira

Capítulo 1

MAÇONARIA EM CORUMBÁ E LADÁRIO

NO FINAL DO SÉCULO XIX	17
-------------------------------------	----

Rafael de Jesus Pereira

Divino Marcos de Sena

Capítulo 2

CIDADE NEGRA: OS CATIVOS DA VILA DE

SANTA CRUZ DE CORUMBÁ (SÉCULO XIX)	60
---	----

Elaine Cancian

Capítulo 3

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

NO IMPÉRIO: ENTRE COMPETÊNCIAS, MATERIALIDADE E ROTINA INSTITUCIONAL	103
---	-----

Divino Marcos de Sena

Capítulo 4

UMA BREVE HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO

DE ÁGUA EM CORUMBÁ (1872-1945)	142
---	-----

Fabiano Quadros Rückert

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO E OS PRIMEIROS GOVERNOS DE LADÁRIO, MS (1953-1970)	172
---	------------

Daiane Lima dos Santos

Capítulo 6

PROCESSOS ELEITORAIS E A PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA POLÍTICA DE CORUMBÁ: UM OLHAR DA COLONIZAÇÃO ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO PÓS-GOLPE DE 1964	205
---	------------

Paulo Ricardo dos Santos Gomes

Capítulo 7

IMIGRANTES BOLIVIANAS NAS FEIRAS LIVRES DE CORUMBÁ, MS	246
---	------------

Joanna Amorim de Melo Souza Loio

AUTORAS E AUTORES	272
--------------------------------	------------

PREFÁCIO

“Que me quer o Brasil, que me persegue?
(Gregório de Matos)

Diversos estudiosos sobre Corumbá deram enormes contribuições para entendê-la. Dentre eles, considero como centrais duas obras nessa observação: **O Casario do Porto e Uma fronteira para o pôr do sol**. A primeira, publicada em 1985, escrita por Valmir Corrêa, Lúcia Corrêa e Gilberto L. Alves, inseriu a cidade em um contexto sobre a formação do sul do antigo Mato Grosso, que lhe deu reconhecimentos sobre sua importância. As conectividades econômicas e culturais com os principais centros do mundo europeu, as relações e estratégias de poder, são alguns dos elementos de relevância que a obra trouxe à superfície, exatamente quando a jovem capital do estado irradiava orgulhos de sua pujança e vigor. A segunda, publicada em 1998, de autoria de Tito C. M. Oliveira, trouxe a fronteira como categoria indissociável da vida corumbaense. Com suas dinâmicas bem peculiares, seus sistêmicos modos de praticar as economias, a vida fronteiriça apareceu pela primeira vez em uma obra acadêmica.

Essas obras inauguraram, aos seus modos, novos procedimentos metodológicos que passaram a influenciar pesquisadores de diversas áreas. Assim, o rio Paraguai, as práticas comerciais e as cidades circunvizinhas Ladário, Puerto Quijarro e Puerto Suarez, que Doutor Salomão Baruki chamava por ‘grande Corumbá’, passaram, corretamente, a ser elementos indissociáveis nas interpretações sobre essa cidade. Mas, as interpretações formuladas nas décadas finais do século passado careciam de categorias de análise para incorporar nos estudos outros segmentos sociais, como os pobres e os políticos. Isso começou a ser resolvido a partir de inserções de novas formas de pesquisar a história, como a chegada de pesquisadores que atuam no campo da História Oral, da etnografia e da sociologia.

Neste enredo uma lacuna persistiu por muito tempo: a falta de coesões típicas da existência de grupos de estudos. Isso parece estar próximo de uma solução, como posso observar na obra **Corumbá e Ladário: Capítulos de História Regional**. Trata-se de uma coletânea de textos de estudiosos que, mais comprometidos com uma Nova História, ou com uma história vista por baixo, passaram a colocar em dúvida cada novidade que parecesse fazer sucumbir o que foi designado como antigo. Ideias como a de que a ferrovia teria expulsado a hidrovia do lugar confortável de predominante, ou que a rodovia BR-262 fez dos trilhos saudosismo. Esses pesquisadores impedem crer que o 13 de maio riscou todos os sons das chibatas, todas as faces recortadas. Eles trazem a voz murmurada da maçonaria impondo volumes às esferas do poder e nos convidam para pensar a inserção dos imigrantes bolivianos no cotidiano de Corumbá e Ladário.

Os pobres e os políticos, de longa data com suas relações desiguais, surgem descortinados em suas estratégias e seus recíprocos reconhecimentos. Nacionais ou não, os personagens ganham visibilidades incalculáveis, com suas respectivas formas de atuação. Aqueles tão acostumados a lançar seus olhares por cima, como vereadores, aparecem como estrategistas de uma época em que se permitiam pensar e projetar uma cidade, excluindo parcela da população ao mesmo tempo em que faz uso dela. Outros, tão pouco mencionados fora das rodas de decisões eleitorais, são trazidos com suas devidas importâncias políticas.

A demografia histórica e seus importantes desdobramentos aparecem como um ponto de inflexão nos estudos migratórios, componentes fulcrais de Corumbá. Fossem os migrantes forçados escravizados, como os africanos e seus descendentes, ou imigrantes, como os bolivianos, que neste livro são trazidos com sua face feminina, eles são verificados como imprescindíveis para compreender como seu povo foi formado. Desde os tempos mais remotos até a atualidade, esses grupos sociais são reconhecidos neste livro.

O livro não cessa de se agigantar. Um dos recursos naturais mais severos no trato da administração pública é a água. Neste livro poderemos observar o quanto o trato sobre ela foi revelador de diversas tentativas de organizar a cidade, reordenar o poder e selecionar os traços urbanísticos. As priorizações, os fracassos de gestões, as dificuldades de uma cidade em expansão e, posteriormente, em crise, estão ao alcance do leitor como um enredo sobre Corumbá em seus sentidos aflorados ou subterrâneos. Foram necessárias muitas décadas para que formas ‘definitivas’ de captação da água do rio Paraguai fossem estabelecidas.

E na robustez dessa obra Ladário é inserida com o devido respeito. Sua formação, as maneiras como os discursos foram elaborados, as composições políticas que estavam ao alcance, são destacadas e colaboram na retirada dessa cidade de uma espécie de limbo historiográfico. Com um território ilhado por Corumbá, e sobre ela exercendo pressões de variadas demandas, Ladário é, na ideia comum, uma cidade que se assemelha a um bairro. Mas, neste livro esse pensamento é colocado de cabeça para baixo, demonstrando como se organizou nas esferas políticas as características mais profundas de suas identidades.

A coesão entre os temas, a ampliação do sentido de ‘regional’, a juventude e maturidade de seus autores, dão a confiança de que essa obra é a manifestação de uma nova fase nos estudos sobre a ‘grande Corumbá’. Acredito, firmemente, que aquelas duas referências continuem a ser como tal, com a devida atualização de serem colocadas no campo da história do pensamento sobre essa região.

Marco Aurélio Machado de Oliveira
Professor Titular na UFMS

APRESENTAÇÃO

A escrita da História implica, inevitavelmente, na delimitação de escalas espaciais dentro das quais um determinado passado pode ser interpretado pelas gerações do presente. O vínculo entre a escrita da História e as escalas espaciais é ontológico porque as suas origens remontam a Homero e Tucídides, dois pioneiros na interminável experiência de narrar o passado textualmente.

Em Homero, a imprecisão das escalas espaciais é um elemento constituinte de uma narrativa centrada na viagem de Ulisses, o herói grego que navegou perdido nas águas do Mar Egeu e do Mediterrâneo. Na *Odisseia*, pontos geográficos conhecidos por Ulisses, como a cidade de Tróia, onde ele lutou ao lado de outros gregos, e a ilha de Ítaca, sua terra natal, coexistem com lugares desconhecidos e descobertos durante a viagem.¹ Em Tucídides, as escalas espaciais estão definidas com maior precisão e o próprio título da sua obra – *História da Guerra do Peloponeso* – indica o espaço geográfico contemplado pela escrita do general ateniense.² Nestes dois textos fundadores da História, encontramos uma diversidade de escalas espaciais: lugares conhecidos e identificados na cartografia dos gregos da antiguidade; lugares desconhecidos; reinos mitológicos; espaços com limites definidos (como as cidades de Esparta e Atenas) e espaços de limites imprecisos (como o Mar Egeu e o Mediterrâneo), dentre outras.

Presente nos textos históricos desde a Grécia Antiga, a relação da História com as escalas espaciais permanece complexa e aberta para

¹ HOMERO. **Odisseia**. Trad. do grego, introdução e análise de Donald Schüler. Porto Alegre: L&PM, 2007.

² TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Trad. do grego de Mário da Gama Kury. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2001.

discussões. Parte desta complexidade reside na dualidade que perpassa todo o conhecimento histórico: de um lado, a História aspira ser uma ciência universal; e, do outro, ela aspira ser uma ciência de singularidades. Os organizadores deste livro entendem que as duas aspirações não são incompatíveis ou excludentes. Pelo contrário – elas se complementam. Isto significa dizer que o conhecimento histórico contempla, simultaneamente, uma dimensão universal e uma dimensão singular do passando, podendo ser a segunda espacialmente denominada de diversas formas, como, por exemplo: História Nacional, História Regional, História do Oriente ou História do Ocidente.

Neste livro reunimos um conjunto de textos que se enquadram na perspectiva espacial da História Regional na medida em que abordam, sob diferentes enfoques, duas escalas espaciais interconectadas. São elas: a cidade de Corumbá, a cidade de Ladário, ambas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul, na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Corumbá e Ladário são duas cidades distintas na extensão territorial e no aspecto demográfico. A primeira possui um território de 64.438,363 km² habitado por uma população que em 2019 foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 111.435 habitantes, perfazendo uma densidade demográfica de 1,60 hab/km². Ladário, por sua vez, possui um território de 354,255 km² e uma população que em 2019 foi estimada em 23.331 habitantes, apresentando uma densidade demográfica de 57,57 hab/km². Considerando as variáveis (i) extensão territorial, (ii) população absoluta e (iii) densidade demográfica, é fácil perceber que as duas cidades são diferentes. No entanto, apesar de importantes, as variáveis supracitadas não anulam a possibilidade de pensarmos a história de Corumbá e Ladário a partir de uma escala geográfica mais ampla – uma escala regional.

Acreditamos que a proximidade da Bolívia, a presença do Rio Paraguai como elemento constituinte da paisagem e dos hábitos sociais, a in-

serção no bioma do Pantanal, as práticas culturais em comum e o próprio histórico de desenvolvimento político e econômico das duas cidades justificam a proposição de uma abordagem no âmbito da História Regional.

No passado recente, a História Regional foi considerada produto secundário e de menor valor para uma historiografia que privilegiou temas de abrangência mundial e concedeu especial atenção para a construção das nacionalidades. Relegada a uma condição periférica, a História Regional foi, “por muito tempo, tomada como simples sinônimo de historiografia menor, narração e descrição dos fatos sem preocupações de ordem teórica e metodológica, sem íntima conexão com a totalidade que a define e é por ela definida”.³ Felizmente, estas ideias equivocadas e depreciativas estão sendo gradualmente superadas e, cada vez mais, a História Regional ganha espaço na agenda de pesquisa e debate dos historiadores e de outros profissionais das Ciências Humanas.

Inseridos no processo de fortalecimento e de valorização da História Regional, apresentamos neste livro um conjunto de sete textos que possuem em comum a preocupação com o rigor teórico e metodológico e a ênfase nas escalas espaciais supracitadas – Corumbá e Ladário.

Para escrever uma História Regional a partir de Corumbá e Ladário é preciso pensar as conexões que estas duas cidades portuárias desenvolveram com a Bacia Hidrográfica Platina e, sobretudo, com o Rio Paraguai. Pelas águas do Rio Paraguai as populações de Corumbá e Ladário se conectaram (e ainda se conectam) com Assunção, Buenos Aires e Montevideú; e estabeleceram vínculos comerciais e culturais com as cidades brasileiras de Cáceres e Cuiabá, ambas situadas no atual Estado

³ RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti. O historiador e a história regional. In: REICHERT, Emmanuel H.; TEIXEIRA, Anderson M.; SILVA, Amanda Siqueira da (Orgs.). **Desvendando a História Regional**: novas perspectivas. Passo Fundo: Editora Méritos, 2013, p. 22.

de Mato Grosso. Parafraçando Homero e a sua conhecida frase sobre a importância do Rio Nilo para o Egito, não seria exagero dizer que Corumbá e Ladário são dádivas do Rio Paraguai.

Por meio de embarcações que cruzavam o Rio Paraguai, Corumbá comercializava mercadorias de diferentes tipos. Este comércio se intensificou a partir da vitória do Brasil na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), quando o município recebeu imigrantes procedentes de distintas nacionalidades (italianos, portugueses, alemães, sírios, libaneses, dentre outros, e, sobretudo paraguaios e bolivianos). As águas do rio transportavam mercadorias e também ideias, subjetividades e representações. Foi pelo Rio Paraguai que Corumbá recebeu a influência da maçonaria e, precocemente, aderiu ao movimento maçônico. O primeiro capítulo do livro trata deste tema. Escrito por Rafael de Jesus Pereira & Divino Marcos de Sena, o texto aborda os primórdios da maçonaria em Corumbá e Ladário e ressalta os vínculos que os maçônicos da região estabeleceram com o Grande Oriente do Brasil Vale do Lavradio, sediado no Rio Janeiro.

O segundo capítulo explora a presença da escravidão na Corumbá do século XIX. A pesquisa realizada por Elaine Cancian foi baseada em documentos manuscritos e destaca a inserção da mão de obra cativa na cidade, e, particularmente, nas atividades domésticas. Neste aspecto, o texto oferece subsídios para um comparativo entre o uso do trabalho escravo nas áreas mais prósperas do Império – como nas lavouras de café do Rio de Janeiro e São Paulo – e o uso do trabalho escravo numa área economicamente periférica, como era o caso da então Província de Mato Grosso.

No terceiro capítulo, Divino Marcos de Sena apresenta um estudo focado na Câmara Municipal de Corumbá entre 1872, ano de instalação da municipalidade, e 1890, ano em que a Câmara perdeu as competências executivas e foi substituída pela Intendência Municipal, fato decorrente da Proclamação da República. Consultando documentos produzidos pela

municipalidade (Atas, Ofícios, Editais, Decretos, Requerimentos, Inventários, Códigos de Postura e Relatórios), o autor analisa as competências da Câmara Municipal e disserta sobre a materialidade desta instituição política e a sua rotina institucional.

Como demonstram as pesquisas de diversos historiadores,⁴ as Câmaras Municipais exerceram um papel relevante na organização territorial das cidades imperiais, mediaram os conflitos de interesses entre as elites locais e o Império e atuaram na instalação de serviços e equipamentos urbanos. Com a Proclamação da República e a promulgação da Constituição de 1891, houve uma reformulação nas relações entre as esferas políticas municipais, regionais e o governo nacional. No entanto, apesar desta reformulação, as municipalidades continuaram promovendo ações voltadas para o desenvolvimento urbano.

Uma das atribuições das municipalidades, tanto no Império quanto nas primeiras décadas da República, era o abastecimento de água. No texto escrito por Fabiano Quadros Rückert, que corresponde ao quarto capítulo do livro, a história do abastecimento de água em Corumbá é analisada a partir das relações estabelecidas entre o poder público e o capital privado. A pesquisa de Rückert aborda o desenvolvimento do serviço de abasteci-

⁴ CAMPOS, Maristela Chicharo. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)**. Tese (Doutorado em História Social e Urbana). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004. SOUZA, Juliana Teixeira. **A autoridade municipal na corte imperial: enfrentamento e negociações na regulação do comércio de gêneros (1840-1889)**. Tese (Doutorado em História). IFCH/Unicamp, Campinas-SP, 2007. SOUZA, Williams Andrade. **Administração, normatização e civilidade: A Câmara Municipal do Recife e o governo da cidade (1829-1849)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional). Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2012. SENA, Divino Marcos de. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império**. 2017. Tese (Doutorado em História), UFGD, Dourados.

mento de água em Corumbá no período entre 1872 e 1945, contemplando um período em que Ladário era parte do território corumbaense.

O quinto capítulo destaca um tema novo e que ainda não havia recebido a devida atenção da historiografia: o processo de emancipação de Ladário. Antes distrito de Corumbá, Ladário conquista sua autonomia político-administrativa na década de 1950, tornando-se mais uma cidade no Pantanal e na fronteira com a Bolívia. O texto de Daiane Lima dos Santos explora os elementos do discurso proferido no momento oficial de instalação do município e as primeiras medidas políticas adotadas para gerir a administração da nova cidade pantaneira.

A historicidade dos aspectos políticos da região reaparece no sexto capítulo na forma de uma análise sobre os processos eleitorais e a participação de estrangeiros na política de Corumbá. Paulo Ricardo dos Santos Gomes desenvolve uma reflexão sobre as disputas eleitorais na região, desde o princípio de formação urbana de Corumbá até as últimas eleições municipais ocorridas em 2016. O assunto é tratado em perfeita articulação com escalas de abordagens mais amplas e o autor relaciona a política local com as conjunturas de âmbito regional (provincial/estadual) e nacional.

E por ser uma região de fronteira, o livro não poderia deixar de contemplar a presença e influência boliviana em Corumbá e Ladário. Este tema está presente no sétimo e último capítulo que trata da majoritária participação de mulheres bolivianas nas feiras livres que ocorrem nessa parte do Brasil. Com uso de técnicas e reflexões da História Oral, Joanna Amorim de Melo Souza Loio investigou a trajetória migratória dessas mulheres até a região de fronteira e as suas participações no comércio de feira livre no Brasil.

Com o conjunto de textos reunidos neste livro os organizadores da obra almejam contribuir para difundir a História Regional de Corumbá e Ladário, e, simultaneamente, almejam fomentar o desenvolvimento

de pesquisas sobre a historicidade da fronteira do Brasil com a Bolívia. Os organizadores também refutam a desgastada – mas ainda persistente – ideia de que a História Regional é uma produção acadêmica de menor qualidade ou importância. E, com a colaboração dos autores convidados, apresentam pesquisas que conciliam originalidade na proposição dos temas com a preocupação teórica e metodológica na escolha e interpretação das fontes documentais.

Fabiano Quadros Rückert
Divino Marcos de Sena
Marco Aurélio Machado de Oliveira

Capítulo 1

MAÇONARIA EM CORUMBÁ E LADÁRIO NO FINAL DO SÉCULO XIX*

Rafael de Jesus Pereira
Divino Marcos de Sena

A maçonaria tem protagonizado pesquisas no campo da história nas últimas décadas. Esse interesse pelo tema está inserido no movimento de renovação da história, especialmente da história política que, a partir de 1970, tomou para si métodos e abordagens provenientes de influências interdisciplinares. O político passou a observar não apenas a política no seu sentido tradicional, mas, nos aspectos das representações sociais ou coletivas, a memória ou as memórias coletivas, as diferentes práticas discursivas associadas ao poder e os imaginários sociais; as atitudes, comportamentos, ideias e discursos das elites.

Um campo específico do político começou a ser entendido com estruturas e uma dimensão cultural que lhes são próprias. Entre às inúmeras tendências e variações ocorridas, destacamos temáticas novas, tais como os poderes, os saberes enquanto poderes, as instituições supostamente não políticas e as práticas discursivas (FALCON, 1997).

Como parte da mudança na percepção da historiografia sobre a política, novos indivíduos, grupos sociais e instituições passaram a figurar como objetos do campo político, dentre estes citamos a família, as fábricas, as escolas, os asilos, os hospícios, as prisões e os hospitais. A partir desses novos olhares, foi possível romper com a ideia da centralização do exercício do poder na figura do Estado, percebendo que o poder permeia as diferentes relações e grupos sociais (FOUCAULT, 2009).

* Pesquisa realizada com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

Desse modo,

A Maçonaria surge como mais uma possibilidade de compreensão das inúmeras relações de poder que passam as sociedades. Ao configurar um modelo de sociabilidade próprio baseado na filantropia, na rede de solidariedade entre os pares, nos juramentos e rituais que criam laços de pertencimento, percebe-se, na Maçonaria, a existência de mecanismos próprios de dominação, constituindo-se em um dos espaços, fora do domínio direto do Estado, por onde o poder circulava e os homens faziam política (SOUZA, 2015, p. 18).

Maçonaria é instituição formada por uma típica estrutura organizacional historicamente construída, suscetível de ressignificações, com fundo teórico comum e um corpo simbólico, mítico e ritualístico passíveis de múltiplas interpretações. Pensar a maçonaria é como pensar uma grande família em suas variadas ramificações históricas, constituída de entrecruzamentos espaciais e temporais diferentes, com traços semelhantes, capaz de reprodução e de redefinição à medida que novas seções vão surgindo em diferentes contextos.

Toda a complexidade de características constituída nas múltiplas ramificações, ao mesmo tempo em que diferenciam a maçonaria acabam constituindo e evidenciando o que lhe é próprio e identitário. Alguns elementos são compartilhados, tais como: uma história, o fundo teórico comum (que evoca os preceitos do progresso, da razão, da liberdade, da igualdade, da moral e da fraternidade) propenso de interpretações e de variadas apropriações, a terminologia, a forma de organização e a linguagem simbólica baseada em mitos, rituais e alegorias decifradas apenas pelos irmãos da ordem maçônica.

Dada a importância da maçonaria e as novas possibilidades teóricas e metodológicas proporcionadas pela história política, neste capítulo apresentamos uma análise sobre a presença maçônica em Corumbá e Ladário, Sul de Mato Grosso, na fronteira do Brasil com a Bolívia, nas três últimas décadas do século XIX. Como existem poucos

trabalhos historiográficos sobre a atuação de maçonarias na região em destaque, este capítulo contribui com a discussão sobre o tema, colaborando com a história política e social.

O contexto de gradativo desenvolvimento de Corumbá após a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) atraiu estrangeiros e brasileiros de outras províncias. “A navegação pelo rio Paraguai proporcionou à província um contato mais rápido com a região platina e com portos do litoral brasileiro” (SENA, 2017, p. 48), os navios partiam do porto de Corumbá em direção ao Estuário do Prata com destino ao Rio de Janeiro e Europa, fazendo escalas em diversos portos nacionais (REYNALDO, 2007, p. 31). “As transformações sentidas em Corumbá fizeram parte da dinâmica do capitalismo, com a mundialização da economia. Nesse processo de mundialização, países como o Brasil sentiram os efeitos do entusiasmo pelo comércio livre internacional que tinham seus maiores expoentes na Europa” (SENA, 2017, p. 48).

A partir desse contexto mais amplo foram levantadas as questões norteadoras da nossa análise. Inserimos como marco temporal os anos de 1871, data da primeira publicação do Boletim do Grande Oriente do Brasil, e 1899, data das últimas publicações disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional. Esse recorte engloba os anos de 1872, 1874, 1875 e 1897, que tratam da primeira fase da loja Caridade e Silêncio (em Corumbá), com seus trabalhos iniciais, instalação, regulamentação e fechamento⁵ e da fundação da loja Pharol do Norte (em Ladário),

⁵ De acordo com o breve histórico fornecido pela instituição, o ano de 1872 marca as primeiras atividades da loja Caridade e Silêncio em Corumbá antes de sua regularização oficial pelo Grande Oriente do Brasil Vale do Lavradio. Em 1874, após o recebimento do Breve Constitutivo, sua instalação oficial ocorreu no dia 7 de abril. O ano de 1897 foi o momento do seu fechamento que se deu por motivos desconhecidos. Em 15 de novembro de 1965, a loja foi restaurada e permanece com suas atividades regulares até os dias atuais (LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO, 1997).

podendo, contudo, retroceder e avançar em alguns momentos para que não se percam informações que permeiam a Ordem maçônica e os seus membros em Corumbá e Ladário.

O objetivo principal que conduziu nossa investigação foi compreender os motivos que levaram o Grande Oriente do Brasil Vale do Lavradio a instalar lojas maçônicas no Sul de Mato Grosso, em área de fronteira do Brasil após ter sido ocupada por tropas estrangeiras (os paraguaios). Após as investigações iniciais, percebemos que a atuação de alguns maçons foi essencial nesse processo, antes mesmo do reconhecimento das lojas pela administração central da ordem. À medida que aprofundamos na pesquisa, ficou evidente um conjunto de fatores que contribuíram para a criação de lojas na região em destaque.

Os trabalhos sobre maçonarias desenvolvidos por Barata (1994, 1995, 1999, 2002), Gonçalves (2012), Azevedo (1997), Colussi (1998), Silva (2018), Couto (2005) e outros foram essenciais, porque auxiliaram na compreensão sobre a presença, atuação e sociabilidade maçônica em diferentes períodos e lugares do Brasil, o que nos possibilitou perceber semelhanças e diferenças entre outras regiões e o Sul de Mato Grosso. Estudos como os de Sena (2017) e Souza (2008) ajudaram a compreender as articulações e atuações das elites nas mais variadas instituições presentes no contexto histórico de (re)construção de Corumbá pós-Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Grande parte dessas elites era membro da maçonaria, nesse sentido, os estudos contribuíram para a identificação e caracterização desses indivíduos, como também para entender suas presenças em diversos espaços de poder.

Na suspeita da existência de fontes produzidas pela maçonaria em Corumbá, buscamos um dos atuais representantes da loja Caridade e Silêncio que desconfiou inicialmente a respeito dos objetivos da pesquisa. Após o entendimento, observamos um aparente entusiasmo com a promessa de disponibilizar algumas fontes para a pesquisa. Dias depois do contato inicial, tivemos acesso a um pequeno histórico da loja Caridade e

Silêncio e a um comprovante de sua instalação na década de 1870.

De acordo com o representante, inexistem documentos como atas produzidas durante as sessões do final do século XIX. Essa inexistência estaria relacionada ao longo período entre o fechamento e a reabertura da loja, as formas de armazenamento e organização utilizadas no momento, como também a deterioração “natural” dos documentos ao longo do tempo. Segundo o mesmo representante, todo e qualquer documento relacionado à maçonaria, antes de sua disponibilização, deve ser solicitado por um membro em sessão na loja local. Posteriormente, essa solicitação é enviada para o poder central e somente com consenso dos membros a consulta é ou não aprovada.

Essas peculiaridades referentes ao acesso às fontes da maçonaria, que dificultam a realização de pesquisas acadêmicas acerca do tema no Brasil e em outros países, salvo algumas exceções, acabaram nos condicionando a utilizar o método apresentado por Carlo Ginzburg (2007) referente ao paradigma indiciário. Nele, o historiador é comparado ao detetive, pois a partir de pistas singulares e quase imperceptíveis ao olhar corriqueiro consegue entender um determinado fenômeno.

Ao buscarmos informações sobre pessoas ligadas à Loja Pharol do Norte em Ladário, fundada em 29 de maio de 1875,⁶ conseguimos o contato de um antigo membro. Agendamos um encontro em sua residência, e, após a exposição dos objetivos da pesquisa, ele prontamente nos disponibilizou alguns históricos da loja produzidos pelos próprios maçons em diferentes momentos e fotocópias do livro de presença de algumas sessões de 1875.

Analisar o “Boletim do Grande Oriente do Brasil”, disponível na

⁶ A Carta Constitutiva (BREVE) foi autorizada pela Grande Loja Central em sessão do dia 14 de setembro de 1876 (Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavrado, 1876, p. 345), e sancionada em 18 de setembro de 1877 (PHAROL DO NORTE, 1986).

hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, nos proporcionou preencher lacunas deixadas pelas fontes encontradas e pela falta de autorização para consultar o acervo da loja Caridade Silêncio ou pela sua possível inexistência, e para acessar outras possíveis fontes da loja Pharol do Norte, como também relacionar o tema com diferentes escalas de abordagem (REVEL, 1998). Com o Boletim foi possível identificar algumas ações das lojas de Corumbá e Ladário,⁷ como igualmente analisar como ocorreram os processos de regularização, filiação e fundação das mesmas.

Com o breve histórico da loja Caridade e Silêncio fornecido pela instituição, e com as fotocópias do livro de presença da loja Pharol do Norte identificamos os nomes de alguns membros. Após a identificação, recorremos a periódicos disponíveis na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, como “O Iniciador – jornal comercial, noticioso e literário” (1879-1886), “O Liberal (MT)” (1873-1882), dentre outros. Nesses periódicos, notamos elementos que contribuíram para as reflexões dos nossos objetivos.

BREVE HISTÓRICO DO DESENVOLVIMENTO MAÇÔNICO

Embora definir as origens da maçonaria não seja a nossa pretensão, faremos uma breve exposição do seu desenvolvimento histórico na Europa e posterior instauração no Brasil. Grande parte dos autores que estudam a maçonaria distingue as atividades maçônicas em duas fases: operativa/antiga e a especulativa/moderna. Não há consenso no discurso maçônico sobre a origem da maçonaria operativa no mundo. Enquanto algumas narrativas atribuem sua ligação às antigas corporações de pedreiros medievais, outras retrocedem até a Ordem dos pitagóricos da Antiga Grécia, à construção do Templo de Salomão ou retrocedem

⁷ Atualmente, a Loja Pharol do Norte está na cidade de Ladário-MS, que na época era um distrito do município de Corumbá.

ao Jardim do Éden, afirmando que Adão teria sido iniciado nos segredos maçônicos pelo próprio Deus (DOPKE, 2011).

Diferentemente dos discursos maçônicos, historiadores situam as raízes da maçonaria operativa nas corporações de ofício surgidas durante o período medieval. De acordo com Dopke (2011, p. 26),

as raízes remotas da Ordem maçônica estão nas corporações de ofício dos construtores de catedrais, surgidas em meados do século XIII. Aqueles homens ligados à arte da construção, devido ao caráter itinerante de seu trabalho, acabavam não se ligando a nenhuma cidade ou feudo, passando a deter importantes privilégios: a não sujeição à servidão e aos impostos e a livre circulação.

Na fase operativa a maçonaria era uma associação corporativa de trabalhadores do ramo da construção. Estes transmitiam com a prerrogativa do segredo seus conhecimentos técnicos das artes da construção apenas entre os pedreiros livres, visando a manutenção desse monopólio (COLUSSI, 1998). Elementos vinculados ao ofício desses trabalhadores como esquadro, compasso, prumo, malhete, e o nível de conhecimento das artes da construção como aprendiz, companheiro e mestre, assumiram caráter simbólico na transição para a fase especulativa (GONÇALVES, 2012).

Nessa transição, que não pode ser desassociada do contexto de transformações profundas ocorridas na Europa dos séculos XVI e XVII, a maçonaria estava se ressignificando. Progressivamente, as lojas operativas foram aceitando em seu círculo homens não ligados aos ofícios de construtor. A adesão de membros aceitos, normalmente altas personalidades ao que parece, objetivava a manutenção dos privilégios adquiridos pela associação. O número desses membros aceitos aumentou ao ponto de superar o de pedreiros de ofício, e as lojas se transformaram em centros de debate, estudo e especulação, justificando o termo maçonaria especulativa (COLUSSI, 1998).

Apesar de indícios documentais apontarem que as atividades maçônicas especulativas se iniciaram na Escócia no século XVII, foi especialmente na Inglaterra que elas se desenvolveram, sobretudo com a fundação da Grande Loja em 1717.

A partir desse momento, realiza-se a mudança na orientação da fraternidade maçônica, pois, mesmo conservando escrupulosamente o espírito da antiga confraria, com seus princípios e usos tradicionais, abandonar-se-ia a arte da construção para os trabalhadores profissionais, mas se manteriam todos os termos técnicos e os sinais usuais que simbolizavam a arquitetura dos templos, embora para tais expressões se lhes tenha dado um sentido simbólico. A partir desse período, a Maçonaria transformou-se em uma instituição cuja característica era a obtenção de uma finalidade ética, suscetível de se propagar em todos os povos civilizados. Do ponto de vista jurídico, essa foi a vitória do direito escrito sobre o costume e o nascimento de um novo conceito, o da obediência ou federação de Lojas. No futuro, é aí que residirá a soberania, pois somente a Grande Loja terá autoridade para criar novas Lojas. E com isso, de fato, surgiu uma legitimidade maçônica chamada Maçonaria Regular (BENIMELI, 2007, p. 43).

Apesar das controvérsias historiográficas, há evidências da presença de maçons no Brasil desde o final do século XVIII. Para parte da historiografia, esses maçons eram “os filhos das elites agrárias e dos grandes negociantes que foram estudar nas universidades europeias, particularmente em Coimbra (Portugal) e Montpellier (França), no final do século XVIII” (BARATA, 2013, p. 142). Iniciados na maçonaria europeia, ao regressarem ao Brasil esses homens teriam sido os responsáveis pela fundação das primeiras lojas maçônicas brasileiras. Além dos estudantes, outros setores sociais como o dos negociantes, militares, religiosos e empregados públicos também figuram entre os primeiros maçons do território, e tiveram importância nessa fase inicial da maçonaria brasilei-

ra. William Carvalho sintetizou os primórdios das ações maçônicas no Brasil, até a fundação do primeiro Grande Oriente nacional.

Quadro 1. Cronologia dos primórdios da maçonaria brasileira

DATA	FATO
1976	Fundação, em Pernambuco, do “Areópago de Itambé”, que não era uma verdadeira Loja, pois, embora criado sob inspirações maçônicas não fosse totalmente composto por maçons
1797	Fundação da Loja Cavaleiros da Luz, na povoação da Bahia
1800	Criação, em Niterói, da Loja União
1801	Inauguração da loja Reunião, sucessora direta da União
1802	Criação, na Bahia, da Loja Virtude e Razão
1804	Fundação das Lojas Constância e Filantropia
1806	Fechamento, pela ação do conde dos Arcos, das Lojas Constância e Filantropia
1807	Criação da Loja Virtude e Razão Restaurada, sucessora da Virtude e Razão
1809	Fundação, em Pernambuco, da Loja Regeneração
1812	Fundação da Loja Distintiva, em S. Gonçalo da Praia Grande (Niterói)
1813	Instalação, na Bahia, da Loja União
1813	Fundações de uma Obediência efêmera e sem suporte legal - que alguns consideram como o primeiro Grande Oriente Brasileiro - constituída por três Lojas da Bahia e uma do Rio de Janeiro
1815	Fundação, no Rio de Janeiro, da Loja Comércio e Artes
1818	Expedições do Alvará de 30 de março, proibindo o funcionamento das sociedades secretas, o que provocou a suspensão - pelos menos aparentemente - dos trabalhos maçônicos
1821	Reinstalação da Loja Comércio e Artes, no Rio de Janeiro
1822	17 de junho: fundação do Grande Oriente

Fonte: CARVALHO, 2010, p. 34

Após um momento inicial de atuação, a década de 1870 é apontada pela historiografia como um período de expansão e consolidação do Grande Oriente do Brasil nas diferentes províncias brasileiras, apesar dos embates com a Igreja Católica e das rupturas internas (BARATA, 1999). A rivalidade entre o Oriente da rua do Lavradio e o Oriente da rua dos Beneditinos, na Corte Imperial (Rio de Janeiro), criou uma verdadeira corrida pela manutenção das lojas ligadas a seus respectivos orientes, como também a busca pela fundação de novas lojas. Com isso, os orientes visavam consolidar sua hegemonia no território brasileiro.

A presença maçônica e posterior fundação de lojas maçônicas em Corumbá e Ladário estão inseridas em diferentes movimentos conjunturais. De forma sucinta, apresentaremos, na sequência do texto, estas conjunturas e como a articulação entre elas explica a existência de lojas maçônicas no Sul de Mato Grosso.

EXPANSÃO MAÇÔNICA NA DÉCADA DE 1870

A década de 1870 foi um período de expansão e consolidação do Grande Oriente do Brasil nas diferentes províncias brasileiras (BARATA, 1999). A historicidade do Grande Oriente do Brasil evidencia como ele se estruturou de maneiras distintas no decorrer do século XIX. Em seus primeiros 40 anos de existência (1822-1862) manteve a mesma estrutura organizacional. Porém, em 1863 a administração central da Ordem se dividiu em dois grupos: O Grande Oriente do Brasil da rua do Lavradio e o Grande Oriente do Brasil da rua dos Beneditinos, no Rio de Janeiro. Essa divisão durou até o ano de 1883, com um pequeno intervalo em 1872 em virtude da formação do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. De 1883 a 1890, os dois grupos se uniram novamente formando o Grande Oriente do Brasil. A partir de 1890, foram constituídos os grandes orientes estaduais ligados ou não ao Grande Oriente do Brasil (BARATA, 1995).

Após a divisão do Grande Oriente, em 1863, várias reuniões e negociações foram empreendidas, colaborando para a sua união novamente em 1872 sob a denominação de Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil. Essa união teve cunho estratégico de enfrentamento à Igreja Católica durante a denominada “Questão Religiosa”. Lojas e membros antes associados a orientes rivais, se unem, votam, discutem, deliberam e se articulam nas mais variadas instâncias sociais. Isso trouxe consequências após a cisão ocorrida no mesmo ano, como, por exemplo, lojas e membros ligados anteriormente ao Oriente dos Beneditinos se filiarem ao Oriente do Lavradio, e vice-versa.

Essas questões geraram um clima de instabilidade entre os orientes, perceptível nas publicações de seus periódicos.⁸ A grande questão era manter o maior número de lojas sob seu domínio. Além de manter as lojas já existentes, a busca pela consolidação de sua hegemonia levou cada círculo a incentivar a fundação de novas lojas nas diferentes províncias brasileiras. No quinquênio de 1866/1870 o Grande Oriente tinha 172 lojas ativas em seu círculo, esse número sofreu um aumento de 77,9% no quinquênio de 1871/1875, chegando a 306 lojas ativas. O crescimento permaneceu no quinquênio de 1876/1880 chegando a expressivos 99,4%, ou seja, em uma década o número de lojas ativas quase dobrou, com 343 lojas (BARATA, 1994, p. 90).

Na província de Mato Grosso foram fundadas seis lojas na década de 1870 (BARATA, 1994, p. 90), duas delas em Corumbá, “conhecida em Mato Grosso como uma cidade maçônica” (MARIN, 2009, p. 124). As primeiras cinco lojas foram fundadas no quinquênio de 1871/1875 e

⁸ O Grande Oriente do Lavradio publicava o “Boletim do Grande Oriente do Brasil: Jornal Official da Maçonaria Brasileira, Publicação Mensal”, enquanto o Oriente dos Beneditinos publicava o “Boletim do Grande Oriente Unido e Supremo Conselho do Brasil: Jornal Official da Maçonaria Brasileira”.

uma no seguinte (1876/1880). Porém, esse aumento do número de lojas na década de 1870 por si só não responde nossos questionamentos iniciais. Foi preciso analisar não apenas a quantidade, mas também onde essas lojas se encontravam em maior número na conjuntura analisada. A articulação dessas informações evidenciou quais as principais características dos locais preconizados para o estabelecimento da maçonaria.

Entre as províncias com a maior presença de lojas maçônicas na década de 1870 estão as seis mais importantes economicamente do Império: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco (BARATA, 1994, p. 90). Em contrapartida, províncias como Acre, Goiás e Ceará apresentaram presença diminuta de lojas. Ou seja, a maçonaria se estabeleceu em maior número nos principais centros políticos e econômicos do Império. A província de Mato Grosso não se enquadrava entre as principais do Império, e até o início da década de 1870 não havia recebido a fundação de nenhuma loja maçônica. Com o término da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), Mato Grosso passou por mudanças, especialmente no fortalecimento militar das fronteiras, após as fragilidades evidenciadas no conflito, e na fixação de pessoas de outras partes do país e do exterior.

O Governo Imperial investiu mais na província de Mato Grosso a partir da década de 1870. Esses investimentos foram utilizados para a reconstrução de instalações militares destruídas durante a Guerra, a instalação e reinstalação de instituições, nomeação e transferência de empregados públicos e a construção de novos quartéis, entre eles o Arsenal de Marinha de Ladário. De acordo com Mello (2009, p. 258) “os custos com a instalação do arsenal ultrapassaram dois mil contos de réis”. Para Garcia (2001, p. 102),

Esses gastos do governo geral em Mato Grosso no período posterior à Guerra do Paraguai é o fator que impulsionou a retomada do desenvolvimento do capital

mercantil na província. É revelador desse fato o desenvolvimento da vila de Corumbá no período imediatamente posterior à guerra.

Corumbá foi uma das localidades que mais se beneficiou com os investimentos do governo imperial, assumindo papel importante no cenário nacional, principalmente por sediar uma Base Naval brasileira. Medidas como a liberação do imposto de importação através do porto de Corumbá e a reabertura da navegação ajudaram a impulsionar a economia de Mato Grosso. Gradativamente, a economia da localidade foi se desenvolvendo, comerciantes foram atraídos e estabeleceram suas casas comerciais. As relações socioeconômicas atingiram patamares dantes não alcançados, inserindo Corumbá como principal entreposto comercial de Mato Grosso.

Corumbá passou por transformações que, em certa medida, já eram vivenciadas em cidades onde a existência de maçonarias era mais expressiva. Na conjuntura de expansão maçônica da década de 1870, Corumbá apresentava alguns aspectos socioeconômicos das demais localidades onde a presença maçônica se deu de maneira expressiva. Isso contribuiu para a atuação de maçons e posterior fundação das lojas em Corumbá e Ladário.

Nos contextos de expansão maçônica e de alterações econômicas e sociais no Sul de Mato Grosso, estavam indivíduos maçons, ligados ou não a lojas do Grande Oriente do Lavradio, e em contato com profanos⁹ que, movidos pelos mais variados motivos, solicitavam iniciar na Ordem. Portanto, para além de um olhar com uma escala mais ampla, se fez necessário analisar as peculiaridades regionais em articulação com informações encontradas a respeito de alguns homens ligados à maço-

⁹ Profanos eram todos que não tinham iniciado na maçonaria.

naria em Corumbá e Ladário, para que assim pudéssemos entender a presença e posterior fundação de lojas maçônicas nessas localidades no final do século XIX.

CONTEXTO HISTÓRICO E A PRESENÇA DE MAÇONS EM CORUMBÁ E LADÁRIO

Corumbá foi ocupada durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870) pelas tropas paraguaias em princípio de 1865, o que fez interromper uma incipiente transformação que a localidade vivenciava com a abertura da navegação a vapor no rio Paraguai, ocorrida em finais dos anos 1850. O bloqueio empreendido pelos paraguaios à navegação brasileira naquele rio fez com que a presença do governo imperial na região fosse comprometida, assim como dificultou parte do abastecimento e da comunicação entre a Corte e Cuiabá, capital da província, e outras áreas já dependentes da navegação a vapor. Nos últimos anos da Guerra, quando os paraguaios começaram a sofrer graves derrotas, parcela da população que antes morava ou possuía negócios em Corumbá passou a reocupar o território.

Por sua vez, o comércio local, gradativamente, foi sendo restabelecido e motivado pelo investimento do governo imperial na província de Mato Grosso. A publicação do Decreto n. 4.388 de 15 de agosto de 1869 isentou de tributação por dois anos todos os gêneros de importação e exportação comercializados na praça e liberou o porto de Corumbá para as embarcações de diferentes nacionalidades. Por conta dessas concessões, novos comerciantes foram atraídos e se estabeleceram na localidade a partir do início da década de 1870, onde construíram casas comerciais. Ao mesmo tempo, duas importantes instituições passam a funcionar, a Alfândega reinstalada para armazenar produtos e arrecadar os impostos de importação e exportação, e a Câmara Municipal, em 1872 (SENA, 2017).

Essas e outras instituições foram ocupadas por homens que atuaram na maçonaria corumbaense. Nos dados da Tabela 1, fica perceptível a posição (grau) de alguns dos fundadores na ordem maçônica em um dos anos que compreende o período aqui analisado e as suas procedências, ocupações e atuação na política local. Alguns deles possuíam escravos suficientes para tocar parte dos negócios ou número reduzido para atuar especialmente em afazeres domésticos.

Tabela 1 - Caracterização dos membros fundadores da loja Caridade e silêncio (1874)

NOME	INFORMAÇÕES
Antonio Carvalho Vieira	Grau 30 e 2º Vigilante (1877); nasceu no Rio Grande do sul, mudou-se para o Sul de Mato Grosso 1872/1873; vivia de agência; negociante; Empregado Público; Proprietário; açougueiro (negociante de carne verde); Tenente (Guarda Nacional); vereador da Câmara Municipal de Corumbá nos quadriênios 1877-1880 e 1881-1882.
Antonio Francisco Bandeira Junior	...
Antonio Joaquim da Rocha	Grau 33 e Venerável Mestre (1876); nasceu no Rio de Janeiro e foi para o Sul de Mato Grosso antes da Guerra; despachante; negociante; proprietário da tipografia do Jornal O Corumbaense; despachante geral da Alfândega; Capitão (1882); Tenente-coronel Chefe do Estado Maior do Comando Superior da Guarda Nacional (nomeado por Decreto 1/9/1887); vereador da Câmara Municipal de Corumbá em 1872 e [1873].
Antonio Joaquim Malheiros	Negociante; fazendeiro; proprietário de tipografia, proprietário de açougue; Coronel (Guarda Nacional); vereador da Câmara Municipal de Corumbá no quadriênio 1877-1880.
Antonio Miguel da Costa Leite	Grau 18.
Antonio Rodrigues Chaves	...
Antonio Severiano Nunes	Grau 3, Venerável Mestre (1874).
Antonio Severino	...
Boaventura da Motta	Negociante; Comandante de navio; proprietário de embarcação a vapor; fazendeiro; possuía 4 escravos; vereador suplente da Câmara de Corumbá no quadriênio 1877-1880.

Constantino Martins Fernandes	...
Cyriaco da Costa Rondon	Tenente; 3º Suplente do Juiz Municipal (designado pela Presidência da Província em 25/2/1882).
Cyrillo José Pereira de Albuquerque	Grau 31.
Elídio Fernandes da Silveira	...
Emilio Alvarez de Araújo	...
Felipe Orlando Short	Grau 18 e Orador (1877); possuía 4 escravos; Capitão de Fragata, Delegado de Polícia (nomeado pela Presidência da Província em 1875); responsável pela Capitania do Porto (1877); Inspetor do Arsenal de Marinha do Ladário e Capitão do Porto (1880, 1887, 1889); Comandante da Canhoneira Forte de Coimbra (1883).
Fernando [ou Ferdinando] Sanclemente	Italiano; proprietário de fábrica de cal; construtor.
Francisco da Silva Rondon	Mato-grossense, chegou no Sul de Mato Grosso antes da Guerra; negociante; proprietário de fábrica de sabão e de barco; Tenente-coronel chefe do Estado Maior e Comandante Superior interino da Guarda Nacional desta Fronteira, Miranda e de Santana do Paranaíba (1881); Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa.
Frederico Simplicio Gualberto de Mattos	2º Escrivário interino da Alfândega (1874).
Germano José da Silva	Grau 18 (1877); possuía 1 escravo; porteiro e administrador das capacidades da Alfândega (1880).
Henrique Fausto Bilham	...
Jacyntho Pompeu de Camargo	Grau 18 e Tesoureiro (1877); Fazendeiro; Capitão; Promotor Público (assumiu o cargo em 20/2/1874) (1875, 1876); Coletor das rendas Provinciais (nomeado por Resolução da Presidência da Província de 31/3/1873) (1875, 1876, 1877); membro da Junta de Classificação de Escravos (1875, 1876); possuía 10 escravos; 3º Suplente de Juiz Municipal (nomeado por Ato de 4/6/1878, prestou juramento do cargo em 16/6/1878); 1º Suplente do Juiz Municipal (nomeado em 5/12/1883 pela Presidência da Província para o quadriênio 1884-1888); Juiz de Direito interino (1880).
James Cree	Grau 18 (1875); inglês; artista.
James Hornaby	Grau 18 (1875); inglês; maquinista.
James Russel Taylor	Grau 18 (1875); inglês; artista.

João d'Alincourt Sabo de Oliveira	Grau 3 e Tesoureiro (1874); Mato-grossense; negociante; Major; vereador da Câmara de Corumbá nos quadriênios 1873[1874]-1876 (suplente); 1877-1880.
João Lopes Carneiro da Fontoura	Grau 3, Orador (1874); Major honorário do Exército; 1º Suplente de Juiz Municipal (nomeado em 16/1/1873 por ato da Presidência da Província); Agente de Colonização na Vila (nomeado por Lei Provincial sob nº 11 de 2/7/1873, momento em que também foi criada a citada agência, entrou no exercício do cargo em 15/7/1873) (1874); Inspetor da Alfândega (1872, 1873, 1874).
João Selasco	...
João Vieira Rodrigues	Grau 9 (1875), grau 18 (1877); artista; operário do arsenal de marinha de Ladário (1874); mestre da oficina de fundidores do arsenal de Ladário (1886-1889).
Joaquim Augusto de Souza Carvalho	...
Joaquim Correia de Azambuja	Grau 30; português naturalizado brasileiro (1876); artista.
Joaquim José de Carvalho	Fiscal da Câmara Municipal de Corumbá (1874, 1875 a 1877); 4º Juiz de Paz de Corumbá (1877); Secretário da Câmara de Corumbá; Proprietário do escravo Clementino (falecido em 19/7/1877).
Joaquim Timotheo Ribeiro	Grau 3 e Orador (1874), grau 18 (1875); Mato-grossense chegou no Sul de Mato Grosso antes da guerra; negociante; despachante; proprietário de olaria; proprietário; empregado público; Tenente-coronel (Guarda Nacional); Comandante do 17º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional e Presidente do Conselho de Qualificação de Guardas Nacionais; possuía 1 escravo; vereador nos quadriênios 1873[1874]-1876 (suplente); 1877-1880 (suplente).
José Lopes de Oliveira	...
Liberato Lins Cavalcante de Oliveira	...
Luciano Reischerfer	Grau 18 e 2º Vigilante (1876), 1º Vigilante (1877).
Luiz Antonio de Andrade Costa	Grau 18 e Venerável Mestre da Loja Pharol do Norte (1875); Oficial da Marinha, 2º tenente (1886).
Luiz da Costa Pinto	...
Manoel d'Almeida da Cama Lobo d'Essa	Grau 3, Venerável Mestre, 1º Vigilante (1874); possuía 2 escravos; Coronel; Comandante da Fronteira e do 2º Batalhão de Artilharia a pé e Juiz Comissário de medições de Corumbá (1874).

Manoel José da Costa	Grau 18 (1875); Secretário e grau 30 (1877); Tesoureiro (1878); artista; português.
Manoel José da Rocha Campos	Grau 18 (1875); grau 30 (1877); maquinista; maquinista 4º classe (1864); maquinista 2º tenente 3º classe (1879).
Manoel Ricardo da Cunha Couto	Capitão de Fragata; Comandante da Flotilha estacionada (1873); Diretor do Arsenal de Marinha de Ladário (1875).
Mathias José Fernandes de Sá Junior	Grau 3 (1875); grau 18 (1877); farmacêutico; oficial do corpo de saúde da armada, farmacêutico de comissão na esquadra de operações (1870); 2º tenente (1871); dispensado da enfermaria do arsenal de marinha de Ladário (1877); subdelegado do 2º distrito do Ladário (nomeado pelo presidente de província, tomou posse do cargo em 20/12/1876).
Miguel Henrique de Carvalho	Mato-grossense; agência criador; proprietário; administrador de fazenda; alferes; possuía 1 escravo; vereador nos quadriênios [1873]; 1873 [1874] - 1876.
Miguel Paes de Barros	Mato-grossense; negociante; proprietário de casa de comércio; empregado público; possuía 3 escravos; Capitão (1873); Major (1880) (Guarda Nacional); vereador no quadriênio 1873[1874]-1876 (suplente); 1877-1880.
Pedro Antonio da Silva Horta Filho	...
Pedro Gaide	...
Randolpho Olegário de Figueiredo	Grau 3 e Orador (1876); empregado público; oficial honorário; Capitão (1881); Major (1904); vereador suplente no quadriênio 1881-1882.
Raymundo Jacinto de Sampaio	Médico; 2º Cirurgião da Armada em Ladário (1874, 1879).
Salustiano Pereira de Almeida Sebrão	...
Salvador Augusto Moreira	2º suplente do subdelegado do distrito de Corumbá (1881); curador geral dos órfãos do termo e promotor de capelas e resíduos (1881); secretário da Câmara de Corumbá (1873 e 1877-1880); delegado de polícia (1885).
Theodoro Borrowsky	Cônsul do Paraguai (1876, 1878); proprietário de fábrica de cal e de extração de pedra.
Vital de Souza Bitencourt	Grau 18; inglês; maquinista.

Fonte: *Livro 1 de Presença da loja Pharol do Norte*; SENA, 2017; SILVA & JARZON, s/d; LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO, 1997; Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio, Rio de Janeiro (1874 a 1877); ALMEIDA, 2014.

Do mesmo modo que Sena (2017) demonstrou para os homens que estiveram na administração do município, identificamos que muitos dos fundadores da Caridade e Silêncio estavam envolvidos em várias formas de investimento e que atuavam em instituições públicas, inclusive na própria Câmara. Difícil é apontá-los somente como comerciantes ou militares, que são as figuras mais emblemáticas que caracterizam a história econômica e política de Corumbá, já que eles também poderiam ter posição na Guarda Nacional e/ou serem proprietários de fazenda de gado, por exemplo. Qualquer tentativa de enquadrá-los em um esquema rígido de definição restringiria as suas subjetividades e formas de atuação e interesses econômicos no contexto regional ou até nacional e no exterior. No entanto, é possível apontarmos algumas características que foram encontradas e elencadas na tabela anterior.

Entre os fundadores da Caridade e Silêncio estavam homens com experiência na ordem maçônica, que tinham recém ingressado ou que pretendiam ingressar, e que trabalhavam no momento na região, que moravam há anos ou tinham recém-chegado para investir no local. Entre eles estavam: oficiais militares da tropa de linha, da Guarda Nacional¹⁰ ou da Armada Imperial (Marinha), negociantes (comerciantes), vivia de suas agências¹¹, despachantes, proprietários (de tipografia, açougue, embarcação, olaria, pedreira, fábrica de cal etc.), fazendeiros, comandante de navio, maquinista, farmacêutico, cirurgião, artista e empregado público. Nesse caso, são ocupações importantes e vinculadas à dinâmica

¹⁰ Sobre a Guarda Nacional em Corumbá, conferir Sena (2019).

¹¹ Viver de agência “era o mesmo que viver de seus negócios, o que poderia englobar atividades diversas, comércio, transporte ou qualquer outro meio de ganhar a vida” (SENA, 2013, p. 52). Além disso, “essa expressão era empregada para se referir às atividades ocupacionais de livres pobres, pessoas de camadas médias e de membros das elites, que poderiam agenciar sua própria força de trabalho, de escravizados e/ou de trabalhadores livres”. No caso de pessoas das elites de Corumbá, nela “estavam incluídos negociantes, profissionais liberais e criadores” (SENA, 2017, p. 127).

econômica da região – que tinha entre as suas principais atividades o comércio de importação e exportação, a criação de gado *vacum* e cavalariagem e a navegação a vapor – ou à posição de defesa do território fronteiriço que recém-tinha saído de domínio estrangeiro, como a presença de militares, e também de profissionais liberais.

Nesse grupo havia homens nascidos no Brasil, entre os quais estavam os provenientes de Mato Grosso ou de outras províncias, brasileiros naturalizados e estrangeiros de países onde a maçonaria possuía uma trajetória consolidada, como a Inglaterra, Itália e Portugal. Difícil deixar de notar que esses homens não estavam nos níveis mais baixos da sociedade da época, pelo contrário, eles se encaixavam no grupo social que Sena (2017) definiu como pessoas das elites de Corumbá ou que tinham boa circulação entre essa parcela da sociedade.

Alguns desses homens estavam instalados e com negócios na região antes da Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança, como era o caso de Jacintho Pompeo de Camargo, casado com D. Rosa Pompeo de Carmago (falecida em 1876), era fazendeiro com propriedade no Sul de Mato Grosso desde pelo menos princípio dos anos 1840, e que contava com a presença de escravaria nas fainas diárias. Jacintho era oficial da Guarda Nacional e, em Corumbá, ocupou diversos cargos e funções públicas, como a de coletor de rendas provinciais e de juiz municipal (SENA, 2017, p. 326). Ele é um exemplo de homem instalado há anos na região e que se vinculou à ordem maçônica, com diferentes formas de atuação na economia, sociedade e política.

Entre as outras principais figuras maçônicas atuantes no cenário comercial e político corumbaense, citamos Antônio Joaquim Malheiros. Ele foi um grande proprietário de terras na região, cujo rebanho de bovinos, conforme o relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso, em setembro de 1887, estava em torno de 18 e 20 mil cabeças, mais ou menos. Além das terras e criação de gado, esse indivíduo possuía um açou-

gue, “comércio que levou por muitos anos e que eventualmente fornecia, via arrematação pública, carne verde, madeira e lenha ao Arsenal de Marinha e aos navios da força naval da província” (SENA, 2017, p. 125). Malheiros possuía várias embarcações “empregadas no transporte de pessoas, mercadorias (importadas e exportadas) e de animais (no interior da província e em importação de gado cavalariço e exportação de gado vacum para o Paraguai)”. Além de uma sociedade com o também maçom Boaventura da Motta (negociante e comandante de navio), sob a firma comercial Motta & Malheiros, “onde vendia secos e molhados por atacado e a varejo, com variados tipos de mercadorias como ferragens, louças, fazendas (tecidos), roupas, calçados e materiais para escritório” (SENA, 2017, p. 126).

Não encontramos informações a respeito da iniciação de Antônio Joaquim Malheiros na ordem maçônica anterior a 1874, quando de sua listagem no quadro dos membros fundadores da Caridade e Silêncio. Portanto, ele pode ter tanto transmitido quanto absorvido os ideais maçônicos através de suas relações sociais e comerciais. Malheiros fornecia carne verde para o Arsenal de Marinha, inclusive esse fornecimento poderia ter ocorrido a partir dos contatos dele com oficiais vindos da Ilha do Cerrito, dada as relações clientelares comuns no momento e região, principalmente com homens listados na fundação da Caridade e Silêncio como, por exemplo: os maquinistas Ingleses James Cree, James Hornesly e James Russel Taylor, ou o oficial brasileiro Luiz de Andrade Costa. Em sua sociedade com Boaventura da Motta, este que também estava listado no quadro de membros fundadores da Caridade e Silêncio, fica evidente o contato e as articulações entre ambos. Nesse sentido, os ideais maçônicos podem ter sido transmitidos entre eles. No transporte de produtos importados e exportados, e de pessoas para diversas localidades e países, inclusive para a capital do Império – cidade esta situada em uma das províncias com a maior presença maçônica do período – Malheiros esteve novamente exposto a possíveis contatos com maçons ou com profanos que visavam iniciar na ordem.

Outros maçons importantes no cenário econômico e político corumbaense foram Antônio Joaquim da Rocha, Joaquim Timotheo Ribeiro e Miguel Paes de Barros (também listados entre os membros fundadores da Caridade e Silêncio). Além de negociantes e proprietários de embarcações, atuavam como despachantes. Essa função destinava-se a desembaraçar negócios, mercadorias, realizar pagamentos e quitação de impostos junto a Alfândega, Coletoria Provincial ou Procuradoria Municipal, de acordo com o tipo de mercadoria importada ou exportada por negociantes que os contratavam. Ocorriam também casos de mercadorias provenientes de outras partes da província, serem destinadas para os despachantes exportarem. Essas informações demonstram a rede de articulação existente entre comerciantes e despachantes corumbaenses com comerciantes de outras partes de Mato Grosso, do Império e do exterior (SENA, 2017, p. 129).

Diferente de Antônio Joaquim Malheiros, Antônio Joaquim da Rocha era ligado à maçonaria antes da fundação da Caridade e Silêncio. Em uma assembleia realizada na Grande Loja Central do Oriente do Lavradio na capital do Império, no dia 1º de setembro de 1874, ou seja, após aproximadamente cinco meses da fundação oficial da Caridade e Silêncio, que se deu em abril do mesmo ano, Antônio Joaquim da Rocha foi elevado ao mais alto grau dentro do rito Escocês Antigo e Aceito assumido pela Caridade e Silêncio,¹² o grau 33. A respeito do rito assumido pela loja, sabemos que havia um tempo médio de transição de graus. Estes intervalos

¹² Denomina-se de rito maçônico um conjunto sistemático de cerimônias e ensinamentos maçônicos. Esses variam de acordo com o período histórico, conotação, objetivo e temática dada pelo seu criador; muitos ritos existiram por breves períodos de tempo e foram extintos, muitos mantêm suas tradições inalteradas até hoje. Estima-se que ao longo da história tenham existido mais de 140 ritos diferentes, os ritos hoje mais difundidos no mundo são: O rito de York, O rito Escocês Antigo e Aceito, O rito Francês ou Moderno, O rito Schröder, O Rito de Memphis-Misraim. No Brasil se exercem todos esses, mas se destacam também o Rito Brasileiro e o Rito Adonhiramita (FILARDO, 2002).

serviam somente para habilitar os membros a serem elevados a graus superiores, os quais só deveriam ser conferidos segundo as virtudes e bons serviços maçônicos. Do primeiro ao último grau, o tempo de transição estipulado era de 61 meses. No entanto, observamos que em alguns casos a transição foi mais rápida. Ainda assim, seria no mínimo arbitrário afirmar que em cinco meses Rocha fosse elevado do primeiro ao último grau.

De acordo com o Artigo nº 40 da Constituição Maçônica de 1852, “enquanto não se verificar o ato da regularização, as lojas provisórias não poderão iniciar, filiar, ou conferir graus, nem usar de selo ou timbre sob pena de lhes não ser concedida a regularização pedida” (MAÇONS, 1852). Entendemos que Rocha poderia ter sido ligado a alguma loja do Lavradio anteriormente à fundação inicial da Caridade e Silêncio em 1872, e posterior regularização e filiação ao Grande Oriente em 1874. Além de sua ligação com o Lavradio, Antônio Joaquim da Rocha foi um dos principais expoentes dos ideais maçônicos na região. Essa afirmação se reforça quando no histórico fornecido pela Caridade e Silêncio cita que a fundação, em 1872, se deu na residência dele. Isso pode significar que foi nessa residência o núcleo inicial da maçonaria corumbaense, onde foram realizados os primeiros encontros entre aqueles que se reconheceram enquanto maçons, e novas pessoas atraídas pelos ideais maçônicos foram se achegando, perfazendo-se 53 membros quando da regularização e filiação ao Grande Oriente do Brasil Vale do Lavradio em 1874. No entanto, não seria essa a única loja fundada a partir de um núcleo inicial de maçons que se reuniam em uma casa.

De acordo com o histórico da fundação da Pharol do Norte, aquela loja surgiu a partir de um núcleo de maçons recém-chegados da Ilha do Cerrito. Esses homens se reuniam em uma casa de pau a pique, com um cômodo, uma cozinha e uma área menor que servia como sala, à luz do candeeiro de carbureto, e ali passavam horas estudando e discutindo assuntos relacionados à “iluminação do homem”. E no dia 29 de maio de 1875 fundaram a loja (SILVA; JARZON, s/d).

Posteriormente, a pequena casa foi demolida e no mesmo local foi construído o templo atual. Inferimos que um grupo se ligou aos maçons da Caridade e Silêncio, sediada na área urbana de Corumbá, enquanto outro grupo permaneceu se reunindo em Ladário, distrito de Corumbá (6 km de distância). Ainda de acordo com o histórico, a própria loja Pharol do Norte, teria sido fruto da loja Cruz, localizada na Ilha do Cerrito, fundada em 27 de agosto de 1871, na residência do capitão de fragata José Marques Guimarães (PHAROL DO NORTE, 1986). Após a Guerra da Tríplice Aliança aquele território foi desocupado pelas forças militares brasileiras, que transportaram a loja para Ladário, mudando seu nome para Pharol do Norte. Assim, a ideia da fundação de lojas a partir de núcleos se reforça e nos possibilita concluir sobre a importância de Antônio Joaquim da Rocha no cenário maçônico corumbaense. Esse homem, por meio de suas relações comerciais, políticas e sociais pode ter transmitido os ideais maçônicos e organizado em sua residência o núcleo que viria a fundar a primeira loja maçônica no Sul da província de Mato Grosso.

TRANSFERÊNCIA DO ARSENAL DE MARINHA DE CUIABÁ PARA LADÁRIO

A presença da maçonaria no Sul de Mato Grosso está também intimamente ligada à transferência do Arsenal de Marinha de Cuiabá para Ladário. Especialmente, porque, para dar prosseguimento aos trabalhos, o Ministro da Marinha, Joaquim Delfino Ribeiro da Luz, determinou, em janeiro de 1873, que o comandante em chefe da Força Naval no Paraguai enviasse para Ladário operários e marinheiros do pequeno Arsenal da Ilha do Cerrito no Paraguai¹³ com todo o material e madeiras lá existentes. Esse Arsenal, localizado na confluência do rio Paraguai com o Paraná, serviu como ponto de apoio e depósito de material bélico duran-

¹³ Atualmente território argentino.

te a Guerra. Os materiais da Ilha do Cerrito teriam chegado a Ladário em maio de 1873, com os operários e marinheiros. Ainda no sentido de dar continuidade às obras, o Ministro da Marinha determinou a transferência da Companhia de Imperiais Marinheiros e dos operários do Arsenal de Marinha de Cuiabá para Ladário (MELLO, 2009).

A ligação desses eventos com a presença maçônica no Sul de Mato Grosso se dá à medida que, de acordo com a literatura maçônica,¹⁴ em 27 de agosto de 1871 foi fundada na Ilha do Cerrito a loja Cruz, na residência do capitão de fragata José Marques Guimarães. A loja Cruz permaneceu ativa até o início de 1873, quando a continuidade de suas atividades na Ilha do Cerrito se tornou inviável pela transferência de parte de seus membros para Ladário, e pelo provável deslocamento de outros para as diversas bases da força marítima brasileira. Parcela dos membros da loja Cruz transferidos para Ladário levou consigo todo material simbólico do templo, e decidiram mudar o nome da loja para Pharol do Norte. Segundo Macêdo (1983), essa loja foi construída pela mesma guarnição que fundou o Arsenal da Marinha de Ladário.

Atentamos para a lista de presença da sessão de instalação dessa loja, ocorrida em 29 de maio de 1875 (*Livro 1 de Presença da loja Pharol do Norte*). Comparando os nomes presentes na lista da Pharol do Norte com os da lista da Caridade e Silêncio, de 7 de abril de 1874, foi possível observar que 10 dos membros elencados na fundação da Caridade e Silêncio (com nomes destacados na tabela a seguir), também aparecem entre os listados na Pharol do Norte (LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO, s/d). Isso significa que, dentre esses membros, em ambas as fundações encontravam-se maçons advindos do Cerrito, em 1873, e que se ligaram aos maçons em Corumbá antes de fundarem a loja Pharol do Norte em 1875.

¹⁴ Consultar TRÊS JANELAS, 2011; SILVA, 2010.

Tabela 2 - Caracterização dos membros fundadores da loja Pharol do Norte (1875)

NOME	INFORMAÇÕES
Albino de Rosa	Grau 3 (1875); artista; italiano.
Antonio Augusto Ribeiro	Grau 3 (1875); maquinista; português.
Antonio Ferreira dos Santos	Grau 3 (1875), grau 18 (1877); artista; brasileiro.
Antonio Francisco Araújo Costa	Grau 3 (1875); baiano, casado, 39 anos de idade (1881); trabalhou com embarcações no transporte de gêneros variados como açúcar e fumo na Bahia (1862-1865); participou da Guerra da Tríplice Aliança, e como forma de remuneração foi condecorado com a medalha da campanha e como Cavaleiro da Ordem da Rosa (1867); 2º tenente comissário no encouraçado <i>Colombo</i> (1874); promovido por antiguidade de 2º a 1º tenente por meio de decreto (1874); comissário no encouraçado <i>Colombo</i> (1876-1878); dispensado da comissão em que estava no encouraçado <i>Colombo</i> para servir na Flotilha de Mato Grosso (1879); recebeu ordem por meio do decreto de 3 de abril de 1880 para desembarcar do encouraçado <i>Brazil</i> (1880); faleceu em 7 de fevereiro de 1881 no hospital de marinha da corte do Império, por tuberculose pulmonar, aos 39 anos.
Domingos dos Santos e Silva	Grau 3 (1875); Tesoureiro e grau 18 (1884); artista; português.
Francisco Alves da Cunha	Grau 33, Venerável Honorário Perpétuo e Presidente Instalador da Loja Caridade e Silêncio (1874), grau 33 (1875); Oficial de fazenda da Armada; brasileiro.
Francisco da Trindade Pinto	Grau 3 (1875); Venerável Mestre e grau 18 (1877); grau 30 (1877); secretário da inspetoria do Arsenal de Marinha de Ladário (1874); falecido em outubro de 1877.
Geraldo Capeche	Grau 3 (1875); grau 18 (1877); artista; italiano.
James Cree	Conferir Tabela 1
James Hornesly	Conferir Tabela 1
James Perrie	Grau 9 (1875); artista; inglês.
James Russel Taylor	Conferir Tabela 1

James Russel Taylor	Conferir Tabela 1
João Candido Brasil	Grau 3 (1875), grau 18 (1877); nascido em 8 de março de 1848; matriculou-se na escola naval como aspirante (1863); promovido a guarda-marinha (1865); 2º tenente (1867); 1º tenente (1868); condecorado pela campanha na Guerra do Paraguai; estudou construção naval na Europa (1872-1874); diretor das oficinas de construção naval do Arsenal de Marinha de Pernambuco (1875); diretor das construções navais Arsenal de Marinha de Ladário (1876); ajudante do diretor das oficinas de construção naval do Arsenal de Marinha da Corte (1878-1880); diretor das oficinas de construções navais do Arsenal de Marinha da Corte (1881-1883); capitão-tenente (1882); capitão de fragata (1890); capitão de mar e guerra (1891); contra-almirante engenheiro naval de 1º classe (1892); faleceu em um desastre marítimo com mais 211 pessoas (1906).
João Vieira Rodrigues	Conferir Tabela 1
Joaquim Correia de Azambuja	Conferir Tabela 1
Joaquim Timotheo Ribeiro	Conferir Tabela 1
John Leith	Grau 9 (1875); artista; inglês.
José de Sequeira Braga	Grau 3 (1875); grau 18 (1877); inglês, 1º maquinista empregado do vapor D. Constância.
Luiz de Andrade Costa	Conferir Tabela 1
Manoel dos Santos Rosas	Grau 12 (1875), 2º Vigilante e grau 18 (1877), 1º Vigilante (1879); português naturalizado brasileiro (1877); mestre encarregado das oficinas de obras civis e militares (1879); comissão administradora de cemitério em Ladário (1882); mestre encarregado das oficinas de construção naval do arsenal de marinha (1889); aposentado (1900).
Manoel José da Costa	Conferir Tabela 1
Mathias José Fernandes e Sá	Conferir Tabela 1
Thomas Lightford	Grau 3 (1875); maquinista; britânico naturalizado brasileiro (1876).
Vicenzo Bove	Grau 3 (1875), grau 18 (1877); artista; italiano.

Vital de Souza Bitencurt	Grau 18 (1875); inglês; mestre encarregado das oficinas de máquinas do arsenal de marinha de Ladário (1877 - 1883); casado, falecido em Cuiabá (1888).
William Cooper	Grau 9 (1875); artista; inglês.

Fontes: A Imprensa (RJ) - 1898 a 1914; Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ) - 1844 a 1885, anos 1866 a 1889; Almanak do Ministerio da Marinha (RJ) - 1870 a 1879, Rio de Janeiro, anos 1870 e 1879; Almanak Popular do Rio de Janeiro 1878 a 1879; A Nação: Jornal Politico, Commercial e Litterario (RJ) - 1872 a 1876; A Provincia de Matto-Grosso - 1879 a 1886; Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio, Rio de Janeiro (1874 a 1879); BRAZIL, 1877; BRAZIL, 1878; Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ) 1862 a 1865; Diario de Belém, 27 de abril de 1880; Diario do Maranhão, 3 de julho de 1874; Diário do Rio de Janeiro 1864 e 1867; Gazeta de Noticias (RJ) 1877 e 1881; Gazeta Naval, 1877; Jornal da Tarde 1877 a 1878; Jornal de Recife, 1871; Jornal do Commercio (RJ), 1886; Livro 1 de Presença da loja Pharol do Norte; Oasis, 1889; O Iniciador, 1881 e 1882; O Matto-Grosso, 1890; O Monitor (BA), 1881; Revista Maritma Brasileira (RJ), 1889; SILVA; JARZON, s/d.

O maquinista inglês James Hornesly, um dos membros presentes em ambas as listas de fundação, foi iniciado na maçonaria em 5 de outubro de 1859 (Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio, 1875, p. 761). Ele, possivelmente, esteve na Ilha do Cerrito, e com a transferência do Arsenal se estabeleceu em Ladário a partir de 1873, 16 anos após sua iniciação na maçonaria. Além de Hornesly, os ingleses James Cree e James Russel Taylor, também ligados ao Arsenal de Ladário, aparecem em ambas as listas.

Conforme a literatura maçônica, muitos regimentos militares ingleses no século XIX possuíam lojas maçônicas. E na Marinha Real não teria sido diferente, porque lojas maçônicas funcionavam a bordo de diversos navios e teriam contribuído para a disseminação dos ideais maçônicos pelo mundo. Não recebemos essas informações de maneira acrítica, principalmente por conhecer o estilo discursivo heroizante e glorioso dos escritores maçons a respeito da maçonaria. Entretanto, é inegável que a Inglaterra foi um dos principais países expoentes da ma-

çonaria mundial. E não apenas na Inglaterra, mas no Brasil também era expressivo o número de militares ligados à maçonaria. No caso específico da Pharol do Norte, um terço dos 27 membros listados na sua fundação eram ingleses vinculados às forças militares e provavelmente saídos do Cerrito. Esses homens podem ter iniciado em lojas maçônicas inglesas antes de se deslocarem para o Brasil.

A tabela 2 apresenta informações do grau maçônico que os fundadores da Pharol do Norte ocupavam em um ou vários momentos do período que abarca este texto, bem como sobre seus perfis ocupacionais, entre os quais tinham: artistas, maquinistas e outros profissionais de atividades marítimas, construtor, negociante (despachante), militar da Guarda Nacional e uma grande maioria de profissionais ligados à Armada Nacional (Marinha do Brasil), sobretudo com patente de oficialato. Assim como o grupo da Caridade e Silêncio, nesse estavam homens das elites ou com circulação nesse segmento social.

Estrangeiros e brasileiros de diversas posições, cargos e funções, foram transferidos do Arsenal do Cerrito e se estabeleceram em Ladário. Acreditamos que o oficial Luiz de Andrade Costa, o maquinista Manoel José da Rocha Campos, o operário João Vieira Rodrigues, o mestre das oficinas de construções navais Manoel José da Rocha Campos, o mestre das oficinas de máquinas Vital de Souza Bitencurt e o farmacêutico Mathias José Fernandes e Sá poderiam estar entre esses homens. Junto aos ingleses citados, a ligação desses homens com a maçonaria, o Arsenal de Ladário e o Cerrito nos dão indícios suficientes para acreditarmos que eles foram membros da loja Cruz fundada no Cerrito ou, no mínimo, tiveram contato com os ideais maçônicos naquela ilha antes da transferência para Ladário. A única figura que identificamos explicitamente ligada ao Cerrito e à loja Cruz, e possivelmente uma de suas lideranças, por ter a loja nascido em sua residência, foi o capitão de fragata José Marques Guimarães que deixou a direção do estabelecimento naval do Cerrito

em abril de 1872 (Revista Marítima Brasileira, 1913, p. 566). Por sua alta posição na Marinha, José Marques Guimarães esteve ligado a diferentes embarcações e postos militares, o que lhe impediu de se fixar em Ladário. Semelhante a ele, pode ter existido mais homens deslocados do Cerrito e ligados à loja Cruz que foram designados para outras localidades, desestruturando, conseqüentemente, o corpo de membros que estava na Ilha.

Ao chegarem ao distrito de Ladário em 1873, uma parte dos maçons remanescentes da extinta loja Cruz se uniu ao quadro de membros da Caridade e Silêncio, a outra parte permaneceu se reunindo em Ladário. A desarticulação das lideranças, como apontado anteriormente, com a ausência de José Marques Guimarães e, provavelmente, de outros homens ligados à maçonaria do Cerrito – em conjunto com o que foi apontado por Mello (2009) a respeito da pouca estrutura existente em Ladário, que passou a se desenvolver com a chegada do Arsenal, e a regulamentação a respeito da fundação de lojas do Oriente do Lavradio – pode ter motivado essa divisão estratégica.

Ligando-se a uma loja já estruturada, prestes a ser regularizada e que possuía número significativo de membros, os remanescentes da extinta loja Cruz, que se vincularam à Caridade e Silêncio, após auxiliarem os que permaneceram em Ladário na construção de um local adequado que servisse de templo, poderiam solicitar por meio da Caridade e Silêncio a regularização da Pharol do Norte. Isso ocorreu em novembro de 1875, quando a Grande Loja Central recebeu da Caridade e Silêncio o pedido de instalação, filiação e regularização da Pharol do Norte, e enviou ao Muito Poderoso Supremo Conselho que sancionou em 18 de setembro de 1876 (Boletim do Grande Oriente do Brasil ao Valle do Lavradio, 1876, p. 342).

Entre os homens elencados na tabela 2 e que tiveram participação na fundação da Loja Pharol do Norte, destacamos Francisco Alves da Cunha que um ano antes presidiu a comissão que instalou a loja Caridade

e Silêncio, quando estava no grau 33 da ordem maçônica.

Francisco possui uma trajetória interessante, com atuação em cargos públicos e ligados à vida militar. Ele foi escrivão extranumerário (1864); oficial de fazenda da Armada de 4º classe guarda-marinha e comissário na canhoneira Greenhalgh (1868); escrivão extranumerário no patacho Iguazu (1866-1870); atuou na enfermaria em Assunção, Paraguai (1872-1873); no encouraçado Tamandaré (1874-1875); subiu na patente de oficial de fazenda da Armada de 3º classe, 2º tenente (1874); atuou como comissário no encouraçado Barroso (1876-1879) e no encouraçado Lima Barros (1881).

Pelo seu desempenho e em reconhecimento aos serviços prestados, Francisco ainda é lembrado entre maçons de Corumbá e Ladário. Esse reconhecimento já se deu logo após a sua morte, em 23 de janeiro de 1882 na cidade de Assunção (Paraguai), quando foi celebrada uma missa fúnebre, cheia de reverência promovida no mesmo ano pela loja Pharol do Norte na capela do Arsenal de Marinha de Ladário.

Alguns dados da biografia de Francisco são interessantes para pensar a atuação de outros homens que, como ele, circularam pelo território nacional e estrangeiro e que estiveram em uma ou ambas as lojas do município de Corumbá. As informações encontradas sobre esses homens mostram suas atuações fora da maçonaria, recebendo títulos/condecorações ou subindo de patente, os locais onde estavam servindo ou para onde foram transferidos. Homens que estiveram no ato da fundação da Pharol do Norte anos depois aparecem servindo/trabalhando em outras espacialidades, deixando de atuar em Mato Grosso.

Nesse caso, esses indivíduos circulavam o que corrobora para pensar que a presença maçônica teve influência de homens de diversas procedências e trajetórias, que entraram em contato ou que foram inseridos na maçonaria em outra espacialidade ou no Sul de Mato Grosso.

Isso ajuda a demonstrar que Corumbá e Ladário nunca foram territórios isolados, porque pessoas, ideias, saberes, influências, representações etc. circulavam. A trajetória de vários indivíduos listados na fundação das lojas extrapola o contexto de Corumbá e de Ladário, já que eles também atuaram em outras espacialidades. O corpo maçônico do Sul de Mato Grosso era formado por homens de diferentes regiões, que poderiam permanecer mais tempo nas lojas locais ou se vincularem a elas por um período menor que outros participantes que residiam em Corumbá e Ladário. A maçonaria naquele momento inicial era permeada por influências de outras partes do Brasil e do exterior, mas também por homens que residiam anos na região onde tinha sólidas raízes sociais, econômicas e políticas, como citado anteriormente.

Francisco Alves da Cunha possuía significativa experiência no Oriente do Brasil, Vale do Lavradio, provavelmente de loja maçônica do Rio de Janeiro, de onde se descolou com uma comissão para Corumbá para instalar a loja Caridade e Silêncio que funcionava desde 1872, mas não oficialmente, o que ocorreu em abril de 1874. Esse presidente instalador, no momento, assumiu a autoridade da loja (como Venerável Honorável Perpétuo). O processo de reconhecimento de uma loja ocorria quando a loja pretendente montava um conjunto de documentos – histórico de como ocorreu a fundação, reunindo as insígnias, condecorações ou graus, com histórico de iniciação dos membros na ordem – para enviar ao poder central. Este, por sua vez, apresentava as informações em reunião, debatia e criava uma comissão para visitar e averiguar a loja. Ao final da visita era dado um parecer favorável ou não à instalação. Se favorável, o Grande Oriente criava outra comissão, geralmente de três maçons que iam à loja para oficializar a sua fundação e filiação ao Grande Oriente.

Francisco Alves da Cunha presidiu a comissão responsável pela instalação oficial da loja e para ligá-la ao Grande Oriente Vale do Lavradio. Após esse período, Francisco permaneceu em Corumbá porque a

comissão precisava avaliar a conduta dos membros no local. Parte dessas impressões foi reportada por Francisco ao poder central da ordem, descrevendo a criação de uma escola pela maçonaria e a reunião festiva ocorrida após o evento, com participação dos membros, enfatizando as suas importâncias no município.

Cumpre-me scientificar-vos, que a Loja Caridade e Silencio [...] acaba de crear n'esta Villa uma escola de instrucção primaria, que principiou a funcionar no dia 20 de Setembro do corrente anno, a qual já fornece caridosamente o pão do espirito a 40 crianças que tanto necessitavão d'esse soccorro Maçon.

Esta [...], apezar de contar poucos mezes de existência, não tem cessado de manifestar que Ord. Maçon é uma instituição onde se abrigam todas as virtudes; foi solemne e tocante o ato da instalação da referida escola, todos os nossos Ilr. [irmãos] reunidos nos dirigimos para a casa onde funciona a escola a qual se achava decentemente preparada, concorrerão a este acto as pessoas mais gradas do logar, bem como as principaes autoridades; proferirão-se eloquentes discursos, tanto da parte da nossa comm. nomeada para a representar a Loja, como das autoridades que quase todas são nossos Ilr. [irmãos].

Na noite d'este mesmo dia a Loja, iluminada interna e externamente, em Ses. [sic] de festejo, depois de abertos os trabalhos, deu entrada a alguns [ilustres visitantes] e franqueando o Templo às Illustres Familias de Ilr. [irmãos], que tomaram assento nas primeiras linhas [...], [após algumas formalidades internas] e d'ahi nos dirigimos para a casa do nosso Resp. Ir. [irmão] Secret. Joaquim Thimotheo Ribeiro (presidente da Camara) o qual desejando mais abrilhantar esse dia, ofereceu a seus Ilr. [irmãos] um sumptuoso banquete, no qual tomarão parte mais de cem pessoas, incluindo-se as ilustres Familias de nossos Ilr. [irmãos]. Ahi fizeram-se todos os brindes de obrigação, [...] e outros muitos brindes a distinctos Ilr. [irmãos] que tanto concorrerão

para abrilhantar este dia que será memorável para os habitantes d'esta villa, que tanta dedicação mostram pela nossa Subl. Ord.

Exemplos como estes, meu Pod. Ir. são dignos de serem elevado ao vosso alto conhecimento. [...] (Ofício de Francisco Alves da Cunha ao Dr. L. A. da Silva Nazareth, Grão Secretário Geral da Ordem, 30/9/1874. In: Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio, 1874, p. 621)

O teor da comunicação de Francisco deve ter passado boas impressões sobre a Caridade e Silêncio porque os seus membros, após alguns meses de reconhecimento central, tinham fundado uma escola na vila, levando a iluminação que a instrução proporcionaria às crianças da localidade. Ampliar o acesso à educação, ao conhecimento científico, ilustrado, era um dos objetivos da maçonaria do momento, e para aquela situação era possível verificar a boa atuação dos maçons Corumbá por corresponde r aos princípios gerais da ordem. A comunicação permite também compreender o nível social dos membros, mencionado anteriormente, e o espírito de fraternidade que já existia entre eles, ao reconhecer o outro como próximo, chamando de irmão, membro da uma nova família. Esse tipo de sociabilidade oportunizou diferentes formas de atuação do município, porque os maçons estiveram à frente da administração do município, seja na Câmara ou em outras instituições públicas. Os maçons corumbaenses estavam, portanto, agindo conforme os princípios maçônicos estabelecidos pelo Grande Orientem Vale do Lavradio.

As descrições de Francisco Alves da Cunha confirmam a atuação de maçons no cenário político, econômico e social de Corumbá. É importante destacar que, posterior à oficialização da Caridade e Silêncio em abril de 1874, em maio do ano seguinte, quando se deu a fundação da Pharol do Norte, seu nome aparece na lista dos fundadores, mas não oficialmente, porque somente alguns anos depois a referida loja comunica

que ele se tornou membro. Assim, anterior àquela data, ele não era membro filiado, mas que esteve presente no ato da fundação. É provável que ele tenha sido um bom articulador para a existência da Pharol do Norte.

Fica evidente como a transferência do Arsenal para Ladário contribuiu para a instalação da Caridade e Silêncio e posterior fundação da Pharol do Norte. Os homens transferidos do Cerrito se dividiram estrategicamente e se articularam aos já estabelecidos maçons da Caridade e Silêncio, contribuindo para o aumento da presença maçônica e expansão dos ideais maçônicos no Sul de Mato Grosso.

Corumbá e o distrito de Ladário, desde o princípio de seus processos de (re)construção após a Guerra, contaram com a presença e a atuação de maçons. Esses homens que tinham importância socioeconômica na região começaram a traçar seus percursos na política local, alguns com atuação também na esfera provincial/estadual e nacional. Em instituições públicas esses homens poderiam utilizar da sociabilidade maçônica para garantir apoio a seus irmãos da ordem, como Sena (2017) afirmou para Corumbá e como futuras pesquisas poderão lançar mais modos de atuação dos maçons no contexto local e regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percorremos algumas das principais conjunturas que contribuíram para a presença de maçons e posterior fundação de lojas maçônicas no Sul de Mato Grosso. É importante frisar que tais conjunturas analisadas isoladamente ou numa escala de abordagem mais ampla, não respondem muita coisa. A articulação delas e, principalmente, ao reduzir a escala de observação possibilitou que hipóteses fossem levantadas, como também algumas respostas encontradas.

No século XIX, a presença maçônica se deu principalmente nos grandes centros brasileiros, embora tenha avançado nas províncias me-

nos expressivas economicamente a partir da década de 1870. Vimos que Mato Grosso passou a receber incentivos fiscais e investimentos do governo imperial, especialmente na reconstrução dos fortes destruídos na Guerra, e na construção do Arsenal transferido para Ladário. Esses investimentos e incentivos fiscais, somados à reabertura da navegação e à (re) instalação de instituições públicas, contribuíram para certo desenvolvimento de Corumbá. Antigos moradores retornaram, e brasileiros de outras províncias, como também estrangeiros, se estabeleceram em Corumbá, em vista das vantagens econômicas que se apresentavam, tais como abrir casas comerciais de importação e/ou exportação, por exemplo.

Corumbá assumiu o *status* de principal entreposto comercial da província de Mato grosso, além de abrigar uma das bases navais do Império. Nesse caso, tanto no sentido comercial, quanto político e militar, a vila, depois elevada à categoria de cidade (1878), assumiu um papel importante no cenário regional. Papel esse que a enquadrava, em menor grau, nas principais características apresentadas pelas cidades onde a presença maçônica se deu de maneira expressiva na década de 1870.

O contexto econômico e da transferência do Arsenal para Ladário contribuíram para a fundação das primeiras lojas maçônicas ligadas ao Grande Oriente do Brasil Vale do Lavradio no Sul de Mato Grosso. Algumas das mais emblemáticas figuras maçônicas foram analisadas em seus vínculos socioeconômicos, e ficou perceptível como essas articulações contribuíram para a expansão dos ideais maçônicos.

O Arsenal de Marinha colaborou também para a presença maçônica na região. Parte dos maçons transferidos da Ilha do Cerrito para Ladário se ligou, estrategicamente, à primeira loja vinculada ao Lavradio, e se articulou para fundar posteriormente a loja Pharol do Norte.

O rio Paraguai conduziu esses homens com suas ideias, objetivos e estratégias. Uma delas foi ampliar e consolidar a sociabilidade

maçônica no Sul de Mato Grosso que se transformava num contexto comercial, social, cultural e político, com conexão a territórios nacionais e estrangeiros.

Diante das dificuldades referentes à existência e consulta de acervos sobre as maçonarias, salientamos que outras pesquisas, tendo por base novas fontes, poderão demonstrar mais condicionantes e articulações que acabaram por determinar a presença maçônica no Sul de Mato Grosso no recorte temporal aqui analisado. O que agregará à percepção demonstrada neste trabalho, de que o processo de estabelecimento maçônico não pode ser entendido a partir de esquemas pré-determinados ou análises em escalas de abordagens mais amplas. Pelo contrário, é necessário além de compreender as conjunturas, entender as particularidades locais e das instituições para se chegar à compreensão do processo de instalação maçônica em diferentes espacialidades e contextos.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

A Imprensa (RJ), ano III, n. 678, quarta-feira 15 de agosto de 1900 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro (RJ), Rio de Janeiro, anos 1866 a 1889 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Almanak do Ministerio da Marinha (RJ), Rio de Janeiro, anos 1870 a 1879 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Almanak Popular do Rio de Janeiro (RJ), ano II, 1879, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

A Nação: Jornal Politico, Commercial e Litterario (RJ), terça-feira 5 de janeiro de 1875, ano IV, n. 2, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

A Provincia de Matto-Grosso: Periodico Litterario, Noticioso e dedicado aos interesses da Provincia (MT), ano X, n. 493, 10 de junho de 1888 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Boletim do Grande Oriente do Brazil ao Valle do Lavradio, Rio de Janeiro, 1874 a 1881. (Arquivo da Biblioteca Nacional).

BRAZIL. Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negocios do Imperio (RJ), 1877 e 1878 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ), segunda-feira 24 de novembro de 1862, n. 324 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ), sexta-feira 10 de junho de 1864, n. 160 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Correio Mercantil, e Instructivo, Politico, Universal (RJ), domingo 30 de julho de 1865, ano XXII, n. 207 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Diario de Belém: Folha Politica, Noticiosa e Commercial (PA), ano XIII, terça-feira 27 de abril de 1880, n. 95 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Diario do Maranhão (MA), sexta- feira 3 de julho de 1874, ano V, n. 274 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Diário do Rio de Janeiro (RJ), Rio de Janeiro ano XLIV, n. 4, 4 de janeiro de 1864 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Diário do Rio de Janeiro (RJ), Rio de Janeiro, ano L, n. 344, terça-feira 31 de dezembro de 1867 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Gazeta de Noticias (RJ), quinta-feira 31 de janeiro de 1877, ano III, n. 30 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Gazeta de Noticias (RJ), quinta-feira 10 de fevereiro de 1881, ano VII, n. 41 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Gazeta Naval: Orgão da Marinha Brasileira (RJ) – 1877, Rio de Janeiro, ano I, n.1, 1 de dezembro de 1877, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Jornal da Tarde: Folha Política e Noticiosa (RJ), ano I, n. 223, quinta-feira 29 de novembro de 1878 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Jornal de Recife (PE), ano XIII, n. 90, sexta-feira 21 de abril de 1871 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Jornal do Commercio (RJ), ano LXIV, n.285, quinta-feira 13 de outubro de 1886 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

Livro 1 de Presença da loja Pharol do Norte, Ladário (aberto em 29/5/1875).
Fotocópia de manuscrito.

LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO. Breve história da loja Caridade e Silêncio. In: **Informativo GOEMS** – Setembro de 1997, p. 42-44.

LOJA MAÇÔNICA CARIDADE E SILÊNCIO. **Breve história da loja Caridade e Silêncio**, s/d (digitado).

MAÇONS. **Constituição e regulamentos geraes da Ordem Maçonica no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Vianna & Ca., 1852. [1] f., 146 p. [1] f., 20 cm. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/bndigital1178/bndigital1178.pdf. Acesso em: 12 set. 2019.

Oasis, Orgão do Povo (MT), Corumbá, agosto de 1889, ano II, n. 84 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

O Iniciador: *Jornal Commercial, Noticioso e Litterario* (MT), ano V, n. 28, 7 de abril de 1881 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

O Iniciador: *Jornal Commercial, Noticioso e Litterario* (MT), ano VI, n.12, 9 de fevereiro de 1882 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

O Iniciador: *Jornal Commercial, Noticioso e Litterario* (MT), ano VI, n.13, 12 de fevereiro de 1882 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

O Iniciador: *Jornal Commercial, Noticioso e Litterario* (MT), ano VI, n. 33, 30 de abril de 1882 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

O *Matto-Grosso* (MT), ano XII, n. 577, domingo 9 de fevereiro de 1890 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

O *Monitor* (BA), ano V, terça-feira, 15 de fevereiro de 1881, n.204, (Arquivo da Biblioteca Nacional).

PHAROL DO NORTE. Loja Maçônica “Pharol do Norte” completa 110º aniversário, [S.l.: s.n.]. 1986.

Revista Maritma Brasileira (RJ), anos 1889 e 1913 (Arquivo da Biblioteca Nacional).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Elaine Cancian de. **Nos confins do sertão de Miranda: Ocupação da terra, desenvolvimento econômico e relações de trabalho (1830- 1892)**. 2014. 557 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2014.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. Maçonaria: História e Historiografia. **Revista USP**, São Paulo, n.32, p. 178-189, 1997.

BARATA, Alexandre Mansur. A Maçonaria e a Ilustração brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 1, n.1, p. 78-99, 1994.

BARATA, Alexandre Mansur. **Luzes e Sombras: a ação da maçonaria brasileira (1870-1910)**. Campinas: Editora da Unicamp - Centro de Memória da Unicamp, 1999.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria no Brasil (século XIX): história e sociabilidade**. Revista de Estudios Historicos de la Masonería Latinoamericana y Caribeña, v. 1, p. 138-151, 2013.

BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência (Brasil, 1790-1822)**. 2002. Tese (Doutorado em História). Unicamp, Campinas.

BARATA, Alexandre Mansur. Os maçons e o movimento republicano (1870-1910). **Locus**, v. 1, n.1, p. 125-142, 1995.

BENIMELI, José Antonio Ferrer. **Arquivos secretos do Vaticano e a franco-maçonaria**. São Paulo: Madras, 2007.

CARVALHO, William Almeida de. Pequena História da Maçonaria no Brasil. **REHMLAC**, v. 2, n. 1, mayo-noviembre 2010.

CASTELLANI, José. **A ação secreta da maçonaria na política mundial**. São Paulo: Landmark, 2001.

COLUSSI, Eliane Lucia. **Plantando Ramas de Acácia: a maçonaria gaúcha na segunda metade do século XIX**. 1998. Tese (Doutorado em História), PUCRS, Porto Alegre, 1998.

COUTO, Sérgio Pereira. **Sociedades secretas – Maçonaria**. 2. ed. São Paulo: Universo dos livros, 2006.

DOPKE, Tiago Wolfgang. **Nosce te ipsum**: sociabilidade maçônica na Revista Consciência. 2011. 100 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2011.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FILARDO, J. Quais são os Ritos Maçônicos? **Revista Bibliot3ca**, 2002. Disponível em: <https://bibliot3ca.com/quais-sao-os-ritos-maconicos/>. Acesso em: 15 maio de 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889)**: Uma província na fronteira do Império. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e História. Tradução de Frederico Carotti. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GONÇALVES, Thiago Werneck. **Periodismo maçônico e cultura política na corte imperial brasileira (1871-1874)**. 2012. 181 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

MACÊDO, João Lisboa de. **Sopa Paraguuaia**. [S.l.: s.n.], 1983.

MARIN, Jérri Roberto. **A Igreja Católica em terras que só Deus conhecia**: o acontecer e “desacontecer” da romanização na fronteira do Brasil com o Paraguai e Bolívia. Campo Grande, MS. Ed. UFMS, 2009. 513 p.

MELLO, Saulo Álvaro de. **O arsenal da marinha em Mato Grosso**: projeto político e defesa nacional e de disciplinarização do trabalho: do planalto à planície pantaneira (1719-1873). 2009. 340 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2009.

REVEL, Jacques. **Jogos de escalas**: a experiência da microanálise. Tradução de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REYNALDO, Ney Iared. Comércio e navegação no rio Paraguai (1870-1940). In: **XI Jornadas Interescuelas**. Universidade de Tucumán, San Miguel de Tucumán - Argentina, 2007, p. 1-47. Disponível em: <http://cdsa.academica.org/000-108/81.pdf>. Acesso em: 05 de Agosto de 2014.

SENA, Divino Marcos de. A Guarda Nacional e as elites na fronteira com a Bolívia no final do Império. In: **Anais do V Congresso Internacional sobre História Regional: A Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai na visão dos historiadores sul mato-grossenses e paraguaios**. Aquidauna: UFMS, 2019, p. 419-435. Disponível em: <https://congressohistoriacpaq.ufms.br/anais/>. Acesso em: 18 julho de 2019.

SENA, Divino Marcos de. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá**: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império. 2017. 331 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

SENA, Divino Marcos de. **Livres e pobres no Centro da América do Sul**: um estudo sobre os camaradas (1808-1850). Dourados: Ed. UFGD, 2013.

SILVA, Roberto Aguilar M. S.; JARZON, Eli. **História da Fundação da Loja Maçônica Pharol do Norte**. (digitado, s/d).

SILVA, Roberto Aguilar M. S. **Loja Fé a primeira Loja regular paraguaia**, 18/1/2010. Disponível em: <http://tresjanelas.blogspot.com/2010/01/loja-fe-primeira-loja-regular-paraguaia.html>. Acesso em: 10 de maio de 2019.

SILVA, Samuel Silveira. **A participação ativa da maçonaria brasileira na defesa do ensino laico e na criação e manutenção de escolas no final do século XIX no Brasil**. 2018. 269 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SOUZA, Françoise Jean de Oliveira. Organização, Preceitos e Elementos da Cultura Maçônica: fundamentos para a introdução aos estudos da maçonaria. In: SILVA, Michel. (Org.). **Maçonaria no Brasil**: história, política e sociabilidade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, p. 17-38.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita**: tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

TRÊS JANELAS. **Loja Pharol do Norte comemorou seu 136º aniversário**, 15/7/2011. Disponível em: <https://tresjanelas.blogspot.com/search?q=loja+cruz>. Acesso em: 20 de maio de 2019.

Capítulo 2

CIDADE NEGRA: OS CATIVOS DA VILA DE SANTA CRUZ DE CORUMBÁ (SÉCULO XIX)*

Elaine Cancian

Nas terras da América Portuguesa, ocupadas pelos lusitanos, a atividade escravizadora esteve presente por mais de trezentos anos. Homens, mulheres e crianças trazidos de diferentes regiões da África, inseridos nos ambientes rurais e urbanos, serviram de mão de obra escravizada até 1888, quando então a princesa Imperial Regente Isabel assinou a conhecida Lei Áurea¹⁵ e favoreceu a liberdade plena aos africanos e seus descendentes escravizados. A escravidão negra, base das relações de trabalho no Brasil, durante os períodos colonial e imperial foi nutrida pelo tráfico de africanos por mais de três séculos (1530-1850).

Conforme o historiador gaúcho Mário Maestri, o tráfico negreiro se transformou na maior transferência forçada de homens escravizados que a humanidade já conheceu. Para Maestri, em 1850, quando essa atividade foi suspensa por meio de legislação específica, calcula-se que a

* Pesquisa realizada com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

¹⁵ A Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888, assinada por Isabel Cristina Leopoldina Augusta Micaela Gabriela Rafaela Gonzaga de Bragança e Bourbon ou simplesmente princesa Isabel, e constituída por somente dois artigos, tornou extinta a escravidão no Brasil Império. Assim constou no primeiro artigo “É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil” seguido do segundo: “Revogam-se as disposições em contrário”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm Acesso em: 10 de maio de 2020.

África teria sofrido uma diminuição demográfica de aproximadamente 100 milhões de indivíduos. (MAESTRI, 1994, p. 32). Os africanos trazidos de forma forçada à América chegavam à costa brasileira, em situação precária, seus corpos desnudos e desnutridos evidenciavam todo o sofrimento enfrentado durante o traslado nos navios negreiros.

A historiografia brasileira, referente à escravização dos negros em terras do Brasil, mostra a inserção do cativo nos diferentes espaços ocupados pelos lusitanos e seus descendentes, pois enquanto trabalhadores dominados e submetidos à violência diária, eram colocados para execução de diferentes atividades, como: elevar habitações e fazê-las funcionar diariamente, carregar todo tipo de mercadorias e pessoas, plantar, colher e cuidar dos animais nas residências das propriedades rurais, desenvolverem serviços especializados como barbeiros, costureiras, marceneiros, jornaleiros, pedreiros, entre outros.¹⁶ Enfim, quer sejam nas tarefas do campo ou da cidade, a todo tempo foram inseridos os trabalhadores escravizados, porque era desonroso para o branco abastado e até mesmo aos economicamente desfavorecidos desenvolverem atividades braçais.

Os serviços pesados em terras brasileiras sempre foram associados aos africanos e seus descendentes, durante a época da escravização. A população livre e, sobretudo, os grupos abastados consideravam o esforço

¹⁶ A literatura produzida sobre a escravização negra no Brasil é ampla e diversificada nas suas abordagens. Dentre as diversas obras que tratam do tema, podemos destacar os clássicos estudos do sociólogo Gilberto Freyre, “Casa-grande & Senzala” (1933) e “Sobrados e Mucambos” (1936); “Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888” (CONRAD, 1978); “Ser escravo no Brasil” (MATTOSO, 1985); e o “O escravismo colonial” (GORENDER, 1982). Nas últimas décadas a historiografia acerca da temática escravista apresentou um expressivo crescimento e surgiram pesquisas que fomentaram o debate entre as “antigas” e as “novas” abordagens historiográficas a respeito da escravização de africanos e seus descendentes e das relações entre cativos e libertos, tanto no Brasil Colonial quanto no Brasil Imperial.

físico “coisa” de cativo e recusavam-se a desenvolver qualquer trabalho braçal, por isso serviam-se dos cativos para os serviços mais banais, a exemplo, carregar um simples embrulho. O fato da condição de pessoa livre ser dissociada da necessidade do esforço, mesmo nas mínimas tarefas, fazia com que muitos cativos após conseguirem a liberdade adquirissem, pelo menos, um escravizado para ser colocado nos afazeres domésticos ou nas ruas como cativo do “ganho” e, assim, garantirem a sobrevivência.

A escravidão negra é, ainda hoje, objeto de estudo inquietante, sobretudo quando se trata da história do antigo sul da província de Mato Grosso. Por muito tempo, historiadores sul-mato-grossenses ocultaram ou, simplesmente, minimizaram a prática de escravizar africanos e seus descendentes nas vilas, cidades e propriedades rurais oitocentistas da região, uns sob a justificativa da exclusiva utilização da mão de obra indígena, outros por afirmarem que os negros inseridos no território em questão eram tratados de modo diferente, em comparação àqueles que habitavam outras regiões brasileiras. Em terras mato-grossenses teriam sido tratados como agregados das famílias, livres dos grilhões, troncos e senzalas. Todavia, as pesquisas científicas têm mostrado que também, nessas paragens, os escravizados foram submetidos à rigidez da instituição escravista.

Desta forma, o processo de escravismo que perdurou na América Portuguesa por mais de três séculos e que esteve presente nas diferentes regiões ocupadas pelos portugueses desde 1530, fora estendida também as terras à Oeste das possessões lusitanas, posteriormente constituídas na capitania de Mato Grosso. Desde o século XVIII, quando expedições exploradoras organizadas por lusitanos e paulistas penetraram no território, depois conhecido por sertão mato-grossense, para aprisionarem nativos a fim de servirem como mão-de-obra, estiveram presentes os negros escravizados e executavam todas as atividades necessárias nas longas viagens. A historiadora sul-mato-grossense, Maria do Carmo Brazil,

afirmou sobre a questão: “os primeiros negros escravizados penetraram no sertão mato-grossense em número pouco significativo. Eram parte das bandeiras paulistas. Nessas expedições, os cativos eram encarregados de transportar ferramentas e provisões, entre outras tarefas.” (BRAZIL, 2009, p.109). Conforme Brazil, no período de 1720-1772, uma média de trezentos cativos, por ano, foi inserida em terras mato-grossenses e colocados ao trabalho nas minas auríferas, nas atividades construtivas de fortes e edifícios públicos e nas atividades rurais. (BRAZIL, 2009, p.116).

Na documentação manuscrita produzida na região mato-grossense desde que os administradores portugueses e seus descendentes se assentaram no território em questão e ocuparam os espaços, criaram povoados, vilas e cidades, organizaram as atividades administrativas e econômicas, abundam referências quanto à inserção e a utilização de braços negros cativos.¹⁷ Nos diários de registros dos viajantes que circularam na região, encontramos notícias da mão de obra escravizada presente nos ambientes rurais e urbanos dessas paragens. Também, nas investigações acadêmicas acerca da história mato-grossense, algumas dedicadas ao estudo do trabalhador escravizado no Mato Grosso colonial e imperial, encontramos informações sobre a utilização do braço cativo nos diferentes ambientes do território.

¹⁷ No Arquivo Público de Mato Grosso, instalado na cidade de Cuiabá, são mantidos documentos de diversas tipologias e produzidos nos períodos colonial e imperial. Livros de correspondências e de secretaria de governo da província de Mato Grosso, requerimentos, inventários, processos criminais, relatórios, falas e mensagens dos governantes são alguns dos materiais encontrados no extenso acervo do local. Informações a respeito do trabalho escravizado no território de Mato Grosso são encontradas em diferentes documentos setecentistas e oitocentistas. Também, pistas a respeito da mão-de-obra cativa podem ser encontradas nos arquivos do Fórum de Corumbá e do Tribunal de Justiça de Campo Grande/MS, contidas em manuscritos específicos como inventários post-mortem e processos crimes. Nos acervos dos cartórios das antigas vilas e cidades, também há vestígios do passado escravista em terras mato-grossenses.

BRAÇOS NEGROS EM TERRAS MATO-GROSSENSES

O viajante francês Antoine Hercule Romuald Florence, conhecido como Hercules Florence, segundo desenhista da expedição científica organizada pelo Consul Geral da Rússia, o barão George Heinrich von Langsdorff esteve em terras brasileiras, a partir do ano de 1824. Em 1825, compôs o grupo expedicionário, que partiu do Rio de Janeiro no dia 3 de setembro e percorreu os territórios de São Paulo, o antigo Mato Grosso e o Pará, suas observações registradas por meio de desenhos e apontamentos diários resultaram em material significativo. Sobretudo, as memórias diárias foram, posteriormente, organizadas e publicadas no formato de livro. Depois de dois dias de viagem vencendo os caminhos fluviais, a expedição chegou em Santos, alcançou também locais, como: Campinas, Cubatão, Itu, Porto Feliz e São Paulo. Em direção à capital da província de Mato Grosso, Cuiabá, Florence conheceu a fazenda Camapuã, no dia 09 de outubro de 1826, desde então, os seus registros apresentam informações a respeito da presença dos trabalhadores escravizados em terras mato-grossenses. Florence viajou pela província de Mato Grosso entre os anos de 1826 a 1828 e produziu registros desenhados e escritos das suas impressões a respeito da população e dos lugares visitados.

Sobre a fazenda Camapuã, localizada no Alto Taquari, escreveu ter observado na época a existência no local “perto de 300 habitantes, dos quais é a terça parte escravatura”. (FLORENCE, 1977, p. 72). Registrou a existência do cultivo de cana-de-açúcar, feijão e o milho, a produção da aguardente e a criação de galinhas e porcos, das edificações assobradadas, onde os administradores da fazenda se acomodavam e das moradias dos cativos, conhecidas na historiografia brasileira como senzalas. Assim, descreveu:

duas casas de sobrado, uma onde mora o comandante que na ocasião era um alferes de milícias (guarda nacional) outra fronteira, separada por vasto pátio, que tem um engenho de moer cana tocado por bois. O pátio é fechado pela senzala dos escravos, toda ela baixa e coberta de sapé. Á noite, são eles metidos debaixo de chave. (FLORENCE, 1977, p. 72-74).

No desenho realizado por Florence, identificado como “Vista de Camapuã”, é possível observar habitações próximas à fazenda na margem oposta do rio Camapuã e caracterizadas por “casas de gente forra”, infelizmente não descritas na obra. Também permite-nos ver os sobrados mencionados pelo artista, os compridos barracões bem próximos, possivelmente ilustrando as senzalas e várias habitações pequenas e simples, com cobertura de duas águas. (FLORENCE, 1977, p. 71).

Vale explicar à medida que Florence progredia na viagem em terras mato-grossenses, apontava a existência de escravizados no território. Em 22 de janeiro de 1827, a expedição da qual fazia parte alcançou um espaço ocupado por 100 pessoas. O pequeno povoado, com uma igreja no local, fora constituído por um homem chamado Lourencinho e era a primeira povoação mais próxima de Cuiabá. De acordo com os registros de Florence, Lourencinho assentou-se na localidade junto com três negros escravizados, que o ajudaram na elevação da moradia, plantação de roças e no estabelecimento de uma moenda de cana. Depois disso e devido as abundantes colheitas alcançadas, seus parentes e indivíduos pobres acabaram se estabelecendo no local também. Percebe-se, através das informações de Florence, que os escravizados foram a força de trabalho essencial para o início do vilarejo.

Depois de permanecer na cidade de Cuiabá de 30 de janeiro a 28 de abril de 1827, a expedição, no dia 01 de maio do mesmo ano,

partiu em direção à vila de Guimarães, depois chamada de vila de Santana da Chapada. A caminho, os expedicionários conheceram a fazenda de cana-de-açúcar chamada Buriti e de propriedade de uma senhora chamada Antônia. Florence descreveu que no local, além da moradia, havia “o engenho ou moinho de moer cana e a grande pipa para recolher a aguardente de cana; [...] as formas para refinar o açúcar bruto”. (FLORENCE, 1977, p. 164). O viajante cita que as atividades no engenho eram executadas pelas mulheres cativas, “pretas e mulatas” que eram observadas constantemente. Sobre a vigilância das cativas, o autor apontou: “D. Antônia tem sua rede armada perto da porta de entrada, à direita [do engenho]: ali passa ela os dias a fumar e a dirigir o trabalho das pretas e mulatas”. (FLORENCE, 1977, p.164). Homens cativos também faziam parte do plantel local, pois é citada na descrição de Florence o fato de ter presenciado a proprietária da fazenda sendo carregada em uma rede por dois cativos e acompanhada por outros cativos e cativas. Assim, escreveu:

fomos visitar a fazenda do *Buriti*, de cana-de-açúcar e pertencente a uma velha chamada D. Antônia, a qual chegou ao mesmo tempo que nós, vindo de Cuiabá. Viajava de um modo novo para nós, carregada por dois negros numa rede suspensa a uma grossa taquara de *Guativoca* [sic]. De muda iam outros dois pretos aos lados. Acocorada nessa rede e a fumar num comprido cachimbo, vinha ela seguida de negras e mulatas, todas vestidas limpamente e carregando à cabeça cestos, trouxas e roupas, vasilhas de barro e outros objetos comprados há pouco. (FLORENCE, 1977, p. 161).

Após a estada de um mês e meio na vila de Guimarães, conforme Florence, um lugarejo fundado pelos jesuítas com “uma rua de míseras choupanas e de um largo em parte aberto em parte cercado de casinhas cobertas de sapé com uma igreja no fundo”, com aproximadamente 800 habitantes, o viajante conheceu um local de exploração de diamantes.

(FLORENCE, 1977, p.165). Denominado Quilombo, era habitado por mineiros dedicados a extraírem o mineral do terreno que “cheio de seixos grandes e miúdos: é a matriz ordinária ou ganga em que se encontram os diamantes”. (FLORENCE, 1977, p. 168). De acordo com os registros do viajante, por volta de 1919, a cativa do português, escravizador e proprietário de terras Domingos José de Azevedo, ao lavar roupas no rio da região, conhecido na época por Quilombo, encontrou um diamante e o entregou para seu escravizador. Na época, Domingos José possuía uma quantidade de trinta trabalhadores escravizados, homens e mulheres colocados ao trabalho do cultivo da cana-de-açúcar e das atividades do engenho. Até então, a região era habitada por pessoas que se apossaram das terras para cultivá-las, posterior à descoberta das lavras, garimpeiros foram atraídos à região (FLORENCE, 1977, p.171-172).

Durante a trajetória da viagem, Hercules Florence conheceu outras propriedades, que eram mantidas com o braço cativo. Ao passar no dia 28 de agosto de 1827 pela propriedade São Benedito, encontrou quatro cativos dedicados ao plantio de alimentos utilizados à sobrevivência de seus habitantes. No dia 30 de agosto pernoitou no sítio do padre Manuel Alves¹⁸ onde vivia com sua família e possui uma segunda fazenda, distante “três léguas de marcha” e administrada por um feitor. O viajante observou que o padre mantinha na propriedade trabalhadores escravizados e agregados.

Florence, finalmente, no dia 01 de setembro de 1827, alcançou uma das propriedades com o maior número de escravizados avistados,

¹⁸ Manuel Alves da Cunha assumiu a presidência da província de Mato Grosso no dia 30 de julho de 1823 e permaneceu no cargo até 30 de setembro de 1825.

a conhecida fazenda Jacobina¹⁹ localizada próxima à cidade de Cáceres e de propriedade do tenente coronel João Pereira Leite. Registrou que na época a propriedade mantinha a criação de animais caprinos, cavalares, ovinos e vacuns. Sobre esses últimos assinalou: “Gado imenso cobria as ricas pastagens da Jacobina [...]. O dono avaliava seu número em 60.000 reses; a maior parte, porém, tornara-se selvática”. (FLORENCE, 1977, p. 182). Além disso, eram produzidos localmente alimentos, a saber: o cacau, o café, a cana-de-açúcar, o café, o feijão, a mandioca e o milho. A cana-de-açúcar figurava como o principal gênero de cultura, usada para fabricação do açúcar e da aguardente. Para o cuidado com os animais, o plantio dos alimentos e o funcionamento dos quatro engenhos de açúcar, dois movidos a água, dois por bois; da máquina de socar milho e demais trabalhos da fazenda, o proprietário e sua família contavam com a mão-de obra escravizada e livre.

Duzentos escravos de trabalho dos dois sexos e sessenta

¹⁹ A Fazenda Jacobina está localizada às margens da BR 370, no sentido Cuiabá e distante 20 quilômetros da cidade de Cáceres. O português e coronel Leonardo Soares de Souza foi o responsável pela fundação e formação da fazenda Jacobina. Conforme o memorialista Luis-Philippe Pereira Leite, há notícias de Leonardo Soares, em 1769, já vivia em Cuiabá. Um documento transcrito por Luis-Philippe, encaminhado para o “capitão da sesmaria Vila Bela” e datado de 28 de outubro de 1772, mostra que Leonardo Soares havia solicitado “meia légua de terras”, para instalar um engenho para fabricação de açúcar e aguardente, em uma região descrita como “paragens chamada Jacobina, junto a um Ribeirão que deságua para os pantanais do Paraguai no que tem algumas restingas de matos cultiváveis e para o estabelecimento do mesmo engenho [...] ressaltando os pantanais e alagadiços que entre elas tem [...]”. (LEITE, 1976, p. 8-9). Em 1778 participou do termo de fundação de Vila Maria, na capitania de Mato Grosso, depois chamada de São Luiz de Cáceres, atualmente cidade de Cáceres- Mato Grosso. Do enlace matrimonial com Ana Maria da Silva, Leonardo Soares teve somente uma filha chamada Maria Josefa de Jesus Leite, falecida em 1888, que foi casada com o português e comandante do destacamento de Vila Maria, João Pereira Leite, falecido em 1833. O fundador da Jacobina faleceu em 1814. Sobre a questão ver as obras de Luis-Philippe Pereira Leite, intitulado “O engenho da estrada real” e de Lécio Gomes de Souza, “Jacobina: História de uma fazenda em Mato Grosso”.

crianças formavam toda a escravatura desse estabelecimento; mas havia quase igual número de gente forra entre agregados, crioulos, mulatos e índios, que trabalhavam mais ou menos para si, ou pagos pelo proprietário. (FLORENCE, 1977, p. 182)

A existência de trabalhadores escravizados também foi anotada por Florence ao ter acesso à vila de Diamantino, onde chegou na data de 12 de dezembro de 1827. No local permaneceu por três meses e anotações foram realizadas a respeito da localidade. Conforme o viajante, foram os exploradores de metais preciosos os responsáveis pelo povoamento local e a formação da vila. Nesse período, a população era composta por aproximadamente três mil pessoas e as lavras já não rendiam a mesma quantidade de diamantes encontrada na época em que os mineradores fluíram à região. A vila foi assentada próxima a um riacho, o “ribeirão do Ouro” que deságua no córrego Diamantino e que de acordo com as descrições do autor em questão nos seus “arredores incultos e o clima por demais insalubre”, não apresentava “nada de notável”. (FLORENCE, 1977, p. 217-218). O lugarejo, de acordo com suas descrições, apresentava tão somente lavras dos mineiros que consistiam em “cascalho amontoado” e com “casinha de sapé ou telha para o senhor, em miseráveis ranchos para os escravos, em 30 ou 40 negros a trabalharem à cata de diamantes e, nos pontos mais ricos, em plantações de milho e feijão”. Nas suas proximidades, algumas posses rurais apresentavam criação de gado, cultivo de alimentos para subsistência, engenho para produção de açúcar e aguardente. Nessa localidade, as doenças grassavam entre a população, por conta da insalubridade das minas e atingiam, sobretudo, os trabalhadores escravizados colocados na atividade de minerar. A pequena vila contrastava com a imensidão da paisagem natural coberta por densas matas, cascatas e rios. (FLORENCE, 1977, p. 218-219).

O francês Francis Castelnau, que partiu de Paris, França, no dia 22 de abril de 1842, aportou no Rio de Janeiro, Brasil, no dia 17 de junho de

1842. Depois de longas viagens pelo território do Império brasileiro, em 14 de novembro de 1844, entrou em terras da província de Mato Grosso. Em seus apontamentos sobre o território anotou ter visto trabalhadores escravizados em alguns locais habitados. Durante o trajeto até a cidade de Cuiabá, no dia 05 de dezembro de 1844, registrou: “nuns espessos areões, fomos encontrar indícios da ocupação permanente por civilizados. Trata-se de um pequeno sítio, frente ao qual passamos, para seguirmos uma légua mais adiante, onde fica o engenho de Joaquim da Silva, conhecido pelo nome de Engenho do Buriti”. (CASTELNAU, 2000, p. 313).

Com relação à propriedade rural de Joaquim da Silva, o viajante informou a existência no local de duas edificações, uma que servia de moradia ao proprietário e sua família, outra para abrigo do engenho de açúcar e ainda construções ocupadas pelos trabalhadores escravizados. Na concepção do viajante, as construções tinham “a aparência da mais completa destruição e miséria”. Na posse eram cultivados alimentos e criados alguns animais, como frangos e patos que serviam à alimentação. Não há menção quanto à criação de vacuns e cavaleiros. Castelnau e seus companheiros de viagem repousaram em um quarto, segundo a descrição era: “baixo e úmido, não possuía janelas, recebendo luz apenas pelas frestas da porta; que outro soalho não possuía além do chão coberto de capim e de cogumelos; que a sua mobília se limitava a quatro moirões, próprios para armar redes, e dos ganchos enfiados nas paredes de barro, onde se penduravam as selas”. (CASTELNAU, 2000, p. 313). O fato notório, nesse contexto, é então o registro da existência dos cativos responsáveis pelos serviços, que na época foram também os responsáveis pela acolhida dos viajantes e a negociação dos alimentos de que necessitavam para prosseguirem a viagem, posto que a proprietária da fazenda, à época, estava viúva e o seu filho mais velho, ausente.

No dia 10 de dezembro de 1842, já próximo de alcançar a cidade de Cuiabá, Castelnau esteve na fazenda Santana, propriedade de Manuel

Antônio “um português estabelecido na região havia muitos anos, e dos poucos que escaparam milagrosamente ao morticínio de europeus ocorrido por ocasião da independência em muitos pontos do Brasil”. (CASTELNAU, 2000, p. 315-316).

Na posse, o viajante encontrou Manuel Antônio e sua esposa, ambos octogenários e vivendo em uma moradia “em bom estado”, além de um engenho de açúcar. Uma cativa negra e “vários negrinhos idiotas” foram vistos pelo viajante na propriedade, mas além da mulher e das crianças escravizadas, é possível levantar a hipótese da existência de homens cativos, que pudessem colocar em funcionamento o plantio e o cultivo da cana-de-açúcar e a fabricação do açúcar.

Através das leituras das memórias do português e engenheiro Luiz D’Alincourt, que realizou uma viagem até o território de Mato Grosso no ano de 1818 e do norte americano e naturalista Herbert Huntington Smith, que visitou a região em questão no ano de 1886, também é possível retirar referências sobre o uso dos africanos e afrodescendentes como mão de obra escravizada, em terras mato-grossenses. Vale explicar que as poucas informações relativas aos escravizados, propiciadas por esses viajantes, não invalidam a representação dos seus escritos como material de referência aos estudos, que visam mostrar a prática da escravização em diferentes espaços do Mato Grosso colonial e imperial. D’Alincourt, a exemplo, ao fazer registros sobre o presídio de Miranda, comunicou a existência de cativos vivendo na localidade. Destacou haver uma população de:

4 homens brancos maiores de 14 anos, menores 2; mulheres brancas maiores de 14 anos 5, menores 4; homens pardos maiores de 14 anos 16; menores 6; mulheres pardas maiores de 14 anos 6, menores 9; escravos maiores de 14 anos 8; escravas maiores 2; e de 14 anos para baixo 2; total 62 almas[...]. (D’ALINCOURT, 1975, p. 175).

Por sua vez, Herbert Huntington Smith conta em suas memórias ter conhecido e se hospedado em Cuiabá, na casa de um idoso “italiano rico e avaro, Pascoal, que, apesar de sua demência senil, ainda sabia contar bem” e que cedeu um quarto agradável e espaçoso, para ele ocupar durante sua permanência na cidade de Cuiabá. (SMITH, 1922, p. 332). O viajante registrou que Pascoal possuía cativas para realização dos serviços da casa e eram tratadas com violência. Uma “creoulinha” da casa era constantemente espancada e uma “negra cozinheira” destreada, porque sempre atrasava a preparação dos alimentos e o escravizador “precipitava-se furioso para a tenebrosa cozinha da bruxa”, com o intuito da cativa fornecer com mais rapidez a refeição do dia. (SMITH, 1922, p. 334-335).

Em se tratando dos estudos acadêmicos, com esforço voltado ao entendimento sobre a utilização do escravizado no antigo Mato Grosso, citamos a produção da historiadora Lúcia Helena Gaeta Aleixo, publicada em 1984. A autora relacionou a inserção do trabalhador cativo à descoberta do ouro em terras mato-grossenses. Assim registrou: “A necessidade de exploração das lavras de ouro provoca a introdução do negro escravizado em Mato Grosso. A partir daí, definem-se os contornos da economia colonial, [...]”. (ALEIXO, 1984, p. 41). Ao investigar os diferentes ambientes da região de Cuiabá no século XIX, considerou que devido “a falência da mineração do ouro e do diamante, a lavoura da cana-de-açúcar passou a receber maiores atenções dos proprietários de terra e de escravos”. (ALEIXO, 1984, p.44). A intensificação da ocupação de terras, a formação de propriedades rurais voltadas à lavoura de subsistência e ao cultivo da cana-de-açúcar obrigaram os proprietários a recorrerem aos trabalhadores cativos. Principalmente nos engenhos localizados na região da Chapada e dos distritos de Cuiabá, constituídos em “pequenas unidades dedicadas à fabricação do açúcar escuro, denominado ‘potó’, da aguardente e da rapadura”, os escravizados eram obrigados a cultivarem roças de mandioca e milho para sua subsistência (ALEIXO,

1984, p. 45). Nesses locais, além do plantio e do cultivo dos canaviais os trabalhadores negros foram os responsáveis pelo desenvolvimento de tarefas especializadas, como observou Aleixo:

Os negros, por isso, acabaram-se especializando e ocupando os lugares que eram reservados para o homem livre. Conquistaram as ocupações de banqueiro, ajudante de banqueiro [substituto do mestre-de-açúcar, controlava o trabalho de preparação do açúcar, no período noturno], oleiro [fabricava louças e outros utensílios e feitos com barro], ferreiro [produzia objetos de ferro e peças necessárias para manutenção das maquinarias dos engenhos], carreiro, purgador do açúcar, caixeiro, caldeireiro [trabalhava nas caldeiras], taxeiro, serviço de alambique que, em outras áreas açucareiras do Brasil, eram funções reservadas ao homem livre. (ALEIXO, 1984, p. 52).

Em terras mato-grossenses os cativos foram também inseridos nos ambientes urbanos. Lúcia Helena mostra que, no caso da cidade de Cuiabá, os escravizados executaram os serviços domésticos, o comércio ambulante e as atividades especializadas. No interior da casa desempenharam as funções de acompanhante, ama de leite, arrumadeira, copeiro, cozinheira, pajem, etc. As mulheres cativas, sobretudo e conhecidas na historiografia como “vendedoras de rua”, “negras de tabuleiro” ou ainda “negras de ganho”²⁰ perambulavam pelos espaços públicos da cidade, comercializando alimentos e produtos. Os homens cativos e especializados em alguma atividade, como caldeireiro, carpinteiro, oleiro, sapatei-

²⁰ Entre os vários estudos que tratam sobre a escravidão urbana no Brasil, citamos: “A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)”, escrito por Mary Karasch; “Ser Escravo no Brasil”, produzido por Kátia Mattoso e especificamente a respeito das cativas de ganho, “Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho” composto por Maria Odila da Silva Dias.

ro, pedreiro, ferreiro, entre outros, ofereciam seus serviços à população local que poderia pagar pelos serviços prestados. Os trabalhadores africanos e seus descendentes foram também alugados por seus escravizadores para realização, por exemplo, de tarefas executadas no porto cuiabano, como o carregamento e descarregamento de mercadorias. (ALEIXO, 1984, p. 55-56).

Outra autora de igual importância no universo de historiadores que se dedicaram à escravidão no Mato Grosso, é Luiza Rios Ricci Volpato que, após uma ampla investigação a respeito das relações sociais cotidianas entre escravizadores e escravizados na cidade de Cuiabá, capital da província de Mato Grosso, na segunda metade do Oitocentos, disponibilizou ao público, em 1993, a obra “Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá em 1850–1888”. Volpato, assim como Aleixo, corrobora com a concepção de que os africanos escravizados foram inseridos em território mato-grossense no início da atividade de exploração do ouro e do diamante, permaneceram trabalhando nas lavras localizadas em Cuiabá e nas suas proximidades, ao longo do século 18. Também comunga da tese de que trabalhadores cativos foram remanejados às atividades agrícolas, por volta de 1790, “última década do século, em função da crise da mineração que já se fazia crônica”. (VOLPATO, 1993, p. 109).

Luiza Rios Ricci ao mencionar os diferentes ambientes rurais próximos a Cuiabá, como chácaras, engenhos e sítios, explica as diferenças nas relações entre cativos e proprietários, bem como as atividades desenvolvidas pelos trabalhadores. No caso do engenho, menciona que os cativos eram os responsáveis por grande parte das tarefas realizadas no interior dessas propriedades rurais. Registrou a autora:

A maioria dos trabalhos desenvolvidos dentro da propriedade eram realizados por escravos. Os cativos trabalhavam tanto nos canaviais como nas fábricas e além disso eram os responsáveis pela produção de

outros gêneros de abastecimento que a unidade produtora comercializava, como feijão, milho, café, mandioca – e seus derivados, toucinho, etc.” Eram também os escravos responsáveis pela condução das tropas e carretos que distribuíam a produção tanto para Cuiabá como para outras propriedades rurais. [...]. (VOLPATO, 1993, p. 110).

Ao tratar da presença dos escravizados no espaço urbano de Cuiabá, refere-se comumente aos cativos domésticos, responsáveis pela execução das diversas atividades no interior das residências, como: “arrumar a casa, lavar, passar e engomar a roupa, cozinhar, fazer doces, cuidar das crianças e dos quintais” e aos trabalhadores do ganho, colocados nas ruas para venderem frutas e doces, carregarem água e sujeitarem-se a outras atividades. (ALEIXO, 1984, p. 115). Menciona, também, os “escravos da nação” que na região estiveram disponibilizados para a Câmara local e desenvolviam vários serviços, entre eles, a limpeza dos espaços públicos, como ruas e córregos. (ALEIXO, 1984, p. 116).

Na produção “Contribuição para o estudo do negro em Mato Grosso”, escrita pelo historiador Edvaldo de Assis e publicada em 1988, o trabalhador escravizado é apresentado como mão de obra importante para a execução de diferentes tarefas. O autor coaduna com a tese das historiadoras já mencionadas relativa à questão da inserção dos cativos em terras mato-grossenses, ou seja, desde o início das atividades de mineração. Ao tratar sobre as atividades desenvolvidas pelos escravizados, o autor cita a extração da seringa no vale do Guaporé e em Diamantino, o embarque de produtos nos portos fluviais e as atividades nas propriedades rurais. Nestas, o autor assinala que os escravizados eram colocados na lida com o gado e outros animais, nas atividades de curtir o couro, salgar a carne, preparar o toucinho de porco, plantar e cultivar os alimentos. Além disso, faziam os engenhos funcionarem. De acordo com Assis, todas as tarefas no engenho, “a mão-de-obra era praticamente de escravos

africanos, mesmo para as funções especializadas, como de taxeiros (sic), purgadores, caixeiros e outras [...]”. (ASSIS, 1988, p. 32).

Interessante ressaltar o esforço de Assis para mostrar que no território mato-grossense o africano foi comercializado, castigado, usado como mão de obra nos povoados, vilas, cidades, nas lavras de mineração, nas propriedades de cultivo de alimentos, criação de animais, também na elevação de fortalezas destinadas à proteção da população e manutenção das posses portuguesas. O estudioso mostrou que nessas terras, sobretudo em Cuiabá e regiões próximas, semelhante ao que ocorrera em demais espaços administrados pelos portugueses, os trabalhadores escravizados foram vendidos, alugados, herdados, colocados ao trabalho do ganho, entre outros. Assinalou comumente a reação dos cativos frente ao processo de escravização, por meio da prática do assassinato dos escravizadores, da fuga, do suicídio e da formação de quilombos.

Posterior às produções germinais referidas, que discutiram a escravização dos africanos e suas descendentes limitadas espacialmente à região norte mato-grossense, demais investigações foram empreendidas sobre a mesma temática, com o olhar voltado para o sul do Mato Grosso. As pesquisas científicas desenvolvidas pelas historiadoras Maria do Carmo Brazil, Elaine Cancian, Zilda de Moura, Isabel Camilo de Camargo²¹

²¹ Além das obras das autoras citadas resultantes de investigações científicas junto aos programas de pós-graduação em nível de mestrado, existem outras produções como a dissertação de mestrado “Nas fronteiras da incerteza: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do império brasileiro com a república da Bolívia (1825- 1867)”, escrita por Newman di Carlo Caldeira e, ainda, artigos científicos que têm sido publicados pelas historiadoras mencionadas e que tratam sobre o trabalhador escravizado inserido em diferentes ambientes do território do antigo Mato Grosso. Como exemplo, citamos o texto, “A escravidão negra em Sant’Ana de Paranaíba (1828-1888): considerações de pesquisa”, publicado nos Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, da Universidade Federal do Paraná-Curitiba, 2015.

mostraram a atuação dos cativos nos ambientes urbanos e rurais das terras sulinas, depois constituídas no Estado de Mato Grosso do Sul, desde 1777, quando houve a divisão do Estado de Mato Grosso.

É preciso explicar que não é propósito desse trabalho produzir uma discussão historiográfica, envolvendo todos os estudos científicos desenvolvidos a respeito da escravidão no território do antigo Mato Grosso. Alguns estudiosos já produziram trabalhos específicos e exemplo, existe o artigo intitulado “Entre os canteiros da história: historiografia e fontes sobre o passado escravista em Mato Grosso”, 2013, escrito pela historiadora sul-mato-grossense Maria do Carmo Brazil²². Assim, apontamos somente as principais pesquisas que redundaram na publicação de obras voltadas aos africanos e seus descendentes escravizados na região para que, então, evidenciados os cativos como parte da história de Mato Grosso, possamos adentrar no objetivo central que é o de evidenciar a escravização negra, na vila de Corumbá.

O POVOADO DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO DE ALBUQUERQUE

O ato de fundação do povoado denominado Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, atual Corumbá, aconteceu no dia 21 de setembro de 1778 e foi procedido pelos sertanistas João Leme do Prado e

²² Encontramos outros trabalhos que também apresentam um estado da arte sobre a escravidão no Mato Grosso, como: “A historiografia da escravidão em mato grosso e o escravo na lida com o gado: enfoque para a localidade de Sant’Ana de Paranaíba (1857-1874)” e “Considerações historiográficas sobre a escravidão na província de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX)”, ambos escritos por Isabel Camilo de Camargo. O primeiro publicado na revista *Fronteiras da Universidade Federal da Grande Dourados* e o segundo nos ANAIS do evento do XXVII Simpósio Nacional de História ocorrido em Natal, Rio Grande do Norte.

Marcelino Rodrigues Camponês na presença de soldados e auxiliares encaminhados à região, para cumprirem com a política estratégica de ocupação do rio Paraguai, empreendida pelo português e capitão general Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, na época, governador da capitania de Mato Grosso e neutralizar a expansão castelhana. Desta forma, “em um assento de terra que decorre para o Rio abaixo”, uma cruz de madeira de lei foi cravada na terra simbolizando que, desde então, a Coroa lusitana mantinha a posse do território. (AYALA; SIMON, 1914, p. 325).

Oito anos depois da fundação, em 1786, o chefe da comissão de engenheiros, Ricardo Franco de Almeida Serra, esteve no povoado de Albuquerque e conforme observou, assemelhava-se a um destacamento militar comandado por normas e disciplina rígida. Descreveu o local como uma fortaleza modelada na figura de um retângulo, fechado por casas e com um portão para acesso interno. A população, que era de aproximadamente duzentas pessoas, convivia com o trabalho intenso e uma vestimenta grosseira, plantavam algodão, feijão e milho caracterizados como alimentos produzidos para o consumo anual. Praticavam sobretudo a pesca e a caça. Ponderou que no caso do algodão, após transformado em tecido, era levado a Cuiabá para ser utilizado como produto de troca. (SERRA, 1857, p. 308).

Em 1790, depois de uma década de ocupação lusitana e quatro anos após a visita de Ricardo Franco de Almeida, na paisagem local já constavam sessenta casas edificadas em barro e palha, uma capela elevada sob a denominação de Nossa Senhora do Carmo, com 160 matrimônios registrados, além de dezoito soldados e muitos indígenas. Nessa época, os moradores praticavam o plantio de alimentos, como: feijão, cana-de-açúcar, mandioca, melão, melancia entre outros utilizados, mas incluíam também na alimentação cotidiana farinha, melado, rapadura e toucinho. As roupas usadas eram confeccionadas com o pouco de algodão que conseguiam colher. Havia em abundância pedra e o barro adequado para a fabricação de telhas e tijolos, no entanto, como mencionado, grande parte das edifica-

ções se apresentavam elevadas em barro e com cobertura feita com folhas de plantas encontradas na região. (MELLO, 1964, p. 102-103).

O chefe da comissão científica Alexandre Rodrigues Ferreira, que empreendeu viagem pelas capitânicas de Mato Grosso, Grão-Pará e São José do Rio²³ Negro deixou registrado nos manuscritos de suas memórias apontamentos sobre a quantidade de indivíduos que habitavam a povoação de Albuquerque, no ano de 1791. É possível ser observado no documento a existência de 11 membros familiares dos militares, 12 escravizados, 13 militares e aproximadamente 112 indígenas.²⁴ Ao considerarmos as informações contidas na obra de Raul Silveira de Mello, relativas ao ano de 1790 com os apontamentos de Alexandre Rodrigues, de 1791, observaremos que no prazo de um ano o quantitativo populacional diminuiu consideravelmente.

Na primeira metade do século XIX, poucas transformações ocorreram no povoado. O viajante francês Hércules Florence, que esteve na localidade em 14 de dezembro de 1826, registrou em suas memórias a

²³ A capitania do Grão-Pará foi criada no ano de 1616, depois em 1775, por desmembramento da mesma houve a formação da capitania de São José do Rio Negro. Finalmente, a criação da capitania de Mato Grosso ocorreu em 1748, após separada da capitania de São Paulo. Textos resumidos com as principais informações sobre as capitânicas hereditárias instituídas nas terras da América Portuguesa podem ser acessados nos sites seguintes: Biblioteca de Referências do Atlas Digital da América Lusa- BiblioAtlas. Disponível em: http://lhs.unb.br/atlas/Capitania_de_Mato_Grosso.

²⁴ O documento mencionado é parte da “Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira” cuidada pela Biblioteca Nacional. A escrita do manuscrito está bastante comprometida devido a manchas e borrões, mesmo assim é possível observar algumas informações interessantes. IN: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. [População do povo de Albuquerque dos 17 de abril de 1791]. Albuquerque [Corumbá, MS]: [s.n.], 17/04/1791. 4 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352142/mss1352142.pdf. Acesso em: 3 jun. 2020.

simplicidade observada. Descreveu, portanto, a existência de “quatro filhas de casas em torno de uma praça, uma pequena capela que intitulavam de igreja, e uma casa para os militares”. Além disso, informou a respeito da composição populacional a quantidade de cinco brancos e os restantes crioulos, caburés, mestiços e índios (FLORENCE, 1977, p. 103). Duas décadas após a visita de Florence, em 7 de fevereiro de 1845, outro viajante francês e chefe da expedição francesa enviada ao Brasil, chamado Francis Castelnau, também esteve na região e deixou registradas suas impressões. De acordo com o viajante citado, o local apresentava-se como um povoado, pequeno e desfavorecido com uma população formada por cem pessoas, entre brancos, indígenas e negros, “descendentes de indivíduos deportados para esse lugar, que foi outrora presídio”. (CASTELNAU, 1987, p. 238). Com relação às construções apontou haver na época “[...] uma igrejinha em ruínas, [...] uma fileira de dez casebres unidos uns aos outros de modo a formar uma casa única e tendo como fecho das portas e janelas um simples couro de boi (CASTELNAU, 1987, p. 238).

Com relação às construções erigidas localmente, estudo específico sobre a arquitetura desenvolvida ao longo dos tempos, evidenciou que até os anos de 1858, a paisagem do povoado de Nossa Senhora de Albuquerque permaneceu composta por moradias de pau a pique, com paredes preenchidas de barro e cobertas de palha. Mostrou sobretudo que as modificações nas formas de construir e morar começaram a ser implantadas com a chegada do comerciante português Manoel Cavassa, que empreendeu a elevação da primeira construção em alvenaria. Depois, com o desenvolvimento comercial ocorrido no final do século XIX e início do século XX, através do estabelecimento de casas comerciais de importação e exportação, alterações no espaço local foram realizadas com a implantação de modelos arquitetônicos diferenciados, que atenderam as formas de viver na região. (CANCIAN, 2006).

No ano de 1862, dois viajantes estiveram na vila de Corumbá²⁵, o português Joaquim Ferreira Moutinho e o alagoano e membro da comissão de demarcação dos limites entre a província de Mato Grosso e a Bolívia, João Severiano da Fonseca. Através de seus registros memorialísticos, obtemos informações sobre a localidade em questão. Conforme Moutinho, a vila apresentava um quantitativo de oitenta casas, algumas com cobertura de telha e outras de zinco, todas “construídas entre dois jardins, um de cada lado, e estes, fazendo frente para as ruas, [...] fechados por gradis”. Havia 140 ranchos com cobertura de folhas da Carandá, espécie de palmeira originária da região e “[...] uma pequena capela; e uma igreja em construção, [...] um quartel regular, uma enfermaria, um barracão que servia de alfândega, armazéns de marinha e de artigos bélicos, um cemitério decente, olarias, oficinas, etc.” A população totalizava 1.500 pessoas, sendo 1.400 brasileiros e 100 estrangeiros. (MOUTINHO, 1869, p. 245). De acordo com João Severiano da Fonseca, moravam na vila 1.281 pessoas, sendo 1.126 brasileiros, 111 estrangeiros e 34 cativos. (FONSECA, 1880, p. 298). É válido observar as diferenças no quantitativo de habitantes locais apresentado pelos viajantes para o ano de 1862, mesmo assim, seus escritos são importantes referências para o processo de construção da história da cidade de Corumbá.

A breve reflexão realizada sobre o surgimento e o desenvolvimento gradativo do povoado de Nossa Senhora de Albuquerque, colocou em evidência que desde os primeiros tempos de ocupação da região pelos lusitanos e seus descendentes, o trabalhador escravizado esteve presente, para ser colocado nos serviços cotidianos. O manuscrito produzido no

²⁵ A designação vila de Corumbá aparece oficialmente no Edital nº 6 de 10 de julho de 1862, sancionado pelo presidente da província de Mato Grosso Herculano Ferreira Penna. Por meio do referido documento o povoado de Albuquerque foi elevado à categoria de vila sob a denominação referida.

ano de 1791, por exemplo e já mencionado, evidenciou o quantitativo de 12 cativos na época, mas é possível que foram inseridos no povoado desde sua fundação. Pesquisas²⁶ realizadas até então mostraram importante documentação a respeito do trabalho cativo, produzida na segunda metade do século XIX, porém novos indícios têm surgido sobre a inserção desses trabalhadores na região em período anterior. Desta forma, no espaço, onde hoje está assentada a cidade de Corumbá, bem como as propriedades rurais, o processo foi idêntico às outras regiões do Brasil, ou seja, o cativo foi inserido para servir como mão de obra.

NAS RUAS, NAS CASAS, NAS ROÇAS...

Os africanos e seus descendentes, mantidos como cativos no território de Corumbá, desempenharam diferentes atividades tanto nos ambientes urbanos quanto nos rurais. Por meio de documentação específica, consultada nos arquivos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, principalmente a referente ao Oitocentos, é possível observar as diferentes especialidades exercidas por mulheres e homens escravizados nas fazendas e sítios, bem como nas moradias da região. A exemplo, a observação atenta da lista de arrolamento de escravizados produzidas em

²⁶ O primeiro texto que tratou a respeito dos trabalhadores escravizados em Corumbá foi escrito pela historiadora corumbaense Eunice Ajala Rocha. A produção intitulada “O Processo de Emancipação dos Escravos na Vila de Santa Cruz de Corumbá (1873 – 1888)” e publicada no ano de 1977 como separata da revista Dimensão, na época, da Universidade Estadual de Mato Grosso - UEMT, evidenciou documentação preciosa sobre o processo de libertação dos cativos da região. Duas outras investigações científicas transformadas em livros, também trataram sobre os cativos em Corumbá, a saber: “Fronteira Negra”, 2002, escrito por Maria do Carmo Brazil e a “A cidade e o rio”, 2006, produzido por Elaine Cancian e já referenciadas na breve discussão historiográfica. As pesquisas contínuas de Cancian redundaram na produção de uma sala de exposição dedicada aos africanos e seus descendentes escravizados, que viveram em Corumbá e mantida pelo Museu do Pantanal-Muphan, localizado no espaço portuário corumbaense.

1873, 1874 e 1877 em Corumbá²⁷, com o objetivo de classificar os cativos que poderiam ser libertos, evidencia que os escravizados exerciam desde os serviços mais pesados aos mais leves e especializados, a saber : costurar, cozinhar, elevar construções, lavar e engomar as roupas, lavrar a terra, plantar e colher os alimentos, cuidar da casa, entre outros. Para todo e qualquer serviço, semelhante a outras regiões brasileiras na época da escravidão negra, era utilizado, localmente, o braço cativo. O **quadro 1** composto por informações retiradas das listas de classificações dos anos de 1870, já referidas, mostra a inserção dos escravizados em diferentes espaços da região e suas especialidades desempenhadas.

Quadro 1 - População escravizada e suas profissões na região da vila de Corumbá (século XIX).

NOME	COR	IDADE	ESTADO	PROFISSÃO	APTIDÃO/ TRABALHO	LOCAL/ MORADIA	NOME/ PROPRIETÁRIO	CLASSIFI- CAÇÃO/ANO
Firmiana	preta	30	casada	lavadeira	boa	Vila de Corumbá	Luisa Leite de Mesquita	1873
Rosa	preta	29	casada	cozinheira	bastante	São Lourenço	José Caetano Metello	1874
Anna	parda	31	solteira	engomadeira	bastante	Vila de Corumbá	Miguel Paes de Barros	1874
Joana	preta	22	solteira	roceira	bastante	Taquari	Francisco de Lara Falcão	1874
Tristão	preta	34	solteiro	lavrador	bastante	Piraputanga	Barão de Vila Maria	1877
Aleixo	preta	45	solteiro	pedreiro	bastante	Vila de Corumbá	Francisco Nunes da Cunha	1877
Galdino	parda	27	solteiro	carpinteiro	bastante	Vila de Corumbá	José da Costa Rodon	1877
Gabriel	preta	26	solteiro	roceiro	bastante	Taquari	José Gomes Monteiro	1877
Ignes	parda	15	solteira	costureira	bastante	Vila de Corumbá	Maria da Cunha de Oliveira	1877
Clara	preta	54	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá	Barão de Vila Maria	1877
Clementina	preta	11	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá	Custódia Maria Libânea	1877

Fonte: Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1873; Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1874; Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá-MS.

²⁷ Obtivemos acesso às listas de classificação dos escravizados no território urbano e rural de Corumbá no ano de 2003, período de nossas primeiras investigações acerca da arquitetura urbana local e do trabalho cativo. A pesquisa foi realizada para atender as exigências de produção de dissertação junto ao programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Grande Dourados, nível mestrado. O trabalho redundou no livro “A cidade e o rio”, publicado em 2006 pela editora da Universidade de Passo Fundo-RS.

O **quadro 1**, apesar de demonstrar somente alguns trabalhadores escravizados, aponta evidências da sua presença nos ambientes rurais e urbanos da vila de Corumbá, assim como seus respectivos escravizadores. Observa-se no item “local de moradia” a referência a diferentes espaços em que os cativos foram empregados. Nos locais identificados como São Lourenço, Taquari e Piraputangas, território rural mais próximo da vila de Corumbá, na época pertencente à província de Mato Grosso, extensões de terras foram ocupadas e fazendas formadas por famílias que habitavam no próprio local, ou mesmo na vila e que se serviam do trabalho escravizado, mas também do livre²⁸, para manutenção das suas posses. Vale esclarecer que “Piraputangas” era a denominação de uma fazenda, propriedade de Joaquim José Gomes da Silva, barão de Vila Maria e muito conhecida na segunda metade do século XIX por manter muitos trabalhadores escravizados, possuir engenho para fabricação de açúcar e aguardente e plantações de alimentos, que eram comercializados localmente²⁹.

Nesses diferentes ambientes quer sejam nos espaços internos das moradias urbanas e rurais ou externos, como nas ruas e praças, os escravizados viviam para o trabalho e realização das ordens providas dos seus “senhores” ou “senhoras”. Nas moradias, os cativos executavam as tarefas domésticas de todos os dias. Mulheres, mas também os homens

²⁸ Sobre o trabalho livre especialmente nos ambientes rurais de Mato Grosso e desenvolvido pelo segmento social denominado “camaradas” ver a dissertação de mestrado “Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)”, produzida pelo historiador corumbaense Divino Marcos de Sena e defendida em 2010.

²⁹ A respeito da fazenda Piraputangas e do barão de Vila Maria existe o texto “O Barão de Vila Maria: poder, história agrária e memória em Mato Grosso” escrito pelas historiadoras Elaine Cancian e Maria do Carmo Brazil, como parte da obra “Trajetórias de Vidas na História” organizado por Fernando Tadeu de Miranda Borges e outros e publicado em 2009.

submetidos ao cativo limpavam as moradias, preparavam as refeições, distribuíam água necessária nos cômodos, faziam a retirada dos dejetos acumulados cotidianamente, lavavam as roupas e engomavam, serviam a mesa, cuidavam dos quintais e de suas atividades características do período, como matar animais que serviam de alimento, entre tantas outras atividades exigidas em uma casa da época. Eram também nas propriedades rurais os responsáveis pelas plantações de cana-de-açúcar, preparação do açúcar e da aguardente e o cultivo das roças de alimentos básicos como o arroz, o feijão, o milho e demais atividades exigidas na manutenção dos sítios e fazendas.

NEGRAS CATIVAS

Foram muitas as mulheres escravizadas, que exerceram diferentes profissões na vila de Corumbá. A consulta à documentação manuscrita da época, encontrada durante as investigações realizadas no arquivo da Câmara Municipal local, conhecida como “matrícula dos escravos”³⁰, evidencia que grande parte da população escravizada era composta por mulheres. No arrolamento realizado no ano de 1873 pela Junta Classificadora da vila de Santa Cruz de Corumbá, consta um total de 84 escravizados, sendo 83 cativas e somente um cativo. Com relação à profissão, foram registradas 39 com especialidade em serviço doméstico, incluindo aqui o

³⁰ A Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida por lei do Ventre Livre ou Rio Branco e assinada pela princesa regente Isabel Cristina Leopoldina de Bragança estabeleceu no artigo oitavo que todos os cativos existentes no Brasil Império deveriam ser matriculados “com declaração do nome, sexo, estado, aptidão para o trabalho e filiação de cada um, se fôr conhecida”. In: **Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm Acesso em: 10 de maio de 2020. A “matrícula dos escravos” foi regulamentada através do Decreto nº 4.835, de 1º de dezembro de 1871.

único cativo homem, 23 cozinheiras, 12 roceiras³¹, quatro lavadeiras, duas engomadeiras, duas costureiras e duas com profissões não informadas. Duas mulheres cativas foram registradas como “fugidas”, ou seja, a cabra Paula, classificada com 33 anos de idade, solteira, fugida da casa do seu “senhor” desde 1870 e de propriedade de Joaquim José de Carvalho e a parda Martinha, 42 anos de idade, serviço doméstico, desaparecida em 1864 e cativa de José Bento da Silva Graça.

Em 1874, foram arroladas 75 trabalhadoras escravizadas. Trinta e três especializadas nos serviços domésticos, 15 cozinheiras, 18 roceiras, cinco lavadeiras, duas costureiras, uma engomadeira e uma lavradora³². Dentre as cativas classificadas, 18 foram arroladas na condição de mães. Dezesesseis mulheres escravizadas possuíam filhos nascidos após a Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, portanto, livres do cativo. Uma cativa possuía um filho com oito anos de idade e liberto pelo seu escravizador. Somente uma mulher escravizada foi registrada possuindo uma filha na condição de cativa.

No ano de 1877, nova classificação dos trabalhadores escravizados foi realizada. Consta na mesma o quantitativo de 201 indivíduos, pois di-

³¹ Roceira ou roceiro eram profissões exercidas pelos trabalhadores negros escravizados no Brasil. No dicionário do século XIX, organizado por Antonio de Moraes Silva e publicado em Lisboa-Portugal, o significado da expressão “roceiro” é: “O que faz, e planta roçados, commumente de mandioca e legumes”. Consultar em: SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

³² No Oitocentos, lavradora era expressão usada para indicar “mulher que lava, ou cultiva as terras”. Ver: SILVA, Antonio Moraes. **Dicionário da língua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

ferente das duas classificações anteriores a Junta Classificadora incluiu os cativos que viviam em outros locais, como Albuquerque, Forte Coimbra, Herculânea (atual Coxim) e Taquari. Todavia, com relação a vila de Corumbá, registraram 95 trabalhadores, sendo 67 cativas. Entre as trabalhadoras escravizadas havia 35 com a especialização de serviço doméstico, 14 roceiras, 11 cozinheiras, três lavadeiras, uma costureira, uma engomadeira, uma jornaleira e, finalmente, uma dedicada a todo serviço. Para melhor visualização da questão, o **quadro 2** apresenta separadamente os tipos de profissões exercidas pelas mulheres cativas e seu respectivo quantitativo nos anos de 1873, 1874 e 1877.

Quadro 2 - Demonstrativo das profissões das mulheres cativas.

PROFISSÃO	1873	1874	1877
Costureira	2	2	1
Cozinheira	23	4	10
Engomadeira	2	1	1
Jornaleira	-	-	1
Lavadeira	4	5	3
Lavradora	-	1	-
Não informado	2	-	-
Serviço de roça/roceira	12	18	14
Serviço doméstico	39	33	35
Todo serviço	-	-	2
TOTAL GERAL	84	64	67

Fonte: Classificações de 1873, 1874 e 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

Através do quadro 2, é possível observar que a quantidade de cativas registradas com a função “serviço doméstico” abrangia quantidades

mais elevadas em todas as classificações empreendidas pela Junta Classificadora local. A explicação para essa questão está relacionada ao próprio número de trabalhadores escravizados, dominados a cada família escravista da vila de Corumbá. A análise geral das informações apresentadas nas listas de arrolamento dos cativos da região, permite-nos a observação de que somente alguns escravizadores possuíam mais do que dois braços cativos. Em 1877, por exemplo, dos 39 proprietários de cativos assinalados, 32 foram registrados como proprietários de um a dois cativos. Os moradores locais que se apresentaram com a maior quantidade de trabalhadores foram Joaquim José Gomes da Silva, com a quantidade de 21 escravizados, Jacinto Pompeo de Camargo, 10 cativos e Manoel Pedroso de Barros, sete. Sendo assim, as famílias empregavam principalmente as cativas, nas tarefas internas das moradias, mesmo as que possuíam as maiores quantidades de trabalhadores.

Ainda com base nos dados de 1877, observa-se que na casa de Anna Isabel de Roiz Pimenta, a cativa Vicência, registrada com a cor preta, idade de 44 anos, solteira e com bastante aptidão para o trabalho era a responsável por todos os serviços domésticos. Também, na moradia da escravizadora Martha de Arruda Leite, duas mulheres cativas executavam as tarefas cotidianas, sendo elas, Rosa, de 26 anos, solteira e assinalada como parda e Rita, 30 anos, ambas apontadas nos registros como pardas, solteiras e bem dispostas ao serviço. Todavia, Miguel Paes de Barros, proprietário de três trabalhadores cativos, colocava suas duas cativas nas atividades da casa, apesar de uma delas exercer uma função especializada. A Maria, na época com 23 anos, preparava os alimentos, limpava a moradia, em geral mantinha o lar organizado e a Anna, 30 anos, era a responsável pelas vestimentas da família, lavava e engomava as roupas. As duas cativas, apontadas como pardas e solteiras, faziam suas atividades a contento.

Quadro 3 - As cativas do barão de Vila Maria (1877).

NOME	COR	IDADE	ESTADO	PROFISSÃO	APTIDÃO/TRABALHO	LOCAL/MORADIA
Francisca	parda	22	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá
Lucinda	parda	22	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá
Maria Eugenia	parda	7	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá
Luzia	preta	7	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá
Maria Cantidiana	parda	12	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá
Amélia	parda	14	solteira	serviço doméstico	bastante	Vila de Corumbá
Laurinda	parda	17	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Esmilia	parda	30	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Francelina	parda	30	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Martinha	parda	32	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Theresa	preta	32	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Maria Magdalena	preta	34	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Maria das Dores	preta	35	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Luciana	preta	42	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Maria Madalena Grande	preta	44	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Emilia	preta	54	solteira	roceira	pouca	Vila de Corumbá
Clara	preta	54	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Hegina	preta	54	solteira	roceira	bastante	Vila de Corumbá
Maria Pequena	preta	49	solteira	cozinheira	bastante	Vila de Corumbá
Mariana	parda	21	solteira	roceira	bastante	Fazenda de Piraputangas
Theodora	preta	40	viúva	roceira	bastante	Fazenda de Piraputangas
Rufina	preta	39	solteira	cozinheira	bastante	Fazenda de Piraputangas

Fonte: Classificação de 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

Nos ambientes internos das casas dos “senhores” com a posse de quantidades mais elevadas de escravizados, as cativas eram ocupadas no funcionamento da casa e também exerciam outras funções. Consideremos o caso do escravista Joaquim José Gomes da Silva, observado em 1877

como o escravizador local, com a maior quantidade de braços cativos. Vale explicar que Gomes da Silva foi grande proprietário de terras da região, ocupou os cargos de Juiz de Paz e vereador, de 1873 a 1876, mas faleceu com apenas 51 anos, no dia quatro de abril de 1876. No **quadro 3** estão organizadas as informações a respeito das mulheres cativas apossadas por Gomes da Silva, embora sob seu poder houvesse homens cativos também.

Através do **quadro 3** observam-se duas cativas identificadas com a profissão de “cozinheira”, seis, “serviço doméstico” e quatorze, “roceira”. As pretas Rufina e Maria Pequena eram as responsáveis pelas atividades da cozinha, que na época incluíam o carregamento de água, a matança de pequenos animais para servir de alimento, a preparação das refeições, entre outras. Para os cuidados com a vestimenta, os trabalhos de limpeza e organização interna da moradia havia as escravizadas Amélia, Francisca, Lucinda, Luzia, Maria Eugenia e Cantidiana e com idades entre sete a 22 anos, portanto, bem mais jovens do que as cativas cozinheiras e a maioria das roceiras. As cativas Clara, Emilia, Esmilia, Francelina, Hegina, Laurinda Luciana, Maria das Dores, Maria Magdalena, Maria Magdalena Grande, Mariana, Martinha, Theodora e Thereza, registradas com a especialidade de roceiras, mas sobretudo como moradoras na vila, possivelmente eram incumbidas da limpeza do quintal residencial, plantio e o cuidado com os alimentos possíveis de serem cultivados em espaço não muito amplo do terreno da casa.

É fato que na vila de Corumbá, século XIX, existia o costume de manter plantações nos extensos quintais, com o objetivo de suprir as necessidades alimentares. Importa ressaltar que moradias eram elevadas em lotes estreitos, porém compridos e muitas famílias, sobretudo as abastadas, tinham as condições favoráveis à manutenção de pequenas plantações e criação de animais, como porcos e galinhas. (CANCIAN, 2006).

Condição interessante pode ser observada ao se considerar as informações existentes na classificação de 1877 e relacionadas aos escraviza-

dos de Gomes da Silva, ou seja, a quantidade maior escravizada em posse dele. O escravizador em questão possuía na época 22 mulheres cativas e somente dois homens cativos. Ainda não é possível saber ao certo o porquê dessa condição. É sabido que o proprietário em questão, além da moradia na vila de Corumbá, era possuidor de fazendas e mantinha criação de animais, engenho e plantações, atividades que naturalmente exigiam mais braços negros masculinos do que femininos. Provavelmente, o barão de vila Maria empregava o trabalhador livre para execução das tarefas características do meio rural, sobretudo aquelas que exigiam deslocamento nas extensas propriedades.

NEGROS CATIVOS

A consulta à listagem dos trabalhadores escravizados arrolados pelos membros da Junta Classificadora da vila de Corumbá, ano de 1873, mostrou somente um cativo denominado Prachedes e registrado com a cor preta, a idade de 39 anos, solteiro, com especialidade nos serviços domésticos e finalmente bastante apto para o trabalho. Em 1874, nenhum homem cativo foi inscrito na relação dos cativos. Todavia, em 1877, foram arrolados 28 homens em uma população de 95 escravizados existentes no espaço urbano local. Nesse período havia oito cativos com a profissão de serviço doméstico, cinco roceiros, quatro lavradores³³, quatro pedreiros, dois jornaleiros, um marceneiro, um carpinteiro, um dedicado a todo serviço e um registrado sem especialização. O **quadro 4** apresenta separadamente os tipos de profissões exercidas pelas mulheres cativas e

³³ A expressão lavrador significava: “O que lavra, e cultiva as terras, e não usa de mister, ou officio mecânico”. Ver: SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

seu respectivo quantitativo nos anos de 1873, 1874 e 1877.³⁴

Quadro 4 - Demonstrativo das profissões dos homens cativos.

PROFISSÃO	1873	1877
Carpinteiro	-	1
Jornaleiro	-	2
Lavrador	-	4
Marceneiro	-	1
Pedreiro	-	4
Roceiro	-	5
Serviço doméstico	1	8
Todo serviço	-	1
TOTAL GERAL	1	27

Fonte: Classificações de 1873, 1874 e 1877. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá/MS.

As informações disponibilizadas em material manuscrito e organizadas no quadro em referência possibilitam enxergar que a profissão de “serviço doméstico” era exercida por uma quantidade maior de cativos, quando comparada as demais funções especializadas, desenvolvidas pelos homens cativos. Assim, os trabalhadores Brígido, 27 anos de idade; Cecílio, 8; João; Ludigero, 20; Manoel, 7; Portásio, 20 e Venceslao, 9, todos registrados como solteiros, de cor preta e bastante aptidão para o trabalho e finalmente Callicto, descrito como pardo, 12 anos e bastante apto ao ser-

³⁴ Observação: O **quadro 4** apresenta somente os cativos registrados com profissão. Consta no arrolamento geral de 1877, um homem “sem profissão”, portanto, no total foram apontados 28 cativos na classificação referida.

viço, desempenhavam as atividades internas das casas de seus “senhores”. Interessante notar também a existência de cativos descritos como roceiros e lavradores. Os roceiros Antonio, 18; Domingos, 24; Manoel, 24; Pedro, 18; Semião, 29, todos ainda solteiros na época e com boa aptidão ao trabalho, tinham experiência com o plantio e a colheita de alimentos. Possivelmente, os homens inscritos como lavradores, a saber: Anacleto, 34; Romano, 27; Agostinho, 22; Belisário, 21, comumente fossem envolvidos com as mesmas atividades dos roceiros. Observa-se que poucos eram os trabalhadores escravizados especializados nas funções de carpintaria, construção e marcenaria, essenciais na atividade de elevação das moradias.

No **quadro 4** observa-se a função “jornaleiro” e nessa condição foram arrolados o cativo Rufino, 27 anos, propriedade de Francisco Nunes da Cunha e Salvador, 22, escravizado de Antonio José da Costa, ambos descritos como pretos, solteiros e com bastante aptidão ao trabalho. Importante explicar que o trabalhador escravizado, descrito com a especialidade de jornaleiro, poderia executar diferentes atividades e de acordo com a demanda do mercado local. Esses escravizados eram mantidos por seus senhores, para obtenção de renda por meio do aluguel, ou do serviço de ganho. Conforme o historiador gaúcho Mário Maestri: “Os proprietários de escravos de ofício recebiam diretamente os salários de seus negros dos arrendatários que, muitas vezes, deviam alimentar os trabalhadores. Os senhores podiam, em vez de alugar os cativos, mandá-los ao ganho”. (MAESTRI, 1988, p. 46). Os cativos colocados no “ganho” eram obrigados a oferecer seus serviços ou a venderem alimentos pelas ruas, em troca de remuneração a ser entregue ao seu “senhor”.³⁵

³⁵ Sobre a escravidão urbana no Brasil indicamos, como obras de referência: “O feitor ausente” (ALGRANTE, 1988); “O escravismo colonial” (GORENDER, 1992); “O sobrado e o cativo” (MAESTRI, 2001); “O negro na rua: a nova face da escravidão” (SILVA, 1988); dentre outras.

Desta forma, no período da escravidão no Brasil foi comum o homem cativo, mas também a mulher cativa serem alugados por seus proprietários para terceiros, em troca de um valor diário ou mensal. Maestri explica ainda: “Escravos ou escravas com qualquer habilidade eram obrigados, diariamente, oferecerem pelas ruas seus produtos ou serviços. Alguns destes cativos deviam voltar, até duas vezes por dia, à casa do senhor para fazerem as refeições e entregarem a fêria do dia”. (MAESTRI, 1988, p. 46). Assim, os cativos jornaleiros, atuantes nos espaços urbanos, executavam serviços como corte de cabelo e barba, aplicações de sanguessugas, venda de alimentos, transportes de pessoas, entre outros.

Na vila de Corumbá, para que um proprietário de cativo pudesse manter um trabalhador cativo na atividade de “ganho” nos espaços públicos de Corumbá, (porto, praças e ruas) precisava comunicar o poder público. O cativo que fosse encontrado comercializando produtos sem o conhecimento da Câmara Municipal era preso e seu proprietário, obrigatoriamente, pagava multa. Caso o cativo vendesse algo sem o consentimento do “senhor”, o comprador era obrigado a pagar multa e devolver o produto. No artigo 42 do Código das Posturas Municipais de Corumbá, de 1875, constava: “Qualquer pessoa que comprar a escravos e a soldados objetos ou gêneros que estes não possam ter, será obrigada a restituí-los ao seu verdadeiro dono e a pagar multa de 30\$000 réis”. Mediante a desobediência dos escravizados, o fiscal local entrava em ação, pois o artigo 17 do referido documento determinava: “O Fiscal é autorizado a mandar pôr em custódia à sua ordem, até a satisfação da multa, o infrator de Postura, que for desconhecido ou escravo”. (CÓDIGO, 1875). Nas Posturas de 1881, precisamente no artigo 20 do capítulo 6º também reforçou-se a condição ao se determinar: “expressamente proibido comprar-se objetos de qualquer natureza ou valor que seja, de escravos, crioulos, párvulos [idiotas], ou filhos de famílias, sem autorização dos senhores, amos, pais ou tutores [...]”. (CÓDIGO, 1881).

Em referência aos dados da classificação de 1877, observa-se que na casa de Custodia Maria Libanea, os cativos Brígido, 27 anos de idade e Manoel, 7, ambos registrados com a cor preta, solteiros e com bastante aptidão para o trabalho eram responsáveis pelos serviços domésticos. Já na moradia de Manoel Pedroso de Barros, escravizador de sete trabalhadores, entre mulheres e homens, os cativos Agostinho, 22 anos de idade; Anacleto, 39 e Semião, 29, todos classificados com a cor preta, solteiros e aptos ao trabalho, dedicavam-se ao cuidado com as plantações de alimentos.

Na residência urbana de Felipe Orlando Shorts, apesar da existência de duas cativas negras dedicadas aos serviços domésticos, os cativos Callicto, 12 anos de idade, de cor parda e Ludigero, 20, preta, ambos solteiros e com bastante aptidão ao trabalho desenvolviam também atividades características de uma moradia da época. É possível que as mulheres escravizadas pela família Shorts fossem colocadas na execução dos serviços mais leves da cozinha, na limpeza da casa e no trato com as vestimentas e os homens nas tarefas mais sofríveis, como abastecer os cômodos da residência com água, cortar e carregar a lenha, limpar o quintal, carregar objetos pesados, transportar os dejetos acumulados cotidianamente, entre outros que exigiam maior esforço físico. Semelhante ao escravizador Felipe Shorts, o barão de vila Maria também mantinha trabalhador cativo nos serviços domésticos, além das várias mulheres cativas, como mencionado. O escravizado Venceslao, registrado com a cor preta e de apenas nove anos de idade, possivelmente executava algum serviço no interior da moradia que não exigisse tanto esforço físico. Belisário, também inscrito como propriedade do barão, com 21 anos de idade, preto e solteiro exercia a especialidade de lavrador e, certamente, junto com as cativas roceiras se restringia às atividades do quintal ou, ocasionalmente, na lavoura em uma das propriedades do seu escravizador.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise das investigações científicas existentes, até o momento, sobre o passado escravista do território do antigo Mato Grosso, sobretudo em relação ao território de Corumbá, é possível considerar que a produção literária é, no entanto, incipiente quando comparada com as produções das demais regiões brasileiras. É fato que existe documentação mantida em arquivos regionais e nacionais com informações acerca da escravização de africanos e seus descendentes cativos, em terras do antigo sul mato-grossense com demanda de tempo, experiência e altos custos para ser obtida e analisada, condições estas que dificultam o acesso aos interessados na investigação científica. Mesmo assim, a descoberta de novas informações tem colaborado na construção gradativa do conhecimento sobre a escravidão negra, no universo urbano e rural das terras em questão.

É válido ressaltar sobretudo, ainda que o presente escrito coloque novamente em visibilidade a discussão acerca dos homens e mulheres escravizados, como parte da história da cidade colonial Nossa Senhora de Albuquerque, atual Corumbá, é preciso certamente novas investigações à luz de outras tipologias documentais.

As investigações, até então, mostram os trabalhadores escravizados forçados a diferentes atividades tanto nas fazendas e sítios da região, quanto na vila da região considerada nesse estudo. Principalmente nos espaços urbanos de Corumbá, os braços cativos foram os responsáveis, além da execução das tarefas cotidianas das moradias, pela própria sobrevivência das famílias locais menos abastadas, posto que eram alugados, ou vendiam sua força de trabalho a terceiros para o desempenho de tarefas especializadas, como carregar mercadorias, servir de mão de obra nas construções, roçar os quintais, entre outros. Pelas portas e ruas da vila cativos possivelmente ofereciam, além da força de trabalho, os alimentos

que muitas vezes provinham dos extensos quintais ou propriedades rurais de seus escravizadores.³⁶

Por fim, a limitação das fontes manuscritas analisadas até o momento permite-nos afirmar que o número de mulheres cativas presentes na região de Corumbá do Oitocentos foi sempre superior, com relação aos homens cativos. Também, que a maioria dos trabalhadores escravizados foram registrados com a especialidade “serviço doméstico”, em comparação as demais profissões desempenhadas pela população escravizada.

³⁶ A assertiva advém da existência de regulamentação local específica a respeito da venda de produtos por escravizados. Ver: Código de Posturas Municipais da Vila de Santa Cruz de Corumbá, anos de 1875 e 1881.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1873. Arquivo da Câmara Municipal. Corumbá-MS.

Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1874. Arquivo da Câmara Municipal. Corumbá-MS.

Classificação dos escravos para serem libertos pelo Fundo de Emancipação, 1877. Arquivo da Câmara Municipal. Corumbá-MS.

Código de Posturas Municipais da Vila de Santa Cruz de Corumbá, 1875. Palácio do Governo da Província de Mato Grosso. Cuiabá 3 de julho de 1875. Arquivo Público de Mato Grosso-MT.

Código de Posturas Municipais da Vila de Santa Cruz de Corumbá, 1881. Arquivo da Câmara Municipal. Corumbá-MS.

Edital nº 525, 1878. Vila de Santa Cruz de Corumbá elevada à categoria de cidade. Arquivo da Câmara Municipal. Corumbá-MS.

Edital nº 6, 1862. Povoação de Corumbá elevada à categoria de vila, sob a denominação de Vila de Corumbá. Arquivo da Câmara Municipal. Corumbá-MS.

Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm Acesso em: 10 de maio de 2020.

Livro 28. Trabalhos da Junta Classificadora de Corumbá. 1873-1885. Museu do Pantanal-Muphan, CorumbáMS.

População do povo de Albuquerque dos 17 de abril de 1791]. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Albuquerque [Corumbá, MS]: [s.n.], 17/04/1791. 4 p. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/mss1352142/mss1352142.pdf. Acesso em: 3 jun. 2020.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEIXO, Lúcia H. G. **Mato Grosso: Trabalho escravo e trabalho livre (1850-1889)**. Brasília: Alvorada, 1984;

ALGRANTE, Leila Mezan. **O feitor ausente**. Estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro. Petrópolis: Vozes, 1988.

ASSIS, Edvaldo de. **Contribuição para o estudo do Negro em Mato Grosso**. Cuiabá: UFMT/ Proed, 1988.

ASSIS, Edvaldo de. **Negro Forro & Sociedade Escravocrata**. Diário Oficial do Estado. Cuiabá- MT, 1986.

ASSIS, Edvaldo de. **Quilombos em Mato Grosso**. Diário Oficial do Estado. Cuiabá-MT, 1986.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Album Graphico do Estado de Matto Grosso**. AGIOSUL - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Campo Grande-São Paulo, 2006.

BRAZIL, Maria do Carmo. Entre os canteiros da história: historiografia e fontes sobre o passado escravista em Mato Grosso. **Revista Eletrônica Documento Monumento**, Cuiabá, n.1, v. 8, p. 189-206, 2013. Disponível em: <https://www.ufmt.br/ndihr/revista/revistas-antiores/revista-dm-08.pdf> Acesso em: 20 de março de 2020.

BRAZIL, Maria do Carmo. **Fronteira Negra**. Dominação, violência e resistência escrava em Mato Grosso -1718-1888. Passo Fundo: EdUPF, 2002.

CALDEIRA, Newman di Carlo. **Nas fronteiras da incerteza**: as fugas internacionais de escravos no relacionamento diplomático do império brasileiro com a república da Bolívia (1825-1867). Dissertação de mestrado em História pela UFRJ, 2007.

CAMARGO, Isabel Camilo. A escravidão negra em Sant Ana de Paranaíba (1828-1888): considerações de pesquisa. IN: 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, 2015, Curitiba, **Anais [...]**. Disponível em: <http://www.escravidaoliberdade.com.br/site/images/Textos7/isabel%20camilo%20de%20camargo.pdf> Acesso em: 21 de maio de 2020.

CAMARGO, Isabel Camilo. A historiografia da escravidão em Mato Grosso e o escravo na lida com o gado: enfoque para a localidade de Sant'ana de Paranaíba (1857-1874). **Revista Fronteiras**. Dourados-MT, v. 17, n. 29, p. 202-218, 2015. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/4603/2362> Acesso em: 21 de maio de 2020.

CAMARGO, Isabel Camilo. Considerações historiográficas sobre a escravidão na província de Mato Grosso (séculos XVIII e XIX). In: XXVII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Natal. **Anais** [...]. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364332148_ARQUIVO_Anpuhnaional1.1.pdf Acesso em: 10 de maio de 2020.

CANCIAN, Elaine. **A cidade e o rio**: Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS). Passo Fundo: UPF, 2006.

CANCIAN, Elaine; BRAZIL, Maria do Carmo. O Barão de Vila Maria: poder, história agrária e memória em Mato Grosso. In: BORGES, F.T. de Miranda; PERARO, Maria Adenir; COSTA, Viviane G. da S. (Org.). **Trajetórias de Vidas na História**. Cuiabá-MT: EDUFMT, 2009, v.1, p. 93-116.

CASTELNAU, Francis. **Expedição às regiões centrais da América do Sul**. São Paulo: Melhoramentos, 1949.

CONRAD, Robert. **Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

D'ALINCOURT, Luiz. **Memória sobre a viagem do porto de Santos à cidade de Cuiabá**. São Paulo: Livraria Itatiaia, 1976.

DIAS, Maria Odila da Silva. Nas fímbrias da escravidão urbana: negras de tabuleiro e de ganho. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, n. 15, p. 89-109, 1985. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ee/article/view/157230/152622> Acesso em: 18 de maio de 2019.

FLORENCE, Hercules. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. São Paulo: Cultrix, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**. 41. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Sobrados e mucambos**. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. São Paulo: Ática, 1992.
- KARASCH, Mary. **A vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808 – 1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- LEITE, Luis-Philippe Pereira. **O engenho da estrada real**. Cuiabá-MT: Oficina Gráfica da Escola Técnica de Mato Grosso, 1976.
- MAESTRI, Mário. **O sobrado e o cativo**. Passo Fundo: UPF, 2001.
- MAESTRI, Mário. **A Servidão Negra**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MAESTRI, Mário. **História da África negra pré-colonial**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- MATTOSO, Kátia. **Ser Escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MELLO, Raul Silveira de. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966. p. 42
- MELLO, Raul Silveira de. **Um homem do dever**. Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1964. p. 127.
- MOUTINHO, Joaquim Ferreira. **Notícia sobre a província de Matto Grosso, seguida d'um roteiro de viagem da sua capital a São Paulo**. São Paulo: Typ. Henrique Schoroeder, 1869.
- ROCHA, Eunice Ajala. O processo de emancipação dos escravos na vila de Santa Cruz de Corumbá (1873-1888). **Revista Dimensão**, Corumbá, n. 5/7, p. 78-108, 1975 -1977.
- SENA, Divino Marcos de. **Camaradas: Livres e pobres em Mato Grosso (1808-1850)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2010. Disponível: <https://www.ppghufgd.com/wp-content/uploads/2017/06/DIVINO-MARCOS-DE-SENA.pdf> Acesso em: 10 de maio de 2020.
- SERRA, Ricardo F. A. Diário da diligência do reconhecimento do Paraguai desde o lugar da boca do Jauru até abaixo do Presídio de Nova Coimbra; que compreende a configuração das lagoas Gaiba, Uberaba e Mandioré, e das serras do Paraguai, e igualmente o reconhecimento do rio Cuiabá até a vila deste nome, e dela por S. Pedro d'El-Rei até VilaBela. **Revista do Instituto Histórico e Ge-**

ográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, t. XX. 1857, p. 293-329, 1857. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107714-revista-ihgb-tomo-xx.html> Acesso em: 20 de maio de 2019.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza - recopilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/dicionario/edicao/2> Acesso em: 20 de maio de 2020.

SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. **O negro na rua: a nova face da escravidão**. São Paulo-Brasília: Hucitec - CNPq, 1988.

SMITH, Herbert Huntington. **Do Rio de Janeiro a Cuyabá**. Notas de um naturalista. São Paulo-RJ: Melhoramentos, 1922.

SOUZA, Lécio Gomes de Jacobina: História de uma fazenda em Mato Grosso. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Cuiabá, n. 9, p. 1-38, 1998.

VOLPATO, Luiza Rios. **Cativos do Sertão: vida cotidiana e escravidão em Cuiabá (1850-1888)**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

Capítulo 3

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ NO IMPÉRIO: ENTRE COMPETÊNCIAS, MATERIALIDADE E ROTINA INSTITUCIONAL*

Divino Marcos de Sena

Este capítulo versa sobre a Câmara Municipal de Corumbá enquanto responsável pela administração do município no período imperial. O foco da análise consiste em apontar o que competia a essa instituição, suas formas de atuação e a materialidade que possuía para dar conta de suas atribuições. No primeiro momento, é abordado o governo municipal no Império do Brasil, mostrando que as câmaras se transformaram no decorrer do regime e conviveram com leis centralizadoras. Em seguida, o debate ganha um breve histórico sobre Corumbá em princípio da navegação a vapor, evidenciando que as mudanças do momento estimularam a criação do município e a sua unidade político-administrativa. A última parte refere-se à municipalidade, especialmente suas competências, materialidades e ao cotidiano administrativo, com descrição dos objetos existentes e os procedimentos adotados para fazer funcionar essa instituição que foi imprescindível no processo de (re)construção de Corumbá após a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870) e da reabertura da navegação.

O GOVERNO MUNICIPAL NO BRASIL IMPÉRIO

Desde o início da colonização portuguesa na América ocorreu a

* Pesquisa realizada com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

introdução de instituições administrativas existentes na metrópole, dentre elas o senado da câmara ou câmara municipal. Esta exercia o poder na esfera local, mas submetida à administração central.³⁷ O território delimitado para o município (ou termo), era a menor divisão administrativa na América portuguesa e dirigido por uma câmara municipal.

A presença de câmara manteve ligações com a elevação de uma localidade à categoria de vila. Sua criação significava a transformação de um local que exibia mudanças populacionais, sociais e econômicas, e representava algumas autonomias políticas e administrativas e com funções judiciais, policiais e fazendárias em relação à área que pertencia, com território definido e autoridades para gerenciar os problemas internos.³⁸

Depois da Independência Política do Brasil, a primeira Constituição (1824) reafirmou a presença das câmaras nas vilas e cidades já existentes e naquelas que fossem criadas, competindo a elas o governo econômico e municipal. A legislação regulamentava que os postos nas câmaras seriam eletivos, com mandato de quatro anos, e o vereador mais votado ocuparia a posição de presidente. A administração camarária teria como função a “formação das suas posturas policiais, aplicação das suas rendas, e todas as suas particulares e úteis atribuições serão decretadas por uma lei regulamentar” (BRAZIL, 1824).

A Constituição de 1824 conferiu às câmaras somente atribuições administrativas e proibiu atos políticos, subordinando-as política e admi-

³⁷ Sobre a origem das câmaras na República Romana e a adoção dessa organização administrativa no Império Marítimo Português e no Brasil Império, conferir Campos (2004) e Souza (2002).

³⁸ Existe um extenso debate sobre câmaras municipais no período colonial, para o qual indico: BICALHO, 2003; SOUSA, 2012; SOUSA, 1996; GOUVÊA, 2002; COMISSOLI, 2006; CÂMARA, 2008.

nistrativamente às instâncias provinciais. O presidente de província, cargo nomeado pela administração central, passou a ser os “olhos do monarca” e concentrou algumas das funções antes delegadas às municipalidades. Portanto, na Constituição de 1824 foi adotado o modelo de centralização político-administrativa pelo país recém-independente.

A lei regulamentar prevista na Constituição foi criada em 1828, Lei Orgânica dos Municípios (Lei de 1º de outubro), também conhecida como Regimento das Câmaras Municipais do Império, vigente até 1891. Ela revogou as Ordenações Filipinas (leis aplicadas em Portugal e em suas colônias) e uniformizou a organização das câmaras municipais, dispendo sobre suas atribuições.

A Lei de 1828 restringiu a competência das câmaras aos assuntos econômicos locais e proibiu aos vereadores discutirem temas políticos das províncias ou do governo central. Ela também retirou a jurisdição judicial das câmaras, limitando suas atuações aos problemas locais. Além disso, não poderiam tomar decisões livremente sobre a arrecadação de impostos e sobre a aplicação de suas rendas (BRAZIL, 1828).

As câmaras ficaram submetidas a um controle exercido pelos conselhos gerais, presidentes de província e pelo governo central. Elas perderam parte da importância de outrora, tal como pela chamada “Lei dos Prefeitos”, de 11 de abril de 1835, instituída em algumas províncias, mas não em Mato Grosso, que tinha por intuito frear algumas descentralizações previstas no Código Criminal de 1832, que acabaram por favorecer as instâncias locais, em especial a figura do juiz de paz (CAMPOS, 2004, p. 38).

Outro golpe contra a municipalidade ocorreu com a aprovação da Lei n. 16 de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional à Constituição), que alterou e adicionou a Constituição do Império e regulamentou as competências e o funcionamento das Assembleias Legislativas Provinciais. O Ato atendia aos interesses liberais de descentralização política e administrativa

do governo central em favor das províncias. A regionalização instaurada, conseqüentemente, deu continuidade à tendência antimunicipalista adotada pela administração central retirando sua autonomia e, principalmente, sua competência jurídica e policial (CAMPOS, 2004, p. 39-40).

O Ato Adicional transferiu para as assembleias provinciais, criadas a partir de então, a tutela sobre as câmaras municipais que vinham exercendo os presidentes de província. O Ato completou a regulamentação da gestão municipal da Lei de 1828 ao definir a relação entre o município e as instâncias provinciais. Com os municípios controlados pelas assembleias, as províncias ficariam como unidades coesas e fortes, algo que ia ao encontro dos interesses das forças políticas liberais do momento (LEAL, 1993). Não era de interesse dos dirigentes do país, que estava em construção, manterem as funções exercidas pelas elites locais nas vilas e cidades durante a época colonial que, não raras vezes, suas atuações foram interpretadas como atos de rebeldia. A autonomia provincial foi conquistada em detrimento das competências antes delegadas à administração municipal. A vinculação das câmaras às assembleias legislativas provinciais perdurou durante o regime imperial.

A Lei N. 261 de 3/12/1841, que reformou o Código do Processo Criminal, pretendia retirar dos juizes de paz as atribuições sobre o processo criminal e submeteu também as câmaras aos chefes de polícia das províncias e aos delegados dos respectivos distritos. A Lei Orgânica de 1828 estabelecia que as câmaras deveriam promover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes, assim como o asseio, segurança, elegância, e regularidade externa dos edifícios e ruas das povoações, a partir de suas posturas (Art. 71. BRAZIL, 1828). Com a Lei de 1841, essas funções passaram a ser supervisionadas pelos chefes e delegados de polícia, já que uma de suas competências era “examinar se as câmaras municipais têm providenciado sobre os objetos da polícia, que por lei se acham a seu cargo, representando-lhe com civildade as medidas que

entenderem convenientes, para que se convertam em posturas” (BRAZIL, 1841). Assim, o indivíduo que se sentisse prejudicado com as ações da câmara, com base nessa fiscalização, poderia recorrer a essas autoridades para questionar/denunciar as medidas.

A intervenção dos chefes e delegados de polícia (nomeados pelo Ministro da Justiça – Governo Central) em uma das funções das câmaras municipais fez parte do contexto político que se iniciou com o Segundo Reinado,³⁹ e que acabou por contribuir para diminuir ou, ao menos, embaraçar algumas funções antes delegadas às câmaras municipais. Essas e outras funções dos chefes de polícia e dos delegados foram diminuídas ou extintas com a reforma do Código do Processo Criminal em 1871. Parte do que antes era da alçada dessas autoridades passaram para o judiciário.⁴⁰

Portanto, na Constituição de 1824 foi adotado o modelo de centralização político-administrativa pelo nascente país independente poli-

³⁹ Existe um debate historiográfico que aponta as transformações advindas com o Segundo Reinado. Para alguns autores, a partir de 1840 houve o “regresso conservador”, com um retorno à centralização político-administrativa, empreendido pelos *saquaremas* (termo que se referia às lideranças do partido conservador, elite agroexportadora e ligada à terra e à escravidão), que durante a regência tinha perdido forças. As autonomias que as províncias tinham conquistadas com o Ato Adicional (1834) seriam diminuídas com o retorno do Partido Conservador na maioria da administração central. Sobre essa visão ver Carvalho (2012) e Mattos (1998). O estudo de Miriam Dolhnikoff contesta interpretações que consideram o início do Segundo Reinado como “regresso conservador”, que “apesar do nome, não havia, no entanto, [...] a real disposição para retomar o modelo do Primeiro Reinado, ou mesmo qualquer outro modelo parecido de extrema centralização”, mas revisar elementos que com as leis aprovadas na década de 1830 fragilizavam a preservação da unidade nacional, como as reformas no aparato judiciário, por exemplo. O objetivo não era romper com pacto federativo, mas torná-lo viável. Para a autora, as mudanças implantadas a partir de 1834 e mantidas com a revisão da década de 1840 continham “elementos centrais de um modelo federativo, embora não tenha sido possível estabelecer uma federação plena” (DOLHNIKOFF, 2005, p. 77, 133 e 285).

⁴⁰ Sobre essa reforma, conferir MACHADO FILHO, 2003.

ticamente. Oficialmente, o Brasil divergiu das ex-colônias espanholas ao pretender um regime monárquico e centralizador, que privilegiava os órgãos estabelecidos e ligados à administração central, situados na Corte (Rio de Janeiro). Esse movimento centralizador, instaurado no Primeiro Reinado, deu uma redução durante o período regencial (1831-1840) que abriu brechas para a descentralização, reflexo dos movimentos de liberais e de contendas que existiram em diferentes províncias.

Com a entrada do grupo conservador na administração central, o Segundo Reinado, que começou com a declaração da maioria de Pedro de Alcântara (D. Pedro II) em 1840 e vigorou até a Proclamação da República (1889), iniciou uma revisão que pretendia corrigir alguns pontos que se mostravam problemáticos, principalmente com a vigência da Lei do Código do Processo Criminal (1832) e com o Ato Adicional (1834). Revisão esta que ficou evidente com a criação e aprovação da Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) e a reforma do Código do Processo de Criminal (1841). A primeira lei tentou colocar limites a interpretações que surgiram com o Ato Adicional e que contrapunham o respeito à divisão de competências entre o que era da alçada provincial e da administração central. Ela colocou impedimentos principalmente no âmbito administrativo e judiciário das províncias, como nomeação e afastamento de funcionários públicos.

Para Dolhnikoff (2005, p. 132 e 150), “não se tratava de redesenhar os fundamentos da organização institucional vigente” adotada pelo Ato Adicional, mas a centralização do aparato judiciário, e deixar o governo central como exclusivo competente na criação de empregos gerais, enquanto as províncias ficariam encarregadas dos empregos provinciais e municipais. Assim, os limites da centralização eram sobre o aparato judiciário, e o sentido da revisão estava em garantir a divisão de competências sem que os governos provinciais continuassem invadindo as esferas de atuação da Corte, como aconteceu desde a aprovação do Ato Adicional.

No que se refere à administração municipal, a partir do que foi exposto fica evidente que as câmaras municipais perderam, durante o Império, algumas autonomias que possuíam na época colonial. As legislações promulgadas no Primeiro Reinado, durante a Regência e no Segundo Reinado promoveram a centralização administrativa no âmbito municipal ao colocarem os municípios dependentes das instâncias provinciais. Até o final da Monarquia Constitucional, as câmaras ficaram oficialmente articuladas e subordinadas às assembleias e presidentes de províncias para tomar algumas decisões e resolver determinados problemas. Entretanto, continuou a ser ocupada por indivíduos das elites locais, que também atuavam ou eram representados nas instâncias provinciais.

Maria de Fátima Gouvêa (2008) argumenta que as Assembleias Legislativas Provinciais se constituíram como espaços de representação dos interesses regionais/provinciais que, na América portuguesa, era restrito às câmaras. Nas assembleias ocorriam calorosos debates em que cada deputado provincial estava propenso a defender os interesses de sua paróquia.

Essa configuração foi confirmada na província de Mato Grosso, onde as elites locais se apropriaram do legislativo provincial como “um espaço para defenderem seus interesses sociais e/ou econômicos, um lugar para figurar suas lideranças locais, enfim, uma casa para confirmar suas posições de destaque e para exercitarem a política provinciana”. Ernesto Cerveira Sena apresenta também casos de homens de facções políticas provinciais ligadas a municípios onde estavam instalados e possuíam vínculos, que assumiram a legislatura geral depois de terem ocupado a assembleia provincial (SENA, 2006, p. 68 e 110). Ou seja, na prática, o regime monárquico conviveu com a participação e a performance de elites regionais, com seus respectivos interesses, nas assembleias centrais.

Mesmo que as câmaras municipais estivessem subordinadas a outras esferas da administração imperial (presidência da província e assembleia legislativa provincial) que minimizaram sua área de atuação, –

como, por exemplo, a interferência/vistoria das assembleias provinciais na aprovação de seus códigos de posturas e orçamentos, e a presença do presidente de províncias como árbitro das contendas de jurisdição entre a câmara e outras autoridades/instituições municipais – ainda assim, na prática, a Câmara Municipal de Corumbá guardava algumas autonomias em seu campo de atuação.

As autonomias apareciam no desenvolvimento de algumas competências, tais como: multar, repreender os descumpridores das posturas, no trâmite da concessão de terrenos urbanos (com pareceres favoráveis ou não), a interferência no cotidiano de indivíduos e no comércio de diferentes gêneros, na coleta de impostos, na emissão de alvarás para funcionamento de estabelecimentos comerciais e em várias outras decisões em como os serviços e atividades deveriam ser executados.

Desconsiderar essas competências que, na prática, nem sempre condiziam com as normas vigentes contribui para refutar a importância e as atuações da instituição no município. Vale destacar que a Câmara, não raramente, foi palco de disputa entre indivíduos das elites locais justamente por proporcionar vantagens sociais, econômicas e políticas. Nesse caso, são vários os fatores que corroboram para afirmar que as câmaras foram mais que instituições administrativas, pois igualmente serviram como espaços políticos e de exercício de poderes.

CORUMBÁ E O INÍCIO DA NAVEGAÇÃO A VAPOR

A história de Corumbá mantém estreita relação com o rio Paraguai que foi, durante muito tempo, a sua mais importante via de comunicação e transporte. Em diferentes contextos, foi pelo rio que se deu as principais investidas e assentamentos (indígenas e não indígenas) na área que hoje integra o estado de Mato Grosso do Sul, em território brasileiro. Não por acaso, o domínio desse rio foi reivindicado por povos e governos.

Antes de 1870, a navegação no rio Paraguai via estuário do Prata era instável e à mercê das relações diplomáticas entre o Brasil e as repúblicas de língua espanhola. Em 6 de abril de 1856, foi franqueada a navegação dos rios Paraguai e Paraná pelo Tratado de Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguai. A povoação de Albuquerque, também conhecida como Corumbá, ficou como porto limite para a circulação de embarcações estrangeiras e de maior calado.

A navegação a vapor proporcionou o aumento da população e uma incipiente dinamização comercial em Corumbá, com transformações significativas se comparadas com o período anterior. O tempo de viagem com o litoral brasileiro e a região platina foi reduzido, e as embarcações a vapor em nada se comparavam com as canoas e batelões que, até então, serviam como o único meio de transporte e comunicação nas vias fluviais em viagens para fora da província.

Em 1862, Corumbá estava entre as principais localidades de Mato Grosso, o que resultou na sua elevação à categoria de vila pela Lei Provincial N. 6 de 10 de julho de 1862, que criou para a mesma vila uma freguesia com a invocação de Santa Cruz, denominada freguesia de Santa Cruz da Vila de Corumbá.

A elevação de uma localidade à categoria de vila era motivada por questões político-administrativas, populacionais, econômicas, geográficas e sociais, como as que Corumbá vivenciava. Independente, o município teria suas rendas e despesas, que poderia eventualmente receber auxílio provincial e/ou geral; poderia entrar de forma mais incisiva nas disputas políticas da província, procurando colocar na Assembleia Provincial representantes locais para lutar pelas necessidades do município e interesses dos seus pares. Uma vila tinha número maior de empregados e de instituições públicas que seriam mantidos com rendas municipais, provinciais ou do governo central. A vila possuiria alguma independência na gerência dos assuntos municipais, por isso as eleições serem disputadas por indivíduos das elites locais

que possuíam interesses diretos em questões da alçada da municipalidade.

A vila de Santa Cruz de Corumbá, enquanto unidade administrativa independente, passaria a funcionar depois que os seus habitantes adquirissem, à sua custa, a casa para as sessões da Câmara e do Júri, elaborassem a lista de qualificação de votantes e o juiz de paz realizasse as eleições municipais. Ou seja, o funcionamento da vila se daria concomitante ao da Câmara Municipal, que não ocorreu de imediato. Enquanto os dirigentes locais estavam tomando as iniciativas para a qualificação dos votantes e mais medidas para a ocorrência das primeiras eleições municipais e a efetivação da unidade administrativa, Corumbá foi ocupada pelas tropas paraguaias em janeiro de 1865.

Corumbá voltaria a receber pessoas, investimentos e transformações que deram seus primeiros passos antes de 1865, somente após a sua retomada pelas tropas imperiais, em 13 junho de 1867 e com o fim da Guerra.⁴¹

Retomada, era preciso reorganizar e recuperar a região que havia sido ocupada pelos paraguaios por mais de dois anos. Parte de sua população tinha refugiado para Cuiabá ou outros pontos da província, mas boa parcela caiu sob o domínio paraguaio.

Mesmo saqueada e ocupada durante a Guerra,⁴² Corumbá era

⁴¹ Sobre a Guerra do Paraguai, ver: DORATIOTO, 2002; MENEZES, 2012. Sobre a ocupação e a presença paraguaia em Mato Grosso e especialmente em Corumbá, conferir: ESSELIN, 2011; GARCIA, 2001; e PAVETTI, 2005.

⁴² Existem fontes e estudos que demonstram a convivência entre brasileiros, paraguaios e outros estrangeiros, a chegada de embarcações e militares paraguaios, a realização de bailes/festas, a comercialização e o consumo de alimentos, enfermidades e internações em Corumbá durante o Conflito (CAVASSA, 1997; PAVETTI, 2005). Há necessidade de mais estudos que busquem refletir e relativizar sobre o grau das possíveis destruições/devastações que os paraguaios empreenderam em Corumbá, pois uma organização administrativa foi instalada durante o conflito e diferentes práticas fizeram parte do seu cotidiano quando da permanência dos paraguaios.

apontada pelas autoridades provinciais como uma localidade que serviria para regularizar a distribuição de mercadorias para outras partes da província. Sua posição estratégica, na fronteira com a Bolívia, a colocou como um centro populacional, de abastecimento e de comercialização ao canalizar as mercadorias importadas e exportadas em Mato Grosso, ao mesmo tempo em que articulou, via navegação, a província com a área platina e o litoral brasileiro. Corumbá, gradativamente, se destacou como um empório comercial internacionalizado em Mato Grosso, integrado à área platina e conectado ao mercado mundial.

Todavia, seu processo de (re)construção foi lento e contou, além de incentivos fiscais, com a instalação e participação de algumas instituições que passaram a organizar, nas suas respectivas alçadas, os serviços públicos. Entre as instituições públicas, uma das mais importantes do momento foi a Câmara Municipal, instalada e empossada em 17 de agosto de 1872.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

A instalação da Câmara de Corumbá não ocorreu de imediato à sua elevação à categoria de Vila. Terminada a Guerra, o município foi restaurado em 1871 e no ano seguinte, 1872, a Câmara Municipal foi instalada (MATO GROSSO, 1871).

Até 1878, a Câmara era composta por sete vereadores. Depois da elevação de Corumbá à categoria de cidade pela Lei Provincial N. 525 de 15/11/1878, ela passou a ser formada por nove vereadores, como dispunha o Art. 1º a Lei de 1º de outubro de 1828 e as leis subsequentes (MATO GROSSO, 1878; BRAZIL, 1846; BRAZIL, 1881). Além dos sete ou nove vereadores mais votados (vereadores de número), a câmara contava com os vereadores suplentes, como eram chamados os candidatos com maioria de votos depois dos vereadores de número. Os suplentes, na ausência ou impedimento dos titulares, eram convocados para prestarem juramento do cargo e participarem das sessões da Câmara. O cargo era ocupado via

eleições diretas, feitas de quatro em quatro anos, sob a responsabilidade das Juntas de Qualificação de Votantes que também deveria apurar os votos em local público e disponível a todos.

Poderiam ser vereadores todos os indivíduos votantes nas assembleias paroquiais e com dois anos de domicílio no município. Nesse caso, precisariam ser cidadãos brasileiros no gozo de seus direitos políticos ou estrangeiros naturalizados. Só poderiam ser candidatos a vereador os indivíduos que tivessem ao menos duzentos mil réis de renda líquida anual, avaliada em prata (que equivalia a quatrocentos mil réis), por bens de raiz, comércio, indústria ou empregos (Art. 91 e 92. BRAZIL, 1824; Art. 53 e 98 BRAZIL, 1846).

As mulheres, os escravos, os livres que não se encaixavam nos quesitos e os pronunciados em queixa, denúncia ou sumários (em pronúncia competentemente sustentada) estavam excluídos de serem vereadores. A partir de 1881, foi a vez dos analfabetos ficarem de fora como candidato e votante das eleições municipais (BRAZIL, 1881).

A Câmara Municipal era a principal instituição responsável pela administração do município. Inexistia, naquele momento, o executivo municipal como hoje conhecemos representado pela prefeitura, com o prefeito e funcionários. A Câmara, por meio das posturas municipais, regulava as atividades comerciais, o comportamento dos moradores, a fiscalização e aplicação de multas, a coleta de alguns impostos, a higiene e a organização das espacialidades. Igualmente era a responsável pela manutenção dos serviços urbanos, como iluminação e obras públicas, incumbida pelo sustento e pela saúde dos “presos pobres”, contenção das epidemias, assim como suas vítimas, o trâmite da concessão de terrenos urbanos etc. Portanto, a ela competia os mais diferentes assuntos ligados ao espaço e aos seus munícipes.

As posturas formavam um conjunto de regras em forma de artigos,

parecidas com as leis, com orientações, proibições, obrigações, competências, infrações e multas direcionadas para normatizar o viver no município. Por ela a Câmara se pautava para atuar em diferentes temas circunscritos à esfera municipal, com interferência no viver e a introdução de práticas nem sempre condizentes com as da maioria dos moradores.

As posturas limitavam e constrangiam os interesses privados em face da utilização dos espaços públicos do município. Sua elaboração era de competência da Câmara, mas não cabia a ela aprová-la. Sua aprovação ocorria pela Assembleia Legislativa Provincial, que poderia ou não aceitar todos os itens da forma como foram pensados e organizados pelos vereadores, e sancionada pelo presidente de província. Portanto, não era de competência da Câmara elaborar e aprovar leis, pois era uma corporação sem funções legislativas, como determinou a Lei de 1º de outubro de 1828. Mas, como também determinou essa legislação, a elaboração e a execução das posturas eram de sua alçada.

Os primeiros anos de funcionamento da Câmara Municipal de Corumbá foram momentos de adequações na sua organização interna, com atribuições, expedientes, eleições, nomeação de empregados etc. e a preocupação em (re)organizar Corumbá que foi ocupada pelas tropas paraguaias e atingida pela epidemia de Varíola (1867).

Para o desempenho da gama de atribuições, a municipalidade possuía empregados que ela própria nomeava efetiva ou interinamente a partir de indicação de um vereador que apresentava o nome do recomendado em sessão. Os cargos administrativos que existiam na Câmara Municipal de Corumbá foram os seguintes: aferidor, amanuense, engenheiro, fiscal, porteiro, procurador e secretário. Existiam outros que estavam na alçada da Câmara, mas não necessariamente atuavam diretamente no seu trâmite administrativo, como o porteiro do cemitério público.

Na documentação camarária, a palavra câmara foi mencionada com

dois sentidos: 1) correspondia ao grupo de vereadores, ou seja, eles constituíam a Câmara; 2) correspondia à instituição administrativa que possuía um prédio (o paço da Câmara). Esses sentidos não são discordantes porque indicavam ser a Câmara o conjunto dos vereadores que formavam uma instituição político-administrativa com empregados, regulamentos, atribuições, expediente, sede e outras materialidades.

Quando os vereadores enviavam conjuntamente um ofício, eles se apresentavam como a Câmara Municipal da Vila/Cidade de Santa Cruz de Corumbá ou apenas Câmara Municipal de Corumbá. Da mesma forma quando os vereadores estavam reunidos significava que a Câmara estava composta/formada. O indivíduo na função de presidente assinava enquanto tal e não como a Câmara Municipal, porque, mesmo representando e sendo a autoridade maior da vereança, não significava dizer que ele sozinho era a Câmara. Esta existia em um espaço a partir da reunião de indivíduos eleitos pelos votantes locais.

MATERIALIDADES - O PAÇO DA CÂMARA MUNICIPAL

Os empregados da Câmara Municipal, principalmente o secretário e o porteiro que mais faziam expediente na sede da instituição, desenvolviam suas atividades no Paço da Câmara Municipal. A palavra paço significava “casa nobre, onde o rei habita, onde se faz junta das Câmaras, e se dizem os paços dos Conselhos” (SILVA, 1813). Paço aparece corriqueiramente nas fontes para se referir à casa da Câmara, mas isso não constitui que esta era uma construção suntuosa, com ornamentos que lembrasse uma residência nobre, com requintes reais como um dos significados do vocábulo leva a imaginar.

Na elevação de Corumbá à categoria de vila, em 1862, as autoridades provinciais determinaram que sua câmara fosse instalada depois que os habitantes aprontassem, à sua custa, a casa para as sessões da Câmara e Júri (Art. 3º. MATO GROSSO, 1862). A Câmara foi instalada dez anos

depois, em um prédio particular, cujo aluguel ficou orçado em suas despesas anuais.

A partir de abril de 1873, a Câmara passou a funcionar em uma propriedade de duas pequenas salas, alugada por Esequiel Monteiro de Vasconcellos Mourão, situada na rua do Palácio, por quarenta mil réis mensais (40\$000). Valor que os vereadores achavam elevado para as dimensões da casa, e estipularam que, a partir de 1º de outubro de 1874, pagariam trinta mil réis (30\$000). Este não foi aceito pelo proprietário que requereu a devolução da casa e informou que recorreria a quem competisse para receber os aluguéis atrasados (Livro Acta das secções da Câmara (1874-1876)). Esequiel Mourão solicitou, reiteradas vezes, o pagamento da verba, mas a Câmara alegava não existir contrato por escrito entre as partes estipulando obrigações, deveres e quantia a ser paga, indícios de uma transação urgente e rápida para abrigar a Câmara Municipal (Ofício do fiscal da Câmara Joaquim José de Carvalho à Câmara Municipal, 15/9/1874; Petição de Esequiel Monteiro de Vasconcellos Mourão, 4/7/1874 e 24/7/1874; Petição de Esequiel Monteiro de Vasconcellos Mourão, 24/7/1874).⁴³

A partir de 21 de novembro de 1874 a Câmara Municipal mudou para uma casa pertencente ao Major João d'Alincourt Sabo d'Oliveira, situada na rua Delamare, na quantia de quarenta mil réis (40\$000), mesmo valor pago anteriormente. Diferente da outra locação, com esse proprietário foi firmado um contrato que estipulou as seguintes condições: 1ª) Que a Câmara se obrigava a pagar mensalmente ao locador a importância dos

⁴³ Alguns meses depois, em janeiro de 1875, Esequiel Mourão recebeu da Câmara setecentos e cinquenta e oito mil e seiscentos réis (758\$600) referente a 18 meses e 29 dias, a razão de quarenta mil réis por mês (Recibo Avulso da Câmara Municipal de Corumbá, 25/1/1875).

aluguéis da casa; 2ª) Que por ventura quando o locador precisasse da casa, avisaria a Câmara Municipal trinta dias antes; 3ª) Quando a Câmara, por qualquer motivo, não pudesse desocupá-la durante o período de tempo que lhe foi marcado, pagaria desde esse dia o aluguel, a razão de oitenta mil réis mensais (80\$000); 4ª) E, finalmente, que a Câmara Municipal não mandaria fazer qualquer mudança ou obra na casa sem prévia autorização do locador, que se obrigava a fazê-la quando necessária (*Livro Contractos Diversos de 1874 a 1885*). Esses itens confirmam obrigações de ambas as partes, mas que favoreceriam mais ao locador. Detalhe que o proprietário era, no momento, vereador da Câmara Municipal.⁴⁴

As autoridades judiciais solicitavam prédios com melhores condições para abrigar as audiências e as sessões do Júri. O Código do Processo Criminal determinava que as audiências dos juízes e as sessões do Júri ou Juntas de Paz ocorressem em casa pública, e na falta dela no consistório de alguma igreja. A casa pública de preferência seria o prédio da câmara municipal, e os presidentes das câmaras providenciariam sobre todas as coisas requisitadas pelo juiz de direito para as sessões do Júri (BRAZIL, 1832). Foi com base nessa Lei que o juiz de direito da comarca solicitou ao presidente da Câmara prédio mais adequado aos serviços da municipalidade e da justiça.

[...] a casa em que atualmente funciona a Câmara Municipal, e que se reduz a uma pequena sala e quarto, não só não tem as comodidades necessárias para nela funcionar o Júri e darem audiência os diversos juízes, como até, permita-me a expressão, é indecente para nela funcionar qualquer tribunal e pouco condigna com o prestígio e solenidade que devem cercar os atos judiciários; gerando até no espírito uma impressão desagradável que mais se aproximaria do ridículo, que

⁴⁴ Sobre a utilização dos serviços públicos para a projeção de interesses das elites de Corumbá, conferir SENA, 2017.

dos sentimentos elevados de consideração e respeito àqueles que têm direito aos tribunais. Além do que deixo dito, e me parece mais que suficiente para demonstrar a imprescindível necessidade de prover-se a Câmara de casa mais apropriada para satisfazer aquelas exigências, lembro a V. S. que proximamente tenho de abrir a 2ª Sessão do Júri, e ver-nos-emos outra vez em dificuldades para encontrar local onde funcione esse tribunal. = É verdade que a lei faculta que se façam as sessões do Júri no consistório de uma igreja ou casa particular, quando absolutamente falte casa pública; mas tenho ainda a observar-lhe que estando a igreja desta Vila em ruínas e não havendo nesta localidade casas com salas suficientemente espaçosas para esse fim, terá o Júri de funcionar, no caso de encontrar quem lhe ceda sua casa particular por 8 ou 15 dias, em alguma varanda, o que é incompatível com o decoro e decência inerente a ato tão solene. Reitero, portanto à V. S. na qualidade de Presidente da Câmara Municipal a quem compete providenciar sobre o caso ocorrente, a requisição verbal que já lhe fiz de local apropriado e convenientemente decorado para as sessões do Júri e audiências judiciais, esperando que V. S. se servirá tomar prontas providências a respeito [...] (Ofício do Juiz de Direito da Comarca José Joaquim Ramos Ferreira ao Presidente da Câmara, 15/6/1877).

Nos primeiros anos, a Câmara operou com deficiências e em locais que não possuíam espaço e comodidade que suas funções requeriam. Problema não atípico na província de Mato Grosso, em que várias de suas instituições públicas funcionavam em prédios alugados e com semelhantes empecilhos, inclusive na sua capital (Cuiabá). Os Relatórios de Presidente de Província dão informações importantes sobre a situação de repartições públicas que, não raras vezes, foram descritas com precariedade, tais como falta de funcionário, mobiliário, materiais para expediente, organização de arquivo, ausência de prédios próprios e deficiência ou inadequação onde funcionavam.

Algumas dessas situações, como a desorganização arquivista, eram vividas inclusive pela Secretaria de Governo que, aos olhos de algumas autoridades, era “a repartição mais importante por suas relações e pelas tradições que guarda” (Relatório do Presidente de Província, 20/8/1871). A Secretaria de Polícia, onde ficava o chefe de polícia, autoridade máxima da polícia na província, apresentava problemas de instalação, falta de funcionários e de aparatos instrumentais que dessem conta dos encargos (MACHADO FILHO, 2003).

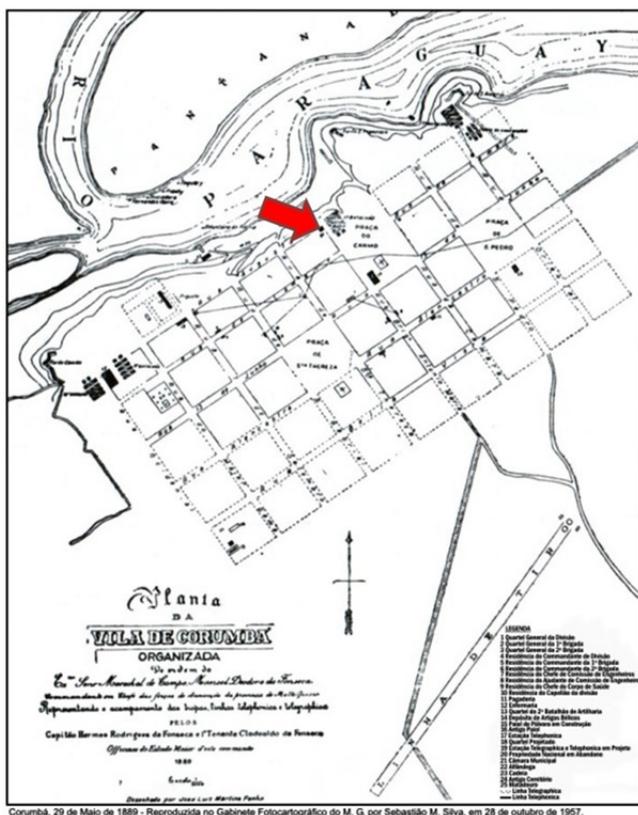
Fora da província, em regiões agroexportadoras, a situação não destoava. Em Guaratinguetá (SP), por exemplo, as precariedades do prédio onde ficou instalada a Câmara Municipal existiram por todo o século, com reformas incompletas e insuficientes para as necessidades dos serviços municipais (FRANCO, 1997). Com a Câmara Municipal de Corumbá não foi diferente. Os vereadores e outras autoridades reclamavam e buscavam medidas para solucionar, mesmo que temporariamente, alguns problemas. Diante da solicitação anteriormente apresentada – que também é possível pensar nas dificuldades e deficiências do funcionamento do judiciário – a Câmara decidiu, em sessão de 23 de junho de 1877, alugar outro prédio que possuísse cômodos necessários, para onde iniciou a mudança no dia 1º do mês seguinte (Ofício do Presidente da Câmara Municipal Miguel Paes de Barros ao Juiz de Direito da Comarca José Joaquim Ramos Ferreira, 2/7/1877).

Em 1879, a municipalidade estava em um imóvel pertencente ao Major Joaquim Pinto Guedes, na rua Sete de Setembro, nº. 1, com aluguel mensal de sessenta mil réis, onde permaneceu até 14 de janeiro de 1887.⁴⁵

⁴⁵ Conferir diversos Recibos Avulsos da Câmara Municipal de Corumbá referente ao pagamento dos aluguéis de 1879 a 1886 guardados em diferentes caixas no acervo da instituição. Em alguns momentos o pagamento mensal foi recebido pelos procuradores do proprietário: Miguel Paes de Barros (1879), João José Peres (1881-1882), Firmo de Mattos & Cia (1884) e Antonio Antunes Galvão (1886).

Não identifiquei a espacialidade dessa casa, mas ela possuía pátio frontal que não era calçado, uma varanda e quarto que, em 1880, foram pintados na cor rosa, um salão onde ocorriam as sessões da vereança, do Júri e eleições, quintal e, possivelmente, outro(s) cômodo(s) (Recibos Diversos da Câmara, 8/10/1880, 20/10/1880, 22/2/1883; Ofício de Joaquim Pinto Guedes à Câmara, 19/10/1883).

Planta 1 - Corumbá (1889)



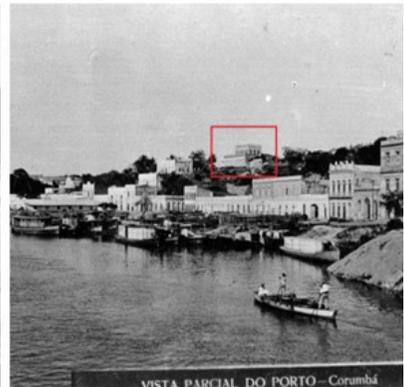
Fonte: Planta da Vila de Corumbá organizada de ordem do Sr. Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca, pelo Capitão Hermes Rodrigues da Fonseca e o 1º Tenente Clodoaldo da Fonseca, 1889. Desenhada por José Luiz Martins Penha. In: MELLO, 1966, p. 132.

A partir de 15 de janeiro de 1887, a Câmara mudou para uma propriedade de Manoel Cavassa, com aluguel no mesmo valor do imóvel anterior (sessenta mil réis). Quais os motivos para a mudança? Teria o Major Joaquim Pinto Guedes solicitado a propriedade? A casa alugada por Cavassa possuía mais espaço e vantagens? Ou a mudança fazia parte de jogos políticos e de interesses pessoais, pois o filho de Manoel Cavassa, João Pedro Cavassa, foi vereador no quadriênio que recém tinha terminado (1883-1886)? É provável que uma ou mais dessas situações pudessem ter contribuído para a mudança da sede da Câmara. De todo modo, em 10 de janeiro de 1887 foi transferida a mobília para a nova casa e, em 17 do mesmo mês, foi a vez do arquivo ser transportado. Ainda em 1889, a Câmara funcionava nesta última instalação (Petição de Antonio Antunes Galvão, procurador de Joaquim Pinto Guedes à Câmara Municipal, 12/11/1887; Recibos Avulsos referentes ao pagamento do transporte de mobília e arquivo da Câmara, 10/1/1887, 17/1/1887, 9/1/887; Recibos Avulsos referentes ao pagamento de aluguéis da casa da Câmara dos anos 1887 a 1889).

A planta de Corumbá elaborada em 1889 pelo Capitão Hermes Rodrigues da Fonseca e o Tenente Clodoaldo da Fonseca, a mando do Marechal Deodoro da Fonseca (**Planta 1**), indica a localização da casa onde funcionava a Câmara, na esquina da rua Augusta (atual Avenida General Rondon) com a Antônio Maria.

Comparando fotografias de início do século XX (**Imagens 1, 2 e 3**), é possível identificar um prédio ao estilo da época situado no mesmo local apontado na Planta 1 (produzida em 1889) e com indicação de ser a Câmara Municipal (Imagem 4) e depois Intendência Municipal (**Imagem 5**).

Imagens 1, 2 e 3 - Corumbá (Década de 1920)



Fonte: WULFES. *Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário*. Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

Imagem 4 - Câmara Municipal (Início do século XX), Foto-postal, "imprimé en allemagne"



Fonte: Acervo da família José Domingos Kassar.

Imagem 5 - Intendência Municipal, 1914



Fonte: AYALA; SIMON, 1914, p. 325.

Não identifiquei a data de construção do prédio destacado nas imagens, logo, não é possível afirmar se ele estava edificado entre 1887 e 1890, quando a Câmara passou a funcionar na esquina onde aparece edificado. Entretanto, em 18 de agosto de 1887, o presidente da Câmara, João Antônio Rodrigues, oficiou ao provedor da Sociedade Beneficente de São Vicente de Paula, Antônio Jacintho Mendes Gonçalves, que autorizava esta Sociedade a depositar seus objetos em “uma das salas do sobrado” da Câmara, como foi solicitado pelo último indivíduo (Ofício N. 103 do Presidente da Câmara Municipal João Antônio Rodrigues ao Provedor da Sociedade Beneficente de São Vicente de Paula, Antônio Jacintho Mendes Gonçalves, 18/8/1887).

O edifício onde a Câmara estava instalada era um sobrado e possuía espaço disponível para abrigar temporariamente objetos da referida Sociedade, nesse caso, poderia ser o prédio representado nas imagens. Nas primeiras décadas do século XX, a Câmara ainda funcionava no mesmo local, e o seu edifício poderia ser visto da rua do Porto e de diferentes ângulos pelos viajantes que chegavam em embarcações a Corumbá descendo ou subindo o rio Paraguai. Se esse mesmo prédio já estivesse construído em 1887, um dos ou o motivo para a mudança da sede da Câmara pode ter sido por possuir mais espaço e vantagens se comparado com o anterior. O prédio apontado nas imagens foi demolido e hoje possui outra edificação em seu local.⁴⁶

A necessidade de um prédio próprio para abrigar a Câmara Municipal foi recorrente nos discursos dos vereadores, de empregados da municipalidade e de outros indivíduos. Em diferentes relatórios enviados à Presidência da Província e à Assembleia Legislativa Provincial, a Câma-

⁴⁶ O prédio destacado nas imagens não corresponde à edificação atualmente existente na esquina da rua 15 de Novembro com a rua 13 de Junho; na edificação atual funcionou o Hotel Royal e depois a delegacia de polícia e a prefeitura municipal. Equivocadamente este prédio permaneceu no imaginário local como a sede mais antiga da administração do município.

ra destacou o item “Casa da Câmara”, assinalando os gastos que pagavam mensalmente com alugueis de casas particulares para abrigar a instituição e as inadequações destas para os serviços municipais e dos juizados que ocupavam suas dependências.

Os pregões de venda e arrematação pública dos bens de inventários post mortem ocorriam, com frequência, à porta da Câmara Municipal, que abrigava em suas dependências as reuniões da Junta de Classificação de Escravos, os alistamentos e qualificações do Exército, Armada e da Guarda Nacional e a qualificação de votantes.

Nas despesas aprovadas para o ano financeiro de 1886, outras câmaras da província também pagavam alugueis pelos prédios onde funcionavam, como Livramento (96\$000 anual), Rosário (72\$000 anual) e Miranda (144\$000 anual). Mas nenhuma chegava perto do valor anual de 720\$000 pagos pelo aluguel da casa onde a Câmara de Corumbá estava instalada (MATO GROSSO, 1885).

Algumas investidas foram dadas para o início da construção de sua sede, sem sucesso. Nos balanços das despesas da Câmara Municipal, relativos aos exercícios de 1878, 1879 e 1880, aparecem a aprovação das quantias de 4:900\$000 réis e, nos dois últimos anos, 4:0000\$000 réis para o começo da construção de um edifício para os trabalhos da Câmara, do Júri e audiências das autoridades. Quantia que não foi gasta. A justificativa dada pela Câmara, em 1882, para o não início da obra aprovada foi a falta de fundos para realizar empréstimo autorizado e a ausência de pessoas que aceitassem receber o pagamento em prestação e a juros de oito por cento (Livro Cópias de relatórios da Câmara, projetos de leis de orçamentos...).

O funcionamento da Câmara Municipal em prédios particulares continuou a ocorrer após o regime imperial. Em 1897, a municipalidade ainda não estava abrigada em um edifício próprio, e novamente a justificativa dada pelas autoridades municipais era a ausência de receita. Para resolver

esse problema, o 1º Vice-Intendente do município ressaltou que se o estado direcionasse por alguns anos a cobrança de indústria e profissão aos cofres municipais, traria aumento de suas rendas que possibilitaria a construção de um edifício. Sugestão semelhante foi apresentada anos antes pela Câmara à Assembleia Legislativa Provincial sobre a transferência para a municipalidade, por quatro anos, dos rendimentos dos impostos províncias da décima urbana e da renda de aguardente a miúdo cobrados em Corumbá (Relatório apresentado pelo cidadão 1º Vice-Intendente Boaventura da Motta d'este município a Camara Municipal em 27 de Dezembro de 1897; Livro Cópias de relatórios da Câmara, projetos de leis de orçamentos).

O paço era a materialidade principal da instituição, já que ele a simbolizava e era onde funcionavam os principais serviços prestados aos municípes. Ao operar em locais alugados, não adaptados ou improvisados, contribuiu para obstaculizar o desenvolvimento de competências da Câmara e como ela constituiu, gradativamente, uma materialidade que visava atender a demanda de serviços administrativos do município. Em janeiro de 1874, seu mobiliário era composto por uma mesa grande, uma pequena e seis cadeiras, ou seja, não comportariam lugares para os sete vereadores da vila e mais o secretário se ficassem reunidos. Materiais de escritório como uma régua, dois tinteiros de vidro, um areeiro, seis canetas, uma caixa com penas e um armário também estavam presentes. Além destes, existia um cofre, onde ficavam guardadas as rendas municipais, e poucos utensílios para uso dos funcionários, como um copo de vidro, uma toalha e um tamborete.

O reduzido número de documentos arrolados, tais como ofícios trocados com diferentes autoridades, exemplares de leis, onze diplomas de vereadores e juízes de paz da Vila e documentos eleitorais, confirmam o início da organização do seu arquivo que se avolumou no decorrer de seu funcionamento (Inventário dos bens pertencentes a Câmara Municipal, 1/1/1874).

Uma década depois, a Câmara estava mais provida de mobiliários que condiziam com o movimento de seu expediente e com as atividades realizadas. Em 1883, ela tinha três mesas grandes com gavetas, duas mesas pequenas, quatro cadeiras grandes de braços de jacarandá, vinte e quatro cadeiras novas, sete cadeiras velhas, três panos para mesas grandes e dois para as pequenas, quatro bancos compridos e um banco pequeno. Os materiais de escritório estavam compostos por uma campainha, uma régua, três tinteiros em mau estado e um tinteiro completo com caneta.

Os objetos usados em refeições, higiene e na rotina interna eram os seguintes: três copos de vidro, um caneco de louça, três pratos e três potes de louça, três potes para água, uma bacia para rosto, três ferros para reposteiro, um relógio de parede, uma bandeja, vinte e três lampiões de vidro em mau estado, onze lampiões de papel, quatro panos para vidraça, dois urinóis de louça, um funil pequeno, uma lamparina em mau estado e duas tabuletas.

Além de todos esses objetos existia uma Bíblia Sagrada, utilizada nos atos de juramento dos vereadores, empregados da municipalidade e outros funcionários públicos no momento de posse, e nas sessões dos juízes municipal e de órfãos e do Tribunal do Júri pelas testemunhas, vítimas, réus, inventariantes, curadores, avaliadores (louvados) etc. (Relação nominal da mobília e mais objetos pertencentes a Câmara Municipal de Corumbá). Na relação de 1883 não foi apresentado o rol dos documentos que compunham o arquivo, mas conforme o volume documental consultado na instituição em 2013, certamente era muito maior do que aquele inventariado em 1874.

No paço também ficavam acondicionados os padrões de pesos e medidas do sistema métrico, utilizados pelo aferidor nas fiscalizações e comparações dos pesos e medidas de estabelecimentos e práticas comerciais que ocorriam no perímetro urbano. Os padrões ficavam acondicionados em caixões e eram formados por variados instrumentos, de diferentes tamanhos, pesos e capacidades e com as respectivas indicações.

Nos primeiros anos de seu funcionamento, a Câmara ficou sem os padrões do sistema métrico, o que dificultava a sua fiscalização e de fazer valer o que dispunham as normatizações. As deficiências eram extensivas a outras materialidades que faltavam ou eram precárias, servindo como barreiras aos empregados municipais para a realização de suas respectivas funções.

A ROTINA ADMINISTRATIVA

As sessões da Câmara ocorriam nessas instalações. Segundo a Lei de 1º de outubro de 1828, as ordinárias ocorreriam trimestralmente, no total de quatro por ano, e durariam não menos que seis dias, e as extraordinárias quando fosse necessária para tratar de algum assunto urgente. Em Vila Maria do Paraguai (Cáceres-MT), as sessões ordinárias duravam de cinco até dez dias, sendo destinado um dia para a sessão extraordinária (CASTRILLON, 2006, p. 71). Entretanto, em Corumbá esse número variava, com ocorrência de mais reuniões por ano. Entre 1874 e 1876 aconteceram 6 sessões ordinárias na maioria dos trimestres, num total de duas por mês, além das extraordinárias, em vez de uma a cada três meses, como previa a lei.

As sessões da Câmara de Corumbá geralmente terminavam no mesmo dia, ou seja, ocorriam no limite de algumas horas (Livro Acta das seções da Camara (1874-1876)). Talvez essa prática de realizar mais reuniões com menos tempo de duração tenha sido uma alternativa encontrada pelos vereadores, em vez de se reunirem trimestralmente para discutir vários assuntos em dias consecutivos.

Para o presidente abrir a sessão era necessária a presença de, no mínimo, cinco vereadores para deliberarem como a maioria. Caso esse número não fosse atingido, a reunião era cancelada e lavrada a ata da sua não realização por falta de *quórum* e transferidos os assuntos que seriam discutidos para a sessão ordinária seguinte, que eram somados a outros.

Conforme o Art. 28 da Lei de 1º de outubro de 1828, o vereador que faltasse a sessão sem motivo justificado estaria propenso a multas de 2\$000 réis nas vilas e 4\$000 réis nas cidades. Essa mesma lei estipulava que as reuniões ordinárias deveriam ocorrer às nove horas da manhã, mas em Corumbá as atas da Câmara indicam seu início geralmente às nove horas e dez horas da manhã. As extraordinárias ocorriam em qualquer horário do período matutino ou vespertino.

Verificado o número suficiente para dar *quórum*, as sessões eram abertas pelo presidente e poderiam ser assistidas pela população, o que explica a presença de bancos de madeira no paço da Câmara, como listado anteriormente. A reunião começava com a leitura do “expediente”, que era a relação dos assuntos que seriam discutidos. Nesse momento eram lidos ofícios, comunicados, requerimentos, abaixo-assinado, petição, propostas e outros documentos ou assuntos relacionados ou provenientes de autoridades e da população em geral, além de temas pertinentes à vila/cidade ou que um ou mais vereador queria inserir na discussão (apresentado por escrito). Depois dessa leitura, o presidente declarava a “ordem do dia”, momento em que eram discutidos e, quando necessário, votados e deliberados cada item lido no expediente.

Quando não existia consenso de todos, o assunto era levado à votação, a maioria decidia, mas em caso de empate o voto do presidente resolvia. Feitas as diversas deliberações, e não havendo mais a tratar, o presidente levantava a sessão e marcava a data da próxima reunião. Para cada sessão era lavrada uma ata que na sessão seguinte era lida e, se de acordo por todos os vereadores, aprovada e assinada.

As sessões eram os momentos oficiais em que os vereadores reunidos discutiam e decidiam sobre a administração do município e sobre os requerimentos da população. As atas das reuniões são importantes para entender esses aspectos. A Câmara formava comissões que eram compostas por vereadores, empregados ou outras autoridades, com o

consentimento destas, para avaliar ou resolver sobre um assunto específico de sua alçada, como a escolha de local para matadouro/curral público, cemitério, desinfecção de ruas, verificação das rendas e do orçamento e despesas da municipalidade, vistoria na cadeia e das situações dos presos pobres etc. As comissões, depois de realizarem os trabalhos, repassavam o parecer com as informações levantadas para auxiliar a vereança na tomada de decisões.

Nas sessões também ocorriam avaliação e escolha das propostas: de arrematação para a realização de obras pública; para fornecimento de comedoria aos presos pobres, de luz à vela e a querosene e água para a Cadeia e Câmara; para a publicação de editais, comunicados e a impressão de formulários da Câmara (talões, guia de aferição, alvarás, títulos para concessão de terrenos etc.) pelas tipografias locais; e de prestadores de serviços variados que a municipalidade contratava para a realização de alguma atividade específica. Os arrematantes ficavam sabendo da contratação via editais, onde eram especificadas as datas limites para serem apresentadas as propostas. Essa forma de comunicação também era utilizada pela Câmara para informar a população sobre algumas proibições, com transcrições de trechos das posturas e sobre procedimentos e prazos para pagamento de impostos, requisição para alvará de funcionamento de estabelecimentos e práticas comerciais ou prestação de serviço, e outros comunicados à população.

Os editais eram fixados em locais públicos e divulgados pela imprensa local. Apesar de a maioria da população ser analfabeta,⁴⁷ os editais

⁴⁷ A maioria dos moradores de Corumbá era analfabeta e a educação escolar não era acessível a todos, reduzido era o número dos que frequentavam escola (DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA, 1872). Essa situação não destoava do restante da província e do país (SIQUEIRA, 2000; CARVALHO, 2012).

eram lidos em voz alta e comentados. As notícias corriam de boca em boca e as pessoas ficavam sabendo por terem lido/visto ou por “ouvirem dizer”, expressão bastante comum no momento, referindo-se a alguém que não estava no local ou ocasião de um acontecimento, mas sabia sobre ele, ou seja, sabia por ouvir de outrem. E assim as notícias e os comunicados da Câmara, com o uso da oralidade, circulavam.

Os editais, atos, ofícios, requerimentos e outros documentos eram vias de comunicação entre a Câmara Municipal e a população. Esta reconhecia a municipalidade como a responsável pelos assuntos citadinos e recorria a ela quando pretendia solicitar ou informar sobre algo. Pessoas que pretendiam abrir um estabelecimento comercial, circular com tabuleiros nas ruas, retirar lenhas, solicitar terreno, realizar festas públicas, desenvolver ofício mecânico, construir e reformar residências etc. recorriam à Câmara Municipal para solicitar autorização e, quando necessário, efetuar o pagamento de impostos.

As solicitações e reclamações passavam pelos empregados da Câmara ou chegavam diretamente aos vereadores que, como moradores, sabiam e, muitas vezes, compartilhavam dos problemas urbanos discutidos nas sessões e fora delas. A maioria da população, mesmo que não tendo o direito de votar na escolha dos seus governantes, reconhecia os vereadores como autoridades competentes na administração municipal. Esse reconhecimento ocorria, por exemplo, porque a Câmara mantinha caminhos de comunicação abertos para que a população (votante ou não) apresentasse suas solicitações. Em diversos requerimentos enviados à Câmara e discutidos nas sessões verifiquei que muitos foram atendidos pela vereança.

A forma de tratamento “cidadão”, antecedida do nome do indivíduo, indicava qualificação social, ou seja, que pertencia a um seletivo grupo de homens livres votantes, que possuíam pecúlio para participar da elei-

ção de seus representantes.⁴⁸ Nas atas da Câmara Municipal aparecem que não apenas os requerimentos dos “cidadãos” foram discutidos e atendidos. Homens livres e libertos sem o direito ao voto e as mulheres também tiveram seus pedidos debatidos e aprovados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas correspondências com outras autoridades a Câmara se colocava como a “legítima intérprete de seus habitantes”, assumiu e se apresentava com esta função. Nos seus primeiros anos de funcionamento, ela formulou uma série de saberes sobre suas competências, o município, seus moradores e os empregados. Saberes que foram convertidos em posturas e ações, intervenções, proibições, punições, ordenamento, enfim, para administrar e tentar disciplinar Corumbá. A racionalização das suas atribuições e da organização interna possibilitaria maior controle sobre o município e, principalmente, sobre seus moradores. A apropriação de leis, de orientações imperiais e provinciais e a experiência adquirida no cotidiano permitiram à Câmara acumular saberes – mas não sem equívocos, interesses e conflitos – para pôr em prática conforme as distintas situações.

⁴⁸ A Constituição de 1824 definiu quem seriam os cidadãos brasileiros, que, em linhas gerais, eram os livres e libertos nascidos no Brasil; os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe brasileira nascidos em outros países, mas que viessem morar no Brasil; os filhos de pai brasileiro, que estivesse em país estrangeiro em serviço do Império, embora eles não viessem estabelecer domicílio no Brasil; os nascidos em Portugal e em suas possessões e que aqui residiam na época da Independência e os estrangeiros naturalizados (Art. 6º. BRAZIL, 1824). Os escravos ficaram excluídos, por serem propriedade e por não serem, segundo a concepção da época, os senhores da sua própria vontade. Entretanto, essa mesma Constituição abriu portas para hierarquias sociais, ao distinguir não apenas livres e escravos, mas diferenciações entre os próprios livres a partir de critérios censitários. A relação entre cidadania, liberdade e propriedade se tornou, no decorrer do século XIX, as referências para “as desigualdades que deveriam existir entre livres e proprietários (os cidadãos ativos), livres e não-proprietários (os cidadãos passivos) e não livres e não proprietários (os não cidadãos)” (SANTOS; FERREIRA, 2009, p. 60).

Ainda que a Câmara Municipal não possuísse autonomia para aprovar suas posturas, rendas e despesas, ainda que tivesse a mercê de outras esferas administrativas provincial e central, ela exercia várias funções que repercutiam diretamente no cotidiano de Corumbá e dos seus moradores. Desconsiderar essas funções e o que elas significaram para as elites locais contribuiria para a ideia de ser a Câmara uma instituição estática, sem representação e totalmente refém de outros setores, o que não era bem assim.

Deficiências existiram nos primeiros anos de funcionamento da edilidade corumbaense. Alguns dos problemas foram aqui apontados, assim como as competências da municipalidade. Esta dependia de outros setores para dar conta de suas funções, mas outras instituições também necessitavam dela para que funcionasse, ainda que com percalços, a máquina administrativa imperial. A Câmara conseguiu, gradativamente, mas não sem resistências e permanências,⁴⁹ inserir hábitos, práticas e normatizar o viver em Corumbá no momento de sua (re)construção depois da ocupação paraguaia, e com as mudanças decorrentes da reabertura da navegação a vapor que fez dessa localidade o entreposto comercial da província de Mato Grosso.

⁴⁹ As multas aplicadas, as contendas entre indivíduos e a municipalidade são reflexos das imposições da Câmara e das resistências dos munícipes frente a elas, e sem falar das permanências de práticas que fugiam às disciplinas que os vereadores queriam implantar em Corumbá. Identifiquei inúmeros casos nesse sentido, que não correspondem aos objetivos deste texto. Sobre a relação da Câmara Municipal de Corumbá com os comerciantes da carne verde, a resistência de açougueiros e permanências no abate do gado e na comercialização do produto, conferir SENA; NOGUEIRA, 2013 e 2015.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Acervo da família José Domingos Kassar. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10200825931525594&set=o.492838134131104&type=3&theater>. Acesso em: 05 Agosto de 2014.

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Album Gráfico do Estado de Matto Grosso**. Corumbá/Brasil; Hamburgo/Alemanha, janeiro de 1914. (Cópia reprografada – Distribuição pelo Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso).

BRAZIL. **Constituição Política do Império do Brazil**. (De 25 de março de 1824). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em: 08 de Março de 2013.

BRAZIL. **Decreto N. 3.029, de 9 de janeiro de 1881**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-3029-9-janeiro-1881-546079-publicacaooriginal-59786-pl.html>. Acesso em: fevereiro de 2014.

BRAZIL. **Lei de 1º de outubro de 1828**. Dá nova forma às Câmaras Municipaes, marca suas atribuições, e o processo para a sua eleição, e dos Juizes de Paz. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/LIM/LIM-1-10-1828.htm. Acesso em: 07 de Maio de 2013.

BRAZIL. **Lei de 29 de novembro de 1832**. Promulga o Código do Processo Criminal de primeira instância com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-29-11-1832.htm. Acesso em: 15 de Novembro de 2014.

BRAZIL. **Lei N. 261, de 3 de dezembro de 1841**. Reformando o Código do Processo Criminal. Art. 4º. §5º. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM261.htm. Acesso em: 20 de Novembro de 2014.

BRAZIL. **Lei N. 387, de 19 de agosto de 1846**. Regula a maneira de proceder às eleições de senadores, deputados, membros das assembleias províncias, juizes de paz e câmaras municipais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-387-19-agosto-1846-555122-publicacaooriginal-83186-pl.html>. Acesso em: 18 de Novembro de 2014.

CAVASSA, Manoel. **Memorandum de Manoel Cavassa**. Apresentação e notas Valmir Batista Corrêa e Lúcia Salsa Corrêa. Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento do Brazil em 1872**. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, 1874. Vol. 1.

Inventário dos bens pertencentes a Câmara Municipal, 1/1/1874. In: **Livro Inventário dos bens pertencentes a Câmara Municipal - 1873**. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Livro Acta das secções da Camara (1874-1876). Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

Livro Contractos Diversos de 1874 a 1885. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Livro Cópias de relatórios da Câmara, projetos de leis de orçamentos para a receita e despesa anuais, assim como das leis e regulamentos expedidos pelo Corpo Legislativo da Província. 1875 a 1888. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

MATO GROSSO. **Decreto Provincial n. 6 de 10/7/1862**. Caixa s/nº. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

MATO GROSSO. **Lei Provincial N. 525 de 15 de novembro de 1878**. Caixa s/nº. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

MATO GROSSO. **Lei Provincial N. 684, de 19 de dezembro de 1885**. Orçando a receita e fixando a despesa das camaras municipae da província para o exercício de 1886. Instituto de Memória do Poder Legislativo de Mato Grosso (IMPLMT). Cuiabá-MT.

MATO GROSSO. **Lei Provincial N. 7 de 7 de outubro de 1871**. Caixa s/nº. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

Ofício de Joaquim Pinto Guedes à Câmara, 19/10/1883. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Ofício do fiscal da Câmara Joaquim José de Carvalho à Câmara Municipal, 15/9/1874. In: **Aluguel Casa da Câmara 1873 e 1874**. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

Ofício do Juiz de Direito da Comarca José Joaquim Ramos Ferreira ao Presidente da Câmara, 15/6/1877. In: **Offícios dirigidos a Camara. Corumbá, 1877**. Caixa

s/nº. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Ofício do Presidente da Câmara Municipal Miguel Paes de Barros ao Juiz de Direito da Comarca José Joaquim Ramos Ferreira, 2/7/1877. In: **Livro Cópia de ofícios. 1874 a 1881**. Caixa s/nº. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Ofício N. 103 do Presidente da Câmara Municipal João Antonio Rodrigues ao Provedor da Sociedade Beneficente de São Vicente de Paula, Antonio Jacintho Mendes Gonçalves. 18/8/1887. In: **Livro de Registro de Correspondência Oficial da Câmara Municipal com diversas autoridades. 1881-1890**. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Petição de Antonio Antunes Galvão, procurador de Joaquim Pinto Guedes à Câmara Municipal. 12/11/1887. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Petição de Esequiel Monteiro de Vasconcellos Mourão, 24/7/1874. In: **Aluguel Casa da Câmara 1873 e 1874**. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Petição de Esequiel Monteiro de Vasconcellos Mourão, 4/7/1874. In: **Aluguel Casa da Câmara 1873 e 1874**. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Recibo Avulso da Câmara Municipal de Corumbá. 25/1/1875. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC).

Recibos Avulsos referentes ao pagamento de aluguéis da casa da Câmara dos anos 1887 a 1889. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Recibos Avulsos referentes ao pagamento do transporte de mobília e arquivo da Câmara. 10/1/1887, 17/1/1887, 9/1/887. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Recibos Diversos da Câmara. 8/10/1880, 20/10/1880, 22/2/1883. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Relação nominal da mobília e mais objetos pertencentes a Câmara Municipal de Corumbá que se acham a cargo do Porteiro da mesma Alexandre

Bandeira Gouvêa. 15/10/1883. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Relatório apresentado pelo cidadão 1º Vice-Intendente Boaventura da Motta d'este município a Camara Municipal em 27 de Dezembro de 1897. Caixa s/n. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC). Corumbá-MS.

Relatório do Presidente de Província apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso. Francisco José Cardozo Junior, 20 de agosto de 1871. Cuiabá, Typ. de Souza Neves & C^a. [n.d.].

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da lingua portugueza** - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponíveis em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/diccionario>. Acesso em: 05 de Janeiro de 2019.

WULFES. **Patrimônio Fotográfico de Corumbá/Ladário.** Instituto Luiz de Albuquerque – ILA. Corumbá-MS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império: o Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, Leandro Calbente. **Administração colonial e poder: a governança da cidade de São Paulo (1765-1802)**. 2008. 187 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Universidade de São Paulo, São Paulo.

CAMPOS, Maristela Chicharo. **O governo da cidade: elites locais e urbanização em Niterói (1835-1890)**. 2004. 303 f. Tese (Doutorado em História Social e Urbana). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRILLON, Maria de Lourdes Fanaia. **O Governo Local na Fronteira Oeste do Brasil: a Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1859-1889)**. 2006. 150 f. Dissertação (Mestrado em História). UFMT, Cuiabá.

COMISSOLI, Adriano. **Os “homens bons” e a Câmara de Porto Alegre (1767-1808)**. 2006. 192 f. Dissertação (Mestrado em História Moderna). Universidade Federal Fluminense, Niterói.

DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ESSELIN, Paulo Marcos. **A pecuária bovina no processo de ocupação e desenvolvimento econômico do pantanal sul-mato-grossense (1830-1910)**. Dourados: Ed. UFGD, 2011.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. **Homens livres na ordem escravocrata**. 4. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 1997.

GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. **Mato Grosso (1850-1889): Uma província na fronteira do Império**. 2001. 142 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica). UNICAMP, Campinas.

GOUVÊA, Maria de Fátima. **O império das províncias**: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GOUVÊA, Maria de Fátima. Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro, ca. 1780-1820. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, p. 111-155, 2002.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: O município e o regime representativo no Brasil. 6. ed. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1993.

MACHADO FILHO, Oswaldo. **Ilegalismos e jogos de poder**: um crime célebre em Cuiabá (1872) e suas verdades jurídicas (1840-1880). 2003. 447 f. Tese (Doutorado em História). Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**. Rio de Janeiro: Hucitec, 1998.

MELLO, Raul Silveira de. **Corumbá, Albuquerque e Ladário**. Rio de Janeiro: Editora do Exército, 1966.

MENEZES, Alfredo da Mota. **A Guerra é nossa**: a Inglaterra não provocou a Guerra do Paraguai. São Paulo: Contexto, 2012.

PAVETTI, Ricardo. La ocupación de Mato Grosso através de fuentes paraguayas. **Diálogos** (UEM), Maringá, v. 9, n. 2, p.11-35, 2005.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz; FERREIRA, Bernardo. Cidadão. In: FERES Jr. João (Org.). **Léxico da história dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009. pp. 43-64.

SENA, Divino Marcos de. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá**: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

SENA, Divino Marcos de; NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. 'Gado para o consumo': Comércio de carne verde e açougueiros em Corumbá 1870-1888 (Província de Mato Grosso). **Territórios e Fronteiras (Online)**, v. 6, pp. 142-165, 2013.

SENA, Divino Marcos de; NOGUEIRA, Luiz Gabriel de Souza. Matadouro, açougueiros e municipalidade: disciplina no comércio de “carne verde” em Corumbá (1870-1888). **Tempos Históricos**, v. 19, 1º sem. 2015, pp. 332-357.

SENA, Ernesto Cerveira de. **Entre anarquizadores e pessoas de costumes** - A dinâmica política e o ideário civilizatório em Mato Grosso (1834-1870). 2006. 360f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. **Luzes e sombras:** modernidade e educação pública em Mato Grosso (1870-1889). Cuiabá: INEP/COMPED/EdU-FMT, 2000.

SOUSA, Avanete Pereira. **A Bahia no século XVIII:** poder político local e atividade econômica. São Paulo: Alameda, 2012.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder local e cotidiano:** A Câmara de Salvador no século XVIII. 1996. 213f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Capítulo 4

UMA BREVE HISTÓRIA DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM CORUMBÁ, MS (1872-1945)*

Fabiano Quadros Rückert

No decorrer do ano de 2019, a imprensa sul mato-grossense publicou diversas matérias sobre a renegociação do contrato de concessão do serviço de abastecimento de água entre a Prefeitura de Corumbá e a Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (SANESUL).⁵⁰

Diante da proximidade de término do antigo contrato de concessão e da possibilidade de Prefeitura reassumir a titularidade na gestão do serviço, surgiram dúvidas sobre o futuro do abastecimento de água em Corumbá e as partes envolvidas discutiram os termos da renovação do contrato. As discussões incluíam diversos fatores, dentre os quais destacamos: (i) a dívida que o Hospital Municipal possuía com a SANESUL; (ii) a indefinição quanto ao valor da indenização que deveria ser pago pela municipalidade; (iii) divergências quanto ao valor da taxa de água cobrada dos usuários e (iv) a necessidade de novos investimentos para ampliação da rede de captação/tratamento e distribuição de água existente em Corumbá.

* Pesquisa realizada com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).

⁵⁰ A SANESUL é uma empresa de economia mista, com autonomia administrativa e financeira, que compõe a administração indireta e está vinculada ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul. Fundada em 26 de janeiro de 1979 por meio do Decreto Estadual nº 071/79, ela é atualmente responsável pelo abastecimento de água na cidade de Corumbá.

O desfecho da renegociação foi a assinatura de um novo contrato de concessão por meio do qual a Prefeitura transferiu por 30 anos o seu direito de titularidade no serviço de abastecimento de água para a SANESUL.⁵¹

No intervalo de tempo entre o começo e o término da renegociação, a municipalidade de Corumbá descartou a possibilidade de assumir a gestão do serviço e também refutou a possibilidade de concessão do abastecimento de água para empresas do setor privado.

A polêmica sobre a renegociação do contrato entre a Prefeitura e a SANESUL, supramencionada, pode ser considerada um capítulo recente da história dos serviços públicos na cidade de Corumbá – uma história que começou com a instalação da Câmara Municipal, em 1872.⁵² Uma vez instituída, a Câmara assumiu as responsabilidades previstas na legislação imperial e exerceu um papel importante no processo de modernização da cidade.

No período entre 1872 e o momento em que este texto está sendo escrito – maio de 2020 – a cidade de Corumbá passou por grandes transformações, tantos nos aspectos socioeconômicos, quanto na sua morfologia e espacialidade. Parte das transformações ocorridas na cidade pode ser conhecida pelas obras de historiadores como Cancian (2006), Souza (2008), Ito (2009), Oliveira (2005), Sena (2017) e Oliveira e Junqueira (2016), dentre outros. Observando a produção historiográfica existente, constatamos que existe um expressivo volume de trabalhos acadêmicos

⁵¹ Cabe ressaltar que os termos do contrato contemplavam o abastecimento de água e a coleta e descarte do esgoto (Prefeitura Municipal de Corumbá. Contrato de Programa 007/2019. 23 de maio de 2019).

⁵² Corumbá foi elevada à categoria de vila em 1862, mas a eclosão da Guerra do Paraguai (também chamada de Guerra da Tríplice Aliança) protelou a instalação do governo municipal para 1872 (SENA, 2017).

que abordam a história de Corumbá sob diferentes perspectivas. No entanto, a bibliografia acadêmica não explora com profundidade um tema relevante no âmbito da chamada História Urbana. Este tema é a modernização do abastecimento de água. Na intenção de suprir essa lacuna existente no conhecimento sobre o desenvolvimento da cidade de Corumbá, ao longo deste texto apresentamos uma narrativa sobre a história das práticas de captação e distribuição da água na Cidade Branca no período entre 1872 e 1945. O texto apresenta os resultados parciais de uma pesquisa e concede especial atenção para a atuação da municipalidade nas questões referentes ao abastecimento de água.

NOTAS SOBRE O ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CORUMBÁ IMPERIAL

Cronologicamente, esta seção do texto abrange o espaço de tempo entre 1872, ano de instalação da Câmara Municipal de Corumbá e, 1889, ano da Proclamação da República. Neste período, Corumbá foi economicamente beneficiada pela reabertura da navegação no rio Paraguai e tornou-se um importante polo comercial intermediário na conexão fluvial entre Cuiabá e a Bacia do Rio do Prata. As mudanças econômicas ocorridas na cidade nos decênios finais do Império coexistiram com uma gradual ampliação da presença de instituições imperiais na cidade e, dentre estas instituições, a Câmara ocupou um lugar relevante (SENA, 2017).

As atribuições da municipalidade de Corumbá estavam pré-fixadas pelo “Regulamento das Câmaras Municipais do Império”, documento promulgado em 1828. Ele determinava que os municípios deveriam “pro-

⁵³ Sobre o abastecimento de água na ilha de Florianópolis durante o século XIX ver Klau-ck (2018). E sobre o abastecimento de água em cidades do Rio Grande do Sul imperial ver Silveira (2009) e Rückert (2015).

mover e manter a tranquilidade, segurança, saúde e comodidade dos habitantes”, fixava as regras para composição e funcionamento das Câmaras e normatizava o uso de recursos públicos no âmbito das municipalidades. Dentro de um quadro político imperial altamente centralizado, os municípios deveriam seguir o Regulamento nos assuntos gerais e deveriam redigir um Código de Posturas para administrar os assuntos locais. No caso de Corumbá existiram dois Códigos: um implantado em 1875 e outro implantado em 1883. Nestes dois documentos não constam referência à existência de fontes, bicas ou chafarizes para o abastecimento de água da população.

A inexistência de obras hidráulicas públicas voltadas para o fornecimento de água para a população permite inferir que este serviço público não era relevante na agenda política da municipalidade corumbaense. Nos decênios finais do Império, a população local consumia água captada diretamente no rio Paraguai por escravos ou por homens que se ocupavam do transporte e comércio de água em pipas – os chamados carroceiros ou aguadeiros. É interessante observarmos que em Corumbá predominou o uso da palavra “carroceiros” para designar os homens que se ocupavam do comércio de água em pipas. Em outras localidades do Brasil, como por exemplo, Pelotas e Porto Alegre (RS) e Florianópolis (SC), a palavra “aguadeiros” era mais recorrente.⁵³

Na Corumbá imperial, algumas residências possuíam cisternas ou algibes para armazenar a água da chuva. No entanto, este tipo de armazenamento era economicamente acessível para poucos. Na prática, predominava um quadro de precariedade nas condições de acesso à água consumida pela população corumbaense.

O fato da Câmara Municipal de Corumbá não ter construído obras públicas para prover o abastecimento de água durante o Império não pode ser interpretado como um total descaso da municipalidade pelo assunto. No Acervo da Câmara Municipal de Corumbá (ACMC), localizamos documentos que registram a preocupação das autoridades públicas com a

qualidade da água usada pela população.

O *Relatório* do Fiscal da Câmara Gregório Henrique do Amarante, datado de 1881 é um exemplo deste tipo de preocupação. No *Relatório* o Fiscal informa que proibiu a “lavagem de roupas no porto desta cidade, onde os carretões condutores de água para o consumo da mesma enchem suas pipas [...]” e solicita a aprovação da medida adotada. O mesmo Amarante recomendou que a Câmara providenciasse a numeração de todos “os carros, carroças de transportes e carretões condutores d’água para o consumo desta cidade” e argumentou que esta medida facilitaria a identificação dos condutores. (*Relatório do Fiscal Gregório Henrique do Amarante à Câmara, 18/4/1881*). Não foi possível averiguar se a proibição feita pelo Fiscal Amarante foi endossada pela Câmara e não localizamos informações sobre a numeração dos carros usados pelos comerciantes da água em pipa.

No final do Império, e mais especificamente, durante a epidemia de Cólera que atingiu Corumbá no biênio 1886/1887, o problema do abastecimento de água parece ter recebido maior atenção das autoridades municipais. Em *Relatório* datado de 07 de janeiro de 1887, o ex-presidente da Câmara, Antônio Antunes Galvão, informa aos demais vereadores as ações promovidas no enfrentamento do Cólera e recomenda a realização de obras no local usado pelos carroceiros para captação de água. A sua recomendação era relativamente simples: “Com uma despesa de 200\$000 ou 300\$000, se devia fazer um pequeno aterro na beira do rio para facilitar aos aguadeiros suprirem-se de água mais saudável do que aquela que fornecem a população.” O *Relatório* apresentado por Galvão é um documento interessante porque registra a percepção da municipalidade sobre o Cólera e também registra as prioridades definidas pela Câmara para conter a epidemia e socorrer as vítimas. No entanto, o problema do abastecimento de água ocupa poucas linhas no documento redigido pelo vereador.

No final do ano de 1887, a preocupação com o local de captação usado pelos aguadeiros foi novamente registrada na documentação rece-

bida pela Câmara. Em ofício enviado à municipalidade em 1887, o Delegado de Higiene e da Saúde do Porto, Dr. Manoel Joaquim dos Santos, ressaltou que era

[...] de grande utilidade para a saúde pública haver um lugar no porto desta cidade, destinado exclusivamente para extração d'água e não sendo acessível aos carros de condução o ponto, que melhor se presta a esse fim, consulto a V. S. sobre a possibilidade de fazer-se uma rampa ou coisa equivalente, que sirva em qualquer época do ano, para o mencionado serviço, obrigando-se deste modo o grave inconveniente de usar a população de água impura pelas matérias lançadas das embarcações fundeadas (Ofício do Dr. Manoel Joaquim dos Santos, Delegado de Saúde do Porto, à Câmara Municipal, 18/11/1887).

No mês de agosto de 1888, o mesmo assunto reaparece no Ofício encaminhado por Joaquim Rabelo, cidadão que ocupava o cargo de Delegado de Higiene, na condição de substituto. Rabelo afirmava ser urgente e imprescindível “melhorar as condições da água de que se serve a população desta cidade, condições agravadas sensivelmente pelos navios que demoram no Porto e de contínuo aí fazem despejos, e pelas lavadeiras que não tem ponto determinado para suas operações; [...]” (Ofício encaminhado para Câmara pela Delegacia de Higiene em Corumbá, 4 de Agosto de 1888).

Considerando os documentos consultados no acervo da Câmara Municipal de Corumbá, podemos constatar que a preocupação das autoridades públicas com o abastecimento de água estava voltada para a qualidade das águas captadas e para o local da captação. A quantidade da água ofertada, a regularidade na sua distribuição ou o custo do produto não aparecem na documentação. Do ponto de vista sanitário, a percepção das autoridades públicas corumbaenses sobre o problema das águas contaminadas encontrava respaldo na teoria da transmissão hídri-

ca das doenças – teoria que ganhou forma inicial a partir da tese de John Snow sobre a transmissão do Cólera, publicada em Londres, em 1855 (SNOW, 1999). Contudo, do ponto de vista político, os documentos nos permitem inferir que nos decênios finais do Império a municipalidade enfrentou dificuldades para promover ações ou obras voltadas para o abastecimento de água.

Na obra intitulada *Sertão Cosmopolita*, Souza (2008) abordou o tema do abastecimento de água na Corumbá imperial e constatou que nos Relatórios de 1887 e 1888 a Câmara Municipal cobrou a publicação da Lei Provincial n. 714, de 17 de setembro de 1876. A respectiva lei permitiria a abertura de concorrência para a concessão do serviço na praça local, na Corte e até no exterior. Segundo Souza (2008, p. 134), o poder público municipal reconhecia a demanda pelo serviço de abastecimento de água, “mas não podia resolvê-lo, mesmo por meio da terceirização, pois vigorava no período Imperial um regime administrativo centralizador, [...]” De fato, a ideia de concessão do serviço para particulares, registrada nos documentos da municipalidade corumbaense consultados por Souza, não se materializou.

No dia 18 de abril de 1889, já no apagar das luzes do Império, a Câmara Municipal recebeu um Ofício do “Chefe do serviço médico” das Forças Armadas da Província de Mato Grosso. Neste, encontramos uma narrativa sobre o problema do abastecimento de água em Corumbá escrita por uma autoridade que não pertencia à esfera da administração municipal. Segundo o Dr. Almeida, a Câmara Municipal afirmava “não ser completamente por descuido seu, que os carroceiros não dão água melhor à população” e informava ter solicitado ao Delegado de Higiene a indicação de um local mais adequado para a captação de água. A Câmara também havia apontado, em Ofício remetido para as Forças Armadas, que os motivos da contaminação das águas captadas pelos carroceiros eram “a pimpa do campo pantanoso, a lavagem de roupas de particula-

res, a da enfermaria, os despejos desta e do 2º batalhão de artilharia de posição, [...]”. Respondendo em nome das Forças Armadas, o “Chefe do serviço médico” comprometeu-se em indicar um local apropriado para a lavagem das roupas da enfermaria e informou que os despejos estavam sendo “feitos abaixo do forte, e, portanto, em ponto inferior à cidade.” Na leitura do documento, percebe-se que o “Chefe do serviço de médico” das Forças Armadas estava defendendo a sua instituição da responsabilidade pela contaminação das águas consumidas pela população e, ao mesmo tempo, estava sinalizando a intenção de colaborar com a municipalidade na solução do problema.

No Ofício supracitado, Almeida relata que percorreu as margens do rio para identificar um local onde pudesse ser feita uma rampa para facilitar o trabalho de captação nas pipas feito pelos carroceiros, mas não encontrou “ponto algum em que ela pudesse ser estabelecida com vantagem.” Em sua opinião, a única alternativa seria “o emprego de fortes bombas” para captação da água longe da margem do rio. Entusiasmado com a ideia, dirigiu-se ao Arsenal da marinha em Ladário e recebeu a informação de que as Forças Armadas poderiam ceder uma bomba para a Prefeitura.

Seis meses depois dos fatos relatados no Ofício encaminhado pelas Forças Armadas para a Câmara Municipal, a República foi proclamada e coube aos republicanos a solução para o problema do abastecimento de água em Corumbá.

OS PRIMÓRDIOS DO ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CORUMBÁ REPUBLICANA

A escrita da História implica, inevitavelmente, na existência de fontes documentais e na possibilidade de estudo das respectivas fontes. A importância dos documentos históricos e a complexa relação que os historiadores estabelecem com estes fragmentos do passado é um tema

que excede os limites deste texto. Contudo, considerando as particularidades do abastecimento de água enquanto objeto de investigação histórica e considerando o trabalho de pesquisa que possibilitou a construção deste texto, entendo ser pertinente informar o leitor sobre a tipologia das fontes documentais consultadas.

Na seção anterior citamos documentos procedentes do Acervo da Câmara Municipal de Corumbá.⁵⁴ Neste mesmo Acervo existem documentos referentes às primeiras décadas da República, mas o respectivo acervo se encontra temporariamente interditado. Felizmente, a coleta de documentos no Arquivo Público de Mato Grosso (APMT), localizado na cidade de Cuiabá, possibilitou a continuidade da pesquisa.

No Arquivo Público de Mato Grosso localizei um *corpus documental* composto por 22 documentos produzidos pela administração municipal de Corumbá no período entre 1889 e 1945. Este *corpus documental*, apesar de ser quantitativamente pequeno, contém importantes informações sobre a história do abastecimento de água em Corumbá. Outras informações procedem de matérias publicadas na imprensa e de documentos consultados por Souza na sua obra “Sertão Cosmopolita” (SOUZA, 2008). Nos parágrafos seguintes abordamos o processo de modernização do abastecimento de água na Corumbá republicana sem a pretensão de esgotar todas as possibilidades de interpretação do respectivo processo.

Para avançarmos na abordagem do tema é importante refutarmos a ideia de que a transição do Império para a República produziu grandes mudanças nas atribuições das municipalidades. No começo do regime republicano, assuntos como a manutenção da segurança pública, a promo-

⁵⁴ A documentação da Câmara Municipal de Corumbá referente ao período imperial foi coletada por Divino Marcos de Sena. Cabe aqui registrar o meu agradecimento pela oportunidade de usar documentos coletados por este historiador.

ção da salubridade urbana, o controle do comércio e o abastecimento de água continuaram sendo responsabilidade dos municípios. E assim como ocorreu no Império, no começo da República existiam serviços de interesse público que eram de responsabilidade compartilhada entre os municípios e o governo regional. Sob o ponto de vista da estrutura política das municipalidades, o regime republicano inovou introduzindo a figura do Intendente – um governante eleito pelo voto popular para conduzir os assuntos da administração pública. Na prática, esta inovação produziu uma efetiva distinção entre o poder legislativo que permanecia com os vereadores e o poder do executivo que era prerrogativa do Intendente, figura política que no transcorrer do século XX passou a ser chamado de Prefeito.

Dentro do arranjo político administrativo implantado nos primeiros anos da República, Corumbá poderia atacar o problema do abastecimento de água de duas formas: executando as obras com os seus próprios recursos – o que incluía a possibilidade de contrair empréstimos bancários; ou concedendo o serviço para particulares mediante condições fixadas em contrato. Corumbá escolheu a segunda opção.

Na década final do século XIX, a Intendência buscou melhorar as condições de captação construindo duas caixas de alvenaria que, a partir de 1897, foram usadas pelos carroceiros ocupados do comércio da água em pipas. Nas fontes documentais consultadas existem poucas informações sobre estas caixas. Provavelmente, elas foram construídas no local que atualmente conhecido como “cacimba da saúde”.⁵⁵

⁵⁵ Existe a necessidade de novas pesquisas para confirmar ou refutar a hipótese de a “cacimba da saúde” tenha sido originalmente um local para os carroceiros abastecerem as pipas. A favor desta hipótese apresentamos os seguintes argumentos: (1) a intenção da municipalidade quando construiu as caixas de alvenaria, em 1897, era coibir a captação em pipas na área do rio próximo ao porto, e isto justificaria a escolha do local de construção das caixas; (2) a “cacimba da saúde” é uma obra hidráulica demasiadamente grande para estar afastada do perímetro que antigamente correspondia ao centro de Corumbá.

Figura 1 - foto da Cacimba da Saúde



Fonte: Foto do acervo de Cléber Ribeiro (cedida pelo autor)

A construção das duas caixas de alvenaria foi um melhoramento provisório. A municipalidade estava ciente da necessidade de modernizar o abastecimento de água e uma parte da sociedade corumbaense reivindicava esta modernização.

Em 1903, a Intendência encaminhou negociações para implantar um sistema de distribuição de água encanada mediante a concessão do serviço para uma empresa particular, mas a concessão não foi concluída. Os documentos consultados não nos permitem afirmar com precisão se faltou empenho da parte da Intendência ou se o serviço de abastecimento de água não era suficientemente atrativo para os investidores. O que sabemos é que a morosidade do poder público municipal recebeu críticas

na imprensa local. Em 1907, o jornal *Autonomista* publicou um Editorial discordando das prioridades de investimentos definidas pela municipalidade. O Editorial afirmava que os melhoramentos urbanos deveriam começar pela instalação de uma rede de canos porque a água consumida pela população era “de péssima qualidade e obtida escassamente por um preço exorbitante.” (SOUZA, 2008, p. 135).

Quando o jornal *Autonomista* publicou o Editorial, defendendo a realização de obras para melhorar o abastecimento de água em Corumbá, a teoria da transmissão hídrica de doenças já estava consolidada e a relação entre o consumo de águas poluídas e a ocorrência de doenças como o Cólera e a Febre Tifoide eram fatos socialmente conhecidos e divulgados pela imprensa da época. A Revolta da Vacina, ocorrida em 1904 no Rio de Janeiro, assim como as epidemias de febre amarela e os surtos de peste bubônica ocorridos em diferentes localidades do Brasil, colocavam em evidência a necessidade de intervenções do governo em prol da higiene pública e da salubridade urbana. Naquela conjuntura, a ampliação da oferta de água potável para as áreas urbanas era considerada uma medida profilática de primeira ordem e as autoridades sanitárias insistiam na importância da água potável para reduzir índices de morbidade e de mortalidade.

Inserida numa conjuntura nacional de crescente preocupação sanitária, Corumbá recorreu ao capital particular para promover a modernização do abastecimento de água. No dia 24 de abril de 1908, a Intendência tornou público o Edital para concessão do serviço e fixou o dia 30 de setembro como a data para o recebimento das propostas. Seguindo um procedimento comum na época, a municipalidade publicou o Edital na imprensa na intenção de divulgar os seus atos e de atrair potenciais investidores. Localizamos uma cópia do Edital no jornal *Autonomista*, consultado por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Deste documento, destacamos as seguintes cláusulas que serão transcritas abaixo conforme a grafia original:

1ª. A água poderá ser extrahida do Rio Paraguay, ou de qualquer ou quaesquer mananceas da Banda Alta, Urucum, S. Domingos ou Piraputangas, devendo, no primeiro caso, passar o filtro do tipo “Inglezes”, antes de ser entregue ao consumo, bastando, no segundo caso, uma simples decantação.

2ª. Em qualquer dos casos indicados, os proponentes obrigar-se hão: A) A distribuir por pena simples, no mínimo, um metro cúbico em vinte quatro horas. B) A collocar nos pontos mais convenientes, e de accordo com a Intendência, tantos reservatórios de distribuição quantos bastem para que não haja interrupção no serviço de abastecimento, quando tenha-se de fazer algum reparo ou uma simples manutenção em qualquer deles; obrigando-se mais a aumentar o número de reservatórios segundo as necessidades futuras deste serviço. C) A fazer a distribuição domiciliaria por meio de uma rede de canalização de systema ramificado ou malhado, empregando somente tubos de ferro fundido, e estende-la por todas as ruas da cidade, com exceção das denominadas América, Colombo e Cabral, enquanto a Intendência não exigir sua viação até elas.

3ª. Na hypotese de ser a água tomada no Rio Paraguay, os proponentes serão obrigados: A) A instalar em lugar conveniente de accordo com a Intendência, um ou mais poços de aspiração e bombas a vapor, do systema “Girard” ou “Worthington”, com a capacidade necessária para o serviço, isto é, uma força capaz de, no mínimo, elevar em doze horas dois milhões de litros de água a uma altura nunca inferior a 70 metros (AUTONOMISTA. Ano IV, número 142, 1908, p. 4).

As três cláusulas do Edital destacadas acima tratam de aspectos técnicos das obras exigidas pela municipalidade em troca da concessão do serviço. O texto registra uma distinção entre a água do Rio Paraguai – considerada de qualidade inferior e imprópria para consumo sem o recurso dos filtros – e a água de outros mananciais. Chama atenção o

fato de que a municipalidade não tenha solicitado ao proponente a realização de exames laboratoriais para comprovar a qualidade das águas que seriam captadas. No que diz respeito ao sistema de distribuição previsto no Edital, importa ressaltar que a topografia do sítio urbano de Corumbá inviabilizava a distribuição por gravidade natural e, conseqüentemente, a construção dos reservatórios era a única alternativa técnica capaz de assegurar o fornecimento da água nas partes mais altas da cidade.

Sob o ponto de vista operacional, o sistema de abastecimento de água previsto no Edital era relativamente simples. Contudo, dois pontos demandam um pouco mais da nossa atenção. São eles: (1) a obrigatoriedade do concessionário “aumentar o número de reservatórios segundo as necessidades futuras deste serviço” e (2) a inexistência de bicas públicas abastecidas pela rede de água encanada. No primeiro aspecto, a Intendência acertou em resguardar o seu direito de exigir do concessionário a realização de obras para atender a previsível expansão do serviço. No segundo aspecto, a Intendência parece ter cometido um erro ao não incluir a construção de fontes públicas no contrato de concessão, uma vez que as bicas poderiam facilitar o acesso da população pobre ao serviço que estava sendo implantado.

Fixar as condições técnicas para a concessão do serviço era uma das finalidades do Edital. Outra finalidade era informar a contrapartida oferecida pela municipalidade. Era preciso convencer os potenciais investidores de que a concessão era um bom negócio e, por isso, o Edital informava, na sua cláusula 5ª, que a municipalidade assegurava ao proponente da melhor proposta:

A) Privilégio para uso e gozo deste serviço pelo prazo de sessenta annos, percebendo as taxas que, em tabelas aprovadas pela Intendência e revistas de 5 em 5 annos, forem estabelecidas por pena d'gua que será obrigatório em todos os prédios, cujo valor locativo não for inferior a 20\$000 mensaes. B) Domínio gratuito a todos

os terrenos municipais que forem necessários para o estabelecimento e funcionamento do serviço, e direito de desapropriação, na forma de lei, dos domínios particulares indispensáveis para o mesmo serviço. (AUTONOMISTA. Ano IV, número 142, 1908, p. 4).

A oferta de um prazo de 60 anos para a concessão de um serviço que apresentava uma demanda reprimida e com perspectiva de rápida expansão pode parecer absurda para um leitor que desconhece as relações estabelecidas entre o poder público e o capital privado no Brasil da Primeira República. De fato, o prazo era extenso e este talvez fosse o principal atrativo do Edital. Contudo, convém observar que o valor da taxa cobrada pelo serviço seria determinado pela municipalidade e periodicamente revisado. Nestas condições, a margem de lucro do investidor interessado na concessão estaria sempre condicionada ao critério de reajuste adotado poder público.

Como consequência do Edital de 24 de abril de 1908, a Intendência escolheu uma proposta que contemplava a concessão de dois serviços públicos distintos: o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica.⁵⁶ O beneficiário da concessão foi o Dr. Oscar da Costa Marques com quem a Intendência assinou contrato em outubro de 1909 (Relatório da Intendência, 05 de novembro de 1909, Lata “A”, APMT). Segundo Souza (2008, p. 138), o cronograma das obras previsto no contrato não foi cumprido e a inauguração do abastecimento de água encanada ocorreu somente em 1914.

O sistema de abastecimento de água construído em Corumbá, a partir da concessão recebida pelo Dr. Oscar da Costa Marques, funcionava

⁵⁶ A concessão destes dois serviços públicos para o mesmo proponente estava prevista no Edital publicado pela Intendência no dia 24 de abril de 1908.

da seguinte forma: uma bomba mecânica foi instalada na margem do rio – no local próximo ao atual ponto de captação – e sob a pressão desta bomba um cano de metal conduzia o líquido até o antigo reservatório construído na parte alta da cidade; uma vez armazenada, a água era distribuída por gravidade por uma rede de canos que atendia as instalações domiciliares conectadas à rede. O mesmo reservatório era usado pelos carroceiros enchiam as pipas de água comercializadas pelas ruas de Corumbá.

Figura 2 - foto do antigo reservatório (1914)



Fonte: Foto do acervo de Cléber Ribeiro (cedida pelo autor)

Tratava-se de um sistema bastante precário e deficiente em diversos aspectos. No momento da sua inauguração, a água fornecida não era submetida a um tratamento e carregava as mesmas impurezas do local onde era captada. Nas áreas desprovidas

da rede de canos a distribuição continuava dependendo das pipas transportadas e comercializadas pelos carroceiros e, consequentemente, o volume disponível era limitado e o custo do produto era elevado.

Conforme pode ser observado na foto acima, o sistema de abastecimento de água inaugurado em 1914, apesar de potencializar a ampliação na oferta e de iniciar a distribuição nas residências e prédios comerciais via instalação de penas,⁵⁷ não anulou a presença dos carroceiros e do comércio do líquido em pipas no cotidiano de Corumbá. E, da mesma forma, ele não provocou o imediato abandono do uso das águas de cisternas e poços. Segundo a descrição feita pelo viajante Jacomo Vicenzi que esteve em Corumbá em 1918, a população continuava preferindo a água dos poços. No livro *Paraíso Verde*, Vicenzi afirma que:

Aqui, como em todos os recantos de Mato Grosso, a água preferida para beber, e incomparavelmente melhor, é a dos poços.

Note-se que, no tocante a poços, de ordinário, não se trata da perfuração do solo, até encontrar no seio da terra algum veio d'água viva. O poço mais comum em Mato Grosso, a que chamam cacimba, na sua boca é como os demais, mas, de fato, é um precioso depósito de águas fluviais, hermeticamente forrado com cimento, em seu fundo e na parede interna, para que nenhuma água estranha possa nele penetrar. O dos Salesianos, em Corumbá, tem sete ou oito metros de fundo, sendo que seu diâmetro interno é de seis metros. (*Apud* SOUZA, 2008, p. 138)

⁵⁷ No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX a palavra **pena** era usada como referência para uma instalação de água domiciliar. No contexto linguístico atual o dicionário *Novo Aurélio* define **pena** como “uma taxa fixa paga pelo fornecimento de água aos prédios independentemente da quantidade consumida” (FERREIRA, 1999, p. 1.534).

ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA CORUMBÁ DOS ANOS 30

Infelizmente, na coleta de documentos realizada no Arquivo Público de Mato Grosso não localizamos informações sobre o abastecimento de água em Corumbá no período que corresponde à década de 1920. E, por uma questão de ética e de profissionalismo, nada podemos afirmar sobre o respectivo período.

Para a década de 1930, localizamos um *Relatório* redigido pelo Prefeito Estevão Augusto Silva e datado de 1938. Com base neste documento, sabemos que a *Companhia Matogrossense de Eletricidade* havia arrendado o serviço de abastecimento de água para a firma *Barros, Oliva & Cia. Ltda.* e que este estava “sendo realizado em perfeitas condições quanto a parte da pontualidade, não se registrando falta do líquido que comumente é fornecido em abundância dia e noite, em alta pressão, e para isto todas as casas estão providas de medidores próprios.” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1938, p. 18-19). O mesmo *Relatório* informa que água era esterilizada como uma “solução de Perchloran”⁵⁸ injetada nas válvulas de sucção das bombas de elevação por “um aparelho automático de precisão absoluta [...]”. O uso do cloro – via “solução de Perchloran” – visava eliminar micro-organismos patogênicos presentes na água. Neste sentido, o procedimento significava um importante ganho na qualidade da água ofertada para a população.

⁵⁸ O Perchloran é o nome comercial do Perclorato, produto que tem como base o cloro e que pode ser usado para eliminar micro-organismos patogênicos existentes na água. Não sabemos quando este produto começou a ser usado no sistema de abastecimento de água em Corumbá e, infelizmente, nada sabemos sobre a composição química e biológica da água que era captada para consumo da população corumbaense nas primeiras décadas do século XX.

O potencial de captação das bombas era “cinco milhões de litros diários” – volume bem superior aos “dois milhões” de litros diários previstos no Edital de concessão do serviço publicado em 1908. Segundo os dados do *Relatório*, a média de consumo de água era de “1.000.000” de litros nos dias frios e chuvosos e de “1.500.000” litros nos dias de calor. Comparando o potencial de captação das bombas com os dados referentes ao consumo, constatamos que em 1938 o sistema apresentava uma capacidade de oferta acima da demanda.

No que diz respeito à distribuição da água, o Intendente relatou que a rede de canos foi expandida em torno de “1.000 metros” e que havia alcançado as imediações do quartel. Esta expansão foi feita para atender a “velha aspiração dos moradores do extremo oriental da cidade [...]”. Ao usar o quartel como referência espacial, o autor do documento nos oferece uma pista da direção para a qual a cidade estava se expandindo no final dos anos 30 e, ao mesmo tempo, sinaliza os limites da rede. Por dedução, sabemos que os atuais bairros Vila Mamona e Universitário e toda a cidade de Ladário – à época ainda Distrito de Corumbá – não estavam contemplados pelo serviço de água encanada (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1938, p. 20).

Pensando na evolução do abastecimento de água em Corumbá, consideramos pertinente destacar um elemento novo observado no *Relatório* de 1938: a existência de “bicas públicas”. O documento informa que os pobres sofriam com a “escassez nas bicas” e que o ex-prefeito, Nicolas Scaffa, havia comprado “1.000 metros de canos de 1ª polegada” para instalar nas bicas que até então eram conectadas à rede com canos de $\frac{1}{2}$ e $\frac{1}{4}$ de polegadas. Dando continuidade a iniciativa do ex-prefeito, Estevão Augusto Silva providenciou a substituição dos antigos canos que abasteciam as bicas e descreveu o resultado nos seguintes termos: “[...] as latas de 18 litros que levavam 15 minutos para serem cheias, passaram a ser em 2, havendo bicas em que a demora é inferior a 60 segundos.” Silva também

informou que a antiga encanação foi usada para construir outras 3 bicas instaladas nos seguintes locais: uma na Rua Operária, uma na esquina da Rua 28 de Setembro e outra na rua Albuquerque (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1938, p. 20).

No final dos anos 30, o serviço de abastecimento de água de Corumbá apresentava maior cobertura territorial, maior complexidade técnica e maior abrangência social, sobretudo pela existência das “bicas públicas” – elemento ausente no sistema inaugurado em 1914. No entanto, seria incorreto pensar que ele era um serviço plenamente satisfatório para os seus usuários. Nada sabemos sobre o custo da água fornecida para a população corumbaense ou sobre a percepção dos usuários quanto à qualidade e do volume do líquido que recebiam nas suas residências. Da mesma forma, nada sabemos sobre a rentabilidade que a exploração do serviço gerava para a firma *Barros, Oliva & Cia. Ltda.* Para ampliarmos o conhecimento histórico atualmente existente, será necessário avançar na pesquisa e coletar novos documentos. No momento, os documentos consultados, apesar de apresentarem lacunas e de suscitarem diversas dúvidas, nos permitem formular uma primeira leitura da história do abastecimento de água em Corumbá – uma história marcada pela encampação do serviço ocorrida em 1944.

UMA AÇÃO JUDICIAL E A ENCAMPAÇÃO DO SERVIÇO PELA MUNICIPALIDADE

Quando iniciamos a pesquisa sobre a história do abastecimento de água em Corumbá – pesquisa que ainda se encontra incompleta – estávamos cientes de que na década de 1940 a municipalidade interrompeu a prática da concessão e assumiu o controle do serviço de captação e distribuição. No entanto, não sabíamos o ano exato em que esta mudança aconteceu e desconhecíamos as condições de ruptura entre a municipalidade e a empresa concessionária. Localizar informações sobre este momento

específico da história do abastecimento de água em Corumbá era uma das prioridades da coleta de documentos no Arquivo Público de Mato Grosso.

Nos documentos consultados, encontramos registros de que a encampação dos serviços prestados pela *Companhia Matogrossense de Eletricidade* entrou nos planos da Prefeitura em 1941, quando ela contratou um advogado para mover ação judicial contra a respectiva empresa. No Decreto n. 42 de 28 de janeiro de 1944, consta a previsão de uma despesa extraordinária no valor de 70.000,00

Para pagamento ao advogado contratado para defender os interesses do Município nas negociações com a *Cia. Matogrossense de Eletricidade* no sentido de reformar ou rescindir o contrato de fornecimento de energia elétrica a esta cidade ou encampar este serviço (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1944a, s/p.).

A contratação de um advogado para representar a Prefeitura na Justiça contra a *Companhia Matogrossense de Eletricidade* – empresa concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica e do abastecimento de água – é um indicativo de que os procedimentos formais de negociação estavam saturados. Não sabemos precisar qual foi o fator determinante para que a saturação ocorresse. Contudo, considerando que a Prefeitura estava realizando obras para expandir a rede de canos e instalando bicas públicas, podemos inferir que havia uma insatisfação da municipalidade com o desempenho do serviço de abastecimento de água que estava sob a administração da empresa *Barros, Oliva & Cia. Ltda.*

A possibilidade de “reformular” o contrato não se efetivou. E coube ao advogado João Vilas Boas representar a municipalidade na negociação dos termos da rescisão. O desfecho da ação judicial movida pela Prefeitura foi a encampação da empresa *Barros, Oliva & Cia. Ltda.* – ato político registrado no Decreto n. 45 de 07 de março de 1944 e formalizado no Cartório do Primeiro Ofício de Corumbá no dia 11 de abril do

respectivo ano.⁵⁹ A indenização assumida pela municipalidade foi de Cr\$ 825.000,00 e o valor foi pago no dia 13 de maio de 1944 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1945, p. 18).

Em troca da indenização, a Prefeitura adquiriu o direito de receber a taxa de água paga pelos imóveis servidos pela rede e também adquiriu os equipamentos e os imóveis que estavam sob a administração da concessionária. O *Relatório* da Prefeitura referente ao biênio 1944-1945 inclui um documento intitulado “Termo de Transferência do serviço de abastecimento d’água da cidade de Corumbá” que contém uma descrição detalhada de todos os bens transferidos pela *Barros, Oliva & Cia. Ltda.* para a municipalidade. Deste documento, nos interessa destacar dois itens. São eles: (1) a localização da Usina de Elevação e (2) a localização do reservatório a partir do qual a rede de distribuição era abastecida. No que diz respeito à Usina de Elevação, o documento informa que ela estava localizada na Rua Manoel Cavassa, número 5, e fazia divisa “pelo nascente com a Usina Elétrica da *Companhia Matogrossense de Eletricidade*, pelo poente com os terrenos adquiridos em haste pública pelo Sr. Oscar de Araújo, pelos fundos com a barranca que desce da Avenida Candido Mariano, [...]” Quanto ao Reservatório, este estava situado na esquina da rua Cabral com a Frei Mariano e era “dividido em duas partes, com capacidade de um milhão e quinhentos mil litros [...]” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1945, p. 20). O antigo Reservatório ocupava uma parte da área de 22 lotes “constituintes da quadra formada pela Rua Cabral, Colombo, Frei Mariano e Quinze de Novembro” – área que havia sido desapropriada pela Prefeitura em 1911, durante a implantação

⁵⁹ No Relatório da Prefeitura consta a data e a localização exata do documento que formalizou a desapropriação. Segundo o Relatório, os termos acordados foram registrados no dia 14 de abril de 1944, na “folha 156, verso, do livro de notas n. 111 do Cartório do Primeiro Ofício”.

do sistema de abastecimento de água encanada.

Para poder assumir o patrimônio que estava sob a administração da concessionária, a Prefeitura aceitou pagar uma indenização que correspondia a 37,58% da receita arrecadada pelo município em 1944. O valor era demasiadamente alto e para conseguir absorvê-lo a Prefeitura contraiu um empréstimo de Cr\$ 1.000,0 com o governo estadual (Decreto Lei n. 46 de 08 de abril de 1944).⁶⁰ A contratação do empréstimo contribuiu para o êxito da encampação e, indiretamente, reforçou os vínculos de cooperação política entre a Prefeitura e o governo estadual de Mato Grosso. Neste aspecto, importa observar que a cooperação entre as duas esferas da administração pública para viabilizar a encampação do abastecimento de água em Corumbá foi intensificada quando em 1946 o governo estadual dispensou o município do pagamento do empréstimo (Decreto Lei Estadual n. 746 de 28 de janeiro de 1946).⁶¹

A EXPANSÃO DA REDE HIDRÁULICA NO BIÊNIO 1944/1945

Em maio de 1944, a municipalidade de Corumbá rescindiu o contrato com a *Barros, Oliva & Cia. Ltda.* e iniciou obras para expandir a rede de canos até “vila de Ladário”, localidade que na época ainda era parte do município de Corumbá. No dia 21 de setembro de 1944 foi oficialmente iniciado o serviço de abastecimento de água em Ladário com a inauguração

⁶⁰ Segundo o *Relatório* da Prefeitura de 1945, a receita arrecadada pelo município de Corumbá em 1944 foi de Cr\$ 2.195.110,00. O mesmo documento informa que a arrecadação excedeu em Cr\$ 577.010,20 o valor previsto no orçamento anual (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1945, p. 43).

⁶¹ Quando o *Decreto Lei Estadual n. 746* entrou em vigor a Prefeitura de Corumbá já havia feito o pagamento de Cr\$ 125.000,00 do empréstimo contraído e de Cr\$ 34.087,60 de amortização dos juros. (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1945, p. 18).

da caixa “construída na esquina das ruas Comandante Souza Lobo e Belhan, [...]”. Junto à caixa foi instalada uma bica para uso da população local.

A extensão da rede de canos até Ladário foi registrada pelo Prefeito de Corumbá com as seguintes palavras:

Já não era mais tolerável assistir-se a população daquela vila de mais de 300 prédios, sede da Base Naval de Mato Grosso, residência de Oficiais e Praças da Marinha, sofrer a penúria da obtenção de água, elemento indispensável à vida humana, a qual era fornecida em carros de bois, captada sem muito cuidado, à beira do rio, e fornecida com deficiência à população, por preço nada barato” (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1945, p. 22).

A citação destacada acima registra com clareza a precariedade do acesso à água potável na então “vila de Ladário” que na metade da década de 1940 contava com uma população relativamente pequena. Considerando o número de prédios existentes (cerca de 300) e fixando como hipótese a existência de seis moradores para cada habitação, podemos estimar que a população fosse de aproximadamente 1.800 habitantes, quando a localidade foi contemplada com o serviço de abastecimento de água encanada. No *Relatório* de 1945 consta que a população total de Corumbá era de 34.157 habitantes distribuídos da seguinte forma: 13.074 na área “urbana”; 6.664 na “suburbana” e 14.419 na “rural.”

Prover a “vila de Ladário” com água encanada parece ter sido a primeira prioridade atacada pela municipalidade depois da encampação do serviço. A realização desta prioridade demandou a aprovação de um crédito especial de Cr\$ 437.580,00. O dinheiro liberado pelo crédito especial foi usado na instalação de 10.525 metros de tubos e canos por meio dos quais a água do reservatório localizado na esquina da Cabral com a Frei Mariano foi conduzida até a caixa da água construída em Ladário, na esquina das ruas Comandante Souza Lobo e Belhan. Nesta localidade,

durante o ano de 1945, a rede de água encanada foi inicialmente estendida na direção das ruas Tamandaré, do Couto e 14 de março. E, como consequência da expansão da rede de distribuição, houve um aumento no número de imóveis servidos por água encanada: em 1944 existiam 1600 instalações domiciliares de água na cidade Corumbá, em 1945 este número era de 1.715 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1945, p. 23).

Numa observação precipitada, o acréscimo de 115 instalações domiciliares na rede de distribuição registrado no biênio 1944/45 pode parecer algo de pouca importância. No entanto, devemos ter em conta que neste mesmo biênio a municipalidade contraiu dívidas para viabilizar a encampação, instalou novas bicas para uso público e demonstrou agilidade na execução das obras que possibilitaram o atendimento à população de Ladário. Financeiramente, além de pagar o valor acordado na indenização da empresa *Barros, Oliva & Cia. Ltda.*, a municipalidade defrontou-se com o compromisso de assumir as despesas com funcionários, máquinas e equipamentos necessários para assegurar o funcionamento da rede de abastecimento de água. Para o ano de 1945, estas despesas foram orçadas em Cr\$ 271.400,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1944b, p. 21-22). Considerando o conjunto das despesas anuais da Prefeitura, constatamos que o custo operacional do serviço de abastecimento de água era relativamente alto. No entanto, este mesmo serviço gerava uma receita que correspondia à soma da taxa paga pelos usuários da água encanada. Para o ano de 1945, a Prefeitura fixou a receita do abastecimento de água em Cr\$ 420.000,00 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, 1944b, p. 04). Confrontando receita e despesa, percebe-se que, mesmo num momento de gastos elevados com a ampliação da rede, como foi o biênio 1944/45, o serviço do abastecimento de água contabilizou como saldo nas finanças da municipalidade. Observando estes dados podemos inferir que a Prefeitura de Corumbá obteve êxito na sua incipiente experiência de gestão do serviço de abastecimento de água.

No decorrer do ano de 1945, ao mesmo tempo em que absorvia os débitos contraídos na encampação e executava obras para expandir o serviço, a Prefeitura buscou a cooperação do governo estadual para modernizar o processo de tratamento da água distribuída para a sua população. Esta modernização era necessária porque o antigo sistema de decantação em tanques não permitia uma efetiva purificação da água captada no Rio Paraguai. Atendendo ao movimento feito pela Prefeitura, no dia 8 de agosto de 1945, o governo estadual assinou contato com a empresa *W. A. Ren*. “para instalação de uma estação para tratamento de água, filtração e cloração para o abastecimento da cidade e vila de Ladário, com capacidade máxima de quatros milhões de litros em 24 horas, [...]”. A execução deste contrato e a inauguração de uma moderna estação de tratamento de água em Corumbá podem ser consideradas como outro capítulo da história do abastecimento de água em Corumbá – um capítulo sobre o qual sabemos pouco e que ainda está por ser escrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção sobre o que pode ou não ser classificado como um serviço público muda sob a influência de conjunturas políticas, econômicas e sociais. A dinâmica desta mudança e a sua intensidade nunca foi um processo linear e homogêneo. Numa determinada conjuntura histórica, o poder público pode expandir sua atuação e assumir o controle de serviços considerados socialmente relevantes. Numa outra conjuntura, ele pode retrair a sua atuação e ceder espaço para o capital privado prestar serviços que pela sua natureza são de interesse público. A história prova que a escolha do poder público pela administração direta dos serviços públicos ou pela administração indireta (via contratos de concessão para empresas privadas) não é imutável.

No caso específico do abastecimento de água em Corumbá constatamos que, num primeiro momento, nos decênios finais do Império,

a Câmara Municipal manifestou preocupação com a qualidade da água consumida pela população, mas não promoveu ações que pudessem resultar em ganhos na qualidade ou no volume da água ofertada. Naquele contexto, mesmo sem uma efetiva normatização por parte do poder público, havia um serviço de comercialização da água feito por particulares e, como sabemos, este serviço era precário e de custo elevado.

Com o advento da República, a conjuntura política mudou e a municipalidade buscou meios para interferir no serviço de abastecimento de água sem anular a participação do capital privado. Neste sentido, o movimento realizado pela Intendência para negociar a concessão do serviço pode ser interpretado como uma estratégia de cooperação entre o poder público (representado pela Intendência) e o capital privado (representado pela empresa que recebeu a concessão). A cooperação ampliava o espaço de atuação do capital privado, à medida que a concessionária assumia a responsabilidade pelos investimentos necessários para a instalação do sistema de água encanada. E, ao mesmo tempo, limitava as possibilidades de intervenção do poder público municipal na condução do serviço.

Originalmente, o contrato assinado em 1909 entre a Intendência de Corumbá e o Dr. Oscar da Costa Marques fixou o prazo de concessão para o serviço de abastecimento de água em 60 anos. No entanto, sabemos que em 1944 a concessão foi judicialmente desfeita e a municipalidade encampou o respectivo serviço. Entre o ato da concessão e a encampação transcorreu um período de 35 anos, ao longo dos quais a cidade de Corumbá passou por grandes transformações. A população cresceu e a demanda por água potável excedeu a oferta, sobretudo nas áreas periféricas, como na então “vila de Ladário”.

No decorrer da década de 1930, a municipalidade buscou ampliar a oferta de água potável e promoveu a instalação de bicas públicas para uso dos pobres. Ela também usou recursos públicos para expandir a rede de canos na direção da unidade militar hoje denominada 17º Batalhão de

Fronteira. As duas ações sinalizam um interesse da municipalidade pela expansão do serviço de abastecimento de água, tanto dentro do perímetro urbano, quanto nas áreas suburbanas. Contudo, a margem de atuação do poder público estava condicionada ao contrato de concessão e a disponibilidade da empresa concessionária em realizar novos investimentos.

Não podemos afirmar com exatidão o que provocou a escolha da municipalidade pela encampação. Com base na documentação consultada, deduzimos que o interesse da Prefeitura pela expansão da rede tenha sido um fator importante para a suspensão da concessão. Outro fator importante diz respeito ao apoio que a Prefeitura recebeu do governo estadual para efetivar a encampação. Neste aspecto, convém lembrarmos que o Estado concedeu um empréstimo bancário para que a municipalidade pudesse pagar a indenização decorrente da encampação e, posteriormente, abonou o pagamento integral do empréstimo.

A colaboração do governo estadual na encampação do serviço de abastecimento de água em Corumbá, apesar de envolver agentes políticos locais e regionais, não pode ser dissociado de uma conjuntura nacional que atribuía ao governo e, particularmente, ao Estado Nacional, o papel de promotor do desenvolvimento econômico e social. Cronologicamente, o processo de encampação do abastecimento de água em Corumbá iniciou em 1941 e foi concluído em 1944 com a assinatura do acordo de indenização. Isto significa dizer que o processo foi executado no contexto político do Estado Novo – um contexto que, sob diversos aspectos, foi favorável para ampliação das ações do poder público.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

AYALA, S. Cardoso; SIMON, F. **Álbum Graphico do Estado de Matto Grosso**. Corumbá/Hamburgo, Ayla & Simons Editores, 1914.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Relatório do Prefeito Interino Estevão Augusto da Silva**. Corumbá, MS, s/ed., 1938. (APMT).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Relatório apresentando ao Exmo. Sr. Dr. José Marcelo Moreira, D. D. Interventor Federal, pelo Prefeito Arthur Afonso Marinho**. Corumbá, MS, 1944-1945. Corumbá, MT: s/ed., 1945. (ACMC).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Decreto Lei n.42 de 28 de janeiro de 1944**. Orça a Receita e Fixa a despesa para o exercício de 1944. Corumbá, MT: s/ed., 1944a. (ACMC).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBÁ. **Decreto Lei n. 65 de 30 de dezembro de 1944**. Orça a Receita e Fixa a despesa para o exercício de 1945. Corumbá, MT: s/ed., 1944b. (ACMC).

Relatório do Fiscal Gregório Henrique do Amarante à Câmara. 18/4/1881. Caixa s/nº. (ACMC).

Relatório de Antonio Antunes Galvão, ex-Presidente da Câmara, apresentado aos novos vereadores do quadriênio 1887-1890. 7/1/1887 (ACMC).

Ofício do Dr. Manoel Joaquim dos Santos, Delegado de Saúde do Porto, à Câmara Municipal. 18/11/1887 (ACMC).

Ofício encaminhado para Câmara pela Delegacia de Higiene em Corumbá. 4/11/1888 (ACMC).

Ofícios dirigidos a Câmara. Corumbá, 1889. Caixa s/nº. (ACMC).

AUTONOMISTA: Periódico noticioso, comercial e literário. Ano IV, número 142, 1908.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANCIAN, Elaine. **A cidade e o rio**. Escravidão, arquitetura urbana e a invenção da beleza. O caso de Corumbá (MS). Passo Fundo - RS: Editora Universitária, 2006.

FERREIRA, Áurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio – Século XXI**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ITO, Claudemira Azevedo. **Corumbá**. O espaço da cidade através do tempo. Campo Grande: Editora UFMS, 2009.

OLIVEIRA, Vitor Wagner Neto de. **Estrada móvel, fronteiras incertas**. Os trabalhadores do Rio Paraguai (1917-1926). Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

OLIVEIRA, M. A. M.; JUNQUEIRA, N. M. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Território**, v. 15, p. 388-403, 2016.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. **O saneamento e a politização da higiene no Rio Grande do Sul (1828-1930)**. Tese de Doutorado em História, UNISINOS, São Leopoldo, 2016.

SENA, Divino Marcos de. **Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá**: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império. 2017. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados-MS, 2017.

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros à penas d'água**. Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas, RS. Tese (Doutorado em Arquitetura). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SNOW, John. **Sobre a maneira de transmissão do Cólera**. São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/Abrasco, 1999.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita**. Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

Capítulo 5

CONSIDERAÇÕES SOBRE A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO E OS PRIMEIROS GOVERNOS DE LADÁRIO, MS (1953-1970)

Daiane Lima dos Santos

O presente texto tem por objetivo analisar os aspectos do discurso proferido no contexto de instalação do município de Ladário – atual Mato Grosso do Sul – e abordar as ações políticas que sucederam ao ato oficial da emancipação e que foram implantadas pelos governos municipais de Ladário.

A instalação do município de Ladário marcou uma nova fase política para os ladarenses: a “conquista da autonomia” por meio da “invenção” da emancipação político-administrativa. Impulsionados pela visão de progresso e autonomia os líderes políticos locais lutaram pela emancipação político-administrativa do distrito do Ladário. Nesse sentido, a instalação do município de Ladário como “porta de entrada” para o progresso que, embora almejado, na prática não se estabeleceu da forma planejada pelos líderes políticos.

Na concepção que orientou a escrita este texto, a instalação do município de Ladário é um fato político relevante, não apenas para a população ladarense, mas também para os habitantes de Corumbá, cidade dentro da qual Ladário se emancipou. Desta forma, analisamos um conjunto de documentos produzidos pelo poder legislativo corumbaense que registra as discussões sobre o destino político de Ladário na época da emancipação. Estes documentos, assim como à notícia que circulou

no jornal da época de Corumbá “*O momento*” – que foi reproduzida pelo jornal *Ladário em Foco* e aqui é analisado – são imprescindíveis para entender o processo de instalação e organização do município que compreendeu o período de 1954 a 1955, quando ocorreram as eleições e foi estabelecido o primeiro governo municipal.

Identificar a relevância de um tema histórico é uma das finalidades do trabalho historiador. Outra finalidade consiste em produzir um conhecimento sobre este fato observando os preceitos do ofício historiográfico. Para isso, o historiador precisa conciliar o critério na seleção das fontes documentais com uma atitude crítica e de análise com relação aos conceitos/termos que são utilizados para o estudo do passado, evitando reproduzir acontecimentos e, sobretudo, evitando cometer anacronismo.

Prost (2012), em seu livro “Doze lições sobre história” apresenta o trabalho do historiador com os documentos que se dá na medida em que surgem novos questionamentos e, nesse sentido, o historiador deve recorrer a métodos com o intuito de suprir as lacunas “O historiador nunca consegue exaurir completamente seus documentos; pode sempre questioná-los, de novo, com outras questões ou levá-las a exprimir com outros métodos.” (PROST, 2012, p. 77). Nessa linha de interpretação, os documentos aqui analisados são questionados a fim de refletir acerca do episódio da instalação do município de Ladário, que até o ano de 1953 pertencia ao município de Corumbá no estado de Mato Grosso⁶².

⁶² A divisão do estado de Mato Grosso em Mato Grosso do Norte e Mato Grosso do Sul ocorreu em 11 de outubro de 1977 através da lei complementar nº 31 sancionada pelo presidente Ernesto Geisel.

BREVE NARRATIVA DO PROCESSO EMANCIPATÓRIO DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO

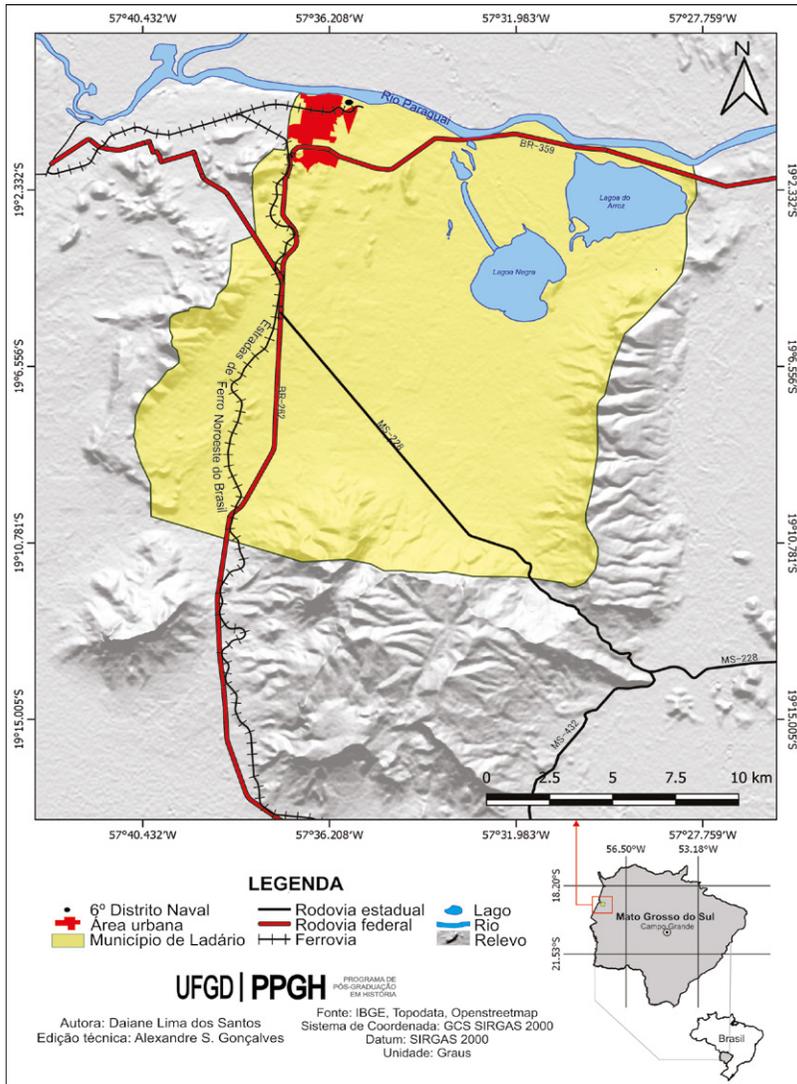
Como ponto de partida, consideramos pertinente situar espacialmente o leitor sobre a área que compreende o atual território de Ladário, localizado à margem direita do rio Paraguai no estado de Mato Grosso do Sul. Conforme demonstra a **Figura 1**, dentro do município de Ladário se encontra instalada a sede do 6º Distrito Naval da Marinha do Brasil.

Ladário foi distrito de Corumbá no Estado de Mato Grosso até o ano de 1948 quando foi criada uma subprefeitura com um representante político, o vereador João de Deus Pinheiro, na Câmara Municipal de Corumbá e, 5 anos depois, acabou se tornando município pela lei estadual nº 679 de 11 de dezembro de 1953.

Existe um significado da proximidade territorial dos municípios de Ladário e Corumbá, hoje consideradas cidades-irmãs. Anterior ao processo emancipatório, segundo os relatos e documentação, o demarcador territorial de Ladário até Corumbá, ou vice-versa, era o Matadouro Público da Firma Barros & Cia⁶³ com contrato de concessão para 40 anos estabelecido com a prefeitura de Corumbá.

⁶³ Os trabalhos do Matadouro Público tiveram início no ano de 1913 e foram finalizados em acordo amigável com a prefeitura de Corumbá no ano de 1953.

Figura 1: Território do município de Ladário, MS.



Fonte: IBGE, adaptado pela autora, 2020.

Nas primeiras décadas do século XX, essa a estrada que ligava a cidade de Corumbá à Ladário era nomeadamente conhecida como estrada do Ladário.

João de Deus Pinheiro foi um dos vereadores que requereu melhorias para a referida estrada de acordo com projeto nº 11 de 03/11/1952 por meio do qual conseguiu uma verba de trezentos mil cruzeiros para a obra.

É importante ressaltar que, de acordo com a documentação produzida no âmbito municipal corumbaense, Ladário consistia num espaço à parte, pois nos documentos que faziam menção a Ladário as referências eram feitas da seguinte forma: “esta cidade e da Vila/Freguezia do Ladário”.⁶⁴

Nesse sentido, é possível perceber a referência ao distrito do Ladário no seguinte trecho:

Esta prefeitura deu a essa firma desde 08 de setembro de 1913, consoante contrato celebrado naquela data com o senhor Amynthas Maciel de Oliveira antecessor primitivo de V.S., concessão para uso e gozo do Matadouro Público destinado a servir, com privilégio exclusivo, a população desta cidade e da Vila do Ladário [...]. (Mensagem do prefeito Octacílio Faustino da Silva de 27 de novembro de 1952 encaminhada à firma Barros & Cia LTDA para resolver a questão da rescisão do contrato de concessão do matadouro público).

Esse tipo de referência é corrente na documentação do período, indicando que Ladário era um lugar “à parte” de Corumbá, ou dito em outras palavras, era uma localidade que apesar de ser um distrito consis-

⁶⁴ Ver documentos do poder executivo e legislativo municipal. Ex.: atas e ofícios.

tia em um espaço com sua própria dinâmica econômica e social.⁶⁵

Desde 1872, quando a Câmara Municipal de Corumbá foi instalada, Ladário cresceu politicamente subordinada ao município de Corumbá e permaneceu assim até que algumas lideranças locais almejavam a emancipação. No começo da década de 1950, João de Deus Pinheiro e Ariquerme da Rocha Galvão pediram apoio ao deputado estadual Manoel Wenceslau de Barros Botelho Neto que, segundo o jornal, escreveu o projeto de lei nº 155⁶⁶ de 1953 e providenciou a documentação comprobatória da situação econômica do município.⁶⁷

Observa-se que a referida documentação providenciada pelo deputado estadual é divergente em alguns aspectos dos outros documentos, em particular, dos censos produzidos pelo IBGE⁶⁸.

Convém destacar que o processo emancipatório polêmico do município de Ladário foi custoso para os representantes políticos da época que desencadearam uma verdadeira guerra de papéis⁶⁹ com o intuito de obter a autonomia do município.

⁶⁵ No final do século XIX, comerciantes solicitavam liberação de alvarás para funcionamento na vila do Ladário consoante documentos do arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

⁶⁶ Projeto de Lei nº 155 elaborado pelo deputado Manoel Wenceslau de Barros Botelho Neto solicitando a criação do município de Ladário, desmembrando-o do município de Corumbá, no Mato Grosso.

⁶⁷ Município criado pela lei estadual nº 679 de 11 de dezembro de 1953 – Governo Estadual de Fernando Côrrea da Costa.

⁶⁸ Dos anos de 1950 em diante.

⁶⁹ O que se torna perceptível no processo nº 155 de 1953 que trata da emancipação do município e ao projeto de resolução visando impugnar a lei de criação do município, pois há pareceres de vereadores e deputados.

Diante da assertiva, surgiu uma polêmica em torno ao processo emancipatório no ano seguinte a lei ser sancionada. No ano de 1954 houve a tentativa de impugnar a lei nº 679 de 11 de dezembro de 1953 que criou o município de Ladário, por meio do Projeto de Resolução⁷⁰ cujo autor e principal opositor foi o vereador Manoel Garibaldi Cavalcanti Mello⁷¹.

Cavalcanti Mello além de escrever o projeto, anexou um abaixo-assinado da população ladarense como forma de sustentar suas afirmativas de ordem constitucional.⁷² Assim como Mello, outros vereadores da Câmara Municipal de Corumbá e alguns deputados estaduais – quando da aprovação do projeto de criação do município de Ladário – manifestaram-se contrários.

É interessante notar que, no enredo de discussão para aprovação do projeto de lei na Assembleia Legislativa, não foi apontada nenhuma contradição entre a proposta do projeto e a ordem constitucional. Isto nos permite inferir que na perspectiva dos deputados, a emancipação não implicou em descumprimento da Constituição – argumento apontado por Cavalcanti Mello em seu projeto de resolução.

Os discursos consultados evidenciam que a preocupação dos deputados estava relacionada ao futuro de Corumbá e Ladário e, a preocupação dos vereadores envolvidos na discussão, por outro lado, era a

⁷⁰ Projeto de Resolução nº 7/54 de 02 de fevereiro de 1954, apresentado à Câmara Municipal de Corumbá de autoria do vereador Manoel Garibaldi Cavalcanti Mello cujo objetivo era anular a lei de criação do município de Ladário.

⁷¹ Membro da Câmara Municipal de Corumbá representando o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.

⁷² A partir das discussões realizadas na Câmara de Corumbá foi possível constatar que o abaixo-assinado também contou com assinaturas de estrangeiros.

inconstitucionalidade da emancipação.⁷³

Partindo deste contexto mais amplo de discussões e negociações entre autoridades políticas a respeito do destino de Corumbá e Ladário, o artigo analisa o discurso preferido na cerimônia de instalação do município de Ladário considerando as discussões pré-emancipatórias e as primeiras iniciativas no pós-emancipatório. O tema será abordado a partir da leitura e interpretação do jornal “Ladário em foco” e dos documentos do poder legislativo de Corumbá.

Para tanto, aceitamos o pressuposto de que não há neutralidades nos documentos, havendo que se considerar que: “Nada poderia ser pior do que considerar ao pé da letra o que dizem os arquivos, pois com o pretexto da denúncia purificadora, cair-se-ia na armadilha que se pretende denunciar, acreditando na imagem que o regime defunto quis dar a si mesmo [...]” (BOUTIER; JULIA, 1998, p. 158).

Nesse aspecto, o trabalho de análise histórica deve considerar as falhas que os documentos apresentam e aquilo que está nas entrelinhas e, diante disso, a fonte em História não deve ser entendida como verdade absoluta e muito menos o historiador deve reproduzir aquilo que ela traduz como verdade, aceitando o discurso nela contida, mas sim questionando e fazendo uma leitura crítica.

O DISCURSO FEITO DURANTE A INSTALAÇÃO DO MUNICÍPIO

Foi com o título “O autor da emancipação” que o jornal “Ladário em foco” noticiou a cerimônia de instalação do município de Ladário, en-

⁷³ Ata nº 103 de 10/10/1953 da nonagésima nona sessão ordinária da sétima sessão legislativa da segunda legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso. (p. 18-19). Instituto Memória do Poder Legislativo, Cuiabá-MT.

tão desmembrado do município de Corumbá, dando destaque ao discurso proferido pelo deputado estadual Manoel Wenceslau de Barros Botelho Neto, de origem corumbaense.

Uma nova página da história do Ladário foi aberta ao ser feita a instalação do município em 17 de março de 1954, na qual o deputado – autor da lei de criação – discursou durante a cerimônia.

Nessa perspectiva, no jornal “Ladário em foco” está transcrito o discurso do deputado estadual feito no dia 17/03/1954 – data da instalação do município – que se pronunciou da seguinte forma:

Vejam, pois, que outro não foi o nosso objetivo, senão dar a Ladário maior possibilidade de expansão e desenvolvimento. E o fizemos dentro do espírito municipalista da nossa Carta Magna, que visa, sobretudo, levar o bafejo da União a todos os recantos da nacionalidade. Dividir para melhor governar - eis a palavra de ordem. Esse é o pensamento que domina hoje o espírito dos grandes pensadores. É a preocupação máxima dos nossos estadistas e acima de tudo e, sobretudo, o que recomendam as nossas leis [...].⁷⁴

Considerando que, a afirmação se respalda no cumprimento das leis, o deputado estadual Manoel Wenceslau de Barros Botelho Neto, ao proferir o discurso na cerimônia de instalação do município demonstrava a importância de tão notório acontecimento para o recém-criado município, Ladário.

⁷⁴ Trecho do discurso do deputado Estadual Manoel Wenceslau de Barros Botelho Neto feito durante a cerimônia de instalação do município de Ladário-MT em 17 de março de 1954, retirado do Jornal “Ladário em foco” de 1954, no entanto, com dados do jornal “O momento”, de 18 de março de 1954, 5ª feira Diretor: Dr. Cássio Leite de Barros; Redator-chefe: J. F. Baptista Neto; Redator-secretário: Mário Feitosa.

Partia da linha de pensamento, conforme destacou em seu discurso, de que o desmembramento de Ladário-Corumbá contribuiria para o desenvolvimento econômico, social e político daquele distrito levando em conta as rendas e despesas e, por isso, possuía condições para arcar com o ônus da municipalidade.

A afirmação “Dividir para melhor governar” contida no discurso do autor do projeto de lei que criou o município de Ladário estava tão presente naquele momento, mas configurava-se como uma justificativa vaga, ao passo que, para alguns não seria a melhor medida adotada e poderia acarretar em fragilidades econômicas que foram alertadas em discussões legislativas a nível municipal e estadual.

Percebe-se uma profunda influência do deputado estadual Botelho Neto⁷⁵, no processo emancipatório, o que se pode notar em outro trecho do discurso proferido na cerimônia de instalação do município:

Foi então que recebi, por intermédios dos líderes deste povo, a incumbência de pleitear na Assembleia Legislativa, a autonomia do distrito de Ladário. Devo confessar que tive a maior satisfação em ver a aceitação unânime dos legisladores mato-grossenses ao projeto que motivou esta reunião. Não houve, dentre todos os novos municípios, um sequer, em melhores condições que o nosso. Foi ele o que melhor preencheu as exigências legais, merecendo, por isso mesmo, das comissões competentes, pareceres inteiramente favoráveis. (Ladário em foco, 17 de março de 1954).

Não foram, contudo, pareceres “inteiramente favoráveis”, como afirmou Botelho Neto, já que havia uma camada inconformada com os

⁷⁵ Nas atas, é perceptível suas passagens e participações nas sessões da Câmara Municipal de Corumbá e como colaborador da região.

ideais da emancipação de Ladário de modo que, a aprovação da lei foi feita, mas com alertas pelos deputados, o que é verificável nas atas da assembleia legislativa.

Os argumentos utilizados pelo deputado deram-se porque Ladário era um distrito de Corumbá, que em 1948 abrigou uma subprefeitura⁷⁶ e parece que existiam divergências entre os grupos políticos do distrito e do município de Corumbá.

Cabe destacar que, antes da instalação do município de Ladário, houve contestações a sua criação por parte dos vereadores através dos discursos feitos durante as sessões realizadas na Câmara Municipal de Corumbá, nos meses de janeiro a março do ano de 1954.

Na leitura das atas foi possível observar que a emancipação político-administrativa do distrito do Ladário desagradou algumas lideranças políticas provocando discordâncias que perduraram dias antes da instalação do município.

E, principalmente, não só desagradou aos membros da oposição, representada pelo Partido Social Democrata (PSD), mas a um membro do PTB (autor do projeto de resolução já mencionado), em específico, provocando argumentos fundamentados em lei de que o distrito do Ladário não possuía os requisitos dispostos na Constituição do Estado de Mato Grosso (1947) e da Constituição Federal (1946) que tratam da autonomia municipal.

Nas atas da Câmara Municipal de Corumbá foi possível notar ainda que os líderes corumbaenses que se posicionaram contra a eman-

⁷⁶ Criada pela Resolução nº 13 de 28 janeiro de 1948.

cipação viam a integração territorial como sendo a melhor alternativa para ambas as partes interessadas pois, segundo eles, estavam ligadas não somente pelo passado, mas pelo presente.

Para compreender esses fenômenos históricos, é pertinente estabelecer um paralelo entre o discurso proferido e a realidade.

No que diz respeito à diferença que se estabelece entre aquilo que é falado e o que é real, como afirma Berstein (2003) em seu texto “Os Partidos” “É precisamente uma das tarefas do historiador que trabalha com as forças políticas tentar perceber essa distância fundamental para a compreensão dos fenômenos históricos, entre a realidade e o discurso.” (BERSTEIN, 2003, p. 61).

Segundo o autor, deve haver precisamente uma separação da realidade e discurso, porque o discurso pode não representar a realidade que está posta tendo em vista sua condição subjetiva de construção que se relaciona a interesses, sejam eles próprios ou coletivos.

Por isso, a mediação política como tradutora exprimindo maior ou menor fidelidade das aspirações ou necessidades.

Nesse sentido, ainda em seu discurso durante a instalação do município de Ladário, Botelho Neto fez menção à aprovação do projeto de lei que criou o referido município dando ênfase à mobilização das lideranças locais com vistas a anular a referida lei:

É sabido, entretanto, que nem todos receberam a notícia da aprovação do projeto com a mesma satisfação. Uns por inconfessáveis; outros, talvez, não terem noção exata das vantagens que advirão para este povo, com a emancipação de Ladário, se agitam no sentido de conseguir adeptos para anular aquilo que a Assembleia Legislativa, depois de apurado exame, resolveu transformar em lei. [...].

Evidenciou a partir do trecho a discordância de alguns líderes políticos com a lei de criação do município de Ladário fazendo referência de forma implícita ao Projeto de Resolução (continha em anexo um abaixo-assinado com 601 assinaturas da população ladarense) produzido pelo vereador Manoel Garibaldi Cavalcanti Mello, mas que não obteve o resultado esperado: anular a lei que criou o município de Ladário.

Botelho Neto ao criticar a iniciativa, deixou em evidência de que a aprovação da lei passou por exame da Assembleia Legislativa⁷⁷, sem a qual não seria possível a criação do município uma vez que esta era uma competência estabelecida por lei.

Como já mencionada, a instalação do município de Ladário foi marcada pelo discurso proferido pelo deputado estadual Manoel Wenceslau de Barros Botelho Neto – já que não foi possível localizar os discursos feitos pelas outras autoridades presentes na cerimônia.

Nesse sentido, é possível observar outro elemento que caracteriza a instalação do município de Ladário pelo discurso de Botelho Neto ao enfatizar que:

É um acontecimento de suma importância para a região. A vitória de um povo que atingiu a maioria e que agora quer dirigir os seus próprios destinos. É bem tudo isto o resultado de longas e árduas campanhas libertadoras em que o povo de Corumbá e Ladário, comungando os mesmos ideais de democracia e liberdade, empenhou-se de corpo alma pela autonomia da cidade branca.

⁷⁷ Lei de Organização Municipal de 11 de dezembro de 1948, artigo 2º: “Compete privativamente a Assembleia Legislativa, ouvidas as municipalidades interessadas, resolver sobre a criação, anexação, desmembramento ou suspensão do município”.

Cabe questionar, se os moradores de Ladário e Corumbá comungavam do mesmo ideal, pois ao que parece, existiam disparidades políticas vigentes ali. Ao que os dados apontam, os ideais propostos para cada localidade não parecem ter elo⁷⁸.

Os representantes políticos do Ladário tiveram suas particularidades políticas, econômicas e sociais em conformidade com a estrutura distrital. Além disso, até que ponto foi um povo que atingiu a autonomia?

Talvez pudesse ter se tratado de uma autonomia garantida no papel, pois na prática parece que essa autonomia não foi efetiva tendo em vista as fragilidades econômicas e políticas no período de sua pré e pós-organização como município.

Pelo que os documentos apontam, os representantes políticos enfrentaram algumas dificuldades iniciais de organização do município. Em particular, isso se deve porque no ato de instalação do município o prefeito foi nomeado, mas as eleições aconteceram em 1955, ano em que foram criadas as primeiras leis como, por exemplo, relativas ao abastecimento de água.

Embora a cerimônia de instalação do município tenha sido retratada pelo jornal “O Momento” e reproduzida pelo jornal “Ladário em foco”, a ata de instalação é um documento não localizado, mas é sabido, pelo que consta no jornal, que foi lavrada pelo secretário Nicanor Lopes de Albuquerque.

Curiosamente, o prefeito de Corumbá, Octacílio Faustino da Silva não participou da cerimônia de instalação e foi representado no ato

⁷⁸ Cada localidade possuía particularidades econômicas, sociais e políticas apesar da ligação territorial, o que se torna evidente a partir das atas e pelo fato do distrito do Ladário possuir líderes eleitos que o representavam na Câmara Municipal de Corumbá.

pelo vereador Renato Báez⁷⁹.

Uma vez criado, para manter o funcionamento, os moradores do novo município precisavam da figura de um representante político, um prefeito que assumisse temporariamente, a fim de que houvesse a organização da municipalidade e os aspectos que lhe são correlatos.

O GOVERNO PROVISÓRIO DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO-MS

Durante a solenidade de instalação do município, foi dada posse ao prefeito nomeado, Sr. Armando Thomaz de Almeida (conhecido popularmente como Seu Girafa)⁸⁰, discursando naquela ocasião logo, segundo o jornal, após a fala de André Mechíades de Barros que representou o governador do Estado, Fernando Córrea da Costa.

Há que se considerar que o curto espaço de governo do prefeito Armando não possibilitou o exercício pleno de atividades e a completa estruturação e organização da municipalidade. Face ao exposto, teve ainda de apresentar orçamento à Câmara Municipal de Corumbá para aprovação.

De acordo com o ofício 04/54 de 21 de março, o prefeito municipal de Ladário, apresentou aos vereadores da Câmara municipal de Corumbá uma tabela de orçamento solicitando aprovação das rendas e despesas do ano de 1954.

Em resposta, o vereador designado relator, Ary Gonçalves Couto, da Câmara municipal de Corumbá eximiu-se de dar a aprovação justificando desconhecer as rendas e despesas para o município de Ladário nos

⁷⁹ Foi advogado, vereador e escritor corumbaense.

⁸⁰ Os discursos das referidas autoridades não puderam ser localizados.

primeiros meses do corrente exercício de 1954.

Faz-nos refletir que o fato de não criar uma Câmara no município de Ladário naquele primeiro momento após a emancipação, levou à atitude de submeter a aprovação a um órgão que já não detinha competência para opinar sobre a situação, uma vez que Ladário era um município autônomo.

Uma nova ordem ali se instalara e para atendê-la demandava força política e pessoas empenhadas na empreitada. Com esse objetivo, foi formado um corpo de governo provisório e, por isso, em 1º de abril de 1954, deu início ao efetivo exercício o prefeito Armando Thomaz de Almeida, apesar de o município ter sido instalado em 17 de março daquele ano.

Seu governo de caráter provisório compreendeu os dias 1º de abril de 1954 e 31 de janeiro de 1955, tendo em vista que as eleições foram realizadas em outubro daquele ano de 1954.

Com as eleições, foi eleito o senhor Ariquerme da Rocha Galvão (conhecido popularmente como Seu Lico) que havia atuado como o segundo subprefeito⁸¹ do distrito de paz do Ladário e principalmente foi um dos incentivadores da emancipação político-administrativa.

Não foram encontrados registros e informações daquele governo provisório ali estabelecido, todavia, ao que os documentos do poder camarário de Corumbá apontam, Ladário ainda era assunto nos documentos da municipalidade corumbaense e assim continuou por um tempo.

Ao que tudo indica, o governo do prefeito Armando Thomaz de Almeida caracterizou-se por um período de transição ali vivenciado pelos ladarenses, de maneira que o distrito do Ladário tinha de ser organizado a

⁸¹ A subprefeitura do distrito do Ladário foi criada pela resolução nº 13 de janeiro de 1948 e contava com um vereador para representar o distrito na Câmara Municipal de Corumbá.

partir daquele momento para comportar uma prefeitura e garantir o bom funcionamento da municipalidade.

Em razão disso, parece que o prefeito nomeado não pôde realizar melhoramentos de grande vulto no município de Ladário, tendo em vista o curto espaço de tempo que permaneceu no poder local de abril de 1954 a janeiro de 1955.

Isso aconteceu porque um novo capítulo da história ladarense foi aberto com as eleições municipais realizadas em 03 de outubro de 1954 – assunto que vamos abordar na sequência do texto.

O PRIMEIRO PREFEITO ELEITO DO MUNICÍPIO DE LADÁRIO, MS

Referindo a prática das eleições, René Remond (2003) afirmou em sua análise que este é um fenômeno que geralmente é estudado pelos historiadores pelo viés do quantitativo. O autor advertiu para a necessidade de uma nova forma de olhar o sufrágio político e criticou o interesse dos historiadores pela consequência do fenômeno eleitoral em si:

Como os historiadores, em relação às eleições, se interessavam mais pelas consequências que pelo próprio fenômeno eleitoral, eles logicamente proporcionaram a atenção que distribuía entre os diversos tipos de consulta em função da importância das modificações de que elas eram agentes na relação de forças, na composição dos governos e no funcionamento das instituições. (REMOND, 2003, p. 48).

Adepto de uma História Política processual, Remond sugeriu uma pesquisa histórica motivada e circunstanciada pelos deslocamentos e permanências respaldadas no princípio das mudanças políticas. E, nesse sentido, observa-se uma carência de estudos sobre as relações políticas da área de estudo em questão.

Com a realização da primeira eleição municipal, um novo capítulo da história política de Ladário foi iniciado, de modo que, o município não mais seria representado pela figura de um prefeito nomeado, mas sim, pela figura de um prefeito eleito pelo povo.

Vale ressaltar que em Ladário, além de atuar como subprefeito no ano de 1952, Ariquerme da Rocha Galvão⁸² exerceu o mandato como prefeito por duas vezes, na qual é possível notar abaixo:

Tabela 1 - Governo de Ariquerme da Rocha Galvão⁸³

ARIQUERME DA ROCHA GALVÃO - ELEITO COMO PREFEITO:		
1ª eleição: 03/10/1954	Posse: 31/01/1955	Período de atuação: 31/01/1955 a 31/01/1959
3ª eleição: 15/11/1962	Posse: 31/01/1963	Período de atuação: 31/01/1963 a 02/04/1964

Fonte: Acervo da pesquisa, criado pela autora.

Observa-se a partir do exposto que, a primeira eleição para prefeito foi realizada no dia 3 de outubro de 1954, sendo eleito Ariquerme da Rocha Galvão – sargento músico da reserva remunerada do Exército – que tomou posse no dia 31 de janeiro de 1955.

⁸² Permaneceu pouco tempo no poder devido a sua destituição decorrente do período de ditadura militar.

⁸³ Tabela construída com base nas informações dos jornais que estão na relação de fontes e documentos do poder legislativo e executivo local.

Nesse sentido, o primeiro mandato compreendeu o período de 1955 a 1958. O seu segundo mandato, entretanto, correspondeu a um curto espaço de tempo em decorrência de sua destituição arquitetada por autoridades militares da marinha do Brasil.

O primeiro mandato de Ariquerme caracterizou-se pela organização da municipalidade, ao passo que, uma das primeiras iniciativas após a emancipação político-administrativa foi criar as leis regulamentadoras, como o caso da lei número 001 do ano de 1955 que trata da limpeza dos terrenos e a lei número 004 de 11 de março de 1955 que proíbia a permanência dos animais na via pública, fato que era considerado comum.

Nesse aspecto, a lei de nº 004 foi criada através da manifestação de um dos vereadores da Câmara Municipal de Ladário que se dirigiu ao presidente e demais vereadores da seguinte forma:

Todos os povos do universo tem um índice de cultura que é representado pelas suas realizações nos campos científicos, artístico, intelectual, esportivo, urbanístico, enfim, em todos os sentidos das atividades humanas; tal índice no campo urbanístico se evidencia no tratamento esmerado que dispensam a cada cidade, onde são plantados os marcos indestrutíveis de uma civilização; os monumentos da fé cristã; dos heróis guerreiros; os edifícios suntuosos da moderna arquitetura; o alinhamento e a limpeza das ruas; ajardinamento das praças públicas [...] Em Ladário, infelizmente srs. vereadores, assistimos diariamente a negação desta verdade; não por culpa do nosso povo que é culto, bom e ordeiro; mas por simples e indisculpável relaxamento dos nossos poderes públicos! O ladarense, nos dias atuais, tem a impressão, pelas evidências dos fatos, de que a nossa querida cidade nada mais é do que uma “uma pequena fazenda de criar gado! As vacas leiteiras de alguns dos pequenos criadores locais, em audaciosa afronta, na sua irracionalidade, passeiam mansamente pelas nossas ruas; fazem

as suas malhadas nas calçadas de nossas casas; expelem os seus excrementos nos batentes das portas de nossos lares! (Lei nº 004, de 11 de março de 1955 que proíbe a permanência de animais nas vias públicas. Câmara Municipal de Ladário).

Percebe-se que houve uma tentativa de melhoramento, limpeza e embelezamento da cidade, por meio de leis regulamentadoras visando solucionar o problema da circulação de animais nas vias públicas, pois nas cidades modernas e “civilizadas” isso não acontecia.

É notável uma inquietação por parte dos vereadores no que diz respeito à visão estrangeira⁸⁴ sobre aquela localidade, em específico, a forma que o município era apresentado diante dos aspectos da modernidade.

O ano de 1955, contudo, caracterizou-se por ser um momento de organização e, sobretudo, de criação da Câmara Municipal de Ladário que contava com 5 (cinco) vereadores eleitos pela população ladarense.

Naquele mesmo ano, pela Resolução nº 6 de 3 de setembro de 1955 da referida Câmara Municipal de Ladário, foram aprovadas as contas do prefeito Armando Thomaz de Almeida correspondente ao período de 1º de abril de 1954 a 31 de janeiro de 1955.

Através dos documentos produzidos pelos vereadores da Câmara Municipal de Ladário é possível averiguar qual era a situação financeira e organizacional do recém-criado município.

Ao que parece, o ano de 1955 foi um período pouco burocrático, sem muitas ações, voltado mais para a criação de leis elementares e or-

⁸⁴ Sobre esse aspecto do olhar estrangeiro sobre Mato Grosso ver: GALETTI, Lyllia da Silva Guedes. Terra natal: Mato Grosso sob o olhar nativo. In: **Sertão, Fronteira, Brasil: Imagens do Mato Grosso no mapa da civilização**. Cuiabá: EdUFMT. Entrelinhas, 2012.

ganização da estrutura (Quadro de funcionários, por exemplo) tanto da prefeitura quanto da Câmara Municipal.

Um dos destaques naquele ano de 1955⁸⁵ foi a criação do serviço de abastecimento de água pela lei número 11 de 30 de dezembro e a lei nº 12 que naquele mesmo dia criou o quadro de funcionários para o serviço de abastecimento de água.

Em virtude disso, foram feitas constantes alterações nas taxas dos serviços de abastecimento de água em pequenos intervalos de tempo.

Do período de 1955 em diante são observadas mudanças significativas no cenário municipal em que, por exemplo, percebe-se não só a criação, mas a regulação do serviço de abastecimento de água e, além disso, a criação do serviço de fiscalização do município no mesmo ano.

Pela Resolução nº 10 de 09 de julho de 1956 foram aprovadas as contas do governo do prefeito Ariquerme da Rocha Galvão, relativas ao período de 1º de fevereiro de 1955 a 31 de janeiro de 1956, que somaram um total de Cr\$1.317,078, 60 (um milhão trezentos e dezessete mil setenta e oito cruzeiros e sessenta centavos).

As contas do período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 1957 corresponderam a Cr\$2.773,136, 50 (dois milhões, setecentos e setenta e três mil, cento e trinta e seis cruzeiros e trinta centavos), um salto financeiro substancial no que diz respeito à arrecadação do município que possuía empresas de pequeno porte e uma diversificação nas atividades comerciais.

⁸⁵ Traz leis que num primeiro momento empenharam-se em criar e regular o serviço de abastecimento de água bem como a construção de um reservatório de água, leis 11 e 14 respectivamente.

Nessa perspectiva, ao ser desmembrado de Corumbá, o município de Ladário teve sua própria organização e sua população pôde visualizar avanços significativos, mas por outro lado, os ladarenses enfrentaram alguns obstáculos – que já vinham enfrentando – como o precário serviço de abastecimento de água feito diretamente do rio Paraguai apesar da construção do reservatório de água.

Não obstante, a água encanada foi instalada anos depois que a energia elétrica e, desta maneira os moradores da parte alta conseguiam fazer o abastecimento por meio de uma caixa d'água instalada no bairro Santo Antônio.

A DESTITUIÇÃO POLÍTICA

Cabe aqui dar destaque a um acontecimento que marcou consideravelmente a política do município no período da ditadura militar. Um acontecimento que repercutiu no interior e acabou por afetar a vida local.

Quando teve início o segundo mandato do prefeito Ariquerme da Rocha Galvão, notam-se poucas, mas consideráveis melhorias tendo em vista que seu governo se limitou aos anos de 1963 a 1964.

Em razão da ação oculta de autoridades militares locais da marinha que projetavam uma verdadeira ameaça na pessoa do prefeito – por supostamente ser comunista –, ele acabou sendo destituído do cargo e mantido prisioneiro em um navio.⁸⁶

Considerada uma ação oculta emanada pelo contra-almirante, Ayr Dias de Carvalho Rocha, comandante do Sexto Distrito Naval, a

⁸⁶ As informações referentes à prisão do prefeito foram coletadas em entrevista com Tabajara da Rocha Galvão.

destituição de Ariquerme do cargo de prefeito municipal foi feita oficialmente pela Resolução nº 37 de 03 de abril de 1964.

As evidências documentais apontam para a formação de uma conspiração contra o prefeito em exercício que estava fora da cidade quando foi preso.

Esse episódio demonstra o poderio das instituições militares numa região militar marcada não somente pela presença do exército, mas em especial da Marinha do Brasil⁸⁷ que ali estava instalada e que contribuía em algumas questões da municipalidade no distrito do Ladário.

A afirmativa de poderio militar já havia sido cunhada como “Praça de Guerra” pelos deputados nas discussões para aprovação da lei que criou o município de Ladário.⁸⁸

Segundo o ofício do contra-almirante, a destituição do referido prefeito deu-se em função da difusão de suas ideias comunistas e ao mesmo tempo por “atacar” as autoridades militares, o que era inadmissível para aquela autoridade local que se viu no direito de tomar uma atitude em decisão conjunta com autoridades militares da região e convocando sessão extraordinária na Câmara Municipal de Ladário para solucionar o caso.⁸⁹

Em consequência de sua destituição, decorrente do período da ditadura militar, assumiu em seu lugar o vice-prefeito senhor Wenceslau

⁸⁷ As informações referentes à prisão do prefeito foram coletadas em entrevista com Tabajara da Rocha Galvão.

⁸⁸ Termo proferido pelo deputado estadual José Henrique Hastenreiter (PSD) no seu discurso durante a aprovação da lei de criação do município.

⁸⁹ Ofício nº 0255 de 02 de abril de 1964 do gabinete do Comando do Sexto Distrito Naval, Ladário-MT.

Pereira da Silva (Seu Tito) que permaneceu no poder de 02/04/1964 a 31/01/1967 conforme o *Jornal Ladário em Foco* de 1978.

Para melhor entender esse episódio que marcou consideravelmente a história política ladarense no período da ditadura, a História oral é utilizada como metodologia porque é “Através das entrevistas de História oral, é possível reconstituir redes de relação, formas de socialização e canais de ingresso na carreira, bem como investigar estilos políticos específicos a indivíduos e grupos”. (ALBERTI, 2004, p. 25).

Nesse sentido, as entrevistas auxiliam a compreensão do contexto turbulento naquela sociedade, entendendo as particularidades dos sujeitos políticos, e em especial, do segmento social a qual pertenciam na condição de militares.

Desse modo, ao ser entrevistado sobre a questão da emancipação político-administrativa de Ladário, o filho do mencionado ex-prefeito ao referir-se à destituição, afirmou:

Meu pai não pôde cumprir o mandato porque foi impedido de militar na política. Ele foi falar num comício e na rádio nacional no Rio de Janeiro. Quando ele falou foram à procura dele, ele já estava em Campo Grande, já estava vindo embora. Ficou preso na marinha e depois ficou preso num navio da Bacia do Prata. Veio algemado num caminhão e ficou num navio aqui, mas não ficou muito tempo preso. Foi julgado na 9ª região militar em Campo Grande, na circunscrição judiciária, mas logo foi absolvido e solto. Meu pai tinha um poder político na região. Ele conseguiu eleger o Amyntas Mônaco. Quem esquadrejou e loteou Ladário daí para frente foi ele. (GALVÃO, entrevista concedida em setembro de 2015).

Percebe-se a ênfase dada aos trabalhos do pai quando afirmou que ele tinha um poder político na região tanto que promovera a candidatura de Amyntas Mônaco, um dos prefeitos de Ladário.

Ao entrar prefeito e sair prefeito pode-se perceber as mudanças vivenciadas pelos ladarenses no município ao longo do tempo, isto é, após ser criado e desmembrado.

Com relação à luz elétrica, de acordo com relatos, a Comissão Mista Ferroviária Brasil-Bolívia⁹⁰ obtinha luz através de um gerador que também abastecia a marinha.

A marinha, por sua vez, era responsável pelas instalações elétricas dentro da cidade devido à proximidade com os prédios centrais.

Um exemplo disso foi o caso do atendimento ao Centro Espírita Vicente de Paula conforme ofício nº 126 de 1972, em que há a solicitação de instalação de luminárias na rede de distribuição elétrica.

É possível observar que a relação amistosa e de trocas de favores com a marinha era antiga e a título de exemplo, é possível citar o ofício da Câmara municipal encaminhado para a Marinha em que os vereadores fazem condolências a dois sargentos que falecerem tentando instalar a luz para vila de suboficiais e sargentos.

Estudos com relação à bandeira e hino municipal foram feitos tardiamente, em 1972,⁹¹ tendo em conta que a emancipação aconteceu em 1953. Ao que parece, a organização municipal se deu de forma um tanto lenta e gradativa, mas já na década de 1960 foi que tomou proporção. .

⁹⁰ Foi instalada a oficina de construção dos vagões na localidade.

⁹¹ Em carta dirigida pelo prefeito I à Câmara municipal de Ladário, datada 26 de agosto de 1972, foi convocada uma sessão extraordinária para apreciar e estudar os projetos elaborados pela firma *Peixoto de Faria e Cia Ltda*. In: Enciclopedia Heráldica Municipalista referente à bandeira e o brasão municipal projeto que foi aprovado pela ata nº 92 de 31 de agosto de 1972.

EMANCIPAÇÃO PARA QUEM?

Conforme Prost: “A abordagem linguística impõe-se então para descobrir, além e ao lado do sentido explícito, de primeiro grau, um sentido secundário, implícito e mascarado”. (PROST, 2003, p. 311).

Pretendendo entender o sentido implícito e mascarado do significado da emancipação político-administrativa, aqui procura-se questionar para quem foi a emancipação uma vez que é uma data vazia de significados para os ladarenses.

A partir da análise do discurso do deputado estadual surgiu o questionamento com relação ao sentimento de pertencimento da população ladarense que não comemora ou tem como data oficial a emancipação político-administrativa no dia 11 de dezembro, ou, mesmo a data instalação do município a 17 de março.

Será que realmente existe um sentimento de pertença com a “conquista” da emancipação? A emancipação teria sido um acontecimento de suma importância para os moradores, conforme destacou Botelho Neto?

No que diz respeito às dificuldades de afirmação econômica municipal de Ladário, há que se considerar a existência de outros fatores, como é possível identificar nessa afirmação: “A atrofia dos nossos municípios tem resultado de processos vários: penúria orçamentária, excesso de encargos, redução de suas atribuições autônomas, limitações ao princípio da eletividade de sua administração[...]” (LEAL, 1997, p. 70).

A rigor, o discurso construído e legitimado no Brasil em torno da criação dos novos municípios no período estudado é o do progresso cujo sinônimo é a divisão.⁹²

⁹² O período em questão foi marcado por fatores como a Constituição de 1946; o alinhamento do Brasil à política externa norte americana; o nacional-desenvolvimentismo e a criação de novos municípios, sobretudo no Estado de Mato Grosso.

Nesse sentido, tem como base o processo divisionista que, de acordo com os políticos, seria a melhor opção para manter governos locais como forma de descentralizar poderes visando o crescimento local com paradigmas financeiros, econômicos e políticos próprios.

A palavra de ordem “dividir para melhor governar” não foi considerada a melhor saída pelos líderes políticos corumbaenses porque a divisão/desmembramento era vista como elemento negativo que pressupunha fragilidades nos aspectos econômicos, políticos e administrativos.

O desmembramento é também percebido como negativo de uma perspectiva geográfica, no sentido de território dividido que faz criar a partir daquele momento em diante uma distância territorial.

Assim, surgiu um conflito de caráter territorial entre os moradores dos municípios de Corumbá e Ladário que, por sua vez, não é um caso atípico, uma vez que, durante o processo de formação dos municípios, ocorreram conflitos semelhantes em diversas localidades do Brasil (LEITE, 2015). Considerando a bibliografia sobre o tema é possível assinalar que os litígios territoriais à época se constituíram como um caso típico de hegemonia política exercida sobre os distritos que se emancipavam e tiveram seu território delimitado de acordo com os interesses locais dos dirigentes.

O conflito entre elites políticas regionais que resultou na emancipação de Ladário nos permite refletir sobre o papel da memória perpetuada sobre este; sobretudo porque a população ladarense não comemora a emancipação político-administrativa e atribui maior valor ao dia 02 de setembro – data que remete ao ato de fundação do povoado durante o período expansionista da coroa portuguesa.⁹³

⁹³ De acordo com a carta de João Leme do Prado e relatos de escritores memorialistas, a fundação do povoado do Ladário foi feita em 02 de setembro de 1778 pelo sertanista João Leme do Prado sob os ordens do governador da Província, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres.

Enquanto produto social, a memória não é homogênea e pode comportar múltiplos significados para os membros de uma determinada sociedade. A possibilidade de a memória ser polissêmica foi descrita por Portelli (1997) da seguinte forma:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes - exatamente iguais. (PORTELLI, 1997, p. 16).

No caso de Ladário, acreditamos que o reconhecimento da data 2 de setembro se deu porque o seu significado foi socialmente criado e compartilhado. No entanto, não se pode afirmar o mesmo a respeito da data de criação do município de Ladário.

Muito embora a emancipação tenha ocorrido por meio dos discursos de autonomia e progresso, atualmente não é feita a comemoração desse episódio que ficou às margens do esquecimento.

No tocante a esse aspecto, Pollak em seu texto afirma que “O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais”. (POLLAK, 1989, p. 3).

Os discursos oficiais construíram e impuseram aos ladarenses uma resistência, sobretudo, daqueles que viveram o episódio e assinaram o abaixo-assinado (SANTOS, 2017).

Partindo dessa premissa, não é possível afirmar se a identidade ladarense já estava formada anteriormente à emancipação política-administrativa, ou, se foi formada após o episódio.

Ao que parece, os motivos da não comemoração da emancipação política-administrativa se justifica pelo reconhecimento da data anterior, de fundação do povoado.

Nessa linha de raciocínio, ao considerar o relato abaixo, é possível notar a forma como os ladarenses enxergam a questão:

A memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou, a bem verdade, como as vozes - exatamente iguais. (PORTELLI, 1997, p. 16).

Na memória de Assad, cidadão ladariense que testemunhou os fatos, as comemorações cívicas que ele recorda dizem respeito ao dia 2 de setembro, data da fundação do povoado, sem qualquer menção ao 11 de dezembro ou mesmo ao 17 de março, datas que permanecem desconhecidas para muitos cidadãos naturais de Ladário ou residentes na cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do jornal trabalhado e demais documentos com relação à instalação do município, entende-se que esse episódio embora tenha acontecido como ato oficial não foi esperado por todos, em especial, por aqueles contrários à emancipação e aos que assinaram o abaixo-assinado anexo ao projeto de resolução.

Tampouco o episódio foi bem aceito e, há que se levar em consideração a falta de importância atribuída a uma conquista “tão importante” conforme evocaram os líderes da época, pois tanto o 17 de março de 1954 (data de instalação do município) quanto o 11 de dezembro de 1953 (criação do município) são datas que não carregam algum tipo de simbologia

ou sentimento de pertença para os moradores da localidade na atualidade.

Acreditamos que a ausência de um valor simbólico para as datas supracitadas pode ser atribuída ao fato de que as lideranças políticas locais, embora tenham lutado pela emancipação, pouco se preocuparam em dar oficialidade às datas ora mencionadas uma vez que isso depende de quem está à frente do poder. Logo, a data assumida e incorporada à memória da população é o dia 2 de setembro que caracteriza a fundação do pequeno povoado do Ladário, e não a data da emancipação que foi determinada pelos líderes políticos locais. Neste sentido, consideramos pertinente manter em aberto o questionamento sobre os interesses políticos que determinaram a criação do município, e, da mesma forma, questionamos o discurso oficial produzido a respeito da emancipação político-administrativa do Ladário.

REFERÊNCIAS DOCUMENTAIS

Entrevistas

ASSAD, Jorge Novaes. 2014. Entrevista concedida a Daiane Lima dos Santos em setembro de 2014, na cidade de Ladário-MS.

GALVÃO, Tabajara da Rocha. 2015. Entrevista concedida a Daiane Lima dos Santos em setembro de 2015, na cidade de Ladário-MS.

Jornais

Jornal Ladário em foco de 1954, no entanto, com dados do jornal O momento, de 18 de março de 1954, 5ª feira Diretor: Dr. Cássio Leite de Barros; Redator-chefe: J. F. Baptista Neto; Redator-secretário: Mário Feitosa.

Jornal Ladário em foco de 1978. Ex-prefeitos de Ladário, 1978.

Documentos do poder legislativo e executivo municipal

Ata nº 282 da Sessão Extraordinária de 26/02/1951 às 20h p. 78 – É apresentado o ofício nº 22/51 do prefeito municipal no qual comunica haver exonerado a pedido pelo Decreto nº 10 de 16/1951 o senhor Anolbe Rodrigues Freire, subprefeito de Ladário. **Manuscrito.** Câmara Municipal de Corumbá. Cx. 1951.

Carta do prefeito municipal à Câmara municipal de Ladário datada 26 de agosto de 1972 convocando sessão extraordinária para apreciar e estudar os projetos elaborados pela firma Peixoto de Faria e Cia Ltda. **Enciclopedia Heráldica Municipalista referente à bandeira e o brasão municipal projeto que foi aprovado pela ata nº 92 de 31 de agosto de 1972.**

Lei nº 004 de 11 de março de 1955 – proíbe a permanência de animais nas vias públicas. Arquivo da Câmara Municipal de Ladário.

Lei nº 11 de 30 de dezembro de 1955 – criação do serviço de abastecimento de água. Arquivo da Câmara Municipal de Ladário.

Lei nº 12 de dezembro de 1955 – criação do quadro de funcionários para o serviço de abastecimento de água. Arquivo da Câmara Municipal de Ladário.

Mensagem do prefeito Octacílio Faustino da Silva de 27 de novembro de 1952 encaminhada a firma Barros & Cia LTDA para resolver a questão da rescisão do contrato de concessão do matadouro público.

Ofício nº 255 de 02 de abril de 1964 do gabinete do Comando do Sexto Distrito Naval – Destituição – Ladário-MT. Arquivo da Câmara Municipal de Ladário.

Ofício nº 04/54 de 21/03/1954 do prefeito Armando Thomaz de Almeida para aprovação da tabela de receita e despesas de Ladário. Datilografado. Câmara Municipal de Corumbá. Cx. 1948.

Projeto nº 11 de 03/11/1952 – Liberação de uma verba de trezentos mil cruzeiros para melhorias Ladário-Corumbá. Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá.

Projeto de Lei nº155 de 07/10/1953 – Justificativa para a criação do Município de Ladário. Datilografado. Instituto Memória do Poder Legislativo da Assembleia Estadual de Mato Grosso.

Projeto de Resolução nº 07/54 e Abaixo Assinado – Autoria de Manoel Garibaldi Cavalcanti Mello. Objetivo do projeto: Autorizar o prefeito municipal a recorrer junto aos poderes e autoridades competentes, impugnando a lei 679, de 11 de dezembro de 1953, que criou o município de Ladário. Abaixo-assinado com 601 assinaturas 01/02/1954. Datilografado e manuscrito. Câmara Municipal de Corumbá. Cx. 1954-1955.

Resolução nº 13 de 28/01/1948 – Nos termos do artigo 12, da lei nº 74 de 13 de dezembro de 1947 – Cria na Vila do Ladário a Subprefeitura. Datilografado. Câmara Municipal de Corumbá. Cx. 1948.

Resolução nº 6 de 3 de setembro de 1955 – Aprovação das contas do prefeito Armando Thomaz de Almeida correspondente ao período de 1º de abril de 1954 a 31 de janeiro de 1955. Arquivo da Câmara Municipal de Ladário.

Resolução nº 37 de 03 de abril de 1964 – Destituição de Ariquerme do cargo de prefeito municipal. Arquivo da Câmara Municipal de Ladário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar**: Textos em História Oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BOUTIER, Jean. JULIA, Dominique. (orgs.). **Passados recompostos**: Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ. 1998.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3ª ed. RJ: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEITE, Danilo. **Por uma nova história da emancipação político-administrativa do município de Batayporã**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História**, São Paulo (15), abril 1997.

PROST, Antoine. As palavras. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

PROST, Antoine. As questões do historiador. In.: **Doze lições sobre história**. São Paulo: Autêntica, 2012.

REMOND, René. As eleições. In: REMOND, René. **Por uma história política**. 2ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SANTOS, Daiane Lima dos. **Apologia à inconstitucionalidade**: os desdobramentos em tono da formação e criação da municipalidade do Ladário-MS (1948-1955). Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2017.

Capítulo 6

PROCESSOS ELEITORAIS E A PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NA POLÍTICA DE CORUMBÁ: UM OLHAR DA COLONIZAÇÃO ATÉ A REDEMOCRATIZAÇÃO PÓS-GOLPE DE 1964

Paulo Ricardo dos Santos Gomes

O palco das disputas pelo controle político de uma sociedade mostra quem são as forças locais e como elas atuam na construção das realidades. A escolha ou a imposição de líderes reflete a evolução do desenvolvimento do lugar e, ao mesmo tempo, molda este desenvolvimento. Em Mato Grosso do Sul, os municípios de fronteira têm uma história política e eleitoral marcada por interferências externas. Cenário de guerras por território, de ocupações que dizimaram populações e do abandono pelas metrópoles (CORRÊA, 2014), o Estado encontra em suas origens culturais marcas profundas dessa conformação histórica. As fronteiras por muito tempo foram móveis, “sem uma clara definição, permeada de brasileiros [...] e de estrangeiros” (CORRÊA, 2014, p. 44). Um destes municípios de fronteira é Corumbá, polo regional econômico e semi-conurbado com a cidade boliviana de *Puerto Quijarro*.

Na sua condição de município fronteiriço com reconhecida importância histórica e geopolítica, Corumbá será abordado neste capítulo numa perspectiva de longa temporalidade e com ênfase nos fatores (internos ou externos) que influenciaram no controle do poder político local. O foco do estudo incide na dinâmica das eleições municipais e na participação de estrangeiros na política corumbaense. Para atingir o objetivo pro-

posto, o texto busca apresentar uma sequência cronológica dos acontecimentos políticos locais, desde a colonização até as eleições de 2016, sem desconsiderar os vínculos de Corumbá com o quadro político nacional.

PROCESSOS ELEITORAIS NO BRASIL: HISTÓRIA E PARTICIPAÇÃO DO ESTRANGEIRO

A eleição de lideranças por voto dos cidadãos, de forma direta ou não, era um exercício comum em Portugal. Mesmo sob um regime monárquico, deputados e senadores que auxiliavam o governo imperial eram escolhidos por representantes da população para compor as cortes, convocadas para decidir sobre determinados assuntos do reino. Portanto, o hábito na colônia era uma extensão do que era praticado pelo governante em exercício (GOMES, 2019).

Os colonizadores portugueses mal pisavam o território americano e logo realizavam votações para eleger os que iriam governar as vilas e cidades que fundavam. [...] A primeira eleição de que se tem registro [oficialmente] definiu os membros do Conselho Municipal da Vila de São Vicente – atual São Paulo – em 1532 e ocorreu conforme as determinações das Ordenações do Reino⁹⁴. (TSE, 2014, p. 11)

Ainda durante o período colonial, foram realizadas no Brasil as primeiras eleições gerais para deputados integrantes das cortes portuguesas. Na época, só os “homens bons”, grupo formado por nobres de linhagem, senhores de engenho e membros da alta burocracia militar, além dos homens novos - burgueses enriquecidos pelo comércio - tinham o direito de escolher os administradores das vilas.

⁹⁴ Leis estabelecidas durante o período de governo de um determinado rei em Portugal.

Após a declaração da independência, em 1922, Dom Pedro 1º também convocou eleições para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa com base na legislação eleitoral elaborada naquele ano.

A Decisão nº 57, de 19 de junho de 1822, regulamentou a eleição para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, a ser realizada em dois graus: os cidadãos de cada freguesia escolhiam os eleitores de paróquia, que por sua vez escolhiam os deputados. A eleição indireta seria a regra durante quase todo o período imperial, só sendo introduzido o voto direto em 1881, por meio da Lei Saraiva. (TSE, 2014, p. 22)

Em 1824, com a elaboração da Constituição Política do Império Brasileiro, surgiu a primeira lei que previa a participação de estrangeiros nas eleições. Ao dar forma legal à nacionalidade brasileira, a nova legislação também definia quem eram os estrangeiros e garantia o direito ao voto para aqueles que decidissem permanecer no Brasil.

De acordo com a Constituição de 1824, os estrangeiros que fossem naturalizados, independentemente de sua religião, podiam votar na primeira e na segunda instância das eleições, mas não podiam ser eleitos deputados e senadores, além de não poderem “succeder na Corôa do Imperio do Brazil” (TSE, 2014, p. 20)

Na época, podiam votar apenas os homens, maiores de 25 anos, que recebessem salários ou soldos. Outras eleições posteriores foram realizadas, com algumas mudanças na legislação. As mais significativas ocorreram a partir da Lei Saraiva, que foi escrita em 1881 por Rui Barbosa, personagem que tem participação importante em várias etapas políticas do Brasil. O texto é considerado inovador, pois proibiu o voto dos analfabetos, criou as eleições diretas e o título de eleitor.

A Lei Saraiva (Decreto nº 3.029/1881), publicada em 9 de janeiro de 1881, decorreu dos anseios da sociedade brasileira por mudanças na legislação eleitoral. Um

dos principais pontos de inovação foi a introdução do voto direto, reivindicação constante nos jornais, nas ruas e nos debates parlamentares. Além do voto direto, a Lei Saraiva estabeleceu o voto secreto, confiou o alistamento à magistratura e instituiu o título de eleitor, em substituição ao título de qualificação criado em 1875. (TSE, 2014, p. 23)

A Lei Saraiva também autorizava estrangeiros a votar, pois todos aqueles que estivessem no Brasil a partir da promulgação da Constituição do Império eram considerados cidadãos brasileiros, caso não se manifestassem contrariamente.

Sobre as eleições municipais, segundo Ferreira (2005, p. 114), em 1828 a Legislação Imperial instituiu as eleições em um só grau, ou seja, eleição direta nos municípios. Eram eleitos entre sete e nove vereadores, e o mais votado dentre esses era escolhido como Presidente da Câmara, que acumulava as funções de prefeito. Apesar do voto direto, a responsabilidade da elaboração da legislação, nesses casos, era delegada às províncias (que equivalem atualmente aos estados) e municípios, que podiam ou não seguir as leis estabelecidas. A liberdade gerou uma infinidade de soluções legais. “Em decorrência dessa autonomia, houve variação nas regras eleitorais entre os estados, consolidando-se, assim, a descentralização da dinâmica eleitoral” (TSE, 2014, p. 30).

Essa “variação” significava que os cargos eram simplesmente indicados ou decididos por meio de acordos entre as oligarquias dominantes da região, o governador do Estado e o governo imperial. Quando havia eleição, os mais poderosos de cada cidade comandavam os eleitores indicando para qual candidato o voto deveria ser dirigido (voto de cabresto), ou simplesmente indicavam funcionários públicos, incluindo juizes e prefeitos para os cargos. A Monarquia chegou ao fim em 1889, depois de uma forte campanha nos jornais da época, que tinha como foco desprestigiar o regime e apresentar a República como a solução dos problemas

vivididos pelo País, conforme estudou Fernandes (2007).

O regime republicano era apresentado como o “único” capaz de promover as mudanças necessárias ao país que começava a se modernizar, mas os republicanos, definitivamente, não apresentaram estas novas perspectivas. Como havia assinalado Basbaum (1986) e outros estudiosos da história da república, fora a decadência do regime monárquico que não conseguia apresentar novas alternativas para a modernização do país, que provocou a queda do antigo regime. (FERNANDES, 2007, p. 2013)

Com um novo regime, mas com as velhas práticas mantidas, surgiu o Coronelismo que se perpetuou no período histórico conhecido como Primeira República e foi reforçado pelo estabelecimento da Política dos Governadores, que continuava a entregar a organização municipal às oligarquias.

Na República, os governos estaduais passaram a ser eleitos diretamente e, assim, as oligarquias estaduais estabeleceram alianças com os coronéis, que lhes davam apoio eleitoral em troca do controle dos municípios. Por sua vez, a Política dos Governadores estabelecida por Campos Salles em 1900 baseava-se na troca de apoio entre o governo federal e as facções dominantes nos estados, reconhecendo-se as oligarquias estaduais como os sujeitos privilegiados para as alianças em nível federal. (KOERNER, 1994, p. 61)

O IBGE, em estudo realizado em 2006, apontou que essa política de indicações ofuscou a memória da história eleitoral nos municípios. Os dados são apenas a respeito da quantificação de eleitores, provavelmente valorizada por medir o tamanho do curral eleitoral de cada oligarquia.

As estatísticas referentes à participação política são relativamente limitadas, especialmente se considerarmos a riqueza das informações sobre a estrutura socio-

econômica e demográfica. Contidos em 450 tabelas espalhadas em torno de 350 páginas, os dados eleitorais brasileiros publicados nos anuários podem ser divididos em duas grandes fases: antes e depois da criação da Justiça Eleitoral. O primeiro Anuário Estatístico do Brasil a conter informações eleitorais, publicado em 1916, não registra a fonte sobre a qual fora feita a coleta dos números. Não é preciso investigação aprofundada para concluir que as informações foram repassadas pela Assembleia Legislativa de cada estado, órgão responsável pela contabilização dos votos e declaração dos resultados. Em 1947, ano em que o anuário volta a fornecer estatísticas eleitorais, a fonte dos números publicados passa a ser a Secretaria do Superior Tribunal Eleitoral. E é a partir deste momento, também, que os dados disponíveis passam a fazer referência sistemática aos resultados dos pleitos e não somente a taxas de comparecimento eleitoral. [...] Os dados eleitorais publicados pelo IBGE só alcançam maturidade a partir do Anuário Estatístico do Brasil 1995, quando informações mais minuciosas, atingindo o nível municipal, são fornecidas (IBGE, 2006, p. 289)

Nesse período, em seus discursos parlamentares no Senado Federal, Rui Barbosa defendeu a ideia de participação dos estrangeiros como eleitores nos pleitos municipais ao afirmar que “o voto do estrangeiro é uma medida civilizadora, destinada a promover nos centros onde ele se estabelece o desenvolvimento de atividade, tão escasso, em países como o nosso” (Barbosa, 1900, p. 146). A ideia era recorrente na política nacional à época e, em 1904, a Lei Rosa e Silva – primeira lei eleitoral promulgada no século XX – contemplou o direito ao voto para os estrangeiros “Que possuem bens immoveis no Brazil, e forem casados com brasileiras, comtanto que resida no Brazil”⁹⁵

⁹⁵ Preservada a grafia das palavras como constam no texto original.

A respeito das campanhas eleitorais da Primeira República, a disputa presidencial de 1910, na qual Rui Barbosa concorreu à presidência, foi um momento único na história do País. As eleições brasileiras, após a proclamação da República, eram definidas entre as oligarquias mineira e paulista, no que ficou conhecida como a Política Café com Leite. Barbosa desafiou o *status-quo* e enfrentou o Congresso – que escolhia o candidato e também fazia a apuração dos votos após o pleito – no que ficou conhecido como a Campanha Civilista. Ueócka (2004) classifica essa campanha como a primeira realizada em solo brasileiro na qual um candidato saiu, realmente, em busca de votos, seguindo padrão até então visto apenas nos Estados Unidos.

Rui Barbosa saiu pelo país durante sua excursão eleitoral, galvanizando com sua retórica inflamada a opinião pública e levando, pela primeira vez na nossa história, a idéia da necessidade da participação do eleitor no processo político-partidário, mobilizando a imprensa a seu favor associada à estratégia de se elaborar uma intensa propaganda política partidária, fenômeno desconhecido no país. (UEÓCKA, 2004, p. 38)

Rui Barbosa realizou a primeira campanha eleitoral nos moldes modernos, percorrendo cidades em busca de eleitores, realizando reuniões com eleitores e discursos em praças públicas, a semelhança de comícios, tudo isso “concomitante à estratégia de utilizar a imprensa como um canal de materialização [com textos e fotos] da campanha nas ruas”. (UEÓCKA, 2004, p. 266)

Durante a Era Vargas, os poderes legislativos federais, estaduais e municipais foram extintos. Iniciado a partir da revolução de 1930, o período abrange os três governos de Getúlio Vargas: Provisório (1930-1934), Constitucional (1934-1937) e Estado Novo (1937-1945). A legislação eleitoral sofreu inúmeras mudanças na época, assim como a Constituição Brasileira, que teve duas versões (1932 e 1937).

Em 1932, a Justiça Eleitoral é criada para se tornar a “única responsável por todo o processo eleitoral” e traz avanços importantes, garantindo, por exemplo, direito de voto às mulheres. Na questão dos estrangeiros, a legislação fica mais clara e estabelece que apenas aqueles naturalizados poderiam exercer o direito ao voto. (TSE, 2014, p. 36). A política de descentralização e a multiplicidade de soluções legislativas sobre as eleições estaduais e municipais se manteve.

Em alguns estados havia eleição para o chefe do Executivo (o nome variava de acordo com o estado: prefeito, intendente, superintendente, agente do executivo) de todos os municípios. Em Minas Gerais (entre 1903-30) e no Rio de Janeiro (até 1920), o presidente da Câmara era responsável pela função executiva. Em alguns estados (Ceará e Paraíba) todos os prefeitos eram indicados pelo governador. Em outros, havia indicação para os prefeitos das capitais, estâncias hidro-minerais e cidades com obras e serviços de responsabilidade do estado. (BARREIROS NETO, 2019, *online*).

Já em 1937, sob o pretexto de uma possível revolução comunista, uma nova Constituição entra em vigor. No âmbito eleitoral, são suspensas as eleições estaduais e municipais, a Justiça Eleitoral foi extinta, e todos os cargos políticos passaram a ser indicados pelo presidente.

Em 10 de novembro de 1937, sustentado por setores sociais conservadores, Getúlio Vargas anuncia, pelo rádio, a Nova Ordem do país. Outorgada nesse mesmo dia, a Polaca, como ficou conhecida a Constituição de 1937, extinguiu a Justiça Eleitoral, aboliu os partidos políticos existentes, suspendeu as eleições livres e estabeleceu eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos. Durante o período de 1937 a 1945, conhecido como Estado Novo, não houve eleições no Brasil. As casas legislativas foram dissolvidas e a ditadura governou com interventores nos estados. (TSE, 2014, p. 39)

Os interventores eram responsáveis por indicar os prefeitos. Por conta disso, entre 1945 e 1947, os dados eleitorais históricos disponíveis são imprecisos.

Os dados não eram confiáveis porque as instituições também não o eram, e eram incompletos porque não existia uma cultura em nosso País favorável à coleta sistemática e detalhada de informações que dissessem respeito ao nosso comportamento político. (IBGE, 2006, p. 299)

Com o fim do Estado Novo – e da Era Vargas - começa o período conhecido como República Democrática. Um novo Código Eleitoral entra em vigor, a Justiça Eleitoral é reinstalada e regulamenta-se a criação de partidos políticos, que passam a ser responsáveis pela indicação de candidatos. A Lei Agamenon, como ficou conhecido o novo código, também dá início à era das campanhas eleitorais.

A exclusividade dos partidos políticos na apresentação das candidaturas, somada à obrigatoriedade do voto em sufrágio universal, levou ao estabelecimento de novas relações entre candidatos e eleitores. Antes limitada ao convencimento de uma restrita parcela da população que detinha direito ao voto, as campanhas passaram a ganhar, nesse período, cada vez mais importância. Isso ocorreu num cenário em que, por um lado, o eleitorado se ampliava para incluir novos atores sociais e, por outro, os partidos políticos se defrontavam com a necessidade de convencer os eleitores. Abriu-se então um leque de novas práticas relacionadas a essas necessidades. Por exemplo, os panfletos de manifestos políticos passaram a ser panfletos de propaganda, os comícios microfonados se tornaram parte do cenário urbano, os candidatos começaram a distribuir apertos de mão e sorrisos. Nesse aspecto, nota-se uma preocupação cada vez maior dos candidatos com suas imagens. (TSE, 2014, p. 43)

Os mandatos dos prefeitos que chegaram ao poder na Era Vargas continuaram até 1947, quando ocorrem eleições diretas para executivo e legislativo municipais. Após 1950, as eleições municipais começam a ocorrer em todos os municípios do país. Essa fase democrática dura até 1964, quando o golpe militar muda o quadro político no País.

O Regime Militar extinguiu os partidos políticos, cassou prefeitos, vereadores e deputados estaduais contrários ao regime, decretou o fechamento do Congresso Nacional e iniciou uma fase em que as eleições ocorriam para legitimar a força do Arena – partido criado para apoiar a ditadura militar. Os prefeitos passaram a ser escolhidos indiretamente nas capitais, instâncias hidrominerais e regiões de segurança nacional.

Governadores nomeados pelo general-presidente da vez e as Assembleias Legislativas estaduais se tornam responsáveis por essas indicações, quase sempre realizados por meio de barganhas e para atender a ditadura ou as oligarquias dominantes de cada região, novamente repetindo a prática verificada no Império e na Primeira República. Em Mato Grosso do Sul, não foi diferente, conforme relata a historiadora Marisa Bittar (2009).

Na época da ditadura, a autonomia dos municípios era praticamente nula: tudo passava pelos acordos e correlação de forças estabelecidas na Assembleia Legislativa, a qual, por sua vez, estava sempre alinhada ao Executivo, e, por consequência, ao partido da ditadura, a Arena. Além do mais, desde o estabelecimento de eleições indiretas para governadores, prefeitos de capitais e áreas consideradas de segurança nacional, reduziu-se o número de prefeitos eleitos. No caso de Mato Grosso do Sul, estado fronteiriço com dois países, isso era particularmente acentuado, de modo a não haver eleições em treze municípios declarados de segurança nacional. Eram eles: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi,

Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murтинho, Três Lagoas. (BITTAR, 2009, p. 159)

Nos municípios não incluídos nas regiões de restrição ocorriam eleições para prefeito e vereadores. Também ocorriam eleições para o Congresso Nacional. Apesar disso, a legitimidade dessas eleições, como já foi dito, por terem sido realizadas durante um regime ditatorial, merece questionamento.

Durante o Regime Militar foram realizadas, para todos os cargos, eleições diretas e indiretas, conforme as hipóteses legais. A existência de eleições durante esse período – especialmente para o Congresso Nacional – tinha uma dupla função: legitimar as decisões do governo, já que, pelo menos formalmente, existia oposição; e servir como uma espécie de laboratório eleitoral, no qual a população podia exercer – controladamente – o direito de votar. (TSE, 2014, p. 49).

A partir de 1974 começa uma abertura, definida pelo governo à época como “lenta, gradual e segura”. É o início da redemocratização. Apesar disso, a propaganda eleitoral sofre duras restrições para beneficiar o partido da ditadura nas eleições de 1976, contra o MDB.

A Lei n° 6.339, de 1° de julho de 1976, barrou o acesso dos candidatos ao rádio e televisão. Os partidos só poderiam apresentar o nome, número, currículo dos candidatos e uma fotografia, no caso da TV. (TSE, 2014, p. 55)

A vitória arenista em 1976 foi obtida graças ao artifício da Lei Falcão, editada naquele ano, que transformou a propaganda eleitoral num desfile enfadonho de currículos e fotografias dos candidatos. Como ocorria desde 1972, nas capitais e em 142 municípios considerados “de segurança nacional” houve eleições apenas para vereador. Mais de 7 milhões de eleitores (um quarto do total na época) estavam proibidos de votar para prefeito. (MEMORIAL DA DEMOCRACIA, 2017)

Em 1984, já como resultado de uma intensa pressão social por eleições diretas, com a campanha que ficou conhecida como Diretas Já, a ditadura retira alguns municípios das áreas de segurança, permitindo eleições.

Em 19 de dezembro de 1984, o presidente João Figueiredo, por meio do decreto-lei nº 2.183, retirou 74 municípios da lista das áreas de interesse nacional. Assim, segundo a lei nº 7.136 de 27 de outubro de 1983, seis meses após a publicação da descaracterização ocorreriam novas eleições. Mas a lei também previa que, se a data do pleito fosse marcada para um período inferior a nove meses do término do mandato do prefeito nomeado, as eleições deveriam ocorrer juntamente com as dos demais municípios. [...] As eleições diretas para esses municípios ocorreram em 15 de novembro de 1985, já sob o governo de José Sarney, o primeiro presidente civil após a redemocratização do país. Estavam aptos a votar 18,5 milhões de pessoas, em 201 municípios, sendo 25 capitais. (AZEVEDO, 2016)

É o caso de Ponta Porã e Corumbá, que tiveram suas primeiras eleições pós-ditadura em 1985. Sob o governo Sarney, em 1986, foram eleitos os congressistas constituintes que redigem a Constituição de 1988, conhecida como a constituição cidadã.

Ficou decidido que o presidente, governadores e prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores fossem eleitos por maioria absoluta ou em dois turnos. O mandato presidencial seria de cinco anos, sem possibilidade de reeleição. E o voto tornou-se obrigatório para os maiores de 18 anos e facultativos para idosos acima de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos. Emendas constitucionais reduziram o mandato presidencial para quatro anos, mas passaram a permitir a reeleição dos chefes do Executivo para um período subsequente. (BRASIL, 2016, *online*)

Em 1989, foram realizadas as primeiras eleições diretas para pre-

sidente da República. Um marco histórico. A partir de então todos os cargos políticos do País passaram a ser escolhidos por voto direto.

De acordo com o exposto, os processos eleitorais no Brasil – quando existiram – sempre tiveram as regras ditadas para beneficiar quem já estava no poder. Na maior parte da história, os eleitores eram escolhidos a dedo entre a camada privilegiada da população. Durante a democracia na Primeira República, o voto de cabresto, em candidatos impostos por oligarquias locais, era a regra. Nos municípios, em grande parte da história, as populações não tinham o direito de escolher seus governantes.

Além disso, nos períodos ditatoriais, as populações de fronteira foram as mais vitimadas, talvez julgadas incapazes de escolher seus governantes, em nome da segurança nacional. Sobre a participação dos estrangeiros nas eleições, as mudanças legislativas, ao longo de toda história, hora aproximavam essas pessoas das decisões de votação, hora afastavam. Essa questão, especificamente no período democrático estabelecido a partir de 1989, será vista mais a frente, pois a legislação pertinente é, com poucas mudanças, a que rege o tema até os dias atuais.

A HISTÓRIA POLÍTICA DE CORUMBÁ

O município de Corumbá está a 400 quilômetros da capital do estado de Mato Grosso do Sul, Campo Grande. De acordo com o IBGE (2010), a população residente é de 103.703 pessoas, sendo que 1,2% deste total é declaradamente estrangeira ou naturalizada como brasileira. Desde o seu surgimento, a cidade viveu um processo de crescimento incentivado pela facilidade de navegação e, durante muito tempo, foi considerada uma das cidades mais importantes do antigo Mato Grosso, rivalizando diretamente com Cuiabá, a capital. Criada em 1778, há registros de seus comandantes locais no período colonial (1530 a 1815), sendo 12 indicados ao todo, provavelmente escolhidos de acordo com as regras das Ordenações do Reino³. O primeiro comandante foi Marcelino Roiz Camponês

e o último Furriel Antônio Carlos Pinheiro (CORRÊA, 1973). Ao final deste artigo no apêndice I, está disponível uma lista com todos os gestores da cidade desde seu início.

O governo de Mato Grosso, no final do século XIX, ofereceu terras para aos imigrantes que viessem para o Estado, à época com 60.417 habitantes, a menor densidade populacional no País, segundo dados do Recenseamento Geral do Império de 1872. (PERARO, 2016, *online*).

Essa história faz de Corumbá uma cidade fronteira com características marcantes da cultura boliviana. Ainda hoje o município é um polo regional com atividades ligadas principalmente ao turismo, ao comércio, à indústria e à mineração, sendo considerada a terceira cidade em importância econômica no Estado. (SEBRAE/MS, 2010)

Puerto Quijarro, cidade boliviana mais próxima, distante cerca de cinco quilômetros de Corumbá, possui aproximadamente 12 mil habitantes⁹⁶. Corumbá e Puerto Quijarro possuem juntas cerca de 110 mil habitantes e um ambiente de intensas trocas comerciais e culturais, que abrange ainda relações semelhantes com Puerto Suárez, localizada a 15 quilômetros da fronteira, e com população estimada em 20 mil habitantes (SEBRAE/MS, 2010). Existe uma aduana entre Brasil e Bolívia, com fiscalização em ambos os lados, mas o trânsito de pedestres e automóveis é livre. A população boliviana, constantemente e sem qualquer restrição, atravessa a fronteira em busca de trabalho ou para utilizar serviços na área de educação e saúde.

⁹⁶ Dados de 2001 do Instituto Nacional de Estadísticas (INE) apontam que, na Bolívia, a província de Germán Busch totalizava uma população de 33.006 habitantes, o município de Puerto Suárez possuía 15.209 hab., o segundo município, Puerto Quijarro, apresentava 12.903 hab. e o terceiro, Carmen Rivero Torrez, com 4.894 habitantes. (SOTTILI, 2013, p. 229)

Mesmo existindo distância entre as áreas povoadas dos dois países, existem fortes interações sociais entre bolivianos e brasileiros que habitam a região. Há brasileiros trabalhando na Bolívia e bolivianos trabalhando no Brasil. Há bolivianos estudando no Brasil e brasileiros estudando na Bolívia, e existem famílias formadas por casais dos dois lados da fronteira. (SEBRAE, 2010, p. 210)

Ainda no período imperial, entre 1822 e 1870, período de intensas disputas territoriais, que incluí a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança (1864-1870), há um hiato nos registros pesquisados sobre quem seriam os comandantes locais. Somente no final da década de setenta do século 19, após um período de restauração urbana pós-guerra, a então Vila de Santa Cruz de Corumbá se reorganizou politicamente. Surgiu a Câmara Municipal e a indicação dos dirigentes do município é restabelecida.

De 1872, quando a Câmara foi instalada, até fevereiro de 1890, momento em que ela foi extinta para a formação do Conselho de Intendência Municipal, existiram seis formações camarárias: 1ª) 1872-[1873] (que instalou a Câmara Municipal); 2ª) 1873[1874]-1876; 3ª) 1877-1880; 4ª) 1881-1882; 5ª) 1883-1886; 6ª) 1887-1890. Destas formações, três permaneceram por um quadriênio. (SENA, 2017, p. 75)

A maioria dos primeiros vereadores de Corumbá que estiveram na composição de 1872 (que se estendeu até 1873) e de 1873(1874) a 1876, estava na região Sul antes da Guerra e/ou eram naturais da província, pois para chegar à administração eram necessários dois anos de domicílio no termo como a lei exigia. (SENA, 2017, p. 106)

No Brasil, desde 1828, os parlamentares municipais podiam ser escolhidos por meio de eleições e não foi diferente em Corumbá. O mais votado, de acordo com a Legislação Imperial, era escolhido como

presidente da Câmara. Os pleitos no período eram marcados por fraudes, clientelismo, disputa entre facções com interesses financeiros. Sena (2017), descreve que os pleitos movimentavam o perímetro urbano.

Votantes de outros distritos e de ambientes rurais seguiam para a sede do município para votarem, muitas vezes acompanhados de familiares, aliados, empregados e escravos, o que agitava o comércio local, as ruas e as residências particulares que hospedavam ou recebiam, em visitação, parentes, aliados e amigos. Além das elei es para a Câmara Municipal e o Juizado de Paz, ocorriam elei es para eleger deputados provinciais, deputados gerais ou para repor a vaga de um senador falecido, pois o cargo era vitalício. Richard Graham afirma terem as comunidades no século XIX se ocupado com elei es durante boa parte do tempo, situa o esta verificada em Corumbá. (SENA, 2017, p. 71)

A primeira elei o de Corumbá, e a que ocorreu em São José do Ca  e em Miranda, evidenciam como os momentos de escolhas das autoridades municipais eram circunscritos por rela es de poder, conflitos e fraudes que tinham   frente membros das elites locais interessados em participar e decidir sobre os destinos da área onde eles residiam, possuíam investimentos e articula es. (SENA, 2017, p. 85)

Naquele período, não existia o órgão ‘prefeitura’ como se conhece atualmente. A administra o municipal ficava a cargo da Câmara, que elaborava as “posturas”. Segundo Sena (2017), esses textos eram “um mecanismo de organiza o do município e um instrumento do exercício de poder dos vereadores”.

Mesmo existindo distância entre as áreas povoadas dos dois países, existem fortes intera es sociais entre bolivianos e brasileiros que habitam a região. Há brasileiros trabalhando na Bolívia e bolivianos trabalhando no Brasil. Há bolivianos estudando no Brasil

e brasileiros estudando na Bolívia, e existem famílias formadas por casais dos dois lados da fronteira. (SEBRAE, 2010, p. 210)

Na atuação política, a administração municipal era norteadora por questões que envolviam interesses privados dos vereadores e de pessoas ligadas a eles.

A Câmara Municipal de Corumbá, no período imperial, foi ocupada por homens das elites políticas que possuíam entre si ligações intra e extrafamiliares. No cargo de vereança, eles atuavam eventualmente em prol dos seus interesses e daqueles com quem estivessem vinculados por diferentes formas de proximidade. Agiam estrategicamente com seus familiares, amigos e aliados para conquistarem seus objetivos por meio de práticas — legais ou — ilegais. A transposição de interesses particulares na administração pública permitiu a esses indivíduos ampliarem e fortalecerem as relações e os exercícios de poderes no município. (SENA, 2017, p. 264)

Além de ser permitido ao estrangeiro votar à época (legislações de 1824, 1828 e 1881), a participação deles na vida política de Corumbá pode ser notada na proximidade dos parlamentares com pessoas de outras nacionalidades. Dados apresentados por Sena (2017), com o objetivo de mostrar as relações de compadrio entre os vereadores, também trazem a relação dos parlamentares com pessoas de outros países. As informações obtidas em livros de registros de casamento, livros de assentos de batismos, dentre outros documentos que contam a história dos cidadãos de Corumbá, mostram “naturalidades/nacionalidades de pessoas livres ligadas por laços de batismo e matrimônio (1869-1890) a homens que ocuparam a vereança”. (SENA, 2017, p. 322)

A tabela construída pelo autor traz cinco matrimônios e apadri-

nhamentos envolvendo pessoas de origem boliviana e de mais quarenta envolvendo pessoas de origem paraguaia, relacionados aos vereadores da época. O dado é importante para demonstrar a imbricação cultural desde o tempo do Império, além de revelar que muitos estrangeiros estavam bastante próximos aos vereadores.

Além dos inúmeros e distintos sentimentos que poderiam estar envolvidos na escolha de padrinhos e na aceitação de ser compadre de outrem, os batismos poderiam ser utilizados estrategicamente por homens das elites políticas de Corumbá. E, nesse contexto, quando falo de estratégia, estou entendendo que a escolha ou a aceitação de uma pessoa e não outra para ser compadre/comadre está relacionada a uma racionalidade empregada para atingir um ou vários objetivos previamente traçados, que poderiam ser imediatos e/ou em médio e longo prazo. O compadrio, como um efeito do sacramento do batismo, é aqui entendido como elemento importante no processo de formação e de reforço de alianças pessoais e políticas entre homens das elites políticas de Corumbá. (SENA, 2017, p. 178)

No período da Primeira República, que abrange de 1889 a 1930, quando os gestores municipais passaram a ser chamados de intendentes em algumas regiões do País, o material encontrado nesta pesquisa comprova a reprodução na cidade do Coronelismo e da Política dos Governadores, que em troca de apoio eleitoral, cediam os governos locais às facções dominantes. Souza (2005), que estudou jornais antigos de Corumbá, buscando mostrar o desejo de integração local à civilização no fim do século XIX, relatou as disputas oligárquicas pelo poder.

Identifiquei, na imprensa corumbaense, freqüentes disputas políticas locais, como a de um grupo jacobino em 1897; trocas de acusações de vereadores e Intendente, vinculados a diferentes partidos; disputas entre oligarquias adversárias. (SOUZA, 2005, p. 6)

Talvez por isso os períodos de permanência no poder local durante a República, e os nomes de quem ocupava a administração municipal, variem tanto, e de forma aparentemente desordenada, conforme registra a lista histórica de prefeitos elaborada por Corrêa (1973). Até 1930, há mandatos de um, dois ou três anos, alguns sobrepostos. Durante o Estado Novo (1930 a 1945), período no qual os administradores municipais eram indicados pelo presidente da República, o mesmo material registra cinco interventores em apenas dois anos (1930 e 1931) e a nomeação, sem eleições obviamente, de 11 prefeitos diferentes entre 1931 e 1945.

Uma curiosidade do período está nos textos escritos por Rui Barbosa, que, em extenso relatório que compõe parte de suas obras, denunciou fraudes nas campanhas eleitorais presidenciais das quais participou (ele foi candidato em 1894, 1905, 1910 e 1919). Nesse contexto, referindo-se a campanha civilista de 1910, o autor dá a dimensão da importância de Corumbá no cenário nacional eleitoral à época.

Até em Mato Grosso, onde militavam contra nós a Igreja e o Estado, o bispo e o governador encarnados numa só pessoa, juntamente com os partidos locais, a verdadeira capital do Estado, Corumbá, a mais popular das suas cidades, centro da sua vida econômica, empório comercial daquelas regiões, foco da sua riqueza e atividade, nos deu a vitória, com 272 sufrágios, sobre a candidatura adversa, que recebeu apenas 233. (BARBOSA, 1919, p. 216)

A partir de 1945, quando começou o segundo período republicano brasileiro, voltaram a acontecer eleições, estabelecem-se os partidos políticos e Corumbá viveu uma efervescência política. Importante estudo sobre a época foi feito por Saboya Filho (2004), que pesquisou sobre as eleições realizadas em Corumbá no período de 1945 a 1964. O autor explica que no período existiu uma hegemonia entre o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), ameaçada posteriormente pelo Partido Social Progressista (PSP), pelo Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), que, em certos momentos, agregaram dissidentes e trouxeram novas lideranças ao cenário político.

A multiplicidade de partidos localmente, segundo o autor, mostra que, apesar de ideologias e posturas diferentes, “no caos do Mato Grosso”, as decisões partidárias – criação de siglas, filiações e alianças – se davam mais por questões pessoais e de interesse econômico do que por ideologia, com políticos trocando de lado de acordo com as conveniências, as rivalidades e para atender ao clientelismo (SABOYA FILHO, 2004).

Para exemplificar essa política construída por meio de interesses pessoais, é necessário conhecer um pouco de cada partido e suas lideranças. A UDN, formada nacionalmente por rivais à ditadura de Vargas, era liderada pelo governador Vespasiano Martins em Mato Grosso, tendo em Corumbá uma composição heterogênea internamente, aglutinando desde contestadores do governo federal a lideranças que aspiravam à divisão do Estado (SABOYA FILHO, 2004).

Já o PSD formado em Corumbá no período era fruto da “máquina estatal” implantada por Vargas “desde o Estado Novo em todo o País”. O partido governou o município durante vários anos, tendo Arthur Marinho como prefeito indicado e sendo liderado pelos irmãos Filinto e Júlio Müller (SABOYA FILHO, 2004, p. 85). Para permanecer no poder, a legenda usava a estrutura administrativa municipal, como relata Saboya Filho, ao explicar que “as eleições de 1945 em Corumbá foram marcadas pelo claro uso da máquina administrativa do PSD, várias vezes denunciadas pela UDN, no Jornal O Momento” (SABOYA FILHO, 2004).

O PCB aparece nas eleições de 1945 e conquista 24,93% dos votos. Uma curiosidade é que um de seus fundadores foi o poeta Manoel de Barros, que relatou sua visão sobre o partido à época. “O PCB na época em Corumbá tinha muitos membros e simpatizantes, embora meio

grosseiros de raciocínio, de difícil compreensão e leitura etc.” (BARROS, 1999, apud SABOYA FILHO, 2004).

Saboya Filho (2004) cita o PTB como partido presente no contexto do período, mas com participação fraca eleitoralmente, pelo menos até 1950. Naquele ano, a sigla elegeu um senador por Mato Grosso, Vicente Bezerra Neto, que então funda o partido em Corumbá e mais tarde disputa a prefeitura. O autor ainda relata a criação do PSP, que surge com grande força em 1953, com Octacílio Faustino da Silva (ex-UDN), que concorre à prefeitura e provoca a união de UDN, PSD e PTB para tentar, em vão, evitar sua eleição naquele ano. Também é relatada uma aliança entre UDN e PCB em 1947 na tentativa de derrotar os irmãos Müller.

Saboya Filho (2004) esclarece que no período republicano, após a ditadura Vargas, as conveniências políticas e os interesses pessoais, assim como nas eleições do período Imperial, ditaram as regras políticas em Corumbá.

Nas suas práticas políticas pode-se constatar que: 1º ao contrário de outras regiões, não houve durante todo o tempo estudado, a hegemonia binária PSD e UDN, como em outras regiões de Mato Grosso. 2º Houve uma fragmentação política maior que o resto do Estado, o que resultou em um terceiro aspecto: a ascensão de pequenos partidos, principalmente a partir da década de cinquenta, disputando o poder, com os grandes partidos, e suplantando-os em diversos níveis, principalmente no poder executivo municipal e, também, na câmara estadual. Está claro que o processo de ascensão dos pequenos partidos ao poder, era apenas uma questão de tempo, e pouco tempo, processo esse que foi abortado subitamente pelo golpe de 1964. Isto trouxe terríveis consequências para Corumbá, no que tange ao desenvolvimento democrático das práticas políticas e, do desenvolvimento econômico. (SABOYA FILHO, 2004, p. 158)

Sobre as campanhas eleitorais em si, Saboya Filho (2004, p. 84) registra que em Corumbá, motoristas de táxi tinham papel importante, transportando eleitores, “o que facilitava em boa medida as típicas políticas clientelistas”. Além disso, o autor revela que havia dificuldade dos candidatos corumbaenses para os cargos de senador, deputados federais e estaduais em conseguir obter votos fora do município (Idem, 2004, p. 114) e que Corumbá não era indiferente às ideias divisionistas que permeavam o Estado na época (Ibidem, 2004, p. 102), tomando posições, em relação aos assuntos políticos, sem pesar as diferenças entre Sul e Norte de Mato Grosso.

Outra informação importante trazida por Saboya Filho (2004) é a de que as forças econômicas locais (notadamente os setores siderúrgico e agropecuário) duelavam na política apoiando candidatos. Não é clara a relação desse apoio com as campanhas eleitorais, no entanto, é possível inferir que empresas e fazendeiros financiavam as candidaturas para atender a interesses próprios. Não foram encontrados na tese registros sobre a participação de estrangeiros nas eleições ou nos poderes políticos locais, embora seja destacada a importância econômica e social das relações entre Brasil e Bolívia para o desenvolvimento de Corumbá.

Após o início do Regime Militar em 1964, a ditadura foi aos poucos retirando a autonomia administrativa e eleitoral das mãos dos poderes civis constituídos. Naquele ano, prefeitos, vereadores, deputados, senadores e qualquer pessoa que tinha – ou era suspeito de ter – relações com os partidos de esquerda foram considerados comunistas. Diversas prisões foram realizadas e mandatos políticos foram cassados.

No dia 4 de junho de 1968, o general-presidente Artur da Costa e Silva instituiu, com a lei nº 5.449, os Municípios de Segurança Nacional. A partir de então, os prefeitos destas áreas passaram a ser nomeados pelo governador de seu respectivo estado, mediante aprovação da autoridade máxima da República. Antes, as

capitais já seguiam o mesmo modelo, decretado pelo Ato Institucional nº 3 (AI-3), publicado em 5 de fevereiro de 1966 pelo general-presidente Humberto de Alencar Castelo Branco. Também passaram a ter eleições indiretas as estâncias hidrominerais e as cidades de fronteiras. (AZEVEDO, 2016, *online*)

Os municípios considerados como de segurança nacional eram mais de 160 no Brasil. Estavam incluídos aqueles que possuíam estâncias hidrominerais, usinas ou estavam localizados em região de fronteira. Em Mato Grosso do Sul, para Corumbá, a intervenção militar significou, mais uma vez, o distanciamento da população da prática democrática eleitoral.

Na época da ditadura, a autonomia dos municípios era praticamente nula: tudo passava pelos acordos e correlação de forças estabelecidas na Assembleia Legislativa, a qual, por sua vez, estava sempre alinhada ao Executivo, e, por consequência, ao partido da ditadura, a Arena. Além do mais, desde o estabelecimento de eleições indiretas para governadores, prefeitos de capitais e áreas consideradas de segurança nacional, reduziu-se o número de prefeitos eleitos. No caso de Mato Grosso do Sul, estado fronteiriço com dois países, isso era particularmente acentuado, de modo a não haver eleições em treze municípios declarados de segurança nacional. Eram eles: Amambai, Antônio João, Aral Moreira, Bela Vista, Caracol, Corumbá, Eldorado, Iguatemi, Ladário, Mundo Novo, Ponta Porã, Porto Murtinho, Três Lagoas. (BITTAR, 2009, p. 159)

Os políticos de Corumbá sofreram forte perseguição, conforme escreveu Corrêa (2006).

O golpe militar de 1964 também trouxe profundas consequências para Corumbá, em especial, por ser município fronteiriço e base de forças militares do exército e da marinha. A repressão política local, que traumatizou seus habitantes, atingiu sobretudo comu-

nistas, sindicatos fluviais e aliados ao governo deposto filiados ao PTB. Houve então perseguições ideológicas e aos desafetos dos novos donos do poder, humilhações públicas, clima de terror e violências com a transferência de presos para um navio sediado em frente ao cais do porto. (CORRÊA, 2006, p. 200).

Apesar do clima, o último prefeito eleito antes do golpe de 64 permaneceu no cargo até 1965. Matéria publicada no *Jornal Correio do Estado* em 18 de abril de 1964 traz a informação de que Edimir Moreira Rodrigues teria sofrido um atentado organizado por comunistas (ver Anexo A). Conclui-se pela informação que era aliado aos militares. Após sua saída, foram indicados pela ditadura como prefeitos: José Sebastião Candia, Breno Guimarães, Carlos Albaneze e Acyr Pereira Lima, conforme Corrêa (1973).

Durante todo o período da ditadura ocorreram eleições para vereadores. Os pleitos para prefeito só voltaram a ser realizados, nas áreas de segurança nacional, em 1985, depois que o processo de redemocratização no Brasil ganhou as ruas.

Em 19 de dezembro de 1984, o presidente João Figueiredo, por meio do decreto-lei nº 2.183, retirou 74 municípios da lista das áreas de interesse nacional. Assim, segundo a lei nº 7.136 de 27 de outubro de 1983, seis meses após a publicação da descaracterização ocorreriam novas eleições. Mas a lei também previa que, se a data do pleito fosse marcada para um período inferior a nove meses do término do mandato do prefeito nomeado, as eleições deveriam ocorrer juntamente com as dos demais municípios. As eleições diretas para esses municípios ocorreram em 15 de novembro de 1985, já sob o governo de José Sarney, o primeiro presidente civil após a redemocratização do país. Estavam aptos a votar 18,5 milhões de pessoas, em 201 municípios, sendo 25 capitais. (AZEVEDO, 2016, online)

As campanhas eleitorais voltam a ser rotina nos municípios de fronteira e são realizadas eleições na Capital e nos 13 municípios considerados de segurança nacional. O *Jornal Correio do Estado*, em 15 de novembro de 1985, publicou notícia com o título “42 candidatos disputam hoje 14 prefeituras”. O foco principal da matéria era a eleição na capital. Mas um parágrafo trazia notícias da campanha em Corumbá.

Depois de Campo Grande, Corumbá é o segundo Município em número de candidatos: são cinco disputando 42.711 votos, o segundo maior colégio eleitoral do Estado. O favorito é Hugo Silva da Costa, do PMDB, que tem como vice, Antônio Arruda Jr. (*CORREIO DO ESTADO*, 1985, p. 3)

Após 1985, Corumbá – e os demais municípios localizados em áreas de segurança – passaram a ter eleições municipais periodicamente a cada quatro anos. Até 2016, foram realizados nove pleitos com eleições diretas para prefeito e vereadores. A próxima eleição está prevista para 2020.

Em 2018 estavam registrados em Corumbá 69.302 eleitores, divididos em duas zonas eleitorais, segundo informações do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Com nacionalidade boliviana e naturalizados brasileiros, são contabilizados pela Justiça Eleitoral apenas 196 eleitores, sendo a maioria do sexo feminino (102 mulheres e 94 homens), com ensino fundamental incompleto. O número representa 0,28% do total de eleitores do município. No entanto, a questão da documentação e da nacionalidade nas regiões de fronteira é bastante complexa e torna os números muito flutuantes, podendo ser maiores, porque não há uma contagem factível de cidadãos que têm documentos nos dois países.

ELEITORES FRONTEIRIÇOS E AS CAMPANHAS BINACIONAIS A PARTIR DA REDEMOCRATIZAÇÃO

Na redemocratização, a partir de 1985, o voto do estrangeiro foi proibido. A legislação brasileira, especificamente o artigo 14, § 2º da Constituição Federal de 1988, vedou o alistamento eleitoral a estrangeiros. No entanto, há outras leis que regulamentam situações específicas. A primeira delas é a de que filhos de pai brasileiro ou mãe brasileira, mesmo nascidos em território estrangeiro, são brasileiros natos, desde que registrados em repartição brasileira (consulados, por exemplo). Além disso, estrangeiros, residentes ou de passagem pelo Brasil, que venham a ter filhos podem registrá-los como brasileiros. Importante destacar ainda que o Estatuto do Estrangeiro, Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, prevê que qualquer pessoa que comprovar moradia no País há mais de quatro anos ininterruptos também pode requerer a naturalização. Essa comprovação de moradia é bastante flexível nas regiões de fronteira.

Há ainda o Estatuto da Igualdade entre Brasil e Portugal que dá aos portugueses, residentes no Brasil há mais de um ano e de idoneidade comprovada, o direito a votar nas eleições brasileiras. Essa regra também vale para outros países de língua portuguesa. Sobre os direitos civis e políticos, a Constituição Federal estabelece que não há distinção entre natos e naturalizados, exceto para a ascensão a alguns cargos no governo, como presidente e vice, o que significa que é possível que estrangeiros naturalizados ocupem cargos de prefeito.

Analisando essas informações, é possível concluir que brasileiros que têm filhos no Paraguai ou na Bolívia podem fazer o registro de nascimento no Brasil e vice-versa. Albuquerque (2015) constatou que, na prática, muitos pais registram os filhos nos dois países.

Nascer na fronteira internacional pode significar também ter dois lugares de origem e datas distintas

de nascimento. Muitos moradores fronteiriços costumam registrar seus filhos nos dois países, às vezes até com nomes distintos. O critério de aquisição da nacionalidade a partir do território de nascimento da criança (*jus solis*) é a forma predominante nas Constituições do Brasil e do Paraguai. Assim, os pais costumam registrar os filhos primeiramente no lugar que nasceram, ou no Paraguai ou no Brasil, depois buscam também registrar o filho do outro lado da fronteira, mediante a apresentação de algumas testemunhas ou um laudo médico “arranjado” que confirmam que a criança nasceu em casa ou em determinado hospital. [...] O caminho mais comum é ir a um cartório brasileiro e dizer que as crianças nasceram em solo brasileiro e em casa, bastando ter a confirmação de algumas testemunhas. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 110 e 112)

E, se os pais não fizerem o registro duplo, o próprio indivíduo adulto, a qualquer tempo, pode requerer a cidadania por meio de diversos artifícios, como usar um endereço de parente que vive no Brasil para comprovar residência pelo tempo estabelecido. No entanto, de acordo com o TRE-MS, também há outras condições que podem permitir que um estrangeiro vote no Brasil. Segundo resposta à solicitação de informações feita à Justiça Eleitoral⁹⁷, o entendimento é de que no Código Eleitoral ter domicílio eleitoral é diferente de morar na cidade em que se exerce o direito de votar, o que abre uma brecha para estrangeiros residentes na região de fronteira. “Ele [o eleitor estrangeiro na fronteira] pode perfeitamente morar no Paraguai [ou na Bolívia] e tirar título em Ponta Porã [ou Corumbá], caso tenha emprego, estude ou tenha parentes [no Brasil]”.

⁹⁷ No questionário respondido para a pesquisa da dissertação supracitada, a Assessoria de Comunicação do TRE apontou a segurança pública como o maior problema enfrentado para organizar as eleições na fronteira. Não foram especificados mais detalhes sobre quais seriam esses problemas ou com quais questões de segurança estariam relacionados.

Na fronteira temos solicitado o vínculo domiciliar eleitoral, ou seja, o interessado precisa demonstrar qual o vínculo com a cidade, se tem conta de água, luz, telefone móvel ou celular. Caso negativo, se tem filhos estudando na cidade, se tem emprego com carteira assinada, se já recebeu correspondência pelo correio, se foi atendido por Posto de Saúde. O código eleitoral traz um leque mais amplo quanto ao conceito de domicílio eleitoral. Então, para que tire título eleitoral, o interessado precisa comprovar o vínculo, seja domiciliar, parental e comunitário. Não necessariamente morar, ele pode perfeitamente morar no Paraguai e tirar título em Ponta Porã, caso tenha emprego, estude ou tenha parentes. (TRE-MS, 2018, entrevista)

Banducci (2015) ao estudar o modo como está organizado o comércio informal de importados na fronteira, buscando as representações sobre o “outro” que são feitas na relação entre comerciantes brasileiros e paraguaios, observou que a proximidade entre os povos realmente dificulta a aplicação rígida das leis e possibilita a dupla nacionalidade ou a “*doble-chapa*”⁹⁸, como é conhecida a prática em algumas regiões da fronteira. O autor, embora não tenha abordado o tema eleições em sua pesquisa, trouxe à tona a questão do duplo registro eleitoral.

Há que se observar que, por constituir-se numa fronteira seca, o cotidiano da população local, que se desloca constantemente entre os países, está pautado em práticas que fogem ao controle dos poderes públicos.

⁹⁸ De acordo com Dorfman (2008, p. 261), *doble-chapa* é o cidadão fronteiriço que possui duas nacionalidades legais em seus respectivos países, particularmente na fronteira entre Uruguai e Brasil. No entanto, apesar de transitar pela binacionalidade, utilizando os benefícios proporcionados por cada uma delas, ele “continua vendo-se como brasileiro ou uruguaio”. A autora distingue duas formas de nacionalidade: a nacional dogmática, que é aquela com a qual o cidadão se identifica, e a de estatuto legal, usada para obter benefícios no país vizinho.

A respeito dos hábitos do morador da fronteira, o cronista pedrojuanino Juan Carlos Rivas sustenta que dificilmente as leis podem ser aplicadas integralmente a ponto de coibir práticas corriqueiras, como desobediência a regras de trânsito, a habilitação de eleitores simultaneamente em dois colégios eleitorais, entre outros. (BANDUCCI, 2015, p. 79)

Essas brechas legais também são registradas na cidade de Corumbá, onde bolivianos procuram atendimento de saúde no Brasil e, para isso, utilizam alternativas que contornam os sistemas nacionais instituídos.

A cidade de Corumbá é palco dessas claras manifestações de criatividade dos fronteiriços para utilizarem os atributos aos quais estão dotados os territórios. Dessa forma, o ir e vir, o usar, o apropriar-se reside nas necessidades humanas e não nas imposições legais do sistema. (SILVA; COSTA; COSTA, 2011, p. 234)

No contexto eleitoral, essas criatividades são bastante utilizadas por políticos locais, tanto do lado brasileiro quanto do outro lado da fronteira, interessados em ampliar seu eleitorado, conforme descreve Albuquerque (2015).

Outros mecanismos estratégicos são viabilizados por políticos locais em Foz e outras cidades fronteiriças (sobretudo vereadores e deputados) que são eleitos graças aos votos advindos do outro lado da fronteira. Esses políticos costumam ser os intermediários de consultas e exames médicos, enviando bilhetes para funcionários dos hospitais e postos de saúde com os nomes de pacientes que vêm do Paraguai ou viabilizando endereços nos nomes desses imigrantes em troca de favores políticos. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 115)

Há acordos estratégicos entre candidatos e políticos dessas cidades paraguaias (especialmente com lideranças comunitárias, vereadores e prefeitos descendentes de imigrantes brasileiros), favorecendo a propaganda

política: a promessa de atendimento médico no Brasil, doação de cadeiras de rodas para eleitores com necessidades especiais, contribuições financeiras (aporte de recursos) para festas locais, ajuda para retirar documentos no Brasil (título, identidade, CPF etc.), distribuição de cestas básicas e vales combustíveis para os carros dos eleitores e a garantia de transporte no dia da eleição. Além disso, na eleição geral em 2010, houve também campanhas de corpo a corpo de alguns candidatos em solo paraguaio. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 115)

É importante ressaltar que Albuquerque (2015) se refere ao ambiente Brasil-Paraguai em sua pesquisa. No entanto, no contexto fronteiriço, esses subterfúgios se aplicam a diferentes localidades. Ao estudar como as representações televisivas de narrativas brasileiras, consumidas por paraguaios, argentinos e uruguaios em regiões de fronteira, participam da articulação das identidades culturais fronteiriças, o trabalho de Brandalise (2011) confirma a prática de votos cruzados entre os eleitores de países diferentes.

No período eleitoral, especialmente com as campanhas desenvolvidas nos meios de comunicação de massa locais, essa particularidade da realidade regional colabora para aumentar a interação social entre os fronteiriços [...] Nesse caso, as representações construídas por ela [a amostra da pesquisa], a partir da narrativa televisiva sobre as eleições, reforçam a identidade fronteiriça, uma vez que os entrevistados apontam que na região, em alguma medida, os uruguaios participam das decisões sobre os rumos políticos no Brasil, bem como os brasileiros contribuem para a configuração do cenário político uruaio. Isso acontece porque há muitas famílias mistas – uruguaios com ascendentes brasileiros e brasileiros com ascendentes uruguaios – em Rivera e Santana do Livramento. (BRANDALISE, 2011, p. 426)

Por meio de entrevistas com estrangeiros e brasileiros, a autora verificou ainda que a interação entre os povos vizinhos durante o perí-

odo eleitoral é intensa, especialmente com as campanhas desenvolvidas nos meios de comunicação de massa, o que gera aproximação entre os povos e conseqüente influência nas discussões e nos resultados eleitorais.

A respeito disso, os brasileiros comentaram que “há muitos uruguaios vivendo aqui em livramento, sempre que tem alguma eleição, tem aqui também, é como se fosse nossa eleição” (Thaísa, 55) e “está cheio de doble-chapa aqui na fronteira, se a eleição é no Uruguai ou no Brasil, não importa, a propaganda política está em toda a parte e muitos votam aqui e lá” (Célio, 58). (BRANDALISE, 2011, p. 427)

Brandalise (2011) aponta que a campanha é acompanhada pelo público e realizada dos dois lados da fronteira. Embora seja difícil definir esse eleitor fronteiriço e sua nacionalidade, a participação política ocorre. Albuquerque (2015) também confirma esse fato.

A campanha no Paraguai acontece explicitamente até no dia da eleição, uma vez que o crime de fazer boca de urna não ultrapassa os limites territoriais do Estado nacional. No início da Ponte ainda do lado paraguaio, no dia da eleição, continuava a campanha de distribuição de santinhos com os números dos candidatos para aqueles que vinham do Paraguai. Embora seja proibido esse tipo de prática política no dia de eleição no Brasil, esses jovens estavam no território do país vizinho, além do alcance da legislação nacional. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 118)

Ainda analisando as entrevistas que fez com fronteiriços, Brandalise (2011) afirma que os assuntos abordados na campanha eleitoral presidencial brasileira de 2010, estavam bastante distantes daquilo que os fronteiriços gostariam de ver debatido como tema de fronteira.

A campanha no Paraguai acontece explicitamente até no dia da eleição, uma vez que o crime de fazer boca de urna não ultrapassa os limites territoriais do Estado

nacional. No início da Ponte ainda do lado paraguaio, no dia da eleição, continuava a campanha de distribuição de santinhos com os números dos candidatos para aqueles que vinham do Paraguai. Embora seja proibido esse tipo de prática política no dia de eleição no Brasil, esses jovens estavam no território do país vizinho, além do alcance da legislação nacional. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 118)

Ainda analisando as entrevistas que fez com fronteiriços, Brandalise (2011) afirma que os assuntos abordados na campanha eleitoral presidencial brasileira de 2010, estavam bastante distantes daquilo que os fronteiriços gostariam de ver debatido como tema de fronteira.

É relevante explicar que, ao contrário do que esperavam os integrantes da nossa amostra, as fronteiras não surgiram como um tema que envolvesse o estreitamento comercial entre países ou a proteção de mercados. Elas foram abordadas como uma questão de segurança nacional e em nenhum momento a divisa territorial do Brasil e do Uruguai foi especificamente mencionada. Mesmo assim, analisamos o desenvolvimento do debate eleitoral brasileiro em torno das fronteiras porque ele revela a distância entre a visão dos fronteiriços e dos líderes políticos. [...] Compreendemos que o tema das fronteiras, para esses líderes, se reduz a uma questão de policiamento, com vistas evidentemente ao problema do tráfico de armas e drogas. [...] No caso da campanha eleitoral brasileira, as fronteiras foram abordadas tão somente enquanto um problema de segurança nacional. (BRANDALISE, 2011, p. 437, 438 e 442)

As informações confirmam que os eleitores estrangeiros ou de dupla nacionalidade têm acesso ao privilégio de votar no Brasil, seja legalmente ou utilizando subterfúgios para adquirir prerrogativas de cidadãos nacionais em dois países. Não é função deste trabalho avaliar se há irregularidade, omissão ou quaisquer outras intenções positivas ou

negativas das partes envolvidas no processo de documentação de estrangeiros e brasileiros na fronteira. Principalmente porque esta é a realidade construída do lugar e as soluções encontradas para equacionar a vida cotidiana dizem respeito a quem vive na fronteira. Usando a concepção de Müller (2012), é fato que sujeitos externos nem sempre compreendem o que se passa no cotidiano dessas regiões.

A fronteira exige um tratamento que envolva “flexibilidade e oscilação” para entender local e internacional como uma realidade única.

Devido a esta complexidade [da fronteira], movimentos de conciliação fazem parte das relações cotidianas. Em casos específicos os acordos locais são firmados entre autoridades presentes naqueles espaços, porque há problemas que não podem aguardar burocracias exigidas em nível nacional. Não chegam a ser tratados como acertos ilegais, mas fogem dos parâmetros habituais de outras localidades. (MÜLLER, 2012, p. 71)

No entanto, é uma necessidade expor que os casos existem e podem mascarar o quantitativo eleitoral de cidadãos bolivianos e paraguaios – ou de seus descendentes e parentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas neste artigo são uma contextualização histórica do processo de escolha de dirigentes na cidade de Corumbá e compuseram pesquisa de mestrado (GOMES, 2019). Desde as indicações de comandantes realizadas no período colonial, passando pelas articulações e eleições sob suspeição dos períodos republicanos, até os dias de redemocratização, o que se observa como constante, independentemente do período enfocado, é a influência determinante de oligarquias, dos poderes políticos e econômicos vigentes, além de interesses pessoais nas escolhas dos líderes municipais e, portanto, na configuração política local.

A presença constante do estrangeiro perpassa e, mais que isso, é característica constituinte deste cenário. Corumbá, multicultural desde sua criação, elo do internacional com o Brasil por meio de seu porto, ligada histórica, física e emocionalmente às irmãs *Puerto Quijarro* e *Puerto Suarez*, sempre teve o sangue estrangeiro presente na política. E esta presença permanece nos dias atuais, seja com o eleitor formalizado pelas leis em vigor, ou por meio dos subterfúgios que a atual legislação eleitoral não consegue alcançar, como os registros de nacionalidade duplos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, J. L. C. Migração, circulação e cidadania em território fronteiriço: os brasiguaios na fronteira entre o Paraguai e o Brasil. **Revista Tomo**, v. 1, p. 97-122, 2015.

AZEVEDO, E. **Em nome da segurança nacional, ditadura proíbe voto em capitais e outras cidades**. Acervo O Globo, 2016. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/emdestaque/em-nome-da-seguranca-nacional-ditadura-proibe-voto-em-capitais-outras-cidades20203122>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BANDUCCI JUNIOR, A. Mercado informal na fronteira Brasil-Paraguai: Shopping Calçado Mercosul. **Revista Ambivalências**, v. 3, 2015, p. 61-84.

BARREIROS NETO, J. Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 14, n. 2162, 2 jun. 2009. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/12872>. Acesso em: 19 abr. 2019.

BITTAR, M. **Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. Volume 2. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2009.

BRANDALISE, R. **A televisão brasileira nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai**. 2011. Tese de Doutorado (Escola de Comunicações e Artes). São Paulo, USP, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa brasileira de mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira**. – Brasília: Secom, 2016.

CORRÊA, V. B. **Fronteira Oeste**. 3ª ed. rev. e ampli. Campo Grande (MS). Editora UFMS, 2014.

_____, V. B. **Corumbá: um esboço histórico**. Ed. UEMS, 1973.

_____, V. B. **Corumbá: terra de lutas e de sonhos**. Brasília: Senado Federal, 2006.

COSTA, G. V. L. **A interdição da feira bras-bol, em Corumbá-MS: considerações sobre o comércio informal na Fronteira Brasil-Bolívia**. In II Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades (Coninter), Belo Horizonte, MG, 2013.

FERNANDES, M. L. **República de penas e espadas**: o discurso da imprensa republicana catarinense (1885-1889). Tese (Doutorado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

FERREIRA, M. R. **A evolução do sistema eleitoral brasileiro**. – 2. ed., rev. e alt. – Brasília: TSE/SDI, 2005.

GOMES, P. R. S. **Eleições na Fronteira**: Silenciamento e apropriação de elementos culturais em programas eleitorais de TV. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e **Estatística. Estatísticas eleitorais do Século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

KOERNER, A. O poder Judiciário no sistema político da Primeira República. **Revista USP**, (21), p. 58-69. São Paulo, 1994.

PERARO, M. A. A imigração para Mato Grosso no século XIX – Mulheres Paraguaias: estratégias e sociabilidades. **Anais do encontro Abep**, Unicamp, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/974>. Acesso em: 19. nov. 2019.

SABOYA FILHO, E. G. **Corumbá**: Uma política peculiar no cenário matogrossense (1945-1964). Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SEBRAE/MS. **Mato Grosso do Sul sem fronteiras**: características e interações territoriais: Brasil, Bolívia, Paraguai. 1.ed. – Campo Grande, MS: Visão, 2010.

SENA, D. M. Entre articulações e conveniências na Câmara Municipal de Corumbá: Relações de poder, laços sociais e atuação política no final do Império. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2017.

SILVA, W. A.; SILVA COSTA, E. M.; COSTA, E. A. Uma discussão sobre o direito de uso do SUS pelo “estrangeiro” da Fronteira. In: LIMA DA COSTA, et. al. (Org.) **Fronteiras**: conflitos, integração e políticas públicas. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2011, p. 217-235.

SOUZA, J. C. Corumbá, MS – O desejo de integração à civilização em fins do século XIX. **ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História** – Londrina, 2005.

TSE - Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições no Brasil**: uma história de 500 anos. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

UEÓCKA, L. G. **A campanha civilista nas ruas**: uma análise de sua construção retórico-política. 2004. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2004.

Apêndice I - Prefeitos de Corumbá

PERÍODO COLONIAL - 1530 A 1815

1778-1822	Comandantes do Povoado de Albuquerque
1778	Marcelino Roiz Camponês
1779	Leme do Prado
1783-1792	Sarg.-Mór José Antônio Pinto de Figueiredo
1792-1800	Ajudante Antônio José Pinto
1800-1801	Sarg.-Mór José Antônio Pinto de Figueiredo
1801-1802	Ten.Cel Cândido Xavier de Almeida e Souza
1813	Padre Joaquim José Gomes
1813	Padre Estevão Francisco Ribeiro
1813	Furriel João Viegas
1818-1822	Ten. Joaquim Antônio Gois
1822	Ajudante Joaquim José Rodrigues
1822	Furriel Antônio Carlos Pinheiro
1813	Padre Joaquim José Gomes

IMPÉRIO - 1822 A 1889

1878-1889	Presidentes da Câmara Municipal da Vila de Santa Cruz de Corumbá
1878	Miguel Paes de Barros
1879	João José Peres
1880	José de Souza Lima
1881	Antônio Pedro Alves de Barros
1882-1883	Antônio Serafim Rodrigues de Araújo
1884-1885	Antônio Antunes Galvão
1886	Luiz Augusto Esteves
1887	Generoso Nunes Nogueira
1888-1889	José Joaquim Rabello

PRIMEIRA REPÚBLICA 1889 A 1930

1890-1930	Intendentes
1890-1891	Generoso Nunes Nogueira
1891	João Pedro Cavassa
1891	Salvador Paes de Campos
1891-1892	Salvador Augusto Moreira
1892	Manoel José Brandão
1893	Felipe José de Assumpção
1894-1895	João Pompéo de Camargo
1896	Francisco de Paula P. Fortes
1896-1897	Mariano Rostey
1897	Boaventura da Motta
1898-1899	Antônio Jacinto M. Gonçalves
1899	Mariano Rostey
1900-1902	João Pedro Cavassa
1903-1905	Salvador Paes de Campos
1906	Américo Augusto Caldas
1906	Arthur Josetti
1906-1907	João Christião Cartens
1907-1908	Eugênio Antunes da Cunha
1909-1910	Pedro Paulo de Medeiros
1910-1911	Dr. João B. O. Brandão Jr
1911	Hipólito da Silva Rondon
1912-1913	Francisco Mariani Wanderley
1913-1914	Salustiano Antunes Maciel
1914	Franciso Mariani Wanderley
1915	João Pinto de Almeida
1915-1918	Eugênio Antunes da Cunha
1918-1919	Dr. Nicolau Fragelli
1919-1920	Cyriaco Felix Toledo
1921-1923	João Christião Cartens
1924	Cyriaco Felix Toledo

1924	Leopoldo Peres
1924-1926	Cyriaco Felix Toledo
1927-1929	Salustiano Antunes Maciel
1930	Nicola Scaffa

ESTADO NOVO - 1930 A 1945

1930-1931	Interventores
1930	Cap. João Francisco de Azevedo Milanez
1930	Antônio Leite de Figueiredo Sobrinho
1931	Dr. Emygdio Martins de Sá
1931	Dr. Favorino Mércio da Silveira
1931	Dr. João Leite de Barros
	Prefeitos Nomeados
1931-1934	José Silvino da Costa
1934	Nicola Scaffa
1934-1935	Estevão Augusto Silva
1935-1937	João Batista de Oliveira Motta
1937	Nicola Scaffa
1937-1939	Estevão Augusto Silva
1939-1940	Agostinho Thomaz Monaco
1940-1941	Dr. Assis Scaffa
1941-1942	Dr. Octavio da Costa Marques
1942-1943	Theodomiro Serra
1943-1945	Arthur Afonso Marinho

SEGUNDA REPÚBLICA - 1945 A 1964

1945	Luiz de Albuquerque Porciúncula
1945-1950	Arthur Afonso Marinho
1950-1953	Lucílio Medeiros
1953	Antonio Manoel Moreira Filho
	Prefeitos Eleitos
1953-1957	Octacílio Faustino da Silva
1957-1961	Luis Lins
1961-1965	Edimir Moreira Rodrigues

REGIME MILITAR 1964 A 1985

1965-1966	José Sebastião Cândia
	Prefeitos Nomeados
1967-1970	Breno Medeiros Guimarães
1970	Carlos Ronald Albaneze
1971	Acyr Pereira Lima
1977-1983	Armando Anache
1983-1985	Fadah Scaff Gattass

ESTADO NOVO - 1930 A 1945

1985	Hugo Silva da Costa
1988	Fadah Scaff Gattass
1992	Ricardo Candia
1996	Eder Brambilla
2000	Eder Brambilla
2004	Ruiter Cunha
2008	Ruiter Cunha
2012	Paulo Duarte
2016	Ruiter Cunha

Fonte: Cruzamento de dados das listas elaboradas pelos historiadores Fernando Leite e Valmir Batista Correa.

Capítulo 7

IMIGRANTES BOLIVIANAS NAS FEIRAS LIVRES DE CORUMBÁ, MS

Joanna Amorim de Melo Souza Loio

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa é fruto de inquietações trazidas pela vivência na fronteira em estudo, que estabeleceu parâmetros para analisar a presença majoritária de mulheres bolivianas à frente das atividades comerciais nas feiras livres de Corumbá, MS. Este município, por sua localização fronteiriça, é marcado por intensos fluxos de pessoas e mercadorias. Tal aspecto fica evidenciado nas feiras livres, que reúnem comerciantes brasileiros e bolivianos, quando observada na perspectiva de um território que mescla diferentes produtos, culturas, idiomas e moedas e, que se dissipa e se reúne novamente cada dia da semana em um bairro diferente.

Desta forma, o objetivo central desta pesquisa foi investigar a trajetória migratória dessas mulheres até a chegada à fronteira e sua inserção nas feiras livres da cidade de Corumbá, MS, englobando aspectos relevantes da dinâmica laboral na qual estão inseridas.

Para tanto, foram realizadas entrevistas com as imigrantes bolivianas nas feiras livres de Corumbá. Por ser notável o receio das imigrantes diante das tentativas de aproximação, optou-se pelo uso de entrevistas não estruturadas, utilizando a técnica de entrevista guiada junto a esses sujeitos.

A análise sobre as falas das imigrantes foi balizada por Sayad (1998), uma vez seu artigo intitulado “Da mensagem oral a mensagem gravada”,

foi utilizado como ferramenta para compreensão das entrevistas.

O material coletado nas entrevistas foi transcrito, e, posteriormente, as transcrições foram submetidas também ao IRAMUTEQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*), que consiste em um software gratuito que disponibiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, dentre as quais, utilizou-se a nuvem de palavras que as agrupa e as organiza graficamente em função da sua frequência. Segundo Camargo e Justo (2013), esta é uma análise lexical mais simples, contudo, graficamente interessante, na medida em que que possibilita rápida identificação das palavras-chave.

CORUMBÁ E A PRESENÇA DE IMIGRANTES BOLIVIANOS

A cidade de Corumbá notabiliza-se pela histórica presença de imigrantes, principalmente, no período pós-Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) quando ali chegaram pessoas de mais de vinte nacionalidades, conforme apuramos em alguns estudos (OLIVEIRA, 2005). O fator fronteira fica evidenciado na medida em que a cidade assumiu papel de entreposto comercial de produtos trazidos da Europa pelas vias da Baía Platina, e, posteriormente, distribuídos pelo interior do antigo Mato Grosso unificado (OLIVEIRA, 1998). Naquele período a presença boliviana estava instalada, principalmente pela vizinhança proporcionada pela fundação de Puerto Suarez em 1875 e de uma comunidade de camponeses denominada El Carmen de la Frontera (SABATEL, 2013).

Silva (2009) assinala que a construção da ferrovia que liga Corumbá a Santa Cruz de la Sierra redefiniu os parâmetros sociais trazidos pela presença de bolivianos naquela fronteira, sendo que esses imigraram teriam chegado àquela cidade ou por seus ofícios na obra ou nas condições subalternas na dinâmica socioeconômica, como: domésticas, serventes, etc. Para aquele autor, os bolivianos passaram a exercer fortes influências

tanto nas questões laborais quanto nas alimentares.

Os imigrantes bolivianos, conforme apurou Espírito Santo (2015), foram inseridos no contexto do comércio através das feiras livres que ocorriam nos anos 1950. Tratava-se de um espaço conhecido como “feira do boliviano” que perdurou até os anos 1990, localizado na rua Joaquim Murinho, próximo à estação ferroviária. Os estudos realizados estão direcionados para o entendimento do que ocorreu com relação a essa presença nas décadas seguintes. Para tanto, algumas pesquisas, como a de Oliveira (1998), podem ajudar a esclarecer como foram construídas as relações sociais e os tratos com autoridades a partir do crescimento demográfico da fronteira em estudo. A presença mais marcante até este período é de imigrantes bolivianos oriundos da região da planície, em especial do Departamento de Santa Cruz (SILVA, 2009; OLIVEIRA, 2005).

Apesar de Corumbá, MS, ter sua história marcada pela presença de imigrantes (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2016), lacunas foram observadas nos estudos que retratam a migração sob a perspectiva feminina em tal fronteira. Essas lacunas se mostram não somente dos locais de trabalho, incluindo as feiras livres, mas, sobretudo, dos postos de controle migratório, tanto do lado brasileiro quanto do boliviano. Mesmo no Laboratório de Estudos Fronteiriços/UFMS, onde são desenvolvidas pesquisas sobre imigrantes em região de fronteira, considerando a existência de redes, fluxos, origens, trato com autoridades, só muito recentemente a presença feminina na imigração passou a ser estudada.

Após os levantamentos realizados, observou-se que a feminização da imigração não é um fenômeno recente, porém, sua abordagem sim. Durante muito tempo essa categoria foi tratada apenas no seu sentido generalista, que não incluía as distinções trazidas a partir do reconhecimento de sua feminização. Pesquisar tal fenômeno é de relevante importância, já que, como afirma Miranda (2011), para que uma teoria internacional das migrações possa ser construída, é indispensável compreender as re-

lações de gênero, as hierarquias e os papéis que influenciam o processo migratório e produzem resultados diferentes para as mulheres em todos os estágios do processo migratório.

O reconhecimento da feminização foi muito importante neste estudo, porque ao pesquisar esses sujeitos não se pode ignorar as trajetórias que essas mulheres percorreram até chegar ao município e dos múltiplos desdobramentos que se seguiram após a chegada e inserção no mercado de trabalho na região fronteiriça.

MOVIMENTOS MIGRATÓRIOS FEMININOS NA FRONTEIRA: UM ESTUDO DE CASO EM CORUMBÁ, MS

Neste tópico serão apresentados os resultados de entrevistas realizadas nas feiras livres em Corumbá. Foram entrevistadas 09 comerciantes bolivianas e, à exceção de uma, que mora em Corumbá, todas são imigrantes pendulares⁹⁹. Para preservar a identidade das entrevistadas, optamos por não inserir o nome das participantes, que serão identificadas a partir da letra “I” maiúscula, representando a condição de imigrantes, grifada em negrito, sucedida de representação numérica (I1, I2, I3, etc.).

Durante esta etapa da pesquisa ficou evidente que a trajetória dessas mulheres até a fronteira, incluindo a tomada de decisão de migrar, esteve inserida em um contexto familiar. Trata-se de um movimento no qual a família, incluindo suas redes de amizade, ganha importância na contextualização do processo migratório. Sobre este assunto Solé, Cavalcanti e Parrella (2011) salientam que nos estratos sociais mais baixos da

⁹⁹ A expressão “imigrantes pendulares” é usada para identificar os bolivianos que residem em Puerto Suárez e Puerto Quijarro e atravessam a fronteira todos os dias para exercer o comércio na cidade de Corumbá.

sociedade a decisão migratória se constitui em uma estratégia familiar de subsistência. Esses autores chamam a atenção para o fato de que a tomada de decisão está diretamente ligada, na maioria dos casos, à perspectiva de melhora nas condições econômicas e pela falta de atividades ocupacionais no local de origem (SOLÉ; CAVALCANTI; PARRELA, 2011, p. 96), o que se pode entender como abrangendo perspectivas profissionais e níveis de renda.

Ambas as situações são notáveis, por exemplo, na fala de **I1** Esta imigrante de 28 anos nasceu em Santa Cruz de La Sierra, mudou-se para a fronteira em estudo juntamente com o marido aos 20 anos de idade em busca de trabalho. Tal situação se repete na fala de **I2** que relata que aos 20 anos se casou. Seu marido trabalhava em uma sapataria e ela trabalhava como empregada doméstica. Quando seu primeiro filho estava com 2 anos, uma prima que morava naquela fronteira a convidou para ir trabalhar e disse que a região oferecia boas oportunidades, ao mesmo passo que em Santa Cruz de La Sierra estavam ganhando muito pouco.

Neste processo de decisão familiar de migrar, há contrapontos ao movimento que ocorre ora inaugurado pela presença masculina ora pelo conjunto familiar como um todo. Aponta-se aqui o relato de **I3**, que narra sua trajetória destacando que a mudança para a fronteira não se deu de imediato. Inicialmente, ela ia sozinha semanalmente para vender frutas nas feiras, enquanto os filhos ficavam com o padrasto em Santa Cruz de la Sierra.

I3 relatou que o que fez com que ela fosse para a fronteira em questão nas primeiras vezes foram informações sobre a taxa cambial e as possibilidades de lucro que lhe chegava aos ouvidos e elucida: “Na época que eu vim, R\$ 1,00 custava B\$ 4,50, então, se eu colocava R\$ 0,50 de lucro em cima do meu produto, isso já estava bom pra mim por causa do valor da moeda”. Não havia dificuldade para ingressar na feira, uma vez que, segundo ela, havia poucos feirantes. Essa administração da migração reforça a ideia da existência de estratégias de deslocamentos (JARDIM, 2007)

e inserção laboral (ENGBERSEN; BOREDERS, 2009) que demonstra o quanto calculado é o processo em si.

Outra entrevistada foi a boliviana **I4**, que na ocasião da entrevista tinha 63 anos. Ela nasceu em Cochabamba, onde viveu até os 10 anos de idade. Depois, mudou-se com a mãe e os irmãos para Oruro e seu pai permaneceu em Cochabamba. Segundo sua explicação os pais não se separaram, mas como o pai (que trabalhava na estrada de ferro) havia perdido o emprego repentinamente, a mãe precisou buscar uma forma de sustentar os filhos e foi trabalhar no comércio em Oruro, onde passou a vender verduras e o pai permaneceu em Cochabamba fazendo pequenos “bicos”. **I4** descreveu a situação como uma estratégia de sobrevivência por parte dos pais e não como uma separação do casal. Afirmou, ainda, que estudou muito pouco, embora não se recorde ao certo, pensa ter ido ao colégio apenas até seus 10 ou 11 anos de idade. Ainda em Oruro, **I4** conheceu seu marido e migrou para Santa Cruz de La Sierra, onde teve 3 filhos.

De acordo com a comerciante, a primeira vez que esteve na fronteira em estudo foi há mais de 30 anos. À época, comprava biscoitos brasileiros para revender em Santa Cruz de La Sierra, realizando suas viagens sozinha. Segundo ela, nesta ocasião, com os contatos que fez, percebeu que seria um cenário promissor para o trabalho. Contudo, ela estava grávida de sua filha mais nova e teve medo de estar em um local desconhecido na condição em que se encontrava. **I4** afirma que sempre trabalhou com o comércio, relatou que seu marido tinha problemas por conta do abuso de álcool e que depois do nascimento de sua filha mais nova, ele foi embora de casa e a procurou para retomar o casamento 8 anos depois. **I4** o aceitou de volta.

Sobre essas situações de abandono no ambiente familiar no curso do processo migratório é importante salientar o quanto a presença feminina é importante para a estabilidade do mesmo. Ou seja, embora o marido de **I4** a tenha abandonado, sua decisão de mudar-se para a fronteira não

foi suspensa. Isso porque, após esse fato, ela deixou os filhos mais velhos sob os cuidados de parentes em Santa Cruz de La Sierra e se mudou para Arroyo Concepción, com a filha ainda bebê. Inicialmente, recorreu aos contatos que tinha desde as primeiras viagens, e foram essas pessoas que lhe indicaram a feira livre como um caminho para ingressar nas atividades comerciais na cidade de Corumbá. Neste sentido, cabe ressaltar que no curso de sua história, além de prover-se, sustentava seus filhos que não residiam com ela.

Percebe-se que tanto **I3** quanto **I4** precisaram deixar os filhos no país de origem quando decidiram migrar para a fronteira. Sobre esta decisão, Dutra (2014) aponta que apesar das mulheres migrantes que são mães superarem os problemas implicados no processo pensando no bem-estar dos filhos, há um custo emocional maior da mulher-mãe migrante do que do homem migrante, devido ao papel histórico atribuído a elas no cuidado da família. A autora faz referência ainda, à psicóloga Joselín Barja da organização *Sin Fronteras*, que afirma que o homem migrante sente falta da família, entretanto, sente-se satisfeito por cumprir seu papel de provedor, enquanto a mulher sente muito mais a separação e a culpa do abandono da família. Tal sentimento foi ratificado pela fala de **I3**:

Passou o tempo e eu vi que estava ficando muito tempo aqui e só voltava para ver meus filhos em Santa Cruz de duas em duas semanas. Vi que eles estavam ficando um pouco abandonados, porque eu trabalhava por eles e não estava dando atenção para eles. Então, decidi vir morar em Quijarro e trazer toda a família comigo. (tradução própria)

I4 relatou que não dispunha de muito capital, e que para iniciar suas atividades na fronteira teve que vender seus móveis e eletrodomésticos que tinha em sua casa em Santa Cruz de La Sierra. Comercializava inicialmente enxovais para bebês e brinquedos, sendo que este último ela deixou de oferecer porque exigia muito investimento. Verificou-se aqui

um relato no qual a imigrante teve seu processo de mobilidade em direção à fronteira impulsionado a partir do abandono do marido. Ainda, ao deixar dois de seus filhos sob os cuidados de parentes, vender seus pertences e mudar-se para o novo lugar de trabalho ela demonstrou poder de decisão de migrar.

Como já se pode notar, um fator muito importante neste processo, e que envolve esse ambiente familiar, é o do abandono do lar por parte dos maridos. Neste tocante, destaca-se o relato de **I5**, de 48 anos de idade, que nasceu em Cochabamba, reside em Arroyo Concepción e trabalha há 25 anos nas feiras livres de Corumbá. Segundo a imigrante, sua mudança para a fronteira em estudo se deu após seu marido começar a se relacionar com outra mulher e optar pelo abandono da família.

I5 relatou que com duas crianças pequenas para sustentar teve que buscar meios para a sobrevivência. Após seis anos do abandono, o cônjuge a localizou e pediu para reatar o casamento, ela aceitou e atualmente os dois trabalham juntos nas feiras. Durante seu relato, a imigrante foi interrompida pelo marido que revelou o fato de ela haver migrado para Yacuiba antes mudança para a fronteira em questão e durante o período em que estavam separados. Contudo, a entrevistada demonstrou bastante irritação frente à informação fornecida pelo marido e não quis falar sobre o assunto. Tais dados oferecem relevantes contribuições para a pesquisa, já que revelam: **I5**, assim como outras imigrantes, participou de um processo migratório interno no país de origem, antes de migrar para a fronteira em estudo; e que o abandono do marido pode ter potencializado tal decisão.

Sobre o processo migratório que culminou em sua mudança para a fronteira em questão, **I5** afirmou que foi atraída pelas oportunidades de trabalho e relatou que obteve informações através de outras pessoas que faziam negócios na região, mas que não tinha parentes residindo no local.

Aqui, nota-se a importância das redes na fala das entrevistadas. Sobre esse contexto das migrações internas que precedem as internacionais que observadas acima, considera-se relevante refletir a respeito de suas efetivações se darem através de cadeias migratórias ou de redes de migração. De acordo com Charles Tilly, cadeias migratórias são um conjunto de indivíduos que se move de um lugar para outro tendo o apoio, encorajamento e informações de parentes ou conterrâneos no destino (TILLY, 1998). Para Massey (1988), as redes migratórias são complexos laços que ligam os sujeitos da migração, os que já migraram e os que não migraram, através de vínculos familiares, conterrâneos e de amizade. O uso de cadeias ou de redes, de acordo com Oswaldo Truzzi, visa destacar as circunstâncias nas quais se decide migrar após o recebimento de informações sobre o local de destino (TRUZZI, 2008, p. 203). Desta forma, considerando o volume de pessoas envolvidas no processo, entende-se que se trata de rede migratória o que fora narrado por elas. Isso ganha reforço nos relatos contidos abaixo.

A formação de redes no processo migratório foi observada através de relatos coletados ao longo da pesquisa. Outra entrevistada, **I6**, explicou que sua mudança para a fronteira em estudo se deu após um convite de sua irmã, que já residia em Puerto Suárez há algum tempo. Inicialmente, **I6** trabalhava com atividades comerciais no lado boliviano, posteriormente, amigas que já trabalhavam na feira livre, facilitaram seu ingresso neste espaço. No caso de **I2**, conforme já mencionado, o início do movimento migratório também ocorreu através dos laços de parentesco, já que uma prima dela que residia na fronteira, comentou sobre as oportunidades que a região oferecia e fez o convite para que ela e sua família se mudassem. Há, ainda, **I7** que migrou através da madrinha, aos 14 anos de idade. A imigrante relatou que trabalhava junto com ela, fazendo salgados que eram comercializados em uma pequena lanchonete no país vizinho.

A imigrante **I8** tinha 49 anos na ocasião da entrevista. Nasceu em Trinidad (capital do Departamento de Beni), reside em Corumbá e trabalha na feira livre há 12 anos. O processo migratório da comerciante teve início quando ela tinha 20 anos. **I8** veio para o Brasil acompanhando o marido que havia sido contratado para trabalhar no ramo da extração de madeira e da pecuária, no município de Costa Marques, Rondônia. **I8** teve 9 filhos (dos quais 2 já faleceram), todos nascidos no Brasil. Após alguns anos, relatou que se mudou para uma fazenda no estado do Mato Grosso, vindo a retornar com a família para Trinidad quando o marido ficou desempregado. Como enfrentavam dificuldades em relação a trabalho em Trinidad, optaram pela mudança para Santa Cruz de La Sierra, local onde tinham parentes que os comunicaram sobre melhores possibilidades de trabalho.

Em Santa Cruz de La Sierra, **I8** começou a trabalhar no comércio e através de outros comerciantes, informou-se sobre a fronteira em estudo, que em razão da taxa cambial da época era um local atrativo para comprar mercadorias para comercializar. A imigrante relatou que começou a ir à Corumbá comprar produtos alimentícios (mortadela, óleo, biscoitos) para revender em Santa Cruz de La Sierra, ao passo que, levava alho do país vizinho e vendia em pequenos mercados e mercearias da cidade brasileira. Posteriormente, seu marido conheceu um boliviano que precisava de alguém que cuidasse sua casa na cidade de Corumbá e a família toda se mudou para a cidade. **I8** descreve que ela e o marido enxergaram novamente uma possibilidade de melhores condições de vida e trabalho, já que ao menos tinham moradia na cidade.

Neste tópico é possível notar que o processo migratório seguiu um roteiro que consistia em: migrações internas precedendo àquela que as levou à fronteira; o estabelecimento de conexões em rede que propiciaram elementos confiáveis para a motivação de migrar; e, que as deliberações sobre a deflagração do processo migratório ocorreram em

ambiente familiar. No primeiro ponto, constatou-se que as motivações para o desencadeamento das migrações internas foram os mesmos que as levaram à fronteira. Ou seja, as dificuldades financeiras e as faltas de perspectivas de melhoras as conduziram à migração econômica (SOLÉ; CAVALCANTI; PARRELA, 2011, p. 96). No segundo aspecto ficou evidenciado que as redes exerceram papel de impulsionadoras do processo, uma vez que as apresentações das condições laborais e econômicas foram decisivas na tomada de decisão, em consonância com os mecanismos estruturais da imigração (MASSEY, 1988, p. 396). E, no terceiro ponto, o envolvimento familiar na tomada de decisão coincide com a ideia na qual esse âmbito toma o processo migratório como um negócio de largo alcance em seus ambientes (SOLÉ; CAVALCANTI; PARRELA, 2011).

Deve-se destacar um aspecto que ficou bastante claro: as entrevistadas conduziram a narrativa de suas trajetórias no sentido de enfatizar que foram protagonistas no processo. Desta forma, expressões como “realizava suas viagens sozinha”, “vinha sozinha semanalmente para vender frutas nas feiras” e “ir à Corumbá comprar produtos alimentícios (...) para revender em Santa Cruz de La Sierra” demonstram a autonomia que elas disseram ter. De acordo com Sousa (2007, p. 402), o imaginário social se inclina para a ideia na qual o processo migratório feminino ocorre em função do masculino. No entanto, os sujeitos desta pesquisa demonstraram que o ambiente familiar foi preponderante na decisão de migrar, sendo deflagrada em consonância com uma decisão conjugal ou sozinha.

A seguir será apresentado o resultado das inserções das entrevistas no programa IRAMUTEQ (Imagem 1). Este processo resultou em nuvens de palavras que sinalizam as ênfases capturadas em seus discursos.

A fronteira aparece com menor destaque do que as palavras já enumeradas, isso pelo fato das circunstâncias que as levaram até lá, bem como a tripla jornada que exercem, ser mais contundente do que o palco em que elas atuam. Ou seja, a manutenção do lar, relacionada ao desempenho de papéis de mãe e esposa, bem como as atividades laborais, vinculadas ao papel de trabalhadora, são mais relevantes para elas do que o espaço em que vivem.

Cabe o destaque à diluição que o software produziu quando das inserções das entrevistas. Falamos das seguintes palavras: *Santa Cruz de la Sierra, Oruro e Cochabamba*, ligadas às cidades que antecederam à migração em direção à fronteira em estudo. Enquanto que as palavras *Corumbá, morar, possibilidade, Puerto Quijarro, Puerto Suárez, mudar e parente* estão relacionadas às redes no processo migratório em questão. E as palavras *produto, feira, vender, fruta, e comerciante* relacionam-se às atividades laborais que elas desempenham, ou, em alguns casos, já desempenhavam antes mesmo da migração à fronteira.

DINÂMICA LABORAL: ESTRATÉGIAS DE INSERÇÃO E SOBREVIVÊNCIA

Diversos estudos apontam para a maior visibilidade da presença feminina nos fluxos migratórios internacionais e seus impactos na inserção laboral no país de destino. E, um dos desafios trazidos por essa visibilidade foi apontado por Cavalcanti, Oliveira e Tonhati (2015) que enfatizam a necessidade de ampliar os recursos metodológicos para analisar tal fenômeno. Isso encontra reforço em publicações que indicam a existência de organizações microscópicas capazes de promover frente às ameaças advindas do livre mercado (RED, 2004, pp. 04-05). Percebeu-se nesta pesquisa, mais claramente, o quanto as redes de solidariedade entre imigrantes femininas são importantes para a compreensão das formas de inserção laboral a que estão sujeitas.

Tal inserção necessita ser analisada sob o prisma da sobrevivência. Isso porque as mulheres migrantes internacionais pobres se encontram retidas em encruzilhadas que envolvem etnias, gênero e classe, que as conduzem a uma espécie de adaptação aos frágeis marcos de desemprego, empobrecimento e vulnerabilidade, reproduzindo formas de vida limitadas à sobrevivência (RED, 2004). No que diz respeito a esta pesquisa, a inserção laboral foi, evidentemente, promovida por redes, ao menos, na maioria dos casos. Exemplo disso é **I9** que trabalha junto com o marido e afirmou que iniciou suas atividades na feira havia 1 mês quando da realização da entrevista. Sobre este ingresso na feira, **I9** afirmou que foi auxiliada pela mãe, que também é feirante e ajudou emprestando o capital para que iniciasse seu negócio, colocou-a em contato com fornecedor. Informou, ainda, que a mesma se mobilizou para que ela pudesse ter um local para se posicionar em cada feira da cidade.

A importância da rede de contatos também pode ser observada na fala da **I4** que, inicialmente, recorreu aos contatos que tinha desde as primeiras viagens de Santa Cruz de la Sierra até a fronteira em estudo, e foram essas pessoas que lhe indicaram a feira livre como um caminho para ingressar nas atividades comerciais na cidade de Corumbá. Já **I7** relatou que iniciou suas atividades na feira através de sua sogra, para quem trabalhava, vendendo verduras, legumes e frutas. Salientou que as esposas de seus cunhados também já atuavam naquele espaço. Posteriormente, sua sogra a ajudou a se estabelecer com sua própria barraca, para que trabalhasse sozinha. **I7** começou vendendo apenas cheiro verde e alface, que trazia da Bolívia. Na ocasião da entrevista, a comerciante trabalhava apenas com legumes e às vezes alguns tipos de fruta. De acordo com ela, alguns produtos são negociados com fornecedores brasileiros, outros são trazidos do país vizinho.

Outros exemplos significativos procedem da narrativa da imigrante **I2**. Ela relatou que seu ingresso nas feiras livres ocorreu através de sua

prima, que já trabalhava na feira vendendo roupas e conseguiu um espaço para que ela começasse com uma pequena banca. Segundo a comerciante, quando iniciou suas atividades, sua banca foi colocada no final da feira pelos demais feirantes, porque ela era nova. **I2** afirmou que sempre trabalhou com roupas usadas e, no início como dispunha de pouco capital, começou com apenas 3 fardos. Narrativa semelhante foi identificada no relato de **I6** que, quando iniciou suas atividades na feira também trabalhava com a venda de roupas usadas e citou um investimento inicial equivalente a R\$ 100, 00, o que segunda ela, à época se converteu em quatro fardos de roupas.

A participação laboral neste ambiente implicou na apropriação de estratégias de aquisição, transporte, armazenamento e venda de mercadorias. Tanto no que diz respeito aos depósitos mencionados por elas, quanto à origem de suas mercadorias, foram encontrados os chamados “lugares difíceis” (BOURDIEU, 2003), principalmente, por se constituir em assuntos pouco detalhados pelas entrevistadas. Neste aspecto é importante observar a origem de parte dessas mercadorias, uma vez que as feiras livres de Corumbá estão inseridas no comércio internacional, principalmente, de produtos oriundos do extremo oriente. De acordo com Loio, Marini e Oliveira (2017, p. 227) isso ocorreu a partir dos anos 1980, e, juntamente com as mercadorias, teria aumentado o fluxo migratório de bolivianos do altiplano, incluindo os sujeitos desta pesquisa. É notável que as mercadorias naquelas feiras não se limitam aos produzidos em sítios e granjas daquela fronteira, sendo ofertadas, também, manufaturados, principalmente, da China.

Exemplo disso é a entrevistada **II** Ela informou que todos os produtos que comercializa vinham de Santa Cruz de La Sierra e que ela não possuía Nota Fiscal de nenhum deles. Uma de suas estratégias para garantir o ingresso e comercialização de suas mercadorias é levá-las para Corumbá aos poucos, e guardá-las em um depósito na cidade, o que,

segundo ela, diminui o risco de que a Receita Federal apreenda os seus produtos. A imigrante I1 elucida: “(...) nunca passamos com muita coisa, sempre pouco [e] escondido, senão nos tiram tudo, eles falam que é ilegal. E nós sabemos disso.”

I4 afirmou que está há 22 anos na feira, e que trabalha com roupas íntimas femininas e masculinas, toalhas, enxovais para bebês e armários em geral (zíperes, linhas de costura, linha de tricô, de crochê, botões, tesouras de costura, etc). Informou que alguns produtos ela compra de fornecedores de Goiânia e outros vêm de Santa Cruz de La Sierra. A exemplo das citadas, seus produtos ficam em um depósito em Corumbá, sendo que sua rotina pendular inclui ultrapassar o limite internacional com pouca quantidade de mercadorias oriundas da Bolívia.

I8 narrou que parte dos produtos que comercializa nas feiras é de origem brasileira e outra boliviana. Segundo ela, os produtos de origem boliviana são comprados em um Mercado de Puerto Suárez e os brasileiros são comprados em atacados da cidade de Corumbá conforme a melhor oferta de preços. **I8** tem seu próprio carro e afirmou que costuma guardar sua mercadoria em casa, não havendo relatado nenhuma situação em que tenha tido problemas com autoridades brasileiras, ainda que seu carro tenha placas da Bolívia. Sobre o tema, **I8** afirmou:

Penso que eu não venda produtos que chamam a atenção da fiscalização, vendo essas coisinhas e vendo quase tudo brasileiro. Quando eles vêm aqui pra feira, vêm atrás de roupa, atrás de jeans que é fabricado na Bolívia.

Sobre os produtos que compra no mercado em Puerto Suárez, a comerciante relatou que o faz em pequenas quantidades, comparável ao que seria para consumo próprio. Desta forma, ela acredita que isso seja fator preponderante ao fato de não haver sofrido nenhum tipo de abordagem da Receita Federal que a colocasse em uma situação de incompatibilidade com o que é permitido. Sobre sua renda mensal, a comerciante

afirmou que em meses bons costuma lucrar R\$ 900,00 e em meses ruins de R\$ 400,00 a R\$ 500,00.

I2 afirmou que seu marido sempre trabalhou com ela nas feiras, os dois possuem carro próprio e de acordo com ela, seu marido dirige e descarrega as mercadorias, além de ajudá-la a montar a barraca e desmontar tudo ao final das feiras. Sobre a rotina de trabalho, a comerciante afirmou que acorda às 4:00 horas para deixar a comida pronta para os filhos, e sai de casa por volta de 6:00 horas da manhã. Relatou que às segundas não vai à feira e disse em tom de brincadeira: “ Eu fico em casa, mas eu trabalho mais ainda em casa, lá é mesmo um lugar que eu não descanso”. De acordo com ela, os filhos ficam sozinhos e vão ao colégio no período em que ela e o marido estão trabalhando.

Sobre a aquisição de suas mercadorias, **I2** relatou que quando iniciou seus negócios, ia até Santa Cruz de La Sierra buscá-las. Posteriormente, afirmou que pode construir relação de confiança com um fornecedor, e que esse a envia as mercadorias e ela realiza o pagamento via depósito bancário semanalmente. Ela fez questão de enfatizar que não trabalha com o próprio capital, já que de fato trabalha com produtos que ainda não pagou, e esclareceu:

Às vezes chega no fim da semana e eu ainda não vendi aquela quantidade que eu peguei do fornecedor, aí eu peço pra ele esperar uns dias a mais e como já trabalhamos há um tempo assim, ele me dá um pouco mais de prazo.

A imigrante **I2** explicou que paga um empréstimo ao banco na Bolívia que foi feito para comprar o pequeno caminhão que ela e o marido usam para trabalhar. Sem incluir os ganhos com este comércio que fica no país vizinho, a imigrante relatou que sua renda mensal contabilizando apenas os lucros com o trabalho nas feiras livres é de aproximadamente R\$ 400,00 mensais.

Há, ainda, a situação de **I5**, que com o marido, comercializa uma grande variedade de produtos como: produtos de beleza (batons, cílios postiços, máscara de cílios, maquiagens em geral), aparelhos de barbear, pilhas, pomadas medicinais, guarda-chuvas, tesouras, alicates para manicure, dentre outros. A comerciante afirmou que a maioria dos produtos que vendem é de origem brasileira e que ficam armazenados em depósitos na cidade de Corumbá, posteriormente, afirmou que todos são produtos brasileiros. Entretanto, foi possível observar que muitos produtos de maquiagem e alguns cosméticos eram de origem estrangeira através das embalagens.

A renda mensal foi um assunto que deixou a comerciante **I5** bastante reticente em durante a entrevista. Inicialmente ela afirmou que não poderia estimar seu ganho com o comércio, depois disse que ganhavam muito pouco com o trabalho nas feiras, e que o lucro em alguns produtos era de apenas R\$ 0,50. Em seguida falou que todos os produtos na verdade lhe davam um retorno que era uma “mixaria”. Por fim, afirmou que como tem seu próprio carro, tirando os gastos com combustível, aluguel do depósito, pagamento do Documento de Arrecadação Municipal (DAM), alimentação durante o período de trabalho e “outras coisitas” sua renda é de aproximadamente R\$ 400,00 mensais. **I5** relatou que o casal não faz nenhuma refeição antes de sair de casa e se alimenta durante a feira. Nas segundas a comerciante não trabalha nas feiras e quando há pouco movimento relatou que não costuma trabalhar nas terças também, porque acaba tendo prejuízos ao invés de ganhos.

Imagem 2: Migrantes bolivianas atuando como comerciantes ambulantes em Santa Cruz de la Sierra (2018).



Fonte: acervo da autora.

Constatou-se que o comércio é a principal atividade desempenhada por bolivianos em Corumbá. E, sobre isso, teceram-se algumas reflexões. A primeira consiste no sentido histórico que a fronteira em estudo possui quanto ao oferecimento de possibilidades de atuação nesse ramo econômico. Exemplo disso está nos sírios e libaneses que lá se instalaram entre o final do século XIX e início do XX, possuidores de raízes rurais (TRUZZI, 1997, p. 51), a mascatagem lhes apareceu como a alternativa, antes da fase de lojista, que melhor se adequava ao seu perfil: descapitalizado e sem especialidades (OLIVEIRA, JUNQUEIRA, 2016). A segunda reflexão diz respeito à inserção laboral no comércio por parte das entrevistadas ter ocorrido anteriormente ao processo migratório em direção àquela fronteira, em especial em Santa Cruz de la Sierra. Nesta cidade foi possível encontrar pessoas cujas abordagens revelaram ser de origens andinas (**Imagem 2**), tal como a imensa maioria dos sujei-

tos desta pesquisa. São, em sua maioria, mulheres que trabalham como ambulantes na venda de sucos e frutas, o que indica a existência de reproduções de práticas pregressas nessas atividades desempenhadas por migrantes naquela cidade.

O processo migratório implica em provocar fissuras nas relações sociais, em especial na localidade de origem, uma vez que os elos de parentesco ganham um componente difícil de ser assimilado, ao menos para várias das entrevistadas. Exemplo disso é I3, que disse acreditar que as melhores condições de sobrevivência estavam naquela fronteira, por isso levou a família para viver naquele local. Ao mesmo tempo em que ela demonstra esperanças com a vida no local de destino, reforça a ideia de que o migrante passa por processos de perdas. Isso é perceptível no momento em que ela afirma com pesar: “É triste, tem bastante gente que é assim como eu também, por necessidade, por progresso, por buscar um pouco mais de ganho, para buscar algo melhor para os filhos, acaba vindo para esta fronteira”. Neste aspecto, a frase guarda a contradição da condição imigrante, a consciência da permanência ao mesmo passo da lugubridade contida nas entrelinhas do desejo de retornar (OLIVEIRA, 2004, p. 200).

Somado a todos esses fatores antes mencionados, ressalta-se que essas imigrantes vivenciam uma tripla jornada de trabalho. Isso ocorre porque elas, além das duras e extensivas horas de atividades laborais nas feiras em Corumbá, têm uma continuação do trabalho diário nas tarefas domésticas e cuidados com os filhos. Essa situação é análoga às condições que as imigrantes bolivianas experimentam em São Paulo, onde elas trabalham exaustivamente nas oficinas e permanecem trabalhando em casa, seja na própria arrumação da casa ou no cuidado com os filhos (SANTOS; MESQUITA, 2017, p. 187). No que diz respeito à tripla jornada de trabalho, deve-se considerar o peso que possui a herança cultural que lhes foi transmitida no ambiente familiar (BOURDIEU, 2002), o que faz

mesma maneira, *depósito, autoridade, fornecedor, pagamento e comercializar* implicam a situação adjacente que essas preocupações estão perante aquelas centrais.

Embora as palavras *marido, casa e filho* possuam menos destaque do que as de maior projeção na **Imagem 3**, elas orbitam dando significado às atividades laborais. Ou seja, a tripla jornada de trabalho aparece como complementar àquela que elas evidentemente, colocam como a mais importante de todas: o trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente aos conteúdos explorados durante a realização desta pesquisa, pôde-se interpretar que na fronteira em estudo o conceito de feminização da imigração evidencia a perspectiva da transformação do perfil da mulher migrante. Pretende-se dizer com isso que, se no passado a mulher migrava para acompanhar o cônjuge ou reunir-se a ele, atualmente tem aumentado a quantidade de mulheres que tem um projeto próprio ou individual para migrar e que esta tendência foi também observada naquela fronteira.

Ressalta-se que as mulheres participantes deste estudo enfatizaram que foram protagonistas no processo migratório. Casadas ou após o abandono do marido, ficou constatado que essas mulheres não se mantiveram passivas diante da decisão de migrar. Em se tratando das casadas, a decisão foi tomada em consenso com o cônjuge, motivada pela busca de uma melhor situação econômica e potencializada pela responsabilidade do prover o sustento dos filhos. No caso das imigrantes que vivenciaram o abandono dos maridos, o processo migratório ocorreu acompanhado de um movimento mais amplo e com viés empreendedor. Neste sentido, aponta-se o exemplo da imigrante que vendeu os móveis e eletrodomésticos de sua casa, com o objetivo de migrar e se lançar nas atividades comerciais na fronteira para que pudesse manter os filhos.

Observou-se que assim como em estudos realizados em outros locais, há também na fronteira pesquisada a ocorrência de mulheres que ao migrar precisaram, em algum momento, deixar seus filhos no país de origem sob os cuidados de parentes, para que fosse possível se dedicar à atividade laboral. Tal situação expôs que apesar de pensarem no futuro e em oportunidades melhores para os filhos, a decisão de migrar assume grande custo emocional para as mulheres que são mães, uma vez que estas se sentem culpadas, como se estivessem abandonando a família.

Ficou evidenciado que algumas dessas imigrantes já realizavam um movimento migratório pendular antes de fixarem residência na fronteira. Tratamos aqui de mulheres que relataram viajar periodicamente à fronteira para realizar transações comerciais, vendendo ou comprando produtos para a revenda em Santa Cruz de La Sierra, conforme a variação da taxa cambial. Vale ressaltar que tal movimento se configurou em um importante fator na formação de redes que ofereceram posterior suporte, tanto no processo migratório, quanto na inserção destas no comércio nas feiras livres de Corumbá, MS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. O espaço dos pontos de vista. In: BOURDIEU, P. (org.) **A Miséria do Mundo**. Trad. De Mateus S. S. Azevedo et al. 5ª edição. Vozes, Petrópolis, RJ, 2003, p. 11-13.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CAMARGO, B. V.; JUSTO, A. M. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. **Temas em Psicologia**, v. 21, n. 2, 2013, p. 513-518.

CAVALCANTI, Leonardo; OLIVEIRA, Antonio Tadeu; TONHATI, Tânia (Orgs.) A Inserção dos Imigrantes no Mercado de Trabalho Brasileiro. Brasília: **Cadernos do Observatório das Migrações Internacionais**, 2015.

ENGBERSEN, G; BROEDERS, D. The State versus the Alien: Immigration Control and Strategies of Irregular Immigrants. In: **West European Politics**. Vol. 32, n. 05, 2009, p. 867-885.

ESPIRITO SANTO, Anderson L. **A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS**: propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre. Dissertação de Mestrado em Estudos Fronteiriços. UFMS/CPAN, 2015.

JARDIM, D. F. Estratégias de imigração em tempos da globalização: os palestinos e suas viagens internacionais. In: **Cartografia da Imigração: Interculturalidade e Políticas públicas**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2007.

LOIO, J. A. M. S.; MARINI, J. F. M.; OLIVEIRA, M. A. M. Imigrantes Bolivianos da Planície e do Altiplano em Região de Fronteira: distinções pregressas em solidariedade seletiva. **Revista Geopantanal**. Anais do VI Encontro de Estudos Fronteiriços, UFMS/AGB, Corumbá,MS, v. 12, n. Especial, 2017, p. 219-232.

MASSEY, Douglas. Economic Development and International Migration in Comparative Perspective. **Population and Development Review**, Vol. 14, nº 3. 1988. p. 383-413.

MIRANDA, Joana. Mulheres em contexto migratório: figurantes ou protagonistas? In: NEVES, Sofia (coord.) **Gênero e Ciências Sociais**. Maia: ISMAI, 2011.

OLIVEIRA, M. A. M. Tempo, Fronteira e Imigrante: um lugar e suas “inexistências”. In: OLIVEIRA, T. C. M. (org.) **Território sem Limites**: estudos sobre fronteiras. Campo Grande: Editora da UFMS, 2005.p. 349-358.

_____. Imigrante em região de fronteira: uma condição infernal. In: OLIVEIRA, M. A. M. (Org.) **Guerras e Imigrações**. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004, pp. 177-205.

OLIVEIRA, M. A. M.; JUNQUEIRA, N. M. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Territorio**. Buenos Aires, n. 15, p. 388-403, 2016.

OLIVEIRA, T. C. M. **Uma Fronteira para o Pôr-do-Sol**. Campo Grande: Editora da UFMS, 1998.

RED. **Mujeres que migran**: ¿empoderadas o empobrecidas? El impacto del “Plan Nacional de Empleo y Emergencia” en las Ciudades de El Alto y Tarija. Cuaderno de Trabajo, nº 8. La Paz, Bolívia, 2004.

SABATEL, V. O. **Relações entre comunidades rurais na fronteira Brasil-Bolívia**. Dissertação de Mestrado. Mestrado em Estudos Fronteiriços, CPAN/UFMS, 2013.

SANTOS, M. O.; MESQUITA, J. L. “Observando o lado feminino da migração: mulheres bolivianas na cidade de São Paulo”. In: **Revista Ambivalências**, v. 05, n. 09, 2017, pp. 172-194.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração ou os paradoxos da alteridade**. Trad. De Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1998.

SILVA, G. J. **A presença Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia (1938 – 1987)**: identidades, migrações e práticas culturais. Tese de Doutorado, Universidade Federal de Goiás, 2009.

SOLÉ, Carlota; CAVALCANTI, Leonardo; PARELLA, Sonia. **La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España**. Documentos Del Observatorio Permanente de la Inmigración. Ministerio de Trabajo e Inmigración, Madrid, 2011.

SOUSA, I. C. F. A integração de imigrantes brasileiras em Roma: conquistas e dificuldades. In: **Imaginário**, USP, v. 13, n. 14, 2007, pp. 399-415.

TILLY, Charles. "Migration in Modern European History". In: MCNEILL, William H. & ADAMS, Ruth S. (orgs.). **Human migration, patterns and policies**. Indiana University Press, 1978, p. 48-72.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em Processos Migratórios. In: **Tempo Social**, jun. de 2008, p. 199-218.

TRUZZI, Oswaldo. **Patrícios – Sírios e Libaneses em São Paulo**. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

AUTORAS E AUTORES

Daiane Lima dos Santos é Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal. Mestra em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. Doutoranda em História pela Universidade Federal da Grande Dourados.

Divino Marcos de Sena é Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestre e Doutor em História pela Universidade Federal da Grande Dourados. É Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Campus do Pantanal. Líder do Grupo de Pesquisa *Fronteira e Oeste brasileiro: sociedade, cotidiano e política*.

Elaine Cancian é Graduada em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Mestra em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e Doutora em História pela Universidade da Grande Dourados. É docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.

Fabiano Quadros Rückert é Graduado em História pela UNISINOS e cursou Mestrado e Doutorado na mesma instituição. É docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal e líder do Grupo de Pesquisa *História, água e meio ambiente*.

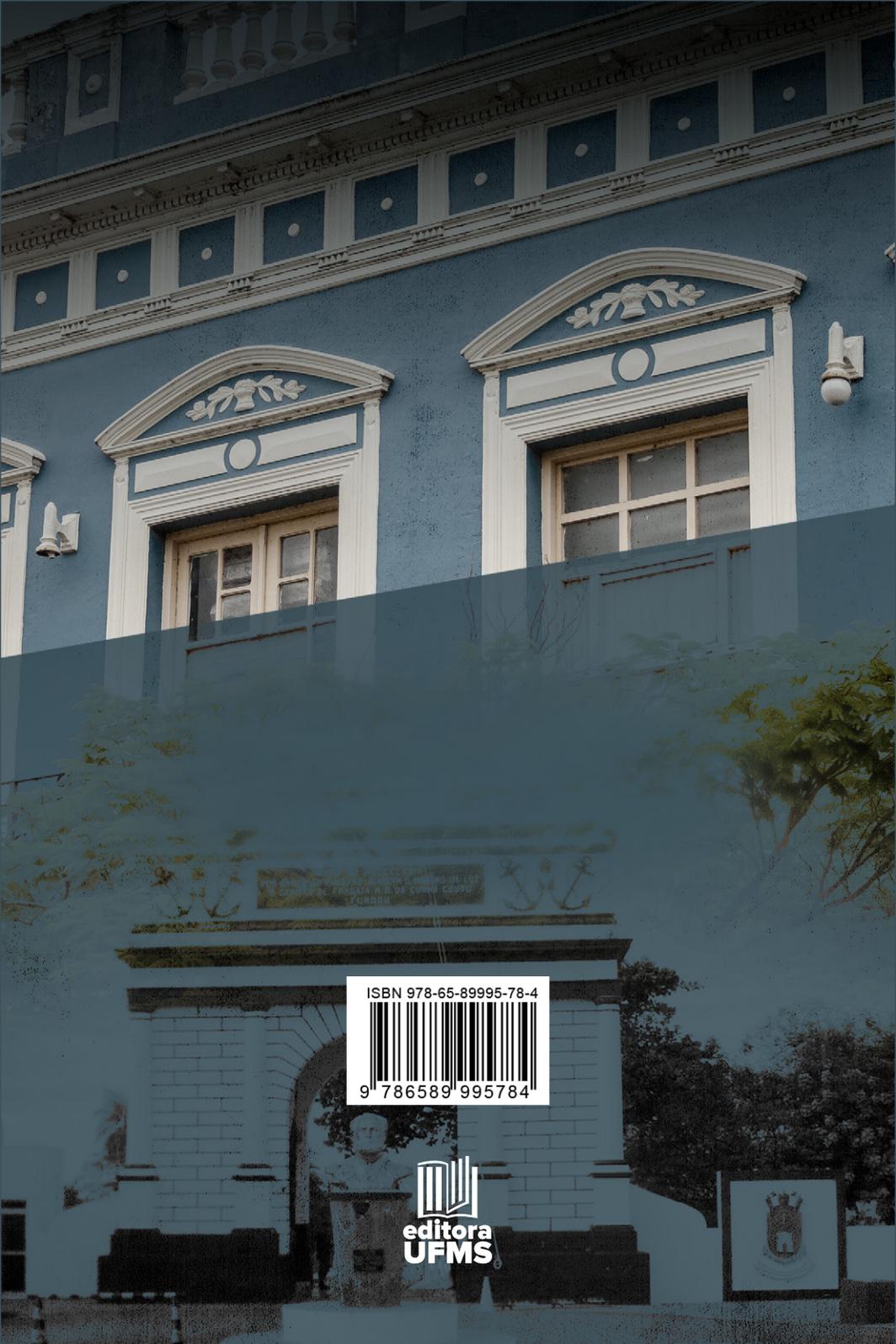
Joanna Amorim de Melo Souza Loio é Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Especialista em Psicologia Organizacional pela Anhaguera Uniderp e Mestra em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.

Marco Aurélio Machado de Oliveira é Graduado em História pela FUCMAT. É Doutor em História pela Universidade de São Paulo e Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus do Pantanal.

Rafael de Jesus Pereira é Graduado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2019) e Graduado em Teologia pelo Centro de Ensino Superior de Maringá.

Paulo Ricardo dos Santos Gomes é Graduado em Jornalismo pela UFMS. Especialista em Marketing pela Estácio de Sá. Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Este livro foi editorado com as fontes Crimson Text e Montserrat.
Publicado on-line em: <https://repositorio.ufms.br>



UNIVERSITÀ DEGLI STUDI
DELLA CALABRIA
CAMPUS DI CROTONE
CORSO DI STUDI
IN SCIENZE POLITICHE
E SOCIALI
SEZIONE DI ECONOMIA
E SOCIETÀ
CORSO DI STUDI
IN SCIENZE POLITICHE
E SOCIALI
SEZIONE DI ECONOMIA
E SOCIETÀ

ISBN 978-65-89995-78-4



9 786589 995784


editora
UFMS

